



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, LITERATURA E ARTES
CAMPUS II - ALAGOINHAS, BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CRÍTICA CULTURAL**

MARIA ROSILEIDE BEZERRA DE CARVALHO

**TURISMO HISTÓRICO-CULTURAL SUSTENTÁVEL COMO
ESTRATÉGIA POLÍTICA PARA O PARQUE ESTADUAL DE
CANUDOS, BAHIA (BRASIL): SUBSÍDIOS À GESTÃO DE UNIDADES
DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA**

**ALAGOINHAS - BA
Dezembro, 2025**

MARIA ROSILEIDE BEZERRA DE CARVALHO

**TURISMO HISTÓRICO-CULTURAL SUSTENTÁVEL COMO
ESTRATÉGIA POLÍTICA PARA O PARQUE ESTADUAL DE
CANUDOS, BAHIA (BRASIL): SUBSÍDIOS À GESTÃO DE UNIDADES
DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, do Departamento de Linguística, Literatura e Artes, *Campus II*, da Universidade do Estado da Bahia, inserida na linha de pesquisa II: Letramento, Identidades e Formação de Educadores, como requisito para obtenção do título de Doutor em Crítica Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Paulo Almeida Neiva

Coorientador: Dr. Israel de Oliveira Junior

**ALAGOINHAS - BA
Dezembro, 2025**

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB
Biblioteca Carlos Drummond de Andrade – *Campus II*
Manoela Ribeiro Vieira
Bibliotecária - CRB 5/1768

C331t Carvalho, Maria Rosileide Bezerra de

Turismo histórico-cultural sustentável como estratégia política para o Parque Estadual de Canudos, Bahia (Brasil): subsídios à gestão de unidades de conservação e preservação da memória. / Maria Rosileide Bezerra de Carvalho. – Alagoinhas, 2025.
248 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Luíz Paulo Almeida Neiva.
Coorientador: Dr. Israel de Oliveira Júnior

Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Linguística, Literatura e Artes. Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Doutorado em Crítica Cultural – Alagoinhas, 2025.

1. Canudos (BA) – Parque Estadual 2. Bioma Caatinga 3. Guerra de Canudos I. Neiva, Luíz Paulo Almeida. II. Oliveira Júnior, Israel de. III. Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Linguística, Literatura e Artes. IV. TÍTULO

CDD – 338.4791


FOLHA DE APROVAÇÃO

"TURISMO HISTÓRICO-CULTURAL SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA PARA O PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS, BAHIA (BRASIL): SUBSÍDIOS À GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA"


MARIA ROSILEIDE BEZERRA DE CARVALHO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural – PÓS-CRÍTICA, em 18 de dezembro de 2025, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:


Professor(a) Dr.(a) LUIZ PAULO ALMEIDA
NEIVA-UNEB
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia

Documento assinado digitalmente
 LUIZ PAULO ALMEIDA NEIVA
Data: 03/02/2026 10:44:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Professor(a) Dr.(a) JOSE CARLOS
FELIX UNEB
Doutorado em Teoria e História Literária
Universidade Estadual de Campinas

Documento assinado digitalmente
 JOSE CARLOS FELIX
Data: 23/01/2026 07:28:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor(a) Dr.(a) MARIA DE FATIMA BERENICE DA
CRUZ UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia

Documento assinado digitalmente
 MARIA DE FATIMA BERENICE DA CRUZ
Data: 12/01/2026 14:10:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor(a) Dr.(a) ALESSANDRO REZENDE DA SILVA - ISCP
Doutorado em Ciências Sociais
Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - Ecuador

Documento assinado digitalmente
 ALESSANDRO REZENDE DA SILVA
Data: 09/01/2026 08:44:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor(a) Dr.(a) MAURO GABRIEL GARCÍA SANTA CRUZ
Universidad Católica de La Plata – UCALP
Doutorado em Arquitectura e Urbanismo
Facultad de Arquitectura y Urbanismo, UNLP - Argentina

 Firmado digitalmente
por Mauro Gabriel
García Santa Cruz
Fecha: 2026.01.08
21:15:53 -03'00'

A Paulo Cirino de Carvalho (*in memorian*) e
Inês Bezerra de Carvalho, meus pais, baluartes de vida.

A Wilson Maron Junior (*in memorian*), Nayara de Carvalho Marques,
Renata de Carvalho Marques, Lucas de Carvalho Marques (*in memorian*),
Pedro de Carvalho Maron, Felipe de Carvalho Silva, Sofia Magalhães,
Luize Magalhães, Beatriz Carvalho e Theo Carvalho,
meus amores eternos e forças motrizes.

El éxito de la prédica del Consejero se debió, seguramente, a que él volvía virtudes, extremándolas, realidades que había impuesto la necesidad al pueblo que lo oía. Esas vidas precarias, eternamente amenazadas por la sequía y los bandidos, a las que diezmaban el hambre, la enfermedad, la violencia, que convivían con la catástrofe, estaban dispuestas a admitir la cercanía del Apocalipsis y a creer que la vida - la historia - era una simple antesala de esa vida menos enigmática.



Mário Vargas Llosa
(1936 - 2025)

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, luz condutora nos caminhos a serem percorridos, e a garantia de plenitude ao final de cada jornada.

À Eliane Bezerra de Carvalho, pelo apoio, leitura e análises compartilhadas.

Aos irmãos: Carlos, Glória, Cláudio, Eliane, Marcos, Eneida, Luciana e Paulo, pela parceria e estímulo.

Ao professor Dr. Luiz Paulo de Almeida Neiva, orientador deste trabalho.

Ao professor Dr. Israel de Oliveira Junior, inspiração desde a proposição do Projeto de Tese, consubstanciada em uma coorientação sensível e propulsora de novas rotas metodológicas.

Ao professor Dr. José Vicente Cardoso Santos, pela orientação técnica e metodológica empreendida, além do incentivo constante.

Aos professores Dr. José Carlos Felix, Dra. Maria de Fátima Berenice da Cruz, Dr. Alessandro Rezende, Dr. Mauro G. Garcia Santa Cruz, integrantes da banca de avaliação, pela cuidadosa leitura e inestimável contribuição aos resultados deste trabalho.

Aos professores da Pós-graduação em Crítica Cultural da UNEB, pela dedicação e compromisso acadêmico, que reverberaram em aprendizagens significativas, que compuseram a estrutura textual da tese.

Aos técnicos da Pós-Graduação em Crítica Cultural (UNEB), Raquel dos Santos Ferreira Oliveira, Maiara Santos de Jesus e Adanailsa Pinheiro Santos, pelo suporte competente e ágil atendimento às inúmeras demandas estudantis apresentadas.

À comunidade de Canudos pelo consentimento no desenvolvimento do estudo e participação direta na pesquisa, como informante, a partilhar histórias de vida, saberes, sonhos e aspirações pessoais e coletivas.
Minha admiração por tanta força e resiliência.

Aos colegas de formação, pela partilha de conhecimentos, da ciência e da vida, que muito contribuíram nesta construção coletiva.

À Universidade do Estado da Bahia, pela liberação para realização da capacitação docente e pela concessão da Bolsa Institucional do Programa de Apoio à Capacitação Docentes e Técnicos Administrativos da UNEB - PAC - DT, pelo período de 14 meses.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar a relevância do Parque Estadual de Canudos para a preservação da memória e do patrimônio natural vinculados à Guerra de Canudos, Bahia (1896-1897), buscando subsidiar a proposição de um Programa de Turismo Histórico-Cultural Sustentável, no âmbito do Plano de Manejo do Parque Estadual de Canudos. Fundado em 1986, o Parque compreendeu em sua implantação uma área de 1.321 hectares, abrigando valiosos sítios históricos e arqueológicos, além de sua importância biológica e prioritária para conservação, em virtude da predominância do bioma Caatinga. A área original do Parque foi reduzida para 462.0098 hectares em novembro de 2021. Ademais, o município de Canudos tem apresentado incremento na atividade turística local, com seus impactos negativos associados. A modalidade de investigação adotada inscreve-se como um Estudo de Caso. Para a produção dos dados foram utilizados os seguintes procedimentos: 1- Caracterização da área de estudo por meio de dados secundários, além de dados primários, coletados *in loco*; 2- Realização de três oficinas em campo, com o seguinte público alvo: membros adultos das famílias residentes na área demarcada originalmente, quando da criação do Parque Estadual de Canudos, técnicos de órgão ambiental municipal e de autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, lideranças políticas locais, além dos guias turísticos do Parque; e, como estratégias: aplicação de entrevistas semiestruturadas e de matrizes para planejamento estratégico com os informantes; 3- Os pontos relevantes ou de interesse, apontados pelos participantes, foram fotografados e georreferenciados para posterior utilização nos mapas participativos. Como aportes teóricos para a investigação foram utilizados: Albuquerque (2021, 2020), Alves & Acioli (2021), Begossi (1993), Branch (2021), Calasans (1987), Candido (2011), Couto *et al.* (2021), Couto (2007), Cunha (2005, 2000, 1984), Guattari (1990), Juncken & Surya (2022), Melo & Cardozo (2015), Oliveira Junior (2019), Ramos (2004), Zanettini & Robrahn-González (1999), entre outros. A reestruturação fundiária do Parque, com redução de cerca de 65% de sua área original, a despeito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 15 da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), e da premência de conservação do bioma Caatinga, não impactou positivamente sobre os conflitos ambientais e territoriais existentes, bem como sobre as práticas causadoras de pressão ambiental, notadamente atividades agropastoris, resultando na perpetuação do desequilíbrio ambiental, desertificação, e perda da biodiversidade. Expecta-se por uma necessária incorporação de saberes locais na implementação de um turismo histórico-cultural sustentável que preserve o patrimônio histórico-cultural e natural de Canudos - BA.

Palavras-Chave: Bioma Caatinga; Ecolinguística; Guerra de Canudos; Parque Estadual de Canudos; Turismo histórico-cultural sustentável.

ABSTRACT

The present study seeks to examine the significance of the Canudos State Park in safeguarding the historical memory and natural patrimony linked to the War of Canudos in Bahia (1896-1897). This analysis aims to inform the development of a Sustainable Historical-Cultural Tourism Program as an integral component of the Canudos State Park Management Plan. Instituted in 1986, the Park initially spanned 1,321 hectares, encompassing noteworthy historical and archaeological loci, alongside its ecological importance and conservation priority, attributable to the prevalence of the Caatinga biome. In November 2021, the Park's area was diminished to 462.0098 hectares. Moreover, the municipality of Canudos has witnessed a surge in tourism endeavors, engendering concomitant adverse repercussions. The methodological framework employed in this inquiry aligns with a Case Study paradigm. Empirical data were gathered via the ensuing protocols: 1) Delineation of the study domain through secondary sources, augmented by primary data procured in situ; 2) Facilitation of three on-site workshops engaging designated stakeholders, including adult representatives from families domiciled within the Park's inaugural demarcation, personnel from the municipal environmental authority and a federal entity under the auspices of the Ministry of Regional Development, indigenous political figures, and Park tour guides; methodologies encompassed semi-structured interviews and strategic planning matrices administered to key informants; 3) Salient features or loci of pertinence, as delineated by participants, were documented photographically and georeferenced for integration into participatory cartographic representations. Theoretical underpinnings for this investigation are derived from scholarly contributions by Albuquerque (2021, 2020), Alves and Acioli (2021), Begossi (1993), Branch (2021), Calasans (1987), Candido (2011), Couto et al. (2021), Couto (2007), Cunha (2005, 2000, 1984), Guattari (1990), Juncken and Surya (2022), Melo and Cardozo (2015), Oliveira Junior (2019), Ramos (2004), Zanettini and Robrahn-González (1999), *inter alia*. Notwithstanding Sustainable Development Goal (SDG) 15 of the United Nations 2030 Agenda and the exigency for preserving the Caatinga biome, the Park's territorial reconfiguration - entailing a circa 65% contraction of its primordial extent - has failed to ameliorate extant environmental and territorial discordances, nor has it mitigated anthropogenic stressors, notably agro-pastoral pursuits, thereby exacerbating ecological imbalance, desertification, and biodiversity attrition. It is posited that the assimilation of indigenous epistemologies is imperative for the efficacious deployment of sustainable historical-cultural tourism, thereby ensuring the perpetuation of Canudos's historical-cultural and natural heritage in Bahia.

Keywords: Caatinga biome; Ecolinguistics; War of Canudos; Canudos State Park; Sustainable historical-cultural tourism.

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

- ADE - Análise do Discurso Ecológica;
- ASD - Área Susceptível à Desertificação;
- AIC - Atos de Interação Comunicativa;
- APP- Área de Preservação Permanente;
- CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário;
- CEEC- Centro de Estudos Euclides da Cunha;
- CLG - Curso de Linguística Geral - CLG;
- COPLAN- Coordenação de Planejamento de Unidades de Conservação;
- DEM - Deep Ecology Movement;
- DIRUC- Diretoria de Unidades de Conservação;
- DLLARTES - Departamento de Literatura, Letras e Artes - DLLARTES/UNEB, Campus II;
- DOE- Diário Oficial do Estado;
- DNOCS- Departamento Nacional de Obras contra as Secas;
- DRP - Diagnóstico Rápido Participativo;
- EAC - Educação Ambiental Contextualizada;
- EFL - Ecologia Fundamental da Língua;
- EGBA - Empresa Gráfica da Bahia;
- EIC - Ecologia da Interação Comunicativa;
- FLICAN- Feira Literária Internacional de Canudos;
- FOFA - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças;
- GPS- Global Position System;
- IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

- IBM SPSS - International Business Machines Statistical Package for the Social Sciences;
- IPAC- Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia;
- IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- INEMA- Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia;
- INTERBA- Instituto de Terras da Bahia;
- L- Língua;
- MA - meio ambiente;
- MMA – Ministério do Meio Ambiente;
- NAJ- Núcleo de Apoio Jurídico;
- P- Povo;
- PEC – Parque Estadual de Canudos;
- PGE- Procuradoria Geral do Estado;
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
- SEI - Sistema Eletrônico de Informações (Governo da Bahia);
- SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação;
- SSE - Sistemas Socioecológicos;
- T- Território;
- UCs - Unidades de Conservação;
- UNEB - Universidade do Estado da Bahia;
- UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Cenário da Pesquisa	34
---	----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Fachada do equipamento “Memorial Antônio Conselheiro”	130
Fotografia 2 - Exposição no Foyer do “Memorial Antônio Conselheiro”	130
Fotografia 3 – Jardim Euclidiano no “Memorial Antônio Conselheiro”	131
Fotografia 4 Jardim Euclidiano no “Memorial Antônio Conselheiro”	131
Fotografia 5- Vista frontal da Casa dos Saberes Conselheiristas Evandro Teixeira	132
Fotografia 6- Vista Lateral da Casa dos Saberes Conselheiristas Evandro Teixeira.....	133
Fotografia 7- Escavações da Igreja Velha	134
Fotografia 8- Frente da Igreja Velha, (Barros 1897).....	135
Fotografia 9- Igreja do Bom Jesus, destruída (Igreja Nova)	135
Fotografia 10- Escavação e evidenciação da Igreja Nova.....	136
Fotografia 11- Equipamento para conforto de visitantes no Alto da Favela	148
Fotografia 12 - O Cruzeiro, erguido por Izabel de Régis em tributo aos mortos na Guerra, .	148
Fotografia 13 - Vista do açude de Cocorobó, a partir do Alto da Favela,.....	149
Fotografia 14 - Hospital de Sangue, registro de Flávio de Barros (1897).....	150
Fotografia 15 - Fazenda Velha ocupada pelo Exército, registro de Flávio de Barros (1897)	152
Fotografia 16 - Artilharia no Morro de Pelados contra Belo Monte	154
Fotografia 17- Os Memorialistas - painéis de vidro com personagens que contribuíram para divulgar e preservar a história da Guerra de Canudos, Parque Estadual de Canudos, Bahia (BR)	156
Fotografia 18 - Cenário Chapada dos Equívocos: painéis em vidro com gravuras de Tripoli Gaudenzi, Parque Estadual de Canudos, Bahia (BR).....	157
Fotografia 19 - Marco visual “Mapa do Cenário da Guerra” no Alto da Favela	158
Fotografia 20 - Marco visual “Antônio Conselheiro”, no Alto da Favela.....	160
Fotografia 21 - Cenário “Alto das Memórias”. Painéis de vidro com imagens de sobrevivente da Guerra e seus descendentes. Parque Estadual de Canudos, Bahia (BR)	161
Fotografia 22 – “Outeiro das Marias” - painéis de vidro com relevo da Pietá de Michelangelo e detalhes da fotografia As Prisioneiras de Flávio de Barros, Parque Estadual de Canudos, Bahia (BR).....	162

Fotografia 23 - Imagem do Satélite Wordview - 02, Parque Estadual de Canudos, 2015	166
Fotografia 24 - Caprinos criados soltos em área sem cercamento no Parque Estadual de Canudos	173
Fotografia 25 – Pórtico de Entrada do Parque Estadual de Canudos.	174
Fotografia 26 – Posteamto na área do Parque Estadual de Canudos para fornecimento de energia elétrica	175
Fotografia 27 - Barreira impedindo acesso ao marco cemitério militar no Vale da Morte	176
Fotografia 28 - Marco do cemitério militar no Vale da Morte	177
Fotografia 29 - Solo exposto no núcleo Altos Pelados, ao sul do açude de Cocorobó.	187
Fotografia 30 - Manutenção deficiente de vias e acessos no interior do	198
Fotografia 31 - Manutenção deficiente de placas indicadoras e sinalizadoras,.....	199
Fotografia 32 - Museu Casa de Vó Izabel, Canudos, Bahia (BR).....	206
Fotografia 33 - Lote desafetado às margens do açude de Cocorobó	209

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Características da Pesquisa Qualitativa.....	104
Quadro 2- Principais Métodos Qualitativos	105
Quadro 3- Características, limitações e incompreensões do Estudo de Caso	109
Quadro 4- Critérios de Qualidade para Estudos de Caso	110
Quadro 5- Planejamento, Métodos e Potencialidades do Estudo de Caso	111
Quadro 6- Matriz FOFA	191
Quadro 7- Participantes entrevistados, segundo faixa etária, Canudos, 2025	195
Quadro 8- Participantes entrevistados, segundo nível de escolaridade, Canudos, 2025	195
Quadro 9- Adequação e condições de manutenção dos equipamentos receptivos no PEC ...	199
Quadro 10- Novos Roteiros Turísticos sugeridos para o Parque Estadual de Canudos	200

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Cenário regional atual.....	25
Mapa 2- Mapa topográfico localizando o Alto da Favela	147
Mapa 3- Mapa topográfico localizando o Hospital de Sangue.....	150
Mapa 4- Mapa topográfico de Siqueira de Menezes - Fazenda Velha	152
Mapa 5- Mapa topográfico localizando o Morro de Pelados	153
Mapa 6- Mapa do cenário da Guerra de Canudos elaborado pela.....	159
Mapa 7 Discriminatória do Parque Estadual de Canudos - Reorganização Fundiária	170
Mapa 8 A desertificação em Canudos-BA: os Altos Pelados	184
Mapa 9- A desertificação nos Altos Pelados - Canudos (BA)	185
Mapa 10 Altos Pelados: uso e cobertura da terra entre os anos de 1977 e 2017.....	186
Mapa 11 - Guerra de Canudos: as rotas das expedições militares.....	201
Mapa 12 - Localização do arraial de Canudos: os rios e os caminhos de interligação	202

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Cenários e pressupostos da pesquisa	19
Canudos (BA): da vulnerabilidade socioambiental à resistência coletiva	21
O Parque Estadual de Canudos (BA): fundação, bases legais e tendências	27
Proposta da pesquisa, justificativa e questão norteadora	27
Objetivos da pesquisa: geral e específicos	28
Estratégias metodológicas da pesquisa	29
<i>Classificação da pesquisa</i>	<i>29</i>
<i>Universo da pesquisa, objetos de análise e respaldos fenomenológicos</i>	<i>30</i>
<i>Fonte de dados e procedimentos de coleta</i>	<i>31</i>
<i>Análise de dados</i>	<i>33</i>
<i>Aspectos inovacionais e singulares: o estado da arte e desenho da pesquisa.....</i>	<i>33</i>
Estrutura da tese	34
1. NATUREZA E HISTÓRIA: RESILIÊNCIA E SINERGISMOS NA RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA	38
1.1. Considerações preliminares	38
1.2. O Conceito de natureza no pensamento ocidental	38
1.3. O pensamento filosófico da natureza em Santo Agostinho, Baruch Spinoza e Félix Guattari.....	42
<i>1.3.1. Santo Agostinho: A natureza como criação divina e reflexo do pecado original ..</i>	<i>43</i>
<i>1.3.2. Baruch Spinoza: natureza e Deus como uma única substância</i>	<i>44</i>
<i>1.3.3. Félix Guattari: ecologia integrada e a relação entre natureza, subjetividade e sociedade.....</i>	<i>45</i>
1.4. Conceitos e origem da história ambiental no mundo e no Brasil	47
<i>1.4.1. Conceitos fundamentais da história ambiental.....</i>	<i>47</i>
<i>1.4.2. Origem da história ambiental no mundo</i>	<i>49</i>
<i>1.4.3. Origem e desenvolvimento da história ambiental no Brasil.....</i>	<i>53</i>
1.5. Elementos naturais - sujeitos da história: natureza como presença e agente na história	56
1.6 Os Impactos dos Fatores Ambientais na Guerra de Canudos: Natureza e o Homem Sertanejo	59
<i>1.6.1. Aspectos geomorfológicos - Relevo Acidentado como defesa natural.....</i>	<i>59</i>
<i>1.6.2. Aspectos vegetacionais do bioma Caatinga: obstáculo e refúgio estratégico.....</i>	<i>61</i>
<i>1.6.3. Aspectos climáticos do Semiárido: a hostilidade da terra e a resiliência sertaneja </i>	<i>63</i>
1.7. O bioma Caatinga: características, importância, degradação e conservação	67
2.1. Considerações preliminares.....	75
2.2. Formação e atributos do sujeito nas principais correntes linguísticas modernas e seu papel na mudança linguística.....	75
2.3. A ecolinguística como campo epistêmico para a análise do discurso	82
2.4. O discurso euclidiano sobre a Guerra de Canudos: interpretação ecolinguística de fontes históricas	82
<i>2.4.1. As formações discursivas de fontes históricas e a reconstrução do passado</i>	<i>83</i>
<i>2.4.2. Guerra de Canudos: fatores exoecológicos ao conflito e suas repercussões</i>	<i>84</i>
<i>2.4.3. Ecolinguística como campo epistêmico para a análise do discurso euclidiano</i>	<i>86</i>
2.5. Papel da imprensa e da narrativa cientificista para validação da barbárie	88

3. PERCURSO METODOLÓGICO NO ESTUDO SOBRE O PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS: A BUSCA POR UMA ABORDAGEM LINGUÍSTICO-LITERÁRIA CRÍTICA.....	97
3.1. O curso de doutorado em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia: histórico, objetivos e perspectivas	97
3.1.1. <i>Os domínios da Biologia e da Crítica Cultural: conexões em expansão</i>	<i>99</i>
3.1.2. <i>Ecocrítica e ecolinguística: o linguístico-literário e a crítica cultural</i>	<i>100</i>
3.2. Introdução à pesquisa qualitativa	103
3.2.1. <i>Pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características</i>	<i>103</i>
3.2.2. <i>Principais métodos qualitativos</i>	<i>104</i>
3.2.3. <i>Aspectos, vantagens e desafios do uso da entrevista</i>	<i>105</i>
3.2.4. <i>Preparação, Condução e Análise da Entrevista</i>	<i>107</i>
3.3. O estudo de caso como estratégia de investigação qualitativa.....	107
3.3.1. <i>Definições, Origem, Características, Limitações e Incompreensões do Estudo de Caso.....</i>	<i>107</i>
3.3.2. <i>Planejamento, Métodos e Potencialidades do Estudo de Caso</i>	<i>111</i>
3.4. A cartografia participativa como metodologia de análise do território.....	114
3.4.1. <i>Conceitos, finalidades, experiências no Brasil e no mundo</i>	<i>114</i>
3.4.2. <i>Aspectos Metodológicos do Uso do Mapeamento Participativo</i>	<i>118</i>
3.5. Análise de dados.....	119
3.5.1. <i>Ecolinguística e a Formação da Visão Holística e do Sujeito Ecológico</i>	<i>120</i>
4. O PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS: O TURISMO HISTÓRICO-CULTURAL SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NATURAL	125
4.1. Considerações Preliminares:	125
4.2. A preservação do patrimônio histórico-cultural do Parque Estadual de Canudos: resistência ao esquecimento e ao mal de arquivo	125
4.3. Origem e evolução histórica do Parque Estadual de Canudos	127
4.4. O Processo de Pesquisa Arqueológica e Monumental no Parque Estadual de Canudos.....	134
4.5. O turismo histórico-cultural sustentável e seu papel na preservação da memória	140
4.6. Direitos linguísticos e literários: cultura e meio ambiente	143
4.6.1. <i>O Projeto “Arqueologia e Reconstituição Monumental - Parque Estadual de Canudos”</i>	<i>145</i>
4.6.1.1. <i>Alto da Favela</i>	<i>146</i>
4.6.1.2. <i>Hospital de Sangue</i>	<i>149</i>
4.6.1.3. <i>Vale da Morte</i>	<i>151</i>
4.6.1.4. <i>Fazenda Velha</i>	<i>151</i>
4.6.1.5. <i>Altos Pelados</i>	<i>153</i>
4.6.2. <i>O projeto “Guia Visual do Cenário da Guerra de Canudos”</i>	<i>154</i>
4.6.3. <i>O Projeto “Intervenções Artísticas”</i>	<i>155</i>
4.6.3.1. <i>Os Memorialistas.....</i>	<i>155</i>
4.6.3.2. <i>Chapada dos Equívocos</i>	<i>156</i>
4.6.3.3. <i>Alto da Favela</i>	<i>157</i>
4.6.3.4. <i>Alto das Memórias.....</i>	<i>160</i>
4.6.3.5. <i>Outeiro das Marias.....</i>	<i>161</i>

5. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	163
5.1. Considerações preliminares	163
5.2. O Processo de Regularização Fundiária do Parque Estadual de Canudos - base legal	163
5.3. Reorganização Fundiária do Parque Estadual de Canudos: desafios e perspectivas	169
5.4. Reorganização Fundiária do Parque Estadual de Canudos: aspectos ambientais e suas implicações para a preservação do patrimônio histórico-cultural e natural vinculado à Guerra de Canudos	178
6. PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS: MÉMORIA, FÉ E RESILIÊNCIA	189
6.1. Considerações preliminares	189
6.2. Matriz FOFA: implementação do turismo histórico-cultural sustentável para o Parque Estadual de Canudos	190
<i>6.2.1. Matriz FOFA - Parque Estadual de Canudos</i>	<i>191</i>
<i>6.2.2. Análise integrada e planejamento estratégico</i>	<i>191</i>
6.3. Entrevistas com atores locais e a cartografia participativa associada - uma abordagem de Territorialidade Viva para o Parque Estadual de Canudos	194
<i>6.3.1. Considerações preliminares</i>	<i>194</i>
<i>6.3.2. Análise dos relatos dos guias turísticos – Saberes de Guias</i>	<i>195</i>
<i>6.3.3. Análise dos relatos de moradores no entorno do Parque Estadual de Canudos e do técnico da autarquia DNOCS: impactos da reestruturação fundiária do PEC</i>	<i>204</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	211
Elementos inovadores	217
Legado e recomendações para trabalhos futuros	218
REFERÊNCIAS	221
APÊNDICE B – Decreto N° 20.896 DE 19 de nov. 2021	239
APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	242
APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista Semiestruturada: moradores e guias	244
APÊNDICE E - Roteiro de Entrevista Semiestruturada: técnicos SEMA e DNOCS....	247

INTRODUÇÃO

Cenários e pressupostos da pesquisa

O modelo fordista de regulação da sociedade capitalista, designa mais amplamente o modo de desenvolvimento que marca determinada fase da sociedade capitalista em países centrais, mas também, princípio geral de organização da produção que se caracteriza por: divisão e especialização do trabalho, utilização de equipamentos especializados, produção em massa e padronização da produção (Druck, 1999) de forma que ao entrar em crise a partir do final da década de 1960, gera mudanças profundas em todas as dimensões da vida social.

Segundo Harvey (1992), as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do capitalismo contemporâneo estão relacionadas ao processo de transição do regime fordista para o de acumulação flexível de forma que o modelo de desenvolvimento implementado pelo capitalismo resultou na intensificação do uso de recursos naturais, e em decorrência, no despertar de uma consciência da crise ambiental vivenciada no planeta, visto que, as aglomerações humanas têm modificado não só a estrutura física como também biótica do habitat, afetando a biodiversidade local (Carson, 2010; Leff, 2016; Mendonça *et al.*, 2016).

No Brasil, o semiárido é uma das regiões mais afetadas pelo uso inadequado e insustentável dos recursos naturais, ocasionando processos desertificatórios crescentes com graves consequências socioambientais. A Caatinga é o tipo de vegetação que cobre a maior parte da área com clima semiárido da região Nordeste do Brasil, constituindo-se em um dos biomas mais ameaçados por ações antrópicas nas últimas décadas.

Concomitantemente a esses cenários observa-se que ações antrópicas têm promovido alterações marcantes no Bioma Caatinga por meio do processo de substituição das áreas naturais por diversos tipos de uso do solo e da vegetação. Segundo Freire e Pacheco (2017), o frágil equilíbrio dos ecossistemas presentes no bioma Caatinga, o regime inconstante das chuvas, os solos delgados e pobres em nutrientes orgânicos e as precárias condições socioeconômicas das populações que habitam a região semiárida brasileira formam um conjunto de fatores que favorecem a ocorrência dos processos de degradação ambiental.

Ademais, o uso energético da vegetação da caatinga tem gerado modificações nas paisagens e perda de diversidade biológica (Figuerola *et al.*, 2008) ao tempo em que, segundo Ramos e Oliveira (2008), diante de tal contexto, a criação de áreas protegidas para a manutenção da biodiversidade e conservação do berço genético, constitui emergência

socioambiental que aponta para a necessidade de compatibilizar as atividades humanas e o crescimento econômico com a manutenção ecossistêmica.

A partir de 1989, com a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a aplicação da fiscalização pertinente à legislação ambiental brasileira, é que se consolida uma política mais específica para as Unidades de Conservação (UCs). Exemplo disso é a definição, no ano de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de (SNUC), criado pela lei nº 9.985 (Brasil, 2000) e que divide as UCs em dois grupos de manejo principais.

Portanto, as unidades de Proteção Integral, (Art. 7º, § 1º) cujo objetivo básico é a preservação da natureza, admitindo o uso indireto dos recursos naturais e em casos previstos em lei, se subdividem nas seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. As unidades de Uso Sustentável (Art. 7º, § 2º), que têm por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais (Brasil, 2000), são menos restritivas que as UCs do grupo de Proteção Integral e se dividem nas seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Assim, verifica-se que os conflitos ambientais expressam a injustiça ambiental envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território e são presenças constantes no ato de gerir e manejar os recursos naturais e, particularmente no Brasil, estes conflitos surgem em todos os aspectos da gestão ambiental, principalmente na gestão das UCs, pelo estabelecimento de tensões e conflitos pelo uso dos seus espaços e do seu entorno.

Dessa maneira, se a relação é permeada por ações exploratórias, demarcada por técnicas e práticas impróprias à fragilidade natural das terras secas, por conseguinte, ocasiona degradação, que desestrutura os elementos físicos, biológicos e sociais (Oliveira, 2014).

A coexistência obrigatória do homem com as estruturas e processos biofísicos existentes no planeta Terra, incluindo demais espécies em evolução, determina a experiência histórica dos seres humanos. Essa coexistência, assim como a produção cultural de imagens e concepções sobre a natureza, constitui fundamento para a experiência histórica. A relação entre historiografia e o tema natureza sempre foi conflituoso ao longo da trajetória humana no planeta. Nesta perspectiva, apresentaremos a seguir os aspectos históricos e socioambientais que moldaram os fatos e desfecho bárbaro da Guerra de Canudos.

Canudos (BA): da vulnerabilidade socioambiental à resistência coletiva

Nesta seção, serão abordados os aspectos históricos que permeiam Canudos desde a sua criação, bem como as características de clima, vegetação, solo e socioeconômicas. O texto tomou por base os estudos de Oliveira Junior (2019); Neiva (2013); Dantas (2009); Calasans (2002, 1987), permitindo uma contextualização inicial com nossa área de estudo.

A criação da Vila de Itapicuru de Cima, da qual o município de Canudos originou, remonta ao ano de 1727. A sede localizava-se nas margens do rio do mesmo nome e os povoados espalhavam-se sobre o território da vila. A pecuária era a vocação econômica regional e uma parcela da população realizava a agricultura de subsistência, com cultivos de arroz, feijão e milho, cujos poucos excedentes eram comercializados nas vizinhanças, fazendas e feiras semanais; plantava-se cana-de-açúcar nos ambientes mais úmidos, onde localizavam-se alguns engenhos e engenhocas; também, havia o cultivo de mandioca e a produção de farinha e rapadura pelos mais pobres da população. Entre os médios fazendeiros, existiam aqueles que conjugavam a pecuária e agricultura (Dantas, 2007).

Segundo Bandeira (1997), ao final do século XIX, a economia brasileira encontrava-se estagnada em razão das políticas engendradas no período pós Proclamação da República do Brasil e nos três séculos de colonização exploratória portuguesa. Os latifúndios improdutivos, demarcavam a imensa desigualdade socioespacial brasileira.

Na história de ocupação dos sertões da Bahia, a constituição e extinção do arraial de Canudos são marcadas por fatos peculiares, compostos pelas questões políticas, econômicas, sociais, teológicas e outras (Calasans, 1987; Villa, 1995).

Nogueira (1978), esclarece que o Conselheiro preferiu recolher-se a um local tranquilo após a proclamação da república, pois era monarquista. Ademais, o grupo de pessoas que o acompanhava já era muito numeroso. Escolhe, assim, Canudos, antiga fazenda de criação, abandonada, às margens do rio Vaza-Barris. O autor prossegue:

Instala ali o seu povo, centenas de pessoas constroem as suas casas simples, de pau-a-pique, mas com as dependências necessária. Providenciam os serviços indispensáveis à vida comum. E sem tardança, se põem a lavrar a terra e plantar cereais. Limpam os pastos e criam gado cavalariço, vacum e caprinos (Nogueira, 1978, p. 10).

Tema ainda bastante controverso, diz respeito ao contingente populacional no arraial de Belo Monte. Segundo o autor supracitado o número dos seus habitantes atingia a quase vinte e cinco mil. Vejamos:

Era mais que anormal o que se passava na Bahia: uma população de mais de vinte mil almas defendia - *unguibus et rostris* - o seu direito de vida e propriedade. [...] Pelo número de casas contadas depois do assalto e arrasamento, não era exagero dizer-se - são palavras de César Zama - que o número dos seus habitantes atingia a quase vinte e cinco mil almas (Nogueira, 1978, p. 11).

Nogueira (1978), destaca a informação prestada por César Zama, médico ilustre e deputado federal baiano, em libelo escrito em 1899, contra os que destruíram Canudos.

Ademais, apesar de não haver consensualidade entre historiadores, estima-se que tenham morrido 25 mil pessoas no conflito, sendo cinco mil militares e 20 mil civis (Jornal Folha de São Paulo, 1999).

Quando se estabeleceu em Canudos, no sexto mês de 1893, ano de uma grande seca, Antônio Conselheiro rebatizou o arraial de Belo Monte, a fama dele se espalhou pelas redondezas e atraiu muitas pessoas dos sertões baianos, sergipanos e de outros estados fronteiriços da Bahia. A população local sobrevivia da pecuária caprina, cujos animais eram adaptados ao clima e ao solo; da plantação de cana-de-açúcar nas áreas mais úmidas e da produção de rapadura para o consumo local; da criação do gado *vacum*; e, sobretudo, das doações e das esmolas recolhidas pelo messiânico e pelos beatos dele, algumas advindas de regiões distas de Canudos, como da cidade de Alagoinhas, no Recôncavo da Bahia.

Em Canudos, a população não obedecia às normas e leis do Estado, não reconhecia o governo republicano recém-criado e nem se pagava impostos. Havia um sistema produtivo coletivo, cujo resultado obtido era revertida à companhia liderada pelo beato (Cunha, 2009; Calasans, 2002).

Nogueira (1978), aborda as causas para a formação e consolidação do séquito do Conselheiro:

Por tal forma a sua personalidade desperta a atenção geral, que confiantes muitas pessoas lhe fazem confidências. Dele se aproximam para pedir-lhe conselho e as suas palavras lhes servem de lenitivo.

Acolhe com carinho principalmente as vítimas da politicagem infrene, do fisco voraz e das arbitrariedades policiais (Nogueira, 1978, p.6).

Vive a consolar, dar conselhos e orientar as miseráveis populações abandonadas e perseguidas pelo fisco e pelas autoridades.

[...] Antônio Maciel também reza com o povo e faz-lhe prédicas. Mas, as orações têm a sua hora e as prédicas o seu dia. Trabalho todos os dias.

Não faz milagres, nem os seus entusiastas admiradores lhe atribuem a prática de qualquer milagre. Não usurpa funções sacerdotais, nem de médicos, nem de farmacêuticos. Não é curandeiro. Não lhe chamam Bom Jesus. Não se inculca enviado de Deus. Não é profeta. Apenas prega a doutrina dos evangelhos e a da tradição da Igreja católica romana. É pregador leigo como muitos outros da história da Igreja e como hoje é até recomendado (Nogueira, 1978, p.8).

Dessa forma, Antonio Conselheiro vai aumentando o número dos que o auxiliam na

construção de cemitérios e Igrejas. Não apenas os trabalhadores, como as suas famílias.

A realidade socioespacial descrita configurou-se em fator de perseguição e extermínio do arraial e sua população, culminando em quatro expedições militares organizadas pelo Estado, entre novembro de 1896 e outubro de 1897. Além dos jagunços canudenses, que batalhavam contra as tropas federativas, existiam as feições vegetais da caatinga em favor do arraial, pois eram consideradas as companheiras do povo de Canudos e inimigas das tropas militares, que gastavam tempo e esforços físicos para cruzar os caminhos (Cunha, 2009).

A primeira expedição militar, com aproximadamente cento e cinquenta soldados, enviada pelo governo estadual em novembro de 1896, visava interceptar os cerca de quinhentos conselheiristas.

A segunda expedição, enviada em janeiro de 1897, contava com seiscentos e vinte e dois soldados, com dois canhões e quatro metralhadores.

Ainda, segundo Cunha (2009), após a segunda expedição, com o recuo, abandono, fuga dos militares e vitória dos jagunços, cresceu a importância social e fama do arraial de Canudos, que experimentou um aumento populacional de centenas. A fama, também, impulsionou medidas mais drásticas de combate militar, político e econômico aos ideais movimentadores do arraial. Com isso, uma nova expedição, a terceira, foi realizada em março de 1897 e contava com um efetivo de mil quatrocentos e sessenta e quatro homens.

Novos caminhos foram traçados, novas experiências fracassadas, novas provas de desconhecimento do território experimentadas, decorrentes do insucesso da expedição militar. No cenário da terceira expedição são mortos os comandantes Coronéis Antônio Moreira César e Pedro Tamarindo.

Entre junho e outubro de 1897, é realizada uma nova expedição militar para arrasar com o arraial de Canudos. Contando com três generais, seis brigadas e dez mil soldados. Na quarta investida militar, destruíram Canudos com incêndios do arraial, dizimação de grande parte da população e decapitação de tantos outros, inclusive de Antônio Conselheiro após exumação de seu corpo.

Com o término da Guerra e a destruição do arraial, no mesmo local reergueram outra Canudos, a Segunda Canudos. A partir do represamento do rio Vaza-Barris e a formação do açude de Cocorobó em 1969, o sítio histórico do arraial de Canudos foi inundado, juntamente com parte da história brasileira. Em anos de seca, com a redução drástica do volume de água, os espaços da guerra do arraial e ruínas de construções da Segunda Canudos aparecem à superfície.

O represamento do rio Vaza-Barris e a formação do lago artificial de Cocorobó obrigou

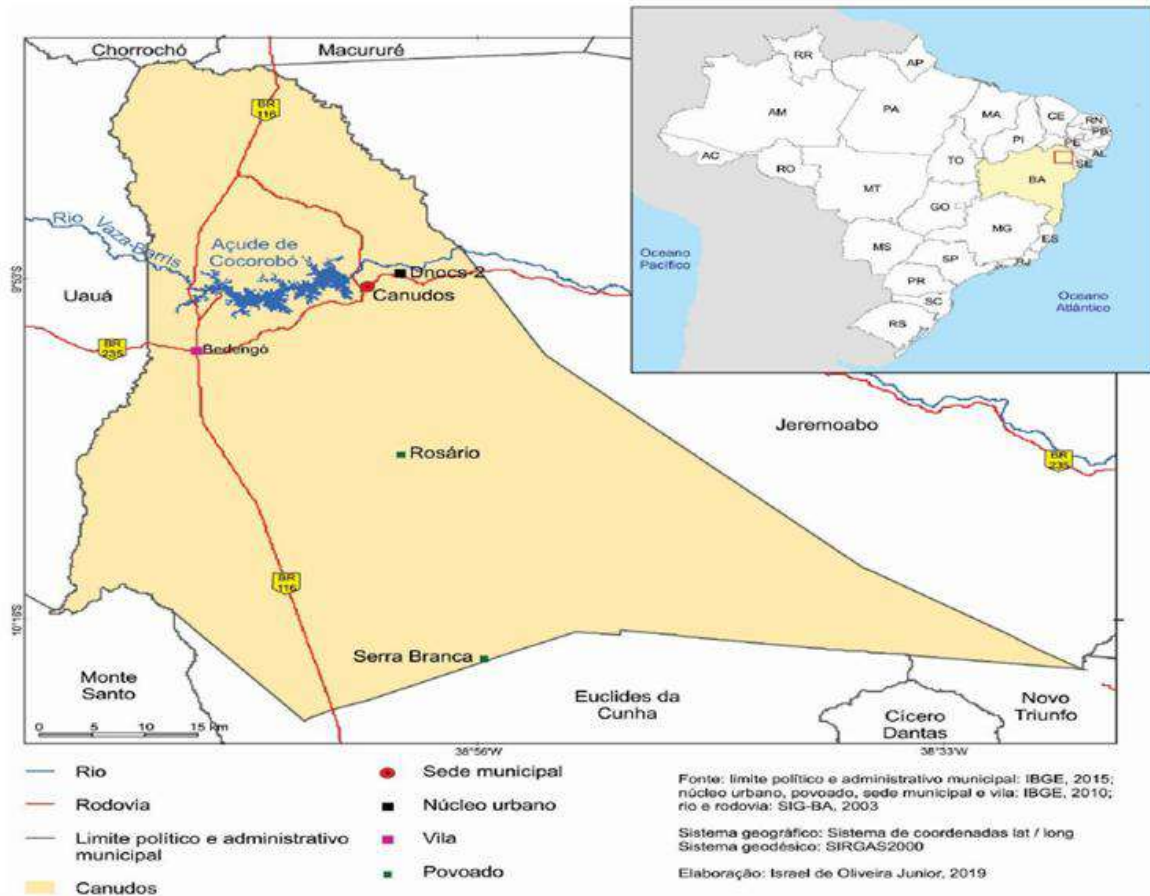
o deslocamento da população da Segunda Canudos e o surgimento de outro núcleo urbano, nas proximidades da barragem, denominado, inicialmente de Vila Nova de Canudos. No ano de 1985, é garantida a emancipação político-administrativa municipal de Canudos, desmembrado do município de Euclides da Cunha (denominado anteriormente de Cumbe) e da antiga Vila do Coração de Jesus do Monte Santo.

Em seu estudo sobre o processo de desertificação na região de Canudos, Oliveira Junior (2019), descreve as características adversas do município com relação ao clima, solo, cobertura vegetal, vejamos: A aridez climática domina o município, no qual há um período curto de chuvas, com baixos índices pluviométricos; no total, chove muito pouco, em torno de 378,9 mm anuais, e a probabilidade de incidência de seca é alta, definida em 80% e associada aos altos valores de temperatura durante todo ano.

As características climáticas favorecem a formação de uma rede hidrográfica constituída, quase em sua totalidade, por rios intermitentes, outros efêmeros, com exceção do rio Vaza-Barris. A barragem das águas e a formação do lago de Cocorobó possibilitam o controle anual e o curso hídrico durante todo o ano, diferindo daqueles em que há uma baixa surpreendente do volume de água, devido ao fenômeno da seca. No período das chuvas torrenciais, acontece a inundação das áreas ribeirinhas e a umidade do solo possibilita a população desencadear atividades agropastoris.

Nesta perspectiva, o município de Canudos (BA), marcado pela fragilidade natural do ponto de vista ambiental e socioeconômico que caracterizam as regiões semiáridas, necessitou criar áreas protegidas para a manutenção e conservação da biodiversidade. Estas áreas constituem-se em elementos potenciais na formação de fatores geradores de conflitos ambientais.

Mapa 1 Cenário regional atual



Fonte: Oliveira Junior, 2019.

O cenário regional atual de Canudos está bem representado no Mapa 1, acima, retratando a sua localização no Brasil, no Estado da Bahia e o limite político e administrativo municipal.

O açude de Cocorobó, também indicado no mapa 1, foi construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, a partir de 1951 e com obras finalizadas em 1966. Suas águas submergiram o sítio histórico do arraial de Belo Monte e apagou parte da geografia de Canudos. O represamento do Vaza-Barris tinha por finalidade o aproveitamento das águas para a irrigação de cultivos à jusante, controle das cheias, piscicultura e para o abastecimento da população local. A grande quantidade de sais e indícios de poluição, impossibilita o uso múltiplo das águas, sendo impróprias para o uso doméstico. O abastecimento de água para uso humano é fornecida por poço subterrâneo perfurado pela prefeitura e concedido à Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA. Ademais, o acesso às técnicas de irrigação não são acessíveis à parte dos produtores, causando perdas da produção e desperdícios de água (Oliveira Junior, 2019).

Atualmente, o município de Canudos possui uma população de 16.105 pessoas, segundo dados do Censo de 2022, o que representa um aumento de 3,76% em relação ao Censo de 2010. Esses números indicam um crescimento populacional modesto, mas significativo, considerando as condições socioeconômicas adversas da região (IBGE, 2023).

Além disso, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Canudos reflete desafios históricos, sendo considerado baixo, especialmente nas dimensões de educação, saúde e renda, conforme apontado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ATLAS BRASIL, 2020).

No campo educacional, os dados indicam que 32,39% da população com 25 anos ou mais era analfabeta em 2010, enquanto apenas 1,93% haviam concluído o ensino superior. Esses índices revelam não apenas as limitações de acesso à educação formal, mas também a perpetuação de desigualdades estruturais no município (ATLAS BRASIL, 2020).

Embora programas de incentivo à educação estejam em implementação no Brasil, a cobertura e eficácia dessas políticas ainda são insuficientes para atender às necessidades da população canudense (Souza; Lima, 2018).

Na área de saúde, Canudos enfrenta problemas relacionados à infraestrutura limitada e ao acesso desigual aos serviços de saúde pública. O sistema de saúde local carece de profissionais qualificados, equipamentos e medicamentos, dificultando a resolução de questões básicas de saúde da população. Estudos recentes mostram que a mortalidade infantil e a prevalência de doenças evitáveis permanecem em níveis preocupantes na região (Silva *et al.*, 2021). Essas deficiências são agravadas por fatores socioeconômicos, que restringem o alcance e a efetividade das políticas públicas de saúde (Ministério da Saúde, 2022).

Canudos apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* baixo, evidenciando uma economia baseada em atividades de subsistência e pouco integrada a cadeias produtivas de maior valor agregado. A agricultura e a pecuária de pequeno porte são as principais atividades econômicas, mas enfrentam desafios como a falta de incentivos financeiros e tecnológicos (SEBRAE, 2021). A pastagem e as lavouras, dispersas sobre a depressão sertaneja, ocorrem alternadamente atendendo à dinâmica climática local, pastoreiam-se o gado bovino, caprino e ovino e plantam-se feijão, milho e mandioca. No período das chuvas, são produzidos os grãos e tubérculos. Na área irrigada, destaca-se a produção de bananas.

Além disso, o baixo índice de industrialização e a escassez de investimentos públicos e privados contribuem para a manutenção de um ciclo de pobreza que afeta grande parte da população (Moraes, 2020).

A formação histórica de Canudos é um exemplo emblemático da resistência popular às

injustiças sociais e políticas no Brasil. Apesar dos avanços pontuais, os desafios atuais em educação, saúde e economia demonstram a urgência de políticas públicas que promovam a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da região. Investimentos em infraestrutura, educação de qualidade e geração de emprego são essenciais para quebrar o ciclo de exclusão e garantir melhores condições de vida à população canudense (Santos, 2019).

O Parque Estadual de Canudos (BA): fundação, bases legais e tendências

O Parque Estadual de Canudos, fundado em 1986 através dos Decretos Estaduais de Nº 33.193/1986 e Nº 33.333/1986, compreendia uma área de preservação permanente - UC com 1.321 hectares. A área original do Parque foi reduzida para 462.0098 hectares através do Decreto Estadual Nº 20.896 de 19 de novembro de 2021. Atualmente vinculado ao *Campus Avançado de Canudos*, da Universidade do Estado Da Bahia - UNEB. O Parque fica situado em local que foi palco de sangrentas batalhas contra as forças do governo, constituindo-se em importante sítio histórico e arqueológico bélico.

A proximidade com áreas urbanas, potencializa usos antrópicos que pressionam e comprometem suas funções e objetivos enquanto UC, tornando indispensável a adoção de políticas públicas de gerenciamento socioambiental. Entretanto, a gestão das UCs tem estabelecido tensões e conflitos pelo uso dos seus espaços e do seu entorno.

Neste aspecto, vários estudos apontam a relevância da adoção do Turismo Cultural Sustentável e da Educação Ambiental Contextualizada (EAC) para a conservação dessas áreas, sobretudo, com o avanço da atividade turística (Oliveira *et al.*, 2020; Jacobi *et al.* 2009; Bueno, *et al.*, 2008).

Na próxima seção serão apresentadas justificativas e questão norteadora para a pesquisa empreendida.

Proposta da pesquisa, justificativa e questão norteadora

O presente estudo analisa a importância da preservação do patrimônio histórico-cultural do Parque Estadual de Canudos, na perspectiva de manutenção da memória da Guerra de Canudos, visando subsidiar a proposição do turismo histórico-cultural sustentável, no âmbito do Plano de Manejo do Parque Estadual de Canudos, Bahia. Expecta-se contribuir com a preservação da memória da Guerra de Canudos e conservação do patrimônio natural do Semiárido Baiano nas áreas protegidas do Parque Estadual de Canudos e em seu entorno, e decorrente mitigação de

conflitos ambientais oriundos de políticas de conservação ambiental. Ademais, serão sistematizados o uso e ocupação das aglomerações humana no entorno da área em estudo, fornecendo subsídios para uma convivência com as adversidades ambientais características do semiárido, para a melhoria da qualidade de vida da população, e conseqüentemente corroborando com a preservação e conservação dos recursos naturais do bioma Caatinga, bem como dos sítios históricos e arqueológicos locais.

Esta proposta justifica-se por uma confluência de fatores: A área de estudo constitui importante sítio histórico e arqueológico que preserva a memória da Guerra de Canudos (1896-1897), ademais, é considerada de importância biológica e prioritária para conservação, em virtude da predominância do bioma Caatinga, no qual há várias espécies endêmicas e ameaçadas de extinção.

Nesta perspectiva, a pergunta que orientou a proposição deste estudo foi:

Como a dimensão ecológica perpassa a gestão do patrimônio histórico-cultural do Parque Estadual de Canudos desde a sua criação, e como poderá ser inserida em um Programa de Turismo Histórico-cultural, no âmbito de seu Plano de Manejo?

Assim, com a proposta da pesquisa, sua justificativa principal e questão norteadora foi possível a construção, em foco, dos objetivos da pesquisa apresentados a seguir.

Objetivos da pesquisa: geral e específicos

O presente estudo tem por *objetivo geral*:

Analisar a relevância do Parque Estadual de Canudos para a preservação da memória e do patrimônio natural vinculados à Guerra de Canudos (BA), buscando subsidiar a proposição de um Programa de Turismo Histórico-Cultural Sustentável, no âmbito do Plano de Manejo do Parque Estadual de Canudos.

Expecta-se com este estudo a construção de subsídios para a proposição de um Programa de Turismo Histórico-Cultural Sustentável, no âmbito do Plano de Manejo do Parque Estadual de Canudos, e, para tal, tem-se como *objetivos específicos*:

1. Analisar o conceito de natureza enquanto categoria basilar do pensamento ocidental, abordando sua interação com a história e suas repercussões na relação homem-natureza, bem como, discutir os conceitos, e a origem da história ambiental no mundo e no Brasil;

2. Caracterizar, a partir de uma interpretação ecolinguística, o processo de formação do discurso euclidiano acerca da Guerra de Canudos, a influência das relações de poder em sua construção, e a repercussão sobre o discurso oficial vigente à época;
3. Discutir os contextos socioeconômico, político, cultural e ambiental subjacentes à Guerra de Canudos, enquanto fatores exoecológicos, bem como, a influência destes no processo de produção das reportagens e da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha;
4. Apresentar o histórico da criação e implantação do Parque Estadual de Canudos, sua base legal e a definição das funções e objetivos do Parque, quando de sua proposição;
5. Discutir a instalação e caracterização dos equipamentos e aparelhos patrimoniais localizados no Parque Estadual de Canudos, que visam estimular a contemplação do cenário e resgatar a literatura e a iconografia inspiradas na Guerra de Canudos;
6. Apresentar o processo de reestruturação fundiária do Parque Estadual de Canudos, sua base legal, e implicações para o processo de gestão administrativa, de geração/manutenção de conflitos ambientais e reflexos para a preservação do patrimônio histórico-cultural e natural;
7. Apresentar e discutir formas de inserção e implementação do Turismo Histórico-Cultural Sustentável, com vistas à incorporação de saberes locais, que preserve, inclusive, a memória de seus moradores e dos descendentes de combatentes, corroborando com a mitigação dos conflitos ambientais e com a preservação do patrimônio arqueológico, histórico e natural.

Para consubstanciar os objetivos elencados, adotou-se uma estratégia singular lastreada na descrição a seguir:

Estratégias metodológicas da pesquisa

Classificação da pesquisa

A modalidade de investigação adotada inscreve-se como um estudo de caso, definido como uma “investigação empírica de um fenômeno que pode dificilmente ser isolado ou dissociado do seu contexto” (Yin, 1993; 2005).

Ainda segundo o que preconiza Yin (1993) a validade interna do estudo de caso depende dos seguintes fatores: da qualidade e complexidade da articulação teórica subjacente ao estudo e da adequação entre o modo de análise escolhido e o modelo teórico. Meirinhos e Osório (2010), destacam que:

O estudo de caso como estratégia de investigação, é abordado por vários autores, como Yin (1993 e 2005), Stake (1999), Rodríguez *et al.* (1999), entre outros, para os quais um caso pode ser algo bem definido ou concreto, como um indivíduo, um grupo, ou uma organização, mas também pode ser algo menos definido ou definido num plano mais abstracto como, decisões, programas, processos de implementação ou mudanças organizacionais (Meirinhos; Osório, 2010, p.51).

Segundo Denis e Champagne (1997), o potencial explicativo desta modalidade se apoia na coerência estrutural e funcional das relações entre os componentes do caso. Assim, deriva mais da profundidade de análise que do número de unidades investigadas.

Os autores supracitados, ao discutirem a questão da validade externa de estudo de caso, argumentam que ele visa a uma generalização analítica, a qual se apoia no confronto da configuração empírica de vários casos similares a um quadro teórico particular, visando à verificação de réplica dos resultados.

Portanto, mesmo detendo um carácter particular, as conclusões advindas do estudo apresentam um potencial elevado de generalização lógica, ou seja, servem para explicar muitas situações análogas.

Ademais, uma coleta diversificada de dados, que inclua elementos quantitativos e qualitativos, torna-se imprescindível ao se realizar um estudo de caso, uma vez que, na presença de convergência de resultados, o uso de múltiplas fontes de informação sugere maior confiabilidade de dados (Hartz, 1997).

Universo da pesquisa, objetos de análise e respaldos fenomenológicos

No presente estudo, que ocorreu no universo inerente à historicidade e potencialidades regionais de Canudos, tem-se como objeto de análise o Parque Estadual de Canudos e sua importância na preservação do patrimônio histórico-cultural e natural vinculado à Guerra de Canudos. Fundado em 1986, através dos Decretos Estaduais de Nº 33.193/1986 e Nº 33.333/1986, compreendia uma área de preservação permanente - Unidade de Conservação com 1.321 hectares, A área original do Parque foi reduzida para 462.0098 hectares através do Decreto Estadual Nº 20.896 de 19 de novembro de 2021.

A escolha do Parque em questão para a realização dos estudos é respaldada por várias

razões enunciadas a seguir:

- 1- O Parque integra importantes áreas de terras, palco da Guerra de Canudos (1896 - 1897), abrigando valiosos sítios históricos e arqueológicos, além de sua importância biológica e prioritária para conservação, em virtude da predominância do bioma Caatinga;
- 2- As Unidades de Conservação - UCs vêm enfrentando conflitos ambientais envolvendo as populações locais e comprometendo sua dinâmica ecológica. Assim, as UCs são de grande importância para a preservação da natureza, e conseqüentemente possui função social intrínseca relacionada à transformação cultural das relações socioambientais (Vasconcellos, 2002);
- 3- Compromisso institucional com a comunidade local, dado que o Parque Estadual de Canudos é vinculado ao *Campus* avançado de Canudos, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Ademais, o Curso de Pós-Graduação em Crítica Cultural, vinculado ao Departamento de Linguística, Literatura e Artes - DLLARTES/UNEB, *Campus* II, localizado em Alagoinhas (BA), promoveu, em 2021.2, processo seletivo para 01 (uma) turma de doutorado, com projetos cujo objeto de pesquisa envolvesse o município de Canudos (BA);
- 4- As locações históricas e arqueológicas no Parque Estadual de Canudos são de grande importância para estimular o turismo na região e impulsionar a economia local.

Fonte de dados e procedimentos de coleta

Uma coleta diversificada de dados, que inclua elementos quantitativos e qualitativos, torna-se imprescindível ao se realizar um estudo de caso, uma vez que, na presença de convergência de resultados, o uso de múltiplas fontes de informação sugere maior confiabilidade de dados (Hartz, 1997). Portanto, do ponto de vista metodológico, construiu-se um percurso fundamentado na abordagem qualitativa, sem, contudo, ignorar as contribuições da abordagem quantitativa.

Desse modo, recorreu-se ao *Estudo de Caso*, que, mesmo não sendo um método específico, mas uma forma particular de estudo, possibilita compreender o objeto estudado como um único caso ou um conjunto de casos estudados em profundidade, singulares, em uma dada realidade multidimensional e historicamente situada (Ludke; André, 1986).

Visando discutir a adoção do Turismo Histórico-cultural Sustentável como política pública para gestão do Parque Estadual de Canudos, bem como, identificar e caracterizar os conflitos presentes no Parque Estadual de Canudos e em seu entorno, realizaremos a caracterização da área de estudo por meio de dados secundários produzidos por Órgãos

Ambientais, Institutos de Pesquisa, Secretarias de Meio Ambiente, além de dados primários, coletados *in loco*.

Pretendeu-se, assim, obter dados da evolução do uso e cobertura das terras das áreas ocupadas pela UC, além das características atuais, sob o ponto de vista dos próprios moradores do Parque, guias turísticos e demais informantes, empregando-se técnicas de pesquisa da cartografia participativa. Entende-se como mapeamento participativo “[...] aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e o insere em modelos mais convencionais de conhecimento.” (Herlihy; Knapp, 2003, p. 15).

O processo de cartografia participativa contribuirá para o conhecimento mais detalhado do território ocupado pelo Parque Estadual de Canudos, com relação aos usos feitos pelos moradores e pela administração do mesmo. A partir do conhecimento desta dinâmica de uso, pretende-se subsidiar a proposição e implementação de um Turismo histórico-cultural sustentável que contribuirá para a preservação da memória e do bioma Caatinga.

A presente proposta de trabalho foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e aprovada em janeiro de 2025 sob número de parecer 7.335.484 (link: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>) . Pretendeu-se envolver como participantes da pesquisa, membros adultos das famílias residentes na área demarcada originalmente, quando da criação do Parque, técnicos de órgãos ambientais do município, lideranças locais, além de 04 (quatro) guias turísticos locais. Após o redimensionamento fundiário da área do Parque Estadual de Canudos, 04 (quatro) famílias permanecem residindo na área sem os títulos de terra fornecidos pelo Governo Estadual. Atualmente, 04 (quatro) guias atuam na área do Parque.

Os critérios estabelecidos para a inclusão dos participantes foram: disponibilidade para participação nas oficinas; indivíduos indetificados como lideranças pela comunidade; moradores mais antigos na área; maiores de 18 anos. Comunicou-se aos participantes os termos da pesquisa sobre o direito de desistir, de não participar, sendo informado dados relacionados à pesquisa e às técnicas de cartografia participativo. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, e foi solicitada autorização para a realização de fotografias e gravações.

Nesta pesquisa não há riscos maiores nem danos à saúde do participante, entretanto, considerando principalmente as Resoluções Nº 510/2016 CNS e a Nº 466/2012 CNS, entre outras.

Destacamos as seguintes ações visando reduzir os danos/riscos associados à presente

pesquisa: minimizar desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder, questões constrangedoras; garantia de habilidade do pesquisador ao método de coleta (entrevista semiestruturada) e atentar aos sinais verbais e não verbais de desconforto; assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou comunidade, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou econômico-financeiro; Garantia de respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como aos hábitos e costumes da comunidade.

Análise de dados

Para a análise dos dados obtidos a partir da realização das oficinas e mediante entrevista semiestruturada, foi utilizado o método da Ecolinguística, e mais especificamente a Linguística Ecolinguística para análise do discurso (Albuquerque, 2018; Couto 2013, 2007). Com relação aos dados quantitativos, foram submetidos a apresentações estatísticas simples e percentuais, com o auxílio do Programa EXCEL - Microsoft 365, quando necessário.

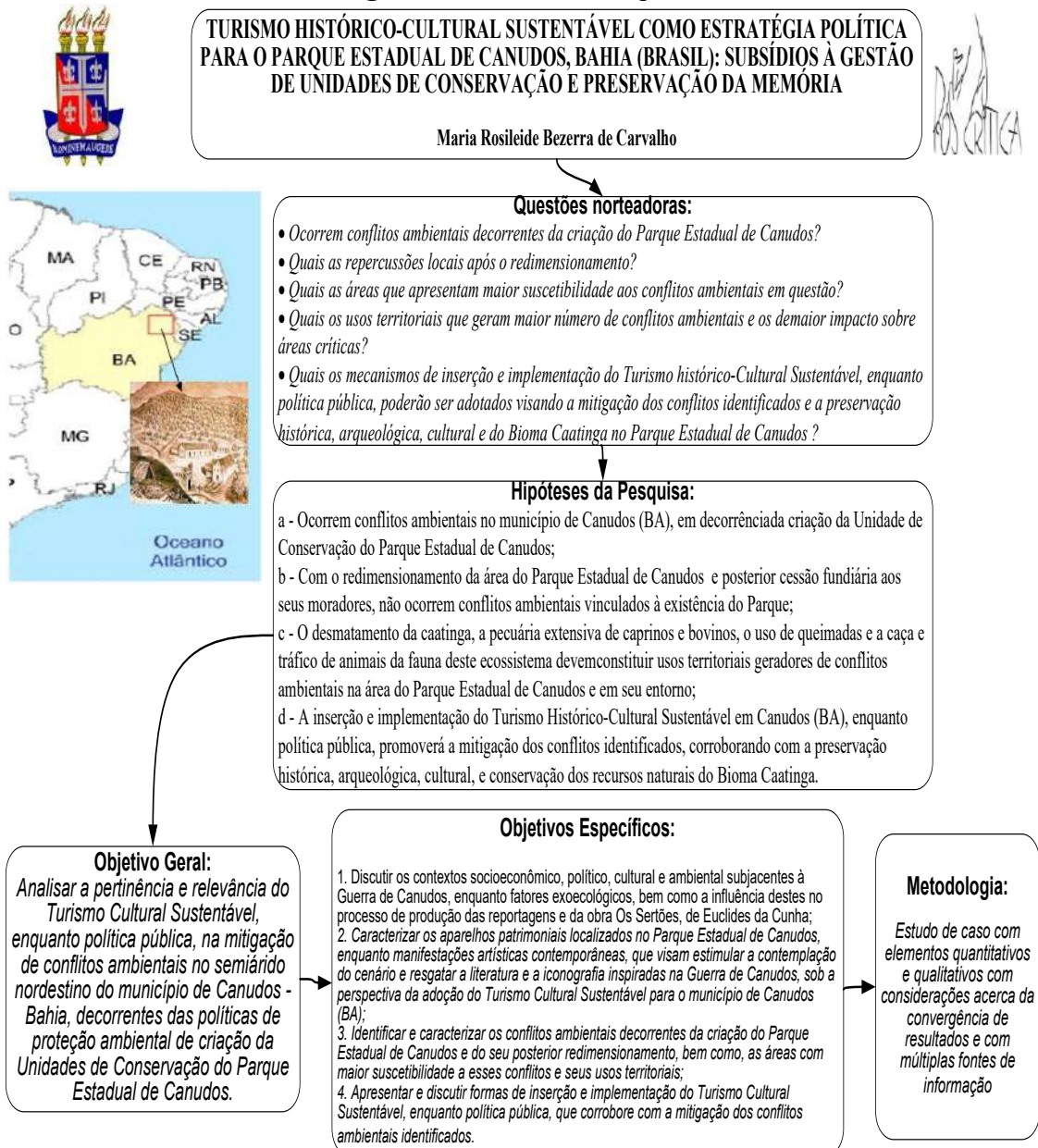
Defrontamo-nos e assumimos o desafio teórico-metodológico de realizar uma investigação que utilizará estratégias quantitativas e qualitativas para obtenção e análise de dados das Instituições e dos sujeitos estudados, articuladas com as questões políticas, ambientais e socioeconômicas vigentes.

Os mapas produzidos subsidiarão a incorporação de saberes locais na implementação de um turismo histórico-cultural sustentável que preserve, inclusive, a memória de seus moradores e dos descendentes de combatentes.

Aspectos inovacionais e singulares: o estado da arte e desenho da pesquisa

As características dos aspectos de inovação da pesquisa podem ser elencadas no conjunto da proposta que é ilustrado na Figura 1, a seguir:

Figura 1 Cenário da Pesquisa



Fonte: Própria autora, 2024.

Estrutura da tese

Esta tese encontra-se dividida, em seis capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais e Recomendações. A Introdução apresenta texto de aproximação ao tema, com lastro nos principais autores que versam sobre o mesmo e afins, seguido de descrição dos cenários e pressupostos da pesquisa, as justificativas, importância, a questão norteadora, seguidas da descrição do objetivo geral e específicos, bem como, da metodologia adotada.

O primeiro capítulo, intitulado *Natureza e história: resiliência e sinergismo na relação*

homem-natureza, apresenta uma discussão teórica acerca da evolução do conceito de natureza no pensamento ocidental. Buscando ilustrar divergências concernentes à relação entre historiografia e o tema natureza apresenta-se o pensamento filosófico proferido sobre o tema por Santo Agostinho, Baruch Spinoza e Félix Guattari. Em seguida, são discutidos os conceitos, e a origem da história ambiental, enquanto campo interdisciplinar, no mundo e no Brasil.

Procurando melhor contextualizar a relação entre natureza e o homem sertanejo, fez-se a análise dos elementos naturais como sujeitos da história, bem como os impactos dos fatores ambientais, notadamente os geomorfológicos, vegetacionais e climáticos no desenrolar da Guerra de Canudos. Ainda nesta seção, discute-se a importância ecológica do bioma Caatinga, suas características e aspectos relacionadas à degradação e conservação, bem como sua relevância para a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU.

No capítulo seguinte, *O discurso euclidiano sobre a Guerra de Canudos: uma interpretação ecolinguística de fontes históricas*, discute-se, inicialmente, a formação e atributos do sujeito nas principais correntes linguísticas modernas e seu papel na mudança linguística, respaldando a ecolinguística, enquanto campo teórico herdeiro dos preceitos ecosóficos, e opção metodológica para a análise de discurso, a ser empreendida no presente trabalho.

Ainda nesse capítulo, no tópico *Ecolinguística e a formação da visão holística e do sujeito ecológico*, são tratados de forma sucinta aspectos históricos e teórico-metodológicos que permeiam a proposição da ecolinguística, e mais especificamente da linguística ecossistêmica, como campo epistêmico para o enfrentamento das lacunas observadas nas demais teorias linguísticas, ao abordar-se interações entre os aspectos linguísticos e o meio ambiente. Em seguida, caracteriza-se, a partir de uma interpretação ecolinguística, o processo de formação do discurso euclidiano acerca da Guerra de Canudos, a influência das relações de poder em sua construção, e a repercussão sobre o discurso oficial vigente à época.

No terceiro capítulo intitulado *Percurso metodológico no estudo sobre o Parque Estadual de Canudos: a busca por uma abordagem linguístico-literária crítica*, apresenta-se o percurso metodológico adotado para o presente estudo. Inicialmente discutiu-se o histórico, objetivos e perspectivas do Curso de Doutorado em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia, bem como, sobre a atuação de seus egressos. Em seguida, são apresentadas algumas inter-relações possíveis entre a biologia e a crítica cultural, enquanto domínios epistêmicos, incluindo a ecocrítica e a ecolinguística como representações da interseção linguístico-literária com a crítica cultural.

Na sequência, foi abordado o estudo de caso como estratégia de investigação qualitativa para a pesquisa ora empreendido. Para tanto, realizou-se breve introdução à pesquisa qualitativa, suas características, técnicas, tipos e principais métodos. Adicionalmente, discorreu-se sobre o uso da entrevista, enquanto técnica utilizada na pesquisa qualitativa, e para a coleta de dados do presente trabalho.

A cartografia participativa foi apresentada enquanto metodologia de análise territorial a ser empreendida no presente estudo. Com tal propósito, apresentou-se sua conceituação, finalidades e as experiências no Brasil e no mundo.

Ademais, para a análise dos dados obtidos a partir da realização das oficinas e mediante aplicação entrevista semiestruturada, foi utilizado o método da Ecolinguística, e mais especificamente a Linguística Ecológica para análise do discurso (Albuquerque, 2018; Couto 2013, 2007). Nesta perspectiva, discutiu-se a Resiliência Ecológica como conceito-chave para a sustentabilidade.

Por sua vez, o quarto capítulo, *O Parque Estadual de Canudos: o uso do turismo histórico-cultural como estratégia para a preservação do patrimônio histórico e natural*, apresenta os resultados obtidos a partir da pesquisa documental e bibliográfica empreendida. Inicialmente, analisa-se a importância da preservação do patrimônio histórico-cultural do Parque Estadual de Canudos, na perspectiva de manutenção da memória da Guerra de Canudos, confrontando-a ao esquecimento e ao mal de arquivo (Derrida, 1930). Na sequência, apresenta-se o histórico da criação e implantação do Parque Estadual de Canudos, sua base legal e a definição das funções e objetivos do Parque, quando de sua proposição. Discute-se o processo de pesquisa arqueológica e monumental empreendida, bem como, a instalação e caracterização dos equipamentos e aparelhos patrimoniais localizados no Parque, enquanto manifestações artísticas contemporâneas, que visam estimular a contemplação do cenário e resgatar a literatura e a iconografia inspiradas na Guerra de Canudos.

No quinto capítulo, intitulado *Reestruturação fundiária do Parque Estadual de Canudos: desafios e perspectivas*, contextualiza-se o processo de regulamentação fundiária do Parque, sua base legal, e implicações para sua gestão administrativa, geração/manutenção de conflitos ambientais, e reflexos para a preservação do patrimônio histórico-cultural e natural.

No sexto e último capítulo, *Parque Estadual de Canudos: memória, fé e resiliência*, são discutidos os resultados obtidos a partir da realização da pesquisa etnográfica, com vistas à incorporação de saberes locais na implementação de um turismo histórico-cultural sustentável que preserve, inclusive, a memória de seus moradores e dos descendentes de combatentes.

Finaliza-se, com a apresentação das *Considerações finais e recomendações da tese*, seguida pelos elementos pós-textuais.

1. NATUREZA E HISTÓRIA: RESILIÊNCIA E SINERGISMO NA RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA

1.1. Considerações preliminares

A exposição a seguir nos encaminha para uma relação entre ciência, tecnologia e a exploração da natureza, que foi moldada por uma série de equívocos, principalmente no que concerne ao darwinismo e à ideia de progresso tecnológico. A distorção da teoria da evolução como justificativa para práticas de dominação e exploração, desconsiderou a interdependência da vida na Terra. Para avançar em direção a um futuro mais sustentável é necessário repensar essas interações, incorporando uma perspectiva ética e ecológica que reconheça os limites naturais e a importância de preservar o equilíbrio dos ecossistemas.

Assim, um dos pilares do pensamento ocidental é representado pela construção do conceito de natureza enquanto categoria unificadora de uma realidade complexa, composta por diferenciações que buscam estabelecer a especificidade do fenômeno humano diante do referencial básico de natureza.

1.2. O Conceito de natureza no pensamento ocidental

A evolução do conceito de natureza, como categoria unificadora, no Ocidente constitui trajetória complexa que acompanha as transformações culturais, filosóficas e científicas ao longo dos séculos. Desde a Antiguidade Grega até as últimas décadas do século XX, o relacionamento entre o homem e a natureza, a práxis humana em relação ao meio ambiente e a auto-concepção das ciências naturais se transformaram profundamente. Cada época traz diferentes interpretações do triângulo Deus-homem-natureza, variando desde uma harmonia espiritual na Antiguidade até o domínio científico e tecnológico da modernidade, ou seja, um conjunto de oposições que buscou estabelecer a especificidade da existência humana diante do referencial básico da natureza.

Na Antiguidade Grega, a natureza (*physis*) era entendida como uma totalidade viva e organizada, e o ser humano fazia parte desta ordem cósmica. A observação da natureza era vista como essencial para o conhecimento, sendo o pensamento filosófico dos pré-socráticos, como Heráclito e Parmênides, marcado pela busca de princípios imutáveis na natureza.

Aristóteles, um dos principais pensadores da época, via a natureza como um processo dinâmico, regido por causas finais e intrínsecas (Aristóteles, 2007). Ele estabeleceu uma

distinção entre a natureza e a arte (*techné*), na qual a *techné* era uma intervenção humana na ordem natural, mas sempre limitada pela própria *physis*. Esta interdependência entre homem e natureza também moldou a *práxis* humana. A relação entre o homem e o ambiente natural era de contemplação e adaptação, e a exploração da natureza tinha limites filosóficos e éticos. Segundo Mourelatos (1993), a triangulação Deus-homem-natureza, no contexto grego, situava o divino, principalmente os deuses olímpicos ou o conceito de um princípio superior, como a fonte de ordem no universo. O ser humano era visto como racional e capaz de compreender essa ordem, mas ainda sujeito às forças da natureza e do destino.

Na Idade Média, o cristianismo trouxe uma visão teológica da natureza, concebida como criação divina, hierarquicamente organizada, e destinada a um fim providencial. A natureza foi reinterpretada como uma obra de Deus, cujo ordenamento refletia a perfeição do Criador (Agostinho, 2012). Esta mudança introduziu uma relação hierárquica mais rígida entre Deus, o homem e a natureza. Assim, o ser humano, criado à imagem de Deus, tinha o dever de preservar a ordem natural, ao mesmo tempo que sua *práxis* estava limitada pela moralidade cristã. A *práxis* humana, não era apenas uma intervenção técnica, mas também uma tarefa espiritual. Ao unir a filosofia aristotélica com a teologia cristã, Tomás de Aquino reafirmou que a razão humana poderia conhecer a natureza como reflexo da ordem divina. Porém, a natureza em si não tinha mais a mesma autonomia que possuía no pensamento grego, pois tornara-se dependente e subordinada à vontade de Deus. Assim, a triangulação Deus-homem-natureza era marcada pela centralidade de Deus enquanto criador e regulador da ordem natural, com o homem ocupando o papel de regente da Criação (Aquino, 2009).

Com o advento da modernidade, especialmente no período do Renascimento e da Revolução Científica, a percepção da natureza mudou profundamente. O surgimento do método científico transformou a maneira como a natureza era observada e manipulada. René Descartes, por exemplo, propôs uma visão mecanicista do mundo natural, tratando a natureza como uma máquina composta por partes que poderiam ser compreendidas e controladas pela razão humana, marcando o início de um deslocamento da *práxis* humana, que passou de uma contemplação da natureza para uma exploração ativa e racional (Descartes, 2006).

O homem começou a ser visto como o centro do conhecimento e da ação, e a natureza, que antes tinha um valor intrínseco, passou a ser vista como um objeto de estudo e exploração. Francis Bacon, outro importante pensador da época, reforçou esta visão, ao postular que a ciência deveria dominar e submeter a natureza em prol da melhoria da vida humana (Bacon, 2010). Alterações significativas ocorrem para a tríade Deus-homem-natureza: embora Deus ainda fosse reconhecido como criador, a intervenção humana, por meio da ciência, passou a ser

vista como a principal forma de compreender e transformar o mundo natural. A ciência natural, nessa fase, começou a ser concebida como um empreendimento autônomo, capaz de desvendar os segredos da natureza sem depender de explicações teológicas (Galilei, 2008).

A segunda fase da Modernidade, que compreendeu o século XIX e início do século XX, foi marcada pela consolidação da ciência moderna e pelo avanço das revoluções industriais. A teoria da evolução de Charles Darwin, apresentada em *A Origem das Espécies*, constituiu impacto profundo na compreensão da natureza, sugerindo que a vida evolui através de processos naturais, sem a necessidade de intervenção divina (Darwin, 2009). Representando, portanto, uma ruptura com a visão anterior da natureza como uma ordem fixa e imutável, passando a ser vista como dinâmica e sujeita à mudança. A *práxis* humana, neste período, foi marcada por uma exploração intensa dos recursos naturais, impulsionada pelo desenvolvimento industrial e tecnológico.

Assim, na triangulação Deus-homem-natureza, a secularização avançou, afastando Deus do centro da explicação do mundo natural. A ciência, agora plenamente emancipada das tradições religiosas, passou a ser vista como a única via legítima para compreender a natureza. O homem assumiu um papel dominante, não apenas no conhecimento, mas também no controle e na transformação da natureza. Este controle, no entanto, foi muitas vezes exercido de forma predatória, levando ao início de debates sobre as consequências ambientais e éticas desse novo paradigma (Marx, 2013).

A relação entre ciência e tecnologia, especialmente no contexto do darwinismo e da exploração da natureza, revela como a compreensão humana do mundo natural foi moldada por diferentes visões filosóficas, ideológicas e científicas ao longo do tempo. Desde o advento da Revolução Científica, no século XVII, até o final do século XX, a ciência e a tecnologia foram amplamente vistas como forças capazes de dominar a natureza e melhorar a condição humana. No entanto, essa perspectiva criou uma série de equívocos, particularmente no que diz respeito à aplicação das ideias darwinistas e à exploração intensiva dos recursos naturais. Esses equívocos distorceram o entendimento sobre os limites da natureza, promovendo uma visão utilitarista e muitas vezes destrutiva do meio ambiente.

A teoria da evolução, desenvolvida por Charles Darwin em *A Origem das Espécies* (1859), representou uma ruptura com as visões fixistas e teológicas da natureza que predominavam até então. Darwin apresentou o conceito de seleção natural como um mecanismo pelo qual as espécies se adaptam ao ambiente, e essa ideia, no contexto científico, foi revolucionária ao sugerir que a vida não era estática, mas sim o resultado de um processo

contínuo de mudança. Entretanto, a popularização da teoria darwiniana, especialmente no final do século XIX, foi acompanhada por distorções e equívocos que contribuíram para a legitimação de práticas de exploração tanto social quanto ambiental. Para Bowler (1992), o denominado *darwinismo social* deturpou o conceito de *sobrevivência do mais apto*, aplicando-o a contextos econômicos e políticos, onde a competição desenfreada foi promovida como uma lei natural que justificava a desigualdade e a exploração.

No campo da exploração da natureza, a interpretação errônea do darwinismo contribuiu para reforçar a ideia de que o ser humano era uma espécie superior, destinada a dominar o mundo natural. Essa visão foi intensificada pela Revolução Industrial, que trouxe consigo uma confiança crescente nas capacidades humanas de controlar e transformar a natureza por meio da ciência e da tecnologia. A máquina, a engenharia e a química passaram a ser vistas como extensões da vontade humana, capazes de superar as limitações impostas pela natureza, desconsiderando-se os impactos negativos de tal exploração. A lógica do progresso ilimitado, em grande parte derivada do racionalismo cartesiano e do positivismo científico, levou à práticas industriais que esgotaram recursos naturais, poluíram o meio ambiente e causaram a extinção de diversas espécies (Descartes, 1996).

A obra de Rachel Carson, *Silent Spring* (1962), trouxe uma crítica contundente a essa mentalidade exploratória, particularmente no uso indiscriminado de pesticidas químicos. Carson argumentou que a confiança indiscriminada na tecnologia, sem considerar efeitos ecológicos, era perigosa e irresponsável. Sua obra expôs como a ciência, em muitos casos, havia sido corrompida pelos interesses econômicos, promovendo uma visão de progresso que ignorava a interdependência dos sistemas naturais. Ademais, propôs uma visão mais holística e integrada da natureza, na qual o ser humano deveria atuar como guardião, e não como explorador, dos recursos naturais (Carson, 1962).

Ademais, o equívoco de que a natureza é exclusivamente um campo de competição implacável foi gradualmente desafiado pelo avanço das ciências ecológicas. A visão simplista *da sobrevivência do mais forte* foi substituída por uma compreensão mais complexa, que incluiu a cooperação, a simbiose e a interdependência entre as espécies. Cientistas como Lynn Margulis e Dorion Sagan, em suas pesquisas sobre simbiose e evolução, argumentaram que a cooperação era um fator tão importante quanto a competição na evolução das espécies (Margulis; Sagan, 2003). A perspectiva ecológica enfatiza que a exploração da natureza com base na lógica da dominação e do controle é insustentável, pois ignora a fragilidade e a interdependência dos ecossistemas.

A ciência e a tecnologia, embora tenham proporcionado avanços significativos para a

humanidade, também criaram uma série de desafios éticos e ambientais. O entendimento mecanicista da natureza, que se consolidou com o Iluminismo e a Revolução Industrial, reduziu o mundo natural a uma gama de recursos a serem explorados e controlados. A visão tecnocrática do progresso, aliada aos equívocos vinculados às ideias darwinistas, contribuiu para a degradação e crise ambiental, ao justificar práticas de exploração com base em uma leitura superficial da seleção natural. Esse paradigma ignorava o fato de que a ciência deve basear-se em princípios éticos que levem em conta os limites do planeta e a preservação dos ecossistemas para as gerações futuras (Capra, 1982).

Nas últimas décadas do século XX, a crise ambiental global e o surgimento de movimentos ambientalistas trouxeram uma nova reflexão sobre a relação entre o homem e a natureza. A *práxis* humana, que até então havia sido marcada pela exploração intensiva dos recursos naturais, passou a ser criticada. O conceito de sustentabilidade emergiu como uma alternativa ao modelo exploratório vigente, sugerindo que a humanidade deveria adotar práticas mais equilibradas e respeitosas em relação à natureza (Lovelock, 2007).

Nesta perspectiva, o filósofo norueguês Arne Naess desenvolveu o conceito de ecologia profunda, propondo uma ética ambiental que reconhece o valor intrínseco da natureza, independentemente de sua utilidade para o homem (Naess, 1989). Configura-se o retorno a uma concepção de interdependência entre o homem e a natureza, embora em um contexto totalmente novo, onde a ciência e a tecnologia desempenham papéis fundamentais. A tríade Deus-homem-natureza, agora quase inteiramente secularizada, destacou a responsabilidade do ser humano em preservar o ambiente natural para as gerações futuras.

A coexistência obrigatória do homem com as estruturas e processos biofísicos existentes no planeta Terra, incluindo demais espécies em evolução, determina a experiência histórica dos seres humanos. Essa coexistência, assim como a produção cultural de imagens e concepções sobre a natureza, constitui fundamento para a experiência histórica.

A relação entre historiografia e o tema natureza sempre foi conflituoso ao longo da trajetória humana no planeta. Buscando ilustrar tais divergências e embates serão apresentados, a seguir, o pensamento filosófico acerca da natureza proferido por Santo Agostinho, Baruch Spinoza e Félix Guattari

1.3. O pensamento filosófico da natureza em Santo Agostinho, Baruch Spinoza e Félix Guattari

O pensamento filosófico acerca da natureza em Santo Agostinho, Baruch Spinoza e Félix Guattari representa três abordagens distintas, marcadas pelas influências culturais,

religiosas e científicas de suas respectivas épocas. Estes pensadores oferecem visões sobre a relação entre o ser humano e o mundo natural, variando desde uma compreensão da natureza como criação divina, passando por uma concepção panteísta, até chegar a uma abordagem ecossistêmica que integra as esferas ambiental, social e subjetiva. A seguir, uma análise das contribuições de cada um desses pensadores e de como suas ideias moldaram o entendimento filosófico da natureza, precedida de breve biografia.

1.3.1. Santo Agostinho: A natureza como criação divina e reflexo do pecado original

Aurélio Agostinho nasceu em 354 em Tagaste, norte da África romana. Com temperamento forte e rebelde, possuiu uma vida desregrada antes de sua conversão. Entretanto, sempre se dedicou aos estudos clássicos, particularmente os latinos. Em 374 aderiu ao maniqueísmo. Também dedicou muitos anos ao ensino da Retórica. Com 29 anos, em 383, foi para Roma a fim de continuar os ensinamentos retóricos. Neste mesmo período o exemplo e a palavra do bispo Ambrósio persuadiram Agostinho sobre o cristianismo. Aos 25 de abril de 387 foi batizado por Santo Ambrósio. A vida de Santo Agostinho foi de contínua busca pela verdade e luta contra o erro. Em 391 foi ordenado sacerdote; e, em 395 foi sagrado bispo de Hipona. Combateu as doutrinas contra a Igreja: o maniqueísmo, o donatismo e o pelagianismo. Morreu aos 28 de agosto de 430, quando os Vândalos sitiaram a cidade de Hipona (Reale; Antiseri, 2007).

Um dos maiores teólogos do cristianismo, desenvolveu uma visão da natureza profundamente arraigada na doutrina cristã. Para Agostinho, a natureza era obra de Deus, criada *ex nihilo* (do nada), e refletia a perfeição divina. Defendia que o mundo natural era bom em sua essência, visto ser produto da vontade de Deus. Entretanto, após o pecado original, a relação entre o ser humano e a natureza foi alterada profundamente. Agostinho acreditava que a queda do homem havia corrompido não apenas a humanidade, mas também a criação, resultando em uma desordem que permeava o mundo natural, assim, homem e natureza precisavam de redenção (Agostinho, 1997).

Ainda, segundo Agostinho, a natureza não era autossuficiente, pois dependia continuamente da vontade divina para existir e se manter em ordem. Esta visão refletia o dualismo cristão que diferenciava a criação divina do Criador. Assim, a natureza era um instrumento pelo qual Deus revelava sua sabedoria e poder, mas não podia ser compreendida

plenamente sem o auxílio da revelação e da fé (Agostinho, 1997). Havia, portanto, uma hierarquia na qual a realidade material era inferior à espiritual, e o conhecimento da natureza, embora importante, era secundário em relação ao conhecimento de Deus.

Ademais, em suas *Confissões*, Agostinho utilizou a ideia de que o mundo natural seria uma espécie de "livro" que apontava para o Criador, no qual a ordem e a beleza da criação são sinais da presença divina. Essa metáfora contribuiu para o desenvolvimento de uma teologia natural, onde a observação da natureza poderia levar à contemplação do Criador. Entretanto, esse conhecimento só teria valor se guiado pela fé, pois o estudo isolado da natureza poderia levar ao orgulho intelectual e ao desvio da verdade espiritual (Agostinho, 1997).

1.3.2. Baruch Spinoza: natureza e Deus como uma única substância

Baruch Spinoza (1632-1677) foi um filósofo nascido na Holanda de pais judeus portugueses, obrigados a abandonar Portugal pelo longo período de perseguições que se sucedeu ao mencionado édito de expulsão de D. Manoel I, ocorrido em 30 de novembro de 1496. Os Espinosa eram típicos sefaraditas portugueses, ou seja, legítimos membros da *Nação Judaica Portuguesa*. Spinoza falava espanhol, português como língua materna, holandês, francês e o ladino (português espanholado falado pelos judeus ibéricos). Além disso, conhecia bem o latim e o hebraico ao qual dedicaria uma Gramática da Língua Hebraica. Em decorrência da forma radical com que sempre defendeu suas ideias, sem fazer concessões, morreu pobre como polidor de lentes, ofício que provocou infecção pulmonar e morte precoce (Ponczek, 2009).

Baruch Spinoza, apresentou uma concepção revolucionária da natureza, que desafiava tanto o dualismo cartesiano quanto as concepções teológicas tradicionais da época. Em sua obra *Ética*, Spinoza propôs que Deus e a natureza eram uma única substância infinita. Este sistema filosófico, conhecido como panteísmo, rejeitava a distinção entre o Criador e a criação, afirmando que tudo o que existe é parte de Deus, denominando-a *Natura naturans*, ou *natureza que cria* (Spinoza, 2007). Distinta da visão de Agostinho, onde a natureza estava subordinada a Deus e separada dele, para Spinoza, Deus era a própria essência da natureza.

Spinoza argumentava que a natureza, como expressão de Deus, opera segundo leis racionais e imutáveis, sem intervenção sobrenatural. Dessa forma, a natureza não é uma criação externa ou contingente, mas um sistema autossuficiente que segue sua própria lógica interna. Para Spinoza, compreender essas leis naturais seria equivalente a conhecer Deus. Ele rejeitava

a ideia de que a natureza deveria ser controlada ou manipulada pelo homem, e que, contrariamente, precisaria ser promovida uma ética de viver baseada na razão, o que implicava necessariamente em respeitar as leis naturais (Spinoza, 2007). Essa visão ofereceu uma perspectiva holística e determinista do mundo, na qual tudo está interligado e segue uma ordem própria.

A filosofia de Spinoza também trouxe implicações éticas importantes. Ao afirmar que tudo na natureza é parte de Deus, ele eliminou a hierarquia entre o ser humano e o mundo natural, postulando que o homem não é superior à natureza, mas parte dela. Esta concepção promoveu uma visão igualitária, na qual a ética se baseava no conhecimento da interconectividade do universo, antecipando de certo modo, as teorias ecológicas contemporâneas, que enfatizam a interdependência de todos os seres vivos. A liberdade, para Spinoza, não estava em dominar a natureza, mas em compreender e viver em harmonia com suas leis (Spinoza, 2007).

1.3.3. Félix Guattari: ecologia integrada e a relação entre natureza, subjetividade e sociedade

Pierre-Félix Guattari nasceu em 1930, em Villeneuve-les-Sablons, França. Ainda adolescente, envolveu-se com a militância trotskista e o Partido Comunista Francês. Entre 1948 e 1958, foi membro do Partido Comunista Internacionalista. Em 1951, após abandonar o curso de farmácia, ingressou na graduação em filosofia na Universidade de Paris-Sorbonne. Durante esse período, entrou para a militância estudantil comunista e anticolonialista, contribuindo para a causa política e o financiamento da Frente de Libertação Nacional (FLN) argelina. Em 1953, abandonou o curso de filosofia e passou a frequentar os seminários de Jacques Lacan, que se tornou seu analista.

No mesmo ano, começou a trabalhar na clínica La Borde, recém-fundada por Jean Oury, onde ocuparia o cargo de diretor administrativo a partir de 1957. Em 1969, conheceu Gilles Deleuze, que viria a se tornar seu principal colaborador, com quem desenvolveria o campo da esquizoanálise, além de ser coautor de algumas de suas principais obras e coorganizador de uma série de palestras e seminários. Continuou envolvido em projetos políticos e intelectuais até sua morte em 1992 (Liblik, 2015).

Félix Guattari desenvolveu uma visão da natureza profundamente arraigada nas crises ecológicas e sociais contemporâneas. Em sua obra *As Três Ecologias*, Guattari argumenta que a crise ambiental é inseparável das crises sociais e subjetivas, tornando-se necessário um novo

paradigma para entender a relação entre a natureza e a sociedade (Guattari, 2009). Para tanto, propõe o conceito de ecologia integrada, que inclui três dimensões: a ecologia ambiental, a ecologia social e a ecologia mental (ou subjetividade humana). Estas três esferas estariam interligadas e devem ser abordadas conjuntamente para o enfrentamento dos desafios globais.

Guattari criticava a visão mecanicista da natureza que predominou desde a Revolução Industrial, na qual o meio ambiente era visto apenas como um recurso a ser explorado. Ele argumentava que a exploração desenfreada dos recursos naturais era resultado de uma visão reducionista que ignorava a complexidade das interrelações entre os seres humanos, os ecossistemas e as estruturas sociais (Guattari, 2009). A crise ecológica, portanto, não era apenas uma questão de degradação ambiental, mas também uma crise de subjetividade humana, na qual os indivíduos estavam alienados de si mesmos e do mundo ao seu redor. O filósofo também destacava a importância da mudança das formas de subjetividade para enfrentar os desafios ecológicos.

Ademais, acreditava que a mudança ambiental só seria possível com a transformação das formas de pensar e de se relacionar com a natureza. Em sua abordagem, a subjetividade humana não é separada da natureza, mas faz parte de um ecossistema mais amplo que inclui os aspectos culturais, sociais e psíquicos. A ecologia integrada de Guattari implica em uma revalorização das práticas sociais e culturais, de modo que a preservação do meio ambiente esteja intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de novas formas de viver e pensar (Guattari, 2009).

Assim, o pensamento filosófico sobre a natureza em Santo Agostinho, Baruch Spinoza e Félix Guattari ilustra a complexidade das abordagens acerca da relação entre o ser humano e o mundo natural. Enquanto Santo Agostinho via a natureza como criação divina, subordinada à vontade de Deus e impactada pelo pecado original, Spinoza rejeitava essa separação, propondo uma visão unificada de Deus e da natureza como uma única substância infinita. Já Guattari, com sua ecologia integrada, propôs uma visão contemporânea que entrelaça as esferas ambiental, social e subjetiva, destacando a necessidade de uma transformação radical na maneira como a natureza é compreendida e abordada. Os três pensadores oferecem visões fundamentais para o debate filosófico sobre a natureza, suas interações com o ser humano e as implicações éticas de nossa relação com o meio ambiente.

Nesta perspectiva, serão discutidos na próxima seção os conceitos e origem da história ambiental, enquanto campo interdisciplinar pujante na abordagem das interações entre as sociedades humanas e o meio ambiente ao longo do tempo.

1.4. Conceitos e origem da história ambiental no mundo e no Brasil

A história ambiental, enquanto campo interdisciplinar, tem se consolidado como uma área de estudo fundamental para compreender as interações entre sociedades humanas e o meio ambiente ao longo do tempo. Emergindo a partir de um contexto de crescente preocupação com a crise ecológica global nas décadas de 1960 e 1970, a história ambiental se distancia da historiografia tradicional ao integrar a natureza como agente ativo no processo histórico. Nesse sentido, figuras como Donald Worster, Enrique Leff e Regina Horta Duarte desempenharam papéis cruciais na construção teórica e metodológica do campo, contribuindo para a ampliação de seu escopo e relevância tanto no contexto global quanto no Brasil. A história ambiental oferece um olhar inovador ao reconhecer que a exploração dos recursos naturais, as crises ecológicas e as respostas das sociedades a esses desafios estão profundamente entrelaçadas com os processos históricos de desenvolvimento social, econômico e político (Worster, 1991; Leff, 2001; Horta, 2010).

1.4.1. Conceitos fundamentais da história ambiental

Entre os conceitos centrais que moldam o campo da história ambiental, o conceito de agência da natureza, elaborado por Donald Worster, é um dos mais relevantes. Ele sugere que a natureza não deve ser vista apenas como um pano de fundo estático para as ações humanas, mas como um agente dinâmico que participa ativamente dos processos históricos. Através desse conceito, Worster argumenta que eventos naturais, como desastres ecológicos, secas, enchentes e mudanças climáticas, influenciam diretamente a organização das sociedades humanas e o curso da história. Como demonstrado por Worster em sua obra *Dust Bowl* (1985), a devastação do meio ambiente resultou em crises econômicas e migrações em massa, evidenciando como a interação entre natureza e sociedade pode gerar consequências históricas significativas (Worster, 1985).

Segundo Buriti e Aguiar (2012), o fenômeno das secas historicamente marcou a região Nordeste do Brasil e alterou as relações estabelecidas entre campo e cidade, levando governos e populações a buscarem alternativas, com destaque para as migrações, visando solucionar as adversidades trazidos nos períodos de secas prolongadas. O Sul se transformou no Eldorado mítico de milhares de nordestinos expulsos do Semiárido em busca da “terra desconhecida e

civilizada”. [...] Essa migração se deu, também, em direção ao Norte, à Amazônia” (Buriti e Aguiar, 2012 p. 5).

Outro conceito crucial para a história ambiental é o de racionalidade ecológica, desenvolvido por Enrique Leff. Este autor propõe que o modelo de desenvolvimento baseado no capitalismo industrial ignora os limites ecológicos dos sistemas naturais, resultando em crises ambientais. Segundo ele, a racionalidade produtivista, que impulsionou a modernização econômica, precisa ser substituída por uma racionalidade ecológica que considere a sustentabilidade como um princípio norteador das atividades humanas. Ainda segundo o autor, a adoção de práticas sustentáveis, como o manejo agroflorestal e o uso racional da biodiversidade, é fundamental para reverter esse processo de destruição ambiental, garantindo um desenvolvimento que esteja em equilíbrio com os ciclos naturais (Leff, 2001).

Quanto à Caatinga, as raras políticas públicas empreendidas têm enfatizado o uso alternativo do solo em detrimento do manejo florestal e dos sistemas agroflorestais, verdadeiras vocações do Bioma (Buriti e Aguiar, 2012).

Assim, no contexto da história ambiental, essa racionalidade ecológica crítica nos permite repensar o legado histórico de exploração dos recursos naturais e considerar alternativas mais sustentáveis para o futuro.

Ademais, o conceito de memória ecológica trazido por Regina Horta Duarte destaca a importância das narrativas culturais sobre o meio ambiente. A memória ecológica refere-se às formas pelas quais diferentes sociedades constroem suas percepções sobre a natureza e os recursos naturais, moldando práticas culturais e políticas de conservação. Por exemplo, a criação de parques nacionais no Brasil no início do século XX foi um reflexo tanto da pressão de cientistas e naturalistas preocupados com a preservação da biodiversidade quanto do interesse econômico em desenvolver o turismo ecológico (Horta, 2010).

Buriti e Aguiar (2012), destacam que historiadores das relações entre história e natureza, identificam frequentemente espaços nos quais as escolhas humanas são preservadas apesar da ação dos fatores ambientais intervenientes. Os autores concluem: “É certo que a natureza e os fatores sociais e históricos influenciam nossas escolhas até certo ponto, sem, entretanto, determiná-las em absoluto” (Buriti e Aguiar, 2012, p. 17).

Assim, o conceito de memória ecológica revela como as percepções culturais e históricas moldam a maneira como as sociedades lidam com a conservação ambiental, evidenciando a importância de compreender essas narrativas na formulação de políticas de preservação.

1.4.2. Origem da história ambiental no mundo

A história ambiental como campo acadêmico formal surgiu nas décadas de 1960 e 1970, em meio ao crescimento dos movimentos ambientalistas e à crescente conscientização sobre os danos causados pela industrialização e pela exploração intensiva dos recursos naturais. Durante esse período, eventos como a publicação de *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson, despertaram a opinião pública para questões ambientais prementes (Carson 1962). Este despertar da consciência ecológica levou à demanda por uma abordagem mais ampla que conectasse os problemas ambientais ao desenvolvimento histórico.

Nos Estados Unidos, Donald Worster e outros historiadores como Alfred Crosby e William Cronon desempenharam papéis centrais na consolidação da história ambiental como campo de estudo. Worster, em sua obra *The Ends of the Earth* (1988), propôs que a história fosse analisada a partir de uma perspectiva ecológica, integrando o papel das forças naturais e os impactos das atividades humanas sobre os ecossistemas. Já Alfred Crosby, em *Ecological Imperialism* (1986), investigou como a colonização europeia das Américas, da África e da Oceania transformou radicalmente os ecossistemas locais, introduzindo espécies exóticas que reconfiguraram a flora, a fauna e, em muitos casos, as populações humanas. Crosby cunhou o termo "imperialismo ecológico" para descrever como a introdução de plantas, animais e doenças pelos colonizadores europeus devastou as ecologias e sociedades indígenas (Crosby, 1986). Essas abordagens ajudaram a consolidar a história ambiental como um campo interdisciplinar que se beneficiava da colaboração entre historiadores, cientistas ambientais, ecologistas e geógrafos.

William Cronon também ofereceu contribuições valiosas para o campo ao investigar como as transformações ambientais influenciaram o desenvolvimento das cidades e das economias regionais. Em *Nature's Metropolis* (1991), Cronon analisou a inter-relação entre a cidade de Chicago e os ecossistemas que a cercavam, demonstrando como o comércio de grãos, madeira e carne estava diretamente ligado à transformação de vastas áreas naturais. Ao conectar a história urbana com a história ambiental, Cronon mostrou que o desenvolvimento econômico das cidades não pode ser entendido separadamente da exploração dos ecossistemas naturais (Cronon, 1991).

A história ambiental, portanto, se diferencia por sua abordagem holística, considerando o papel ativo da natureza nos processos históricos e articulando essa perspectiva com as estruturas sociais e políticas. Para Worster (1991), essa compreensão ampliada também conecta o campo à ecologia humana, que investiga as interações recíprocas entre seres humanos e seus

ambientes, propondo uma visão mais equilibrada de como os sistemas naturais e humanos se interrelacionam.

A ecologia humana oferece uma estrutura conceitual para analisar como os seres humanos interagem com seus ambientes naturais e como essas interações moldam as sociedades. Enrique Leff propõe que o entendimento das crises ambientais contemporâneas exige uma crítica ao modelo econômico capitalista, que prioriza a exploração intensiva dos recursos naturais e ignora os limites ecológicos. A ecologia humana, segundo Leff, deve ser baseada em uma “racionalidade ecológica”, que reconheça a interdependência entre os sistemas naturais e sociais e promova práticas sustentáveis de desenvolvimento. Assim, a destruição ambiental não é um fenômeno isolado, mas parte de um processo mais amplo de degradação cultural e social, impulsionado por uma lógica produtivista que desconsidera os limites da biosfera (Leff, 2001).

A história ambiental e a ecologia humana, assim, estão profundamente interligadas. Enquanto a história ambiental busca entender como as sociedades moldam e são moldadas pelo ambiente ao longo do tempo, a ecologia humana explora as interações recíprocas entre seres humanos e ecossistemas em um nível mais complexo, destacando as interdependências que sustentam a vida no planeta. Essa perspectiva é essencial para enfrentar as crises ambientais contemporâneas, que resultam em grande parte da ruptura desses equilíbrios entre os sistemas naturais e sociais.

Outro conceito central para a discussão sobre a interação entre os elementos naturais e antropossociais é o de metabolismo social, que descreve o intercâmbio de energia e materiais entre as sociedades humanas e seus ambientes naturais. Karl Marx foi um dos primeiros a propor a ideia de que as sociedades humanas, assim como os organismos, têm um metabolismo que envolve a transformação da natureza para atender às necessidades humanas. No entanto, no capitalismo, esse metabolismo social tornou-se distorcido, resultando em uma ruptura metabólica entre os seres humanos e a natureza, conforme argumentado por John Bellamy Foster (Foster, 2000). A produção industrial em larga escala e o uso intensivo de recursos naturais levam à degradação ambiental e à perda de capacidade de regeneração dos ecossistemas. Nesta perspectiva, a história ambiental pode ser vista como um estudo das transformações históricas no metabolismo social. O uso intensivo de combustíveis fósseis durante a Revolução Industrial, por exemplo, alterou drasticamente a relação das sociedades humanas com o meio ambiente, resultando em uma exploração sem precedentes dos recursos naturais e em impactos ecológicos globais. O conceito de metabolismo social nos permite entender como essas mudanças estruturais na economia e na tecnologia moldam a relação das

sociedades com o ambiente, muitas vezes conduzindo à degradação ecológica e à instabilidade social.

A integração entre a ecologia humana e a história ambiental nos permite examinar como as mudanças no metabolismo social afetam tanto os sistemas naturais quanto as sociedades humanas. A exploração de recursos naturais em larga escala não apenas degrada o meio ambiente, mas também reconfigura as relações sociais, muitas vezes exacerbando desigualdades e provocando conflitos por recursos. Expecta-se, portanto, que as soluções para as crises ambientais contemporâneas não podem ser apenas tecnológicas, mas exigem uma transformação nas relações econômicas e sociais, de modo a criar um metabolismo social mais equilibrado e sustentável.

A relação da história ambiental e ecologia humana também tem implicações importantes para as discussões contemporâneas sobre os direitos da natureza. O conceito de direitos da natureza também se alinha à ecologia humana na medida em que ambas as abordagens reconhecem a interdependência entre os sistemas naturais e sociais. As políticas de desenvolvimento sustentável que visam respeitar os limites ecológicos da Terra e promover a justiça ambiental são exemplos de como a ecologia humana pode ser aplicada para criar um futuro mais sustentável e equilibrado. A história ambiental, ao documentar as formas como as sociedades interagiram com seus ambientes ao longo do tempo, oferece lições valiosas sobre os riscos de ignorar os limites ecológicos e a importância de adotar uma perspectiva mais integrada e ecológica ao desenvolvimento.

Portanto, a história ambiental e a ecologia humana convergem ao destacar a interação entre os elementos naturais e antropossociais, propondo uma compreensão mais complexa e interconectada das relações entre sociedade e meio ambiente. Através da análise de práticas de exploração dos recursos naturais e de seus impactos ecológicos e sociais, esses campos oferecem uma perspectiva crítica sobre a crise ambiental contemporânea e as soluções necessárias para enfrentá-la. Os conceitos de racionalidade ecológica e metabolismo social, bem como o reconhecimento dos direitos da natureza são exemplos de como a ecologia humana e a história ambiental podem contribuir para um novo modelo de desenvolvimento, baseado no respeito pelos limites da biosfera e na promoção da justiça ambiental. A partir dessa perspectiva, a história ambiental torna-se uma ferramenta essencial para moldar um futuro mais sustentável.

No capítulo *National Nature and Ecologies of Abjection in Brazilian Literature at the Turn of the Twentieth Century*, Mark D. Anderson analisa como a literatura brasileira do final do século XIX e início do século XX reflete as concepções de natureza nacional e a ecologia da abjeção. Ele examina as maneiras pelas quais os escritores brasileiros utilizaram a paisagem

e a natureza como símbolos de exclusão social e política, especialmente no contexto das tensões sociais e econômicas do período. Anderson argumenta que a literatura da época, ao abordar questões ecológicas e territoriais, também reflete preocupações com o corpo social e as tensões entre modernidade e tradição no Brasil (Anderson, 2010).

Um ponto central do argumento de Anderson é a utilização da natureza como metáfora para o abjeto - aquilo que é rejeitado ou excluído da sociedade. Ele baseia-se na teoria de Julia Kristeva sobre o abjeto, sugerindo que os textos literários brasileiros frequentemente tratam a natureza e o ambiente rural como elementos desprezados ou marginalizados no discurso nacional. No contexto da modernização do Brasil no final do século XIX, o sertão, a floresta e outras paisagens naturais são representados como espaços de desordem e atraso, em contraste com os ideais urbanos de progresso e civilização (Kristeva, 1982; Anderson, 2010). Anderson identifica tal perspectiva nos escritos de autores como Euclides da Cunha e Aluísio Azevedo, que exploram as contradições entre o Brasil rural e a urbanização emergente.

Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, é uma das figuras centrais na análise de Anderson. Ele argumenta que Cunha retrata o sertão como um espaço de conflito entre o progresso republicano e a natureza indomada. No entanto, ao descrever o sertão como uma terra árida e hostil, Cunha também reflete as ansiedades da sociedade brasileira em relação às populações sertanejas, vistas como resistentes ao progresso e à modernidade. Anderson observa que o sertão é descrito em termos geográficos e biológicos que servem para reforçar sua posição marginal e abjeta dentro do projeto nacional (Cunha, 2005; Anderson, 2010).

Ademais, Anderson destaca como a natureza, tanto em ambientes urbanos quanto rurais, é frequentemente retratada como um obstáculo ao progresso e ao desenvolvimento. No entanto, essa natureza também se torna um local de resistência, onde as populações marginalizadas encontram formas de sobrevivência e identidade. Ele sugere que, ao retratar esses espaços como abjetos, os escritores brasileiros do período estão criticando não apenas as condições materiais da natureza, mas também as estruturas sociais que perpetuam a exclusão (Anderson, 2010).

Anderson conclui que a literatura brasileira do final do século XIX e início do século XX, ao explorar a ecologia da abjeção, reflete os conflitos culturais e políticos de um Brasil em processo de modernização. Ele argumenta que essas representações literárias da natureza abjeta revelam as tensões entre a natureza e a nação, bem como entre as diferentes classes sociais e regiões geográficas do país. (Anderson, 2010).

1.4.3. Origem e desenvolvimento da história ambiental no Brasil

No Brasil, a história ambiental começou a se desenvolver nas décadas de 1980 e 1990, em um contexto de crescente preocupação com a destruição da Amazônia e de outros biomas importantes, como a Mata Atlântica. O Brasil, com sua vasta biodiversidade e uma história marcada pela colonização e pela exploração intensiva dos recursos naturais, apresentou um campo fértil para o desenvolvimento da história ambiental. A destruição da Amazônia, impulsionada por políticas de ocupação e desenvolvimento, como a construção da rodovia Transamazônica e a expansão da pecuária, tornou-se um dos temas centrais de estudo tanto para pesquisadores brasileiros quanto para a comunidade científica internacional.

Warren Dean foi pioneiro da história ambiental do Brasil, com sua obra *A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira* (1996), que analisa como a exploração econômica das florestas brasileiras, desde a colonização portuguesa até o século XX, resultou na devastação de grande parte da Mata Atlântica. Ademais, destaca que o desmatamento não foi um processo inevitável, mas sim resultado de escolhas políticas e econômicas específicas, que priorizaram a expansão da agricultura e da pecuária em detrimento da conservação ambiental (Dean, 1996). Assim, o historiador Dean contribuiu significativamente para o entendimento de como o desenvolvimento econômico no Brasil está intimamente ligado à destruição dos ecossistemas, oferecendo uma análise detalhada das políticas de exploração de terras e dos seus impactos de longo prazo.

José Augusto Pádua, em sua obra *Um Sopro de Destruição* (2002), oferece uma contribuição essencial para a compreensão da história ambiental no Brasil ao investigar o pensamento político e as críticas ambientais no período escravista. Pádua analisa como as elites políticas e intelectuais do Brasil colonial e imperial começaram a desenvolver uma consciência sobre os impactos do desmatamento, particularmente em relação à destruição das florestas atlânticas. Ele mostra que, já no século XVIII, havia uma preocupação crescente com a preservação dos recursos naturais, o que levou ao surgimento de debates sobre a necessidade de conservação das florestas e ao desenvolvimento de medidas sustentáveis (Pádua, 2002). Assim, a obra ressalta como a história ambiental no Brasil está intrinsecamente ligada às questões de justiça social e exploração colonial, evidenciando que a destruição dos ecossistemas frequentemente andava de mãos dadas com a opressão de populações indígenas e escravizadas.

Regina Horta Duarte também tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento da história ambiental no Brasil, particularmente no estudo das políticas de conservação e da relação entre a cultura e a natureza. Em sua análise da proteção da fauna no

Brasil, Horta Duarte explora como a legislação ambiental e as políticas de conservação foram moldadas tanto por cientistas quanto por políticos, refletindo uma crescente preocupação com a preservação da biodiversidade. A autora examina como o surgimento de movimentos ambientalistas no Brasil, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, ajudou a impulsionar a criação de áreas protegidas, como parques nacionais, e a promulgação de leis voltadas para a proteção da fauna e da flora (Horta, 2010).

O livro *História e Natureza*, de Regina Horta Duarte, é uma obra central no campo da história ambiental brasileira, oferecendo uma perspectiva importante sobre as interações entre sociedade e ambiente no Brasil. A autora explora como, ao longo do tempo, o ser humano se relacionou com a natureza, especialmente no que diz respeito às políticas de conservação ambiental e à construção de uma consciência ecológica. Apesar da relevância e profundidade do trabalho, como qualquer obra acadêmica, ela apresenta algumas lacunas que merecem ser discutidas, principalmente no que diz respeito à representatividade das vozes e experiências das populações tradicionais, à interdisciplinaridade e à incorporação de debates contemporâneos como a agência da natureza:

Uma das principais críticas ao livro *História e Natureza* refere-se à limitada incorporação das vozes das populações tradicionais e indígenas em suas análises. Embora Horta Duarte apresente uma discussão detalhada sobre a criação de parques nacionais, áreas protegidas e a atuação de cientistas e ambientalistas na preservação da natureza, o impacto dessas políticas sobre as populações que habitam esses territórios recebe menos atenção do que o esperado. As políticas de conservação ambiental, frequentemente marcadas por uma visão preservacionista e centrada no Estado, muitas vezes resultaram em conflitos com comunidades tradicionais, cujos modos de vida dependiam diretamente da utilização sustentável dos recursos naturais (Horta, 2010).

Estas populações, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos, possuem uma relação intrínseca com o ambiente que transcende o uso econômico e envolve aspectos culturais, espirituais e de sobrevivência. A ausência de uma análise mais aprofundada dessas interações limita a compreensão das complexas dinâmicas entre conservação e os direitos dessas comunidades. O trabalho de Regina Horta Duarte, portanto, poderia ter se beneficiado de uma abordagem mais inclusiva, que desse maior protagonismo às experiências e perspectivas dessas populações, especialmente considerando a crescente relevância dos movimentos de resistência indígena e tradicional no Brasil, que reivindicam seus territórios e o direito de coexistir com a natureza de maneira sustentável.

Embora a obra *História e Natureza* se destaque por abordar a integração entre história e ecologia, alguns críticos apontam que o livro poderia ter explorado de maneira mais abrangente outras disciplinas que são fundamentais para a compreensão das complexas interações entre humanos e o meio ambiente. A análise antropológica de práticas rituais, crenças cosmológicas e representações culturais da natureza entre os povos indígenas e tradicionais poderia ter enriquecido a discussão, mostrando como essas sociedades possuem modos de vida que respeitam e preservam o equilíbrio ecológico (Descola, 2014).

A ideia de que a natureza possui agência - ou seja, a capacidade de atuar como um agente histórico - é um conceito que tem ganhado relevância na história ambiental. No entanto, em *História e Natureza*, essa discussão não é explorada amplamente. Ao discutir a relação entre seres humanos e o meio ambiente, a obra se concentra, em grande parte, nas ações humanas de transformação e preservação da natureza, entretanto não explora o protagonismo da natureza ao influenciar e moldar os processos históricos.

Historiadores como Donald Worster e William Cronon argumentam que a natureza não é apenas um objeto de intervenção humana, mas um elemento ativo que, por meio de eventos como secas, enchentes, mudanças climáticas e dinâmicas ecológicas, intervém diretamente na trajetória das sociedades humanas (Worster, 1991; Cronon, 1983). Um exemplo claro desse conceito é o papel das secas no Nordeste brasileiro, que, ao longo da história, não só afetaram as práticas agrícolas e a migração, mas também moldaram a organização política e as políticas de combate à desertificação na região. A natureza, nesse sentido, pode ser vista como uma força modeladora das sociedades humanas, e uma análise mais aprofundada desse conceito teria enriquecido a obra de Horta Duarte, oferecendo uma perspectiva mais complexa das interações entre sociedade e ambiente.

Apesar das lacunas identificadas, *História e Natureza* é uma contribuição essencial para a historiografia ambiental no Brasil. Regina Horta Duarte foi pioneira ao trazer uma perspectiva histórica para as políticas de conservação ambiental no país, abordando temas que até então eram pouco discutidos no campo da história brasileira. Ao expandir os tópicos anteriormente destacados e dialogar mais amplamente com outras disciplinas, a história ambiental pode oferecer uma compreensão mais completa das interações entre seres humanos e natureza, contribuindo para o debate sobre as formas mais sustentáveis de coexistência no século XXI.

Portanto, a história ambiental é um campo interdisciplinar que apresenta uma abordagem inovadora para melhor compreensão das interações entre o ser humano e o meio ambiente ao longo do tempo. Com contribuições de autores como Donald Worster, Enrique Leff e Regina Horta Duarte, a história ambiental tem se consolidado como uma área essencial para

a análise das dinâmicas históricas que moldam o uso e a exploração dos recursos naturais. No Brasil, essa abordagem é particularmente importante, dado o papel central que a Amazônia e outros biomas desempenham tanto no contexto ambiental quanto no desenvolvimento econômico e social. Ao integrar conceitos como agência da natureza, racionalidade ecológica e memória ecológica, a história ambiental oferece uma abordagem crítica essencial para compreender as crises ambientais contemporâneas e para propor alternativas mais sustentáveis e justas no uso dos recursos naturais. Com base em tais conceitos e perspectiva, na próxima seção será discutido o papel da natureza como agente na história humana.

1.5. Elementos naturais - sujeitos da história: natureza como presença e agente na história

A concepção da natureza como agente ativo na história humana representa uma mudança fundamental na forma como as interações entre os seres humanos e o meio ambiente são interpretadas. Tradicionalmente, a historiografia convencional focalizava quase exclusivamente nas ações humanas, tratando a natureza como cenário secundário ou um conjunto de recursos a serem explorados para a satisfação das necessidades humanas. Entretanto, a partir da consolidação da história ambiental como campo interdisciplinar, os elementos naturais passaram a ser vistos não apenas como passivos, mas como atores que desempenham papéis decisivos na dinâmica das sociedades. Esse reconhecimento introduz novas dimensões ao estudo histórico, ampliando as perspectivas sobre o papel da natureza na modelagem dos processos sociais, políticos e econômicos.

A ideia de que a natureza é uma força que participa ativamente na história humana foi fortemente defendida por Donald Worster, que viu a natureza como possuidora de agência, ou seja, uma capacidade de ação que influencia e, por vezes, determina o curso de eventos históricos. Em seu estudo sobre o Dust Bowl, Worster mostrou como as condições ambientais - como a aridez extrema e os ventos violentos -, combinadas com práticas agrícolas insustentáveis, resultaram em um desastre ecológico que alterou profundamente a vida das comunidades agrícolas nas Grandes Planícies dos Estados Unidos (Worster, 1985).

A degradação do solo e as tempestades de poeira foram eventos que transcenderam as intenções humanas, forçando os agricultores a abandonarem suas terras e migrar em busca de novas oportunidades, moldando não apenas a geografia humana da região, mas também as políticas governamentais que surgiram em resposta à crise. A natureza como agente, no exemplo

em questão, demonstra que os elementos naturais podem influenciar e até mesmo alterar o curso de políticas econômicas e sociais.

De maneira similar, William Cronon em *Changes in the Land* (1983), argumenta que a colonização europeia da Nova Inglaterra alterou profundamente as ecologias locais e as práticas culturais tanto dos colonos quanto das populações indígenas. Ao impor uma nova lógica de uso da terra, com desmatamento para criação de pastagens e agricultura intensiva, os colonos europeus transformaram a paisagem natural, que por sua vez reconfigurou as relações sociais e econômicas. As mudanças ecológicas resultaram na extinção de espécies, mudanças nos padrões de caça e agricultura, e uma reorganização das práticas indígenas, que dependiam de uma relação mais equilibrada com os recursos naturais. Essas transformações mostram como as interações entre os elementos naturais e sociais são dinâmicas e mutuamente constitutivas, desafiando a ideia de que a natureza é um objeto passivo na história (Cronon, 1983).

A ideia de que a natureza é uma força que impõe limites ao desenvolvimento humano foi investigada com mais profundidade por Enrique Leff. O autor propôs que a crise ambiental global, resultante da industrialização acelerada e da exploração desenfreada dos recursos naturais, revela que os limites ecológicos não podem ser ignorados indefinidamente sem consequências. A natureza, segundo Leff, resiste à lógica do capitalismo produtivista, que busca extrair o máximo possível de recursos em curto prazo. Ao resistir, a natureza se torna um sujeito da história, impondo barreiras que limitam as capacidades das sociedades humanas de continuar expandindo suas economias sem comprometer os ecossistemas dos quais dependem (Leff, 2001).

Os impactos ecológicos decorrentes do comprometimento dos ecossistemas revelam que a natureza reage às ações humanas, estabelecendo limites físicos e biológicos que impõem restrições ao crescimento econômico.

Além de impor limites, a natureza também é vista como agente histórico em virtude de sua capacidade regenerativa. Ecossistemas degradados frequentemente apresentam uma incrível resiliência, sendo capazes de se regenerar caso as pressões humanas sejam reduzidas. Isso introduz uma nova dimensão à história ambiental: a relação entre destruição e regeneração. Ao longo da história, muitos ambientes destruídos por práticas humanas intensivas foram capazes de se recuperar, muitas vezes criando sistemas ecológicos que, por sua vez, moldam novas formas de organização social e econômica. O reconhecimento dessa capacidade regenerativa da natureza exige, portanto, uma abordagem histórica que integre tanto os momentos de degradação quanto os processos de recuperação dos ecossistemas.

Nos últimos anos, o reconhecimento da natureza como agente ativo na história foi reforçado por fundamentos legais e filosóficos que conferem direitos à natureza. Em países como o Equador e a Bolívia, a natureza foi reconhecida como sujeito de direitos constitucionais, o que representa uma mudança radical na maneira como as sociedades humanas concebem sua relação com o meio ambiente. A Constituição equatoriana de 2008, por exemplo, concede à natureza - ou Pachamama - o direito de "existir, persistir, manter e regenerar seus ciclos vitais", estabelecendo que qualquer atividade humana que comprometa esses direitos pode ser contestada judicialmente (Acosta, 2011). Esta mudança jurídica reflete um reconhecimento mais amplo de que a natureza não pode ser considerada como um recurso econômico, mas como um ente dotado de valor intrínseco e agência própria. Ao reconhecer a natureza como sujeito de direitos, o Equador e outros países latino-americanos estão institucionalizando uma visão da natureza como agente histórico que precisa ser protegido e respeitado.

Essa abordagem é, em grande parte, inspirada pelas cosmologias de povos indígenas, que há muito tempo veem a natureza como um ser vivo dotado de agência e espiritualidade. Para muitas culturas indígenas, como as dos povos amazônicos, a floresta não é apenas um lugar onde os seres humanos obtêm alimentos ou recursos, mas um espaço sagrado que tem vida própria e que regula as interações entre os seres vivos. Esses enfoques desafiam a concepção ocidental de separação entre a humanidade e a natureza, sugerindo que os seres humanos devem perceber-se como parte de uma rede mais ampla de interdependência ecológica (Krenak, 2019). O reconhecimento jurídico da natureza como sujeito, portanto, não apenas reflete uma mudança nos sistemas legais, mas também uma transformação cultural e ética na maneira como as sociedades humanas se relacionam com o mundo natural.

Portanto, a concepção dos elementos naturais como sujeitos da história fornece uma nova ótica para compreensão das interações entre humanidade e natureza. A história ambiental ao propor que a natureza tem agência própria, influenciando o desenvolvimento das sociedades humanas em níveis ecológicos, econômicos, sociais e culturais, abandona a visão simplista de meio ambiente como um cenário passivo ou conjunto de recursos a serem explorados. Ao longo da história, a natureza não apenas impôs limites ao desenvolvimento humano, mas também participou ativamente de processos de mudança, regeneração e, mais recentemente, crises ambientais.

1.6 Os Impactos dos Fatores Ambientais na Guerra de Canudos: Natureza e o Homem Sertanejo

A Guerra de Canudos, ocorrida entre 1896 e 1897 no sertão baiano, foi um dos conflitos mais marcantes do Brasil republicano, representando não apenas uma revolta social e política, mas também um exemplo claro de como o ambiente natural - a geomorfologia, a vegetação e o clima do semiárido - pode influenciar profundamente a dinâmica de uma guerra. O movimento liderado por Antônio Conselheiro reuniu sertanejos marginalizados em torno de uma fé messiânica e, ao mesmo tempo, contra o governo republicano recém-instalado, que representava a opressão e a marginalização das populações mais pobres (Cunha, 2005). O ambiente natural do sertão foi um dos elementos cruciais que moldaram a forma como o conflito se desenrolou, impondo desafios tanto aos defensores de Canudos quanto às tropas do governo central.

1.6.1. Aspectos geomorfológicos - Relevo Acidentado como defesa natural

A geomorfologia da região de Canudos é uma das primeiras características naturais que influenciaram a guerra. Situada em uma área de transição entre a depressão sertaneja e as chapadas do nordeste baiano, a região é caracterizada por um relevo acidentado, composto por chapadas, vales estreitos e rios intermitentes (Galvão, 2010). O solo é predominantemente raso, pedregoso e de baixa fertilidade, o que dificultava tanto a agricultura quanto o abastecimento de recursos locais para os habitantes do arraial. No entanto, essas características geomorfológicas proporcionaram vantagens estratégicas para os defensores de Canudos.

O relevo acidentado da região de Canudos, com suas colinas, serras e vales, oferecia uma defesa natural contra o avanço das tropas republicanas. Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha descreve o relevo como "um terreno irregular e acidentado, onde cada colina se transformava em uma trincheira natural", dificultando o avanço militar e oferecendo posições de vantagem aos defensores (Cunha, 2005, p. 109). As tropas, acostumadas a terrenos mais planos, tiveram grande dificuldade em transportar artilharia e suprimentos através das serras e vales que cercavam Canudos.

Cunha observa que "o terreno acidentado fazia com que cada avanço fosse uma batalha contra a própria geografia. As tropas, exaustas, viam nas elevações montanhosas um obstáculo que retardava sua progressão" (Cunha, 2005, p. 137). O relevo dificultava a logística militar,

tornando a movimentação das tropas lenta e perigosa. No Diário de uma Expedição, o autor relata: "As montanhas e os vales eram como muralhas naturais, impossíveis de transpor rapidamente. Cada colina representava uma posição estratégica para os sertanejos, e cada avanço das tropas era um sacrifício imenso" (Cunha, 2015, p. 72).

Para os sertanejos, por outro lado, o relevo acidentado oferecia uma vantagem tática inestimável. Conhecedores do terreno, eles utilizavam as colinas e as serras para organizar emboscadas e para resistir aos ataques das tropas republicanas de forma eficaz. "As elevações se transformavam em fortalezas, onde os sertanejos podiam observar o avanço das tropas e preparar sua defesa", escreve Cunha, destacando a importância do relevo na estratégia militar dos defensores de Canudos (Cunha, 2005, p. 138).

Assim, a conjunção ambiente-homem, era o forte entrave à vitória das forças governamentais. O tema da simbiose entre homem e meio, surge também, quando escreve sobre o favorecimento da natureza ao jagunço, com a confecção de armamento para o seu rústico arsenal: "as cavernas numerosas que se abrem nas camadas calcárias dão-lhes o salitre para a composição da pólvora e os leitos dos córregos, lastrados de grãos de quartzo duríssimos e rolados, são depósitos inexauríveis de balas" (Cunha, 2000: 59).

O terreno acidentado, com serras e formações rochosas, forneceu aos sertanejos posições defensivas naturais, que permitiam a observação dos deslocamentos das tropas republicanas e a organização de emboscadas. As tropas enviadas pelo governo, apesar de mais bem armadas e treinadas, tinham grande dificuldade em se locomover por essa geografia. As forças republicanas estavam habituadas a combates em áreas planas e urbanizadas, e o relevo acidentado da região impôs um desgaste físico significativo e atrapalhou a logística, dificultando o transporte de armamentos e suprimentos (Cunha, 2005). Para os sertanejos, em contraposição, a familiaridade com o terreno permitiu que eles usassem as elevações naturais para organizar linhas de defesa e emboscadas, atrasando o avanço das tropas (Galvão, 2010).

As fortificações conselheiristas não se limitavam às trincheiras descritas pela historiografia militar tradicional. Como apontado por Dantas (2024), o uso de elevações naturais, como serras e colinas, foi crucial para maximizar as vantagens defensivas. Essas áreas eram reforçadas por espaldões de pedra e outros tipos de barricadas, capazes de oferecer proteção contra o fogo inimigo e esconder os combatentes, assim: "As posições ocupadas pelos conselheiristas consistiam em trincheiras naturais, aprimoradas com espaldões de pedra e cavidades protegidas. Essas estruturas, dispostas estrategicamente, criavam linhas de defesa adaptadas ao terreno irregular e às condições do sertão" (Dantas, 2024, p. 11).

Ademais, a presença de rios intermitentes, como o Rio Vaza-Barris, foi um fator complicador para ambos os lados. Esses rios só apresentavam fluxo de água durante curtos períodos do ano, o que significava que tanto os habitantes de Canudos quanto os soldados republicanos enfrentavam grandes dificuldades para encontrar água potável durante a maior parte do conflito. O controle sobre os poucos pontos de água disponíveis tornou-se uma questão estratégica crucial (Galvão, 2010). Essa escassez de recursos hídricos agravou o desgaste físico dos soldados, muitos dos quais sucumbiram à sede e à fome antes mesmo de enfrentar os defensores diretamente.

1.6.2. Aspectos vegetacionais do bioma Caatinga: obstáculo e refúgio estratégico

A vegetação da região de Canudos, situada no bioma Caatinga, também desempenhou um papel fundamental na dinâmica do conflito. A Caatinga é um ecossistema semiárido, composto por uma vegetação xerófila adaptada às condições de seca prolongada, com arbustos espinhosos, cactáceas e árvores de pequeno porte, com destaque para a aroeira e a jurema (Silva *et al.*, 2017). Estas plantas possuem adaptações que permitem a sobrevivência em ambientes secos, como folhas reduzidas para diminuir a perda de água, raízes profundas que captam água subterrânea e caules suculentos que armazenam água. Para os habitantes de Canudos, essas plantas eram fundamentais para a subsistência, fornecendo alimentos, medicamentos e materiais para construção (MMA, 2011).

Cunha (1984), descreve as sensações vivenciadas pelo viajante ao realizar a travessia da Caatinga, e defrontar-se com as adaptações apresentadas pela flora local. Descreve a flora da caatinga a partir de seu desenvolvimento entre dois meios desfavoráveis: o terreno árido e o calor do sol. Suas mutações adaptativas visam protegê-la da morte ou por sede ou por insolação. Euclides, ao concluir que o sertão de Canudos é único, pois suas características não coincidem exatamente com nenhuma taxonomia pré-existente, antecipa a relevância da Caatinga ao constituir-se como único bioma exclusivamente brasileiro. Vejamos:

Então, a travessia das veredas sertanejas é mais exaustiva que a de uma estepe nua. Nesta, ao menos, o viajante tem o desafogo de um horizonte largo e a perspectiva das planuras francas. Ao passo que a caatinga o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia -o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante... (Cunha, 1984. p. 23).

Assim, os seres da natureza, antropomorfizados, são dotados de sentimentos ou mesmo de desígnios. Euclides aprofunda na compreensão da região, da terra, da sensação de imobilidade da paisagem, visando caracterizar o sertanejo, o jagunço, em sua íntima relação com o meio. Ressalta também a sua vestimenta toda feita de couro curtido, das alparcatas ao chapéu de abas largas, sábia proteção contra os espinhos que sequer a ferem. “Não há perseguí-lo no seio de uma natureza que o criou à sua imagem - bárbaro, impetuoso, abrupto” (Cunha, 2000, p. 57).

A vegetação da Caatinga, caracterizada por arbustos espinhosos, cactáceas e árvores de pequeno porte, também desempenhou um papel decisivo no desenrolar da guerra. Para as tropas republicanas, a vegetação densa e espinhosa da Caatinga foi um obstáculo natural que dificultava o avanço e tornava a mobilidade no terreno extremamente lenta e perigosa. Ademais, a baixa visibilidade proporcionada por essa vegetação permitia que os Conselheiristas organizassem emboscadas e ataques-surpresa contra as tropas, que tinham dificuldades em se deslocar rapidamente e em perceber a aproximação do inimigo (Galvão, 2010).

Além dos jagunços canudenses, que batalhavam contra as tropas do Exército, existiam as formas vegetais características da caatinga, desfavoráveis às tropas militares, que gastavam tempo e esforços físicos para cruzar os caminhos, confirmando mais uma vez, o protagonismo da *Terra*. (Cunha, 2009).

Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha descreve a vegetação como uma "teia espinhosa", que "lacerava as carnes dos soldados" e transformava cada passo em uma luta (CUNHA, 2005, p. 136). Essa vegetação inóspita tornava o sertão um verdadeiro campo de batalha natural, onde o ambiente era, em si, uma força a ser enfrentada.

Martins Horcades, acadêmico de medicina e farmácia, acompanhou a quarta expedição, compondo um grupo de vinte e quatro estudantes, para ajudar, como voluntários, o corpo médico no campo de batalha, aponta em *Descrição de uma viagem a Canudos* os efeitos devastadores da ação dos fatores ambientais adversos sobre as tropas republicanas:

[...] vimos naqueles que vestiam honradamente a sua farda, nus, cobertos de feridas e nas estradas do território nacional, seu próprio território nacional a mendigarem quase de joelhos um pouquinho de alimento. fosse qual fosse, para saciar a fome!! Vimos até mesmo oficiais cobertos de andrajos. mortos de fome, corpo aberto em chagas, de onde vertia o nobre sangue, para mostrar o extremo de sua dedicação pela República; vimo-los, digo, pedindo aos seus companheiros de luta, que também éramos nós: um pouco de alívio para as dores que sentiam (Horcades, 1899, p. 50).

Cunha reforça essa visão em seu *Diário de uma Expedição*, ao descrever uma cena em que a vegetação espinhosa se transforma em uma armadilha mortal para as tropas do governo:

"O avanço era impossível; a vegetação cerrada e espinhosa imobilizava as colunas, tornando o terreno um campo de espinhos que prendia os soldados" (Cunha, 2015, p. 61). Para os sertanejos, essa mesma vegetação oferecia não apenas proteção, mas também recursos essenciais de subsistência, como o mandacaru e o xique-xique, que forneciam água e alimentos em tempos de escassez (Cunha, 2005, p. 145). Assim, a Caatinga, longe de ser apenas uma barreira, era parte integrante da vida e da resistência sertaneja.

Por outro lado, os sertanejos conheciam intimamente a vegetação e usaram-na como uma aliada em suas táticas de guerrilha. A Caatinga oferecia cobertura e abrigo, permitindo que os defensores de Canudos se ocultassem dos olhos das tropas e organizassem emboscadas. "Os sertanejos desapareciam entre os arbustos espinhosos, surgindo repentinamente para atacar", relata Cunha, demonstrando como a flora local era utilizada habilmente como parte da estratégia de defesa (Cunha, 2005, p. 152). Essa mobilidade e capacidade de se esconder na vegetação conferiam aos sertanejos uma vantagem significativa, enquanto as tropas republicanas, desacostumadas ao terreno, eram facilmente surpreendidas.

Segundo Silva *et al.* (2017), além de ser um obstáculo físico, a vegetação da Caatinga também proporcionava abrigo e materiais para os defensores do arraial. As plantas serviam para a construção de barricadas improvisadas e esconderijos, o que ajudava a prolongar a resistência em Canudos. A vegetação, ao mesmo tempo, oferecia uma espécie de camuflagem natural para os sertanejos, dificultando ainda mais a ação militar das tropas, que eram mal adaptadas às condições do semiárido.

1.6.3. Aspectos climáticos do Semiárido: a hostilidade da terra e a resiliência sertaneja

O clima semiárido do sertão foi talvez o fator natural mais decisivo na Guerra de Canudos. O sertão baiano é caracterizado por longos períodos de seca, com temperaturas elevadas e uma pluviosidade extremamente irregular. Em algumas regiões, as chuvas são escassas e ocorrem apenas durante um curto período do ano, o que torna o ambiente hostil e de difícil habitabilidade (MMA, 2011). Estas características climáticas impuseram desafios severos tanto aos habitantes de Canudos quanto às tropas do governo, mas os sertanejos, por estarem acostumados às condições locais, demonstraram maior resiliência. Vejamos:

Na plenitude das secas são positivamente o deserto. Mas quando estas não se prolongam ao ponto de originarem penosíssimos êxodos, o homem luta como as árvores, com as reservas armazenadas nos dias de abundância e, neste combate feroz, anônimo, terrivelmente obscuro, afogado na solidão das chapadas, a natureza não o

abandona de todo. Ampara-o muito além das horas de desesperança, que acompanham o esgotamento das últimas cacimbas (Cunha, 1984, p. 30 - 31).

Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha descreve o sertão como "uma das mais áridas regiões do globo", onde o calor abrasador e a falta de água transformavam a marcha militar em uma luta contra as forças naturais tanto quanto contra os habitantes de Canudos (Cunha, 2005, p. 107). Continuando, o autor enfatiza as variações de temperatura entre os dias e as madrugadas, bem como o prolongamento da baixa umidade atmosférica que resulta em seca e aumentos extremos de temperatura:

Ao mesmo tempo espelha-se o régimen excessivo: o termômetro oscila em graus disparatados passando, já em outubro, dos dias com 35° à sombra para as madrugadas frias. No ascender do verão acentua-se o desequilíbrio. Crescem a um tempo as máximas e as mínimas, até que no fastígio das secas transcorram as horas num intermitir inatural de dias queimados e noites enregeladas (Cunha, 1984, p. 16).

[...] reinando calmarias pesadas - ares imóveis sob a placidez luminosa dos dias causticantes. Imperceptíveis exercem-se, então, as correntes ascensionais dos vapores aquecidos sugando à terra a umidade exígua; e quando se prolongam, esboçando o prelúdio entristecedor da seca, a secura da atmosfera atinge a graus anormalíssimos (Cunha, 1984, p. 17).

Os sertanejos, habituados a lidar com a seca e a escassez de recursos, tinham desenvolvido técnicas de sobrevivência que incluíam o uso eficiente da pouca água disponível e a adaptação a uma dieta restrita baseada em alimentos secos e de maior durabilidade. Ademais, o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais da Caatinga permitia que os sertanejos tratassem doenças e ferimentos, minimizando a dependência de suprimentos externos (Silva *et al.*, 2017). Por outro lado, segundo Galvão (2010), as tropas republicanas, que vinham principalmente do sul e do sudeste do Brasil, não estavam preparadas para enfrentar o calor extremo e a escassez de água e alimentos. A exposição prolongada ao clima semiárido levou ao esgotamento físico de muitos soldados, e a logística militar para garantir o abastecimento foi seriamente prejudicada pelo terreno e pelas condições climáticas.

Cunha narra como "as tropas, enfraquecidas pela sede, caíam exaustas sob o sol inclemente, sem terem sequer avistado o inimigo", evidenciando o impacto devastador do clima no moral e na saúde dos soldados (Cunha, 2005, p. 89). Em *Diário de uma Expedição*, ele reforça essa imagem ao relatar que "a água, escassa e rara, era o bem mais precioso nas jornadas pelo sertão. Sem ela, os soldados sucumbiam antes de enfrentar qualquer resistência armada" (Cunha 2015, p. 52). O sertão, com seu clima árido e implacável, tornava-se uma força que atuava contra as tropas republicanas, limitando sua capacidade de ação e retardando o avanço

militar.

A seca mereceu repetidas menções, com várias hipóteses sobre sua gênese, que vão desde a influência das manchas solares até o peculiar regime dos ventos. Posteriormente passará das hipóteses às propostas de solução.

A escassez de água, especialmente durante os meses mais secos, foi um dos maiores desafios enfrentados pelas tropas republicanas. A falta de fontes hídricas confiáveis e a dificuldade de acesso às poucas disponíveis tornaram o abastecimento de água uma questão crítica, com muitos soldados sucumbindo à sede antes mesmo de enfrentar diretamente as forças de Canudos. O fator climático, somado à irregularidade das chuvas, dificultou o prolongamento das campanhas militares e contribuiu para o fracasso das primeiras expedições enviadas pelo governo (Cunha, 2005).

Horcades (1899), em sua obra *Descrição de uma viagem a Canudos*, enfatiza as condições penosas enfrentadas pelas tropas no campo de batalha: “N'este logar a água era ruim e no poço onde os cavallos os burros bebiam, d'ahi é que se retirava para nós” (Horcades, 1899, p. 53). As condições insalubres e a falta de acesso aos itens básicos de sobrevivência, especificamente água e alimentos, ceifaram muitas vidas e interferiram drasticamente no curso e duração do conflito.

Em contraste, os sertanejos, já adaptados à inópia do ambiente, mostravam-se extraordinariamente resilientes. Euclides da Cunha observa que "o sertanejo é, antes de tudo, um forte", uma figura moldada pela seca e pelo calor, capaz de extrair força das adversidades que o clima impunha (Cunha, 2005, p. 90). Essa adaptação ao ambiente conferia aos defensores de Canudos uma vantagem crucial sobre as tropas invasoras, que sofriam enormemente com a falta de água e o calor abrasador. Para os sertanejos, a seca, embora inclemente, era uma realidade com a qual haviam aprendido a conviver, e sua resistência estava profundamente enraizada na relação que mantinham com o ambiente natural.

Não obstante os aspectos geomorfológicos, vegetacionais e climáticos tenham tido uma influência direta sobre o desenrolar da Guerra de Canudos, é importante destacar que eles atuaram em sinergia com o contexto social, político e econômico da região. O sertão nordestino, historicamente marcado pela desigualdade social, pobreza e marginalização, foi o palco para a formação da comunidade liderada por Antônio Conselheiro, cujas pregações ecoavam entre os sertanejos que viviam à margem das políticas de desenvolvimento urbano e industrial que emergiam no sudeste do país (Cunha, 2005).

A interação entre o homem sertanejo, a natureza e a fé, desempenha um papel central na visão de Euclides da Cunha sobre Canudos. Em *Os Sertões*, Cunha explora como o sertanejo

não apenas sobrevive em meio às adversidades impostas pelo sertão, mas também desenvolve uma conexão espiritual com a terra. A fé de Antônio Conselheiro, que pregava a salvação através da resistência e da perseverança, estava profundamente arraigada na vida inóspita do sertão. Para os seguidores de Conselheiro, a seca, a vegetação afrontosa e o terreno acidentado eram vistos como parte de um desígnio divino, uma provação que fortaleceria sua fé e sua identidade (Cunha, 2005, p. 205).

Cunha observa que "a fé dos sertanejos se entrelaçava com a terra árida que habitavam. Para eles, a natureza era uma extensão de sua espiritualidade, e cada adversidade era uma prova da vontade divina" (Cunha, 2005, p. 240). Essa relação entre homem, natureza e fé transformava a luta em Canudos em algo maior do que um simples conflito militar. Era uma batalha pela preservação de um modo de vida e de uma crença enraizada na resistência às forças naturais.

Em *Diário de uma Expedição*, Cunha relata como a fé dos sertanejos se manifestava em meio ao ambiente inóspito: "As orações e preces ecoavam pelas serras, como se a própria natureza se unisse aos sertanejos na resistência. A terra, o céu e a fé eram uma só força" (Cunha, 2015, p. 85). Para os habitantes de Canudos, a natureza era tanto uma aliada física quanto espiritual, e sua luta contra as tropas republicanas estava imbuída de um sentido de missão divina.

Para Galvão (2010), a adaptação dos sertanejos às duras condições ambientais foi um reflexo direto de sua realidade social, de exclusão e abandono por parte do Estado. Para os moradores de Canudos, o ambiente natural não era apenas um cenário de resistência, mas também parte de sua identidade cultural e de sua luta por sobrevivência. Em contradição, para as forças republicanas, que viam Canudos como uma ameaça à autoridade do governo republicano, modelo este recém-instalado, a incapacidade de compreender e lidar com o ambiente do sertão foi um dos principais motivos de suas sucessivas derrotas nas primeiras expedições militares.

Assim, a Guerra de Canudos exemplifica como fatores naturais podem influenciar diretamente a dinâmica de um conflito. A geomorfologia acidentada, a vegetação densa e espinhosa da Caatinga e o clima semiárido com longas secas desempenharam um papel central na defesa de Canudos, proporcionando vantagens estratégicas aos sertanejos e impondo severas dificuldades logísticas às tropas republicanas. Esses fatores naturais, no entanto, não atuaram de forma isolada, mas se integraram com o contexto social e político da época, no qual os sertanejos, marginalizados pelo governo central, utilizaram suas habilidades de adaptação ao meio ambiente e à toda ordem de privações, para resistir ao avanço militar. A Guerra de Canudos constitui um exemplo destacado de como o ambiente natural pode moldar o desenrolar

de eventos históricos.

Em virtude da grande importância do bioma Caatinga nos desdobramentos da Guerra de Canudos e para o semiárido nordestino, serão discutidos na próxima seção suas características, importância ecológica, riscos de degradação e estratégias para conservação.

1.7. O bioma Caatinga: características, importância, degradação e conservação

O bioma Caatinga é um dos ecossistemas singulares do mundo, reconhecido por sua grande diversidade biológica e por sua exclusividade territorial brasileira, ocupa cerca de 844 mil km², abrangendo grande parte da região Nordeste do Brasil e pequenos trechos do Estado de Minas Gerais, representando aproximadamente 10% do território nacional (MMA, 2011). A Caatinga é caracterizada por seu clima semiárido, com longos períodos de seca e chuvas irregulares, que podem variar entre 300 mm e 800 mm anuais, concentrando-se em poucos meses do ano. As temperaturas médias oscilam entre 25°C e 30°C, criando condições adversas para a vegetação e fauna, que desenvolveram adaptações específicas para sobreviver a essas condições de estresse hídrico (Silva *et al.*, 2017).

A palavra "Caatinga" tem origem tupi-guarani, significando "mata branca", em referência à coloração pálida das árvores e arbustos durante a estação seca, quando muitas plantas perdem suas folhas para reduzir a evapotranspiração (Andrade *et al.*, 2014). A vegetação do bioma é composta predominantemente por espécies xerófitas, ou seja, plantas adaptadas a ambientes secos. Entre as espécies mais representativas estão os cactos, bromélias, arbustos espinhosos, além de árvores de pequeno porte, como a jurema-preta (*Mimosa tenuiflora*), o angico (*Anadenanthera colubrina*) e a baraúna (*Schinopsis brasiliensis*) (Leal *et al.*, 2005). Essas plantas apresentam adaptações que permitem a sobrevivência em condições de escassez de água, como raízes profundas, folhas pequenas ou transformadas em espinhos, e tecidos suculentos que armazenam água (Silva *et al.*, 2017).

Apesar das condições ambientais adversas, a Caatinga abriga uma biodiversidade significativa e complexa. No que se refere à flora, o bioma conta com muitas espécies de plantas, das quais cerca de 318 são endêmicas, ou seja, só ocorrem na Caatinga (Leal *et al.*, 2005). A fauna também é rica e variada, incluindo mais de 500 espécies de vertebrados terrestres, como mamíferos, aves, répteis e anfíbios. Dentre as aves, destacam-se espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, como o soldadinho-do-araripe (*Antilophia bokermanni*) e a ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*), cujas populações são extremamente reduzidas devido à

perda de habitat (Silva *et al.*, 2017). Além disso, a Caatinga é habitat de importantes espécies de mamíferos, como o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), o tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*) e o gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*).

Assim, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente - MMA e do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística IBGE, o bioma também se destaca por sua rica biodiversidade, abrigando aproximadamente 4.963 espécies de plantas e 1.182 espécies animais. Essa rica variedade biológica é essencial tanto para a manutenção de Sistemas Ecológicos quanto para o suporte de uma gama de atividades econômicas, incluindo as agrossilvipastoris e as indústrias. Além disso, sua vegetação contribui significativamente para a economia regional, fornecendo recursos como lenha e carvão para a matriz energética, produtos florestais não madeireiros, pastagens para pecuária extensiva e uma variedade de outros serviços sociais e ambientais (MMA, 2022; IBGE, 2019).

A importância ecológica da Caatinga vai além da biodiversidade. O bioma desempenha funções ambientais essenciais para a manutenção do equilíbrio ecológico do semiárido brasileiro. A vegetação da Caatinga regula os ciclos hidrológicos, facilitando a infiltração de água no solo e prevenindo processos de erosão. As plantas possuem um papel fundamental na proteção do solo contra a desertificação, um problema recorrente em áreas degradadas do bioma (MMA, 2011).

Ao descrever o “jogo de antíteses” da natureza, Cunha (1984), ressalta as transformações na paisagem advindas ao sobrevir das chuvas e à intermitência com os estios:

Ao sobrevir das chuvas, a terra, como vimos, transfigura-se em mutações fantásticas, contrastando com a desolação anterior. Os vales secos fazem-se rios. Insulam-se os cômodos escavados, repentinamente verdejantes. A vegetação recama de flores, cobrindo-os, os grotões escancelados, e disfarça a dureza das barrancas, e arredonda em colinas os acervos de blocos disjuntidos - de sorte que as chapadas grandes, intermeadas de convas, se ligam em curvas mais suaves aos tabuleiros altos. Cai a temperatura. Com o desaparecer das soalheiras anula-se a segura anormal dos ares. Novos tons na paisagem: a transparência do espaço salienta as linhas mais ligeiras, em todas as variantes da forma e da cor. Dilatam-se os horizontes. O firmamento sem o azul carregado dos desertos alteia-se, mais profundo, ante o expandir revivescente da terra. E o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono. Depois tudo isto se acaba. Voltam os dias torturantes; a atmosfera asfíxiadora; o empedramento do solo; a nudez da flora; e nas ocasiões em que os estios se ligam sem a intermitência das chuvas - o espasmo assombrador da seca. A natureza compraz-se em um jogo de antíteses (Cunha, 1984 p. 30 - 31).

Prosseguindo, o autor enaltece a resiliência da natureza aos agentes adversos através dos séculos, e destaca o papel do homem, enquanto agente geológico, em promover o rompimento desse equilíbrio dinâmico. Vejamos:

É que a morfologia da terra viola as leis gerais dos clima. Mas todas as vezes que o *facies* geográfico não as combate de todo a natureza reage. Em luta surda, cujos efeitos fogem ao próprio raio dos ciclos históricos, mas emocionante, para quem consegue lobrigá-la ao, através de séculos sem conto, entorpecida sempre pelos agentes adversos, mas tenaz, incoercível, num evolver seguro, a terra como um organismo, se transmuda por intuscepção, indiferente aos elementos que lhe tumultuam à face. Esquecemo-nos, todavia, de um agente geológico notável - o *homem*. Este, de fato, não raro reage brutalmente sobre a terra e entre nós, nomeadamente, *assumiu, em todo o decorrer da história, o papel de um terrível fazedor de desertos.* (Cunha, 1984 p. 32. *Grifo nosso*).

Além das funções ecológicas, a Caatinga tem um papel econômico crucial para as populações que vivem na região semiárida, que totalizam cerca de 27 milhões de pessoas. Muitas dessas comunidades dependem diretamente dos recursos naturais do bioma para sua subsistência, como a coleta de lenha para uso doméstico, a extração de madeira para a produção de carvão vegetal, além da coleta de frutos e fibras, como o umbu (*Spondias tuberosa*) e a carnaúba (*Copernicia prunifera*), para comercialização (Girão *et al.*, 2012). A agricultura de sequeiro e a criação de gado caprino também são atividades econômicas importantes nas regiões de Caatinga, embora frequentemente praticadas de forma insustentável.

A degradação ambiental na Caatinga é um dos maiores desafios para sua conservação. A expansão da fronteira agrícola, principalmente para a criação de gado e cultivo de grãos, como o milho e o feijão, tem levado ao desmatamento em larga escala. Além disso, a produção de carvão vegetal e a extração de lenha, fundamentais para o abastecimento energético de muitas famílias locais, têm intensificado a perda de vegetação nativa (Girão *et al.*, 2012). Estima-se que cerca de 45% da área original da Caatinga já foi desmatada ou alterada de forma irreversível, o que coloca o bioma em uma situação crítica (MMA, 2011). Assim, segundo Moura *et al.* (2023).

Em 2023, a degradação deste bioma aumentou de 33% para 40%, segundo dados do MapBiomias (2023). O que pode ser agravado pelas mudanças climáticas, que já impactam o bioma, e tem estimativas de que até 2060, 99% das comunidades vegetais podem sofrer perdas de espécies, alterando 40% da composição vegetal. Essa transformação, que inclui a substituição de espécies arbóreas por não arbóreas, afeta serviços ecossistêmicos como o armazenamento de carbono e tem repercussões nas atividades econômicas e no bem-estar social (Moura *et al.*, 2023).

A desertificação é um dos efeitos mais visíveis da degradação na Caatinga. O desmatamento, aliado ao manejo inadequado do solo, intensifica os processos de erosão e a perda de nutrientes, resultando na degradação física e química do solo, tornando-o improdutivo. A desertificação afeta aproximadamente 13% do bioma, impactando diretamente a biodiversidade e as populações humanas (Andrade *et al.*, 2014).

Em *Os Sertões*, Cunha (1984), ao discorrer sobre *Como se faz um deserto*, imputa ao homem

“[...] em todo o decorrer da história, o papel de um terrível fazedor de desertos” (Cunha, 1984, p. 32). Prosseguindo, o autor descreve o processo:

Começou isto por um desastroso legado indígena.

Na agricultura primitiva dos silvícolas era instrumento fundamental - o fogo.

Veio depois o colonizador e copiou o mesmo proceder. Engravesceu-o ainda com o adotar, exclusivo, no centro do país, fora da estreita faixa dos canaviais da costa, o regímen francamente pastoril.

Abriram-se desde o alvorecer do século 17, nos sertões abusivamente sesmados, enormíssimos campos, compáscuos sem divisas, estendendo-se pelas chapadas em fora. Atacou a fundo a terra, escarificando-a nas explorações a céu aberto; esterilizou-a com os lastros das grupiarias; feriu -a a pontações de alvião; degradou-a corroendo-a com as águas selvagens das torrentes; e deixou, aqui, ali, em toda parte, para sempre estéreis, avermelhando nos ermos com o intenso colorido das argilas revolvidas, onde não medra a planta mais exígua, as grandes catas, vazias e tristonhas, com a sua feição sugestiva de imensas cidades mortas, derruídas...

Imaginem-se os resultados de semelhante processo aplicado, sem variantes, no decorrer de séculos...(Cunha, 1984 p. 33).

Tais efeitos deletérios foram previstos pelo governo Colonial, que desde 1713 editou sucessivos Decretos visando opor-se à exploração desenfreada. Continuando o autor destaca:

[...] E ao terminar a seca lendária de 1791-1792, a "grande seca", como dizem ainda os velhos sertanejos, que sacrificou todo o Norte, da Bahia ao Ceará, o governo da metrópole figura-se tê-la atribuído aos inconvenientes apontados, estabelecendo desde logo, *como corretivo único, severa proibição ao corte das florestas* (Cunha, 1984, p. 33. *Grifo nosso*).

Esta preocupação dominou-o por muito tempo. Mostram-no-lo as cartas régias de 17 de março de 1796, *nomeando um juiz conservador das matas*; e a de 11 de junho de 1799, decretando que *“se coíba a indiscreta e desordenada ambição dos habitantes (da Bahia e Pernambuco) que têm assolado a ferro e fogo preciosas matas... que tanto abundavam e já hoje ficam a distancias consideráveis etc.”* (Cunha, 1984, p.34. *Grifo nosso*).

Prosseguindo, Cunha (1984), reitera a ação humana frente à natureza como “mal antigo”, corroborada por elementos meteorológicos e geomorfológicos. Entretanto, aponta para a possibilidade de correção. Vejamos:

É que o mal é antigo. Colaborando com os elementos meteorológicos, com o nordeste, com a sucção dos estratos, com as canículas, com a erosão eólica, com as tempestades subitâneas - o homem fez-se uma componente nefasta entre as forças daquele clima demolidor. Se o não criou, transmutou-o, agravando-o. Deu um auxiliar à degradação das tormentas, o machado do caatingueiro; um supletivo à insolação, a queimada.

Fez, talvez, o deserto. Mas pode extingui-lo ainda, corrigindo o passado. E a tarefa não é insuperável. Di-lo uma comparação histórica (Cunha, 1984, p. 34).

De forma pioneira e utilizando seus conhecimentos de engenharia, Cunha (1984),

apresenta em *Os Sertões*, trecho intitulado “Como se extingue o deserto”, no qual discute estratégias visando atenuar as agruras do clima no território sertanejo. Vejamos:

Abarreirados os vales, inteligentemente escolhidos, em pontos pouco intervalados, por toda a extensão do território sertanejo, três conseqüências inevitáveis decorreriam: atenuar-se-iam de modo considerável a drenagem violenta do solo e as suas conseqüências lastimáveis; formar-se-lhes-iam à ourela, inscritas na rede das derivações, fecundas áreas de cultura; e fixar-se-ia uma situação de equilíbrio para a instabilidade do clima, porque os numerosos e pequenos açudes, uniformemente distribuídos e constituindo dilatada superfície de evaporação, teriam, naturalmente, no correr dos tempos, a influência moderadora de um mar interior, de importância extrema.

[...] Não há alvitar-se outro recurso. As cisternas, poços artesianos e raros, ou longamente espaçados lagos como o de Quixadá, têm um valor local, inapreciável. Visam, de um modo geral, atenuar a última das conseqüências da seca - a sede; *e o que há a combater e a debelar nos sertões do Norte - é o deserto.*

O martírio do homem, ali, é reflexo de tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da Vida.

Nasce do martírio secular da terra...(Cunha, 1984, p. 35 - 36. *Grifo nosso*).

Importa destacar que tais características geológicas foram utilizadas por Antônio Conselheiro na escolha do local para implantação do arraial de Belo Monte em 1893, segundo Ataliba Nogueira (1978):

[...] Escolhe para isto, Canudos, antiga fazenda de criação às margens do rio Vaza-Barris, abandonada completamente, sem viva alma. Além da sede havia umas poucas casas.

[...] Procura o sítio para trabalho. A preferência é pelo vale do rio. O Vaza-Barris tem ali cem metros de largura. No estio, quando o leito é seco, há facilidade para as cacimbas.

Isto foi em 1893 (Nogueira, 1978, p. 9).

Oliveira Junior (2019) ao empreender estudo cujo objetivo foi analisar o processo de desertificação a partir das condições dos solos, das feições vegetais, da produção agropecuária e outros, definiu o município de Canudos-BA como unidade espacial de estudo a partir de dados referentes à vulnerabilidade ambiental e índice de pobreza hídrica empregados no contexto da Área Susceptível à Desertificação da Bahia. A partir do mapeamento do núcleo de desertificação Altos Pelados e da Área Vizinha, identificou-se estas áreas com estágio avançado de deterioração, que se alastram por mais de 531Km² do território canudense.

Ainda segundo o autor supracitado, a pecuária e a agricultura comumente realizadas no semiárido, ao introduzirem práticas e técnicas impróprias como o desmatamento e queimadas, são as principais atividades impulsionadoras da pressão ambiental frente à vulnerabilidade natural do bioma. Resultando, assim, em desequilíbrio ambiental, ao promover a perda da

biodiversidade vegetal, exposição dos solos às intempéries e instalação da erosão acelerada, que constitui, concomitantemente, o pior fator e a pior consequência da desertificação.

Vejam os:

Atesta-se, assim, o aumento da potencialidade dos fatores de erosão nos Altos Pelados justamente nos ambientes onde os solos estão expostos às intempéries. Neles, não há barreiras naturais para impedir o processo de denudação decorrentes dos fluxos de águas das chuvas torrenciais e alastram os sulcos, as ravinas e as voçorocas. A ocorrência acentuada da erosão concorre para dissecar o terreno verticalmente e estabelecer uma paisagem caracterizada por uma ecodinâmica instável, que transforma as matas brancas em desertificação. As ações geradoras, de forma imediata, das condições para a sobrevivência populacional e para não dizimar os rebanhos nas épocas de seca, foram aquelas que, sobremaneira, geraram a degradação (Oliveira Junior, 2019, p. 308-309).

A área em processo de desertificação mapeada, denominada de Altos Pelados, é uma das mais antigas de povoamento em Canudos - BA e se espalha pelo Parque Estadual de Canudos, palco da Guerra fratricida e objeto de nosso estudo. A extensão dos Altos Pelados é de 192,39km², equivalente a 6,03% do território municipal. Área superior aos de muitos outros municípios localizados na Área Susceptível à Desertificação - ASD da Bahia, a exemplo de Anguera, Cipó e Ichu (Oliveira Junior, 2019).

Hoje, espaços de ocorrência da guerra fratricida (Bento, 1999) constituem o Parque Estadual de Canudos, cuja criação foi decretada pelo governo estadual em 1986. O mesmo cenário da guerra é o de desertificação, para significar as contradições socioespaciais nas geografias dos sertões da Bahia, demarcadas pela relação sociedade-natureza exploratória. [...] Esse representa um espaço de injustiças e de resistências permanentes no tempo para (re)configurar paisagens de interesses aos estudos geográficos (Israel Junior, 2019, p. 186-187).

Ainda segundo o autor supracitado, o processo de desertificação e a crise hídrica são inter-relacionados e sinérgicos. O acesso à água é uma estratégia que contribui com a sustentabilidade ambiental por reduzir os fatores de pobreza e os de pressão no ambiente. Por conseguinte, o sexto objetivo da Agenda 2030 das Nações Unidas visa assegurar a disponibilidade da água e do saneamento para todos os povos da terra até 2030. (Oliveira Junior, 2019).

Cavalcanti (2017) ao discutir a proposição da Agenda 2030 por parte Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, explicita que esta compreende uma Agenda de compromissos abrangendo vários campos da atuação humana, formada por dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) com suas respectivas cento e sessenta e sete metas, a serem alcançadas até o ano 2030. Os ODS caracterizam-se por serem aplicáveis universalmente em virtude de sua natureza global, entretanto, são suscetíveis a dialogarem com as políticas e

ações nos âmbitos regional e local. Prosseguindo, a autora ressalta:

O ODS 15 da Agenda 2030 trata de três temas principais: as florestas, a desertificação e a diversidade biológica. Na lista das metas estabelecidas para cumprimento do objetivo estão: assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce; promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas; deter o desmatamento; restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento; combater a desertificação; restaurar a terra e o solo degradado (Cavalcanti, 2017, p. 2).

Apesar da pertinência na adoção de medidas mitigadoras prementes quanto à preservação e conservação da biodiversidade, menos de 3% da superfície do território brasileiro encontra-se dedicado oficialmente a esse objetivo, isto considerando-se apenas as Unidades de Conservação de proteção integral. Nesta perspectiva, a Caatinga necessita de maior cobertura efetiva, como também de UCs que deem conta de sua sociodiversidade. Segundo o MMA, Brasil (2016), apenas, cerca de 7% da Caatinga se encontram em Unidades de Conservação, sendo que menos de 1% deste percentual, constituem unidades de proteção integral, que são mais restritivas à ação antrópica, como Parques, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas. Ademais, a implementação de tais Unidades envolve muitos desafios e entraves, como regulamentação fundiária, número deficitário de técnicos, ausência de plano de manejo e conselho gestor ativo, limitações da fiscalização e ausência de programas efetivos de educação e comunicação (Cavalcanti, 2017; MMA, 2016).

A despeito da sua importância, o bioma tem sido desmatado ao longo do seu processo de ocupação histórica, devido principalmente ao consumo de lenha nativa, ao sobrepastoreio e à conversão da cobertura vegetal para pastagens e agricultura. Este uso indevido e insustentável faz com que o desmatamento atinja 46% da área do bioma (MMA, 2011). Dado agravado, pelo fato de 62% das áreas susceptíveis à desertificação estarem em zonas originalmente ocupadas por esse bioma, sendo que muitas já estão bastante alteradas, o que compromete diretamente a biodiversidade (Cavalcanti, 2017). Estes achados são corroborados por Oliveira Junior (2019), ao mapear e caracterizar o núcleo de desertificação de Altos Pelados, em Canudos - BA.

A conservação da Caatinga é uma prioridade, dada a sua importância ecológica, econômica e social. Entretanto, o bioma ainda é um dos menos protegidos no Brasil (Tabarelli; Silva, 2002). A criação de novas áreas protegidas é essencial para garantir a preservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos do bioma. Além disso, é necessário fortalecer as políticas públicas voltadas para o manejo sustentável dos

recursos naturais, promovendo práticas agroecológicas e agroflorestais que incentivem a recuperação das áreas degradadas e a conservação da vegetação nativa (MMA, 2011).

Outro aspecto importante é a participação das comunidades locais nos processos de conservação. As populações que vivem na Caatinga possuem um conhecimento tradicional valioso sobre as espécies vegetais e animais do bioma, bem como sobre práticas de manejo sustentável que podem ser incorporadas em estratégias de conservação. A integração entre o conhecimento tradicional e o científico pode ser uma ferramenta importante para o uso sustentável dos recursos naturais (Silva *et al.*, 2017). Práticas como a coleta sustentável de produtos florestais não madeireiros e a implementação de sistemas agroflorestais com espécies nativas são exemplos de ações que podem gerar benefícios tanto ambientais quanto econômicos para as comunidades locais (Leal *et al.*, 2005).

A educação ambiental e a sensibilização da sociedade sobre a importância da Caatinga são estratégias essenciais para sua conservação. Campanhas educativas podem sensibilizar tanto as populações locais quanto o público urbano sobre a riqueza natural do bioma e a necessidade de protegê-lo. A ciência também tem um papel crucial nesse processo, sendo necessário ampliar os estudos sobre a biodiversidade da Caatinga, seus processos ecológicos e as melhores práticas para a recuperação de áreas degradadas (MMA, 2011).

O bioma Caatinga, apesar de sua importância ecológica, social e econômica, enfrenta grandes desafios devido à degradação ambiental. O desmatamento, a desertificação e a perda de biodiversidade são problemas graves que exigem ações emergenciais. A conservação da Caatinga depende de uma abordagem integrada, que combine a criação de áreas protegidas, o uso sustentável dos recursos naturais e o envolvimento das comunidades locais. Somente por meio de políticas públicas eficazes, educação ambiental e práticas de manejo sustentável será possível garantir a preservação deste bioma único e vital para o equilíbrio ecológico do semiárido brasileiro.

2. DISCURSO EUCLIDIANO SOBRE A GUERRA DE CANUDOS (BA): UMA INTERPRETAÇÃO ECOLINGUÍSTICA DE FONTES HISTÓRICAS

2.1. Considerações preliminares

O presente capítulo utiliza o método exploratório e descritivo para realizar a abordagem teórica sobre a mudança linguística e o papel do sujeito na promoção da mesma, considerados nas principais teorias linguísticas da modernidade. Partiu-se do conceito de anacronia em Saussure e sua relevância na mudança linguística, buscando identificar o sujeito e seus atributos, constructos empiricamente elaborados ao longo do processo histórico de proposição das principais correntes teóricas da linguística moderna. Para tanto, empreendeu-se a análise e interpretação dos aspectos teórico-metodológicos do pensamento de linguistas representantes das principais correntes da linguística moderna.

Em seguida, discute-se a ecolinguística como campo epistêmico para formação holística da linguagem e do sujeito ecológico, bem como, para a análise do discurso euclidiano e das suas transformações/reconfigurações.

2.2. Formação e atributos do sujeito nas principais correntes linguísticas modernas e seu papel na mudança linguística

A analogia exerce uma ação sobre a língua. Não sendo por si mesma um fato de evolução, ela é colaboradora eficaz de todas as forças que modificam incessantemente a arquitetura de um idioma, constituindo um possante fator de evolução. “Em Saussure, a evolução (a mudança) está ligada, entre outras coisas, à substituição; na analogia não há substituição, há criação” (Flores, 2013, p. 76). Na massa enorme dos fenômenos analógicos, que representam séculos de evolução, quase todos os elementos são conservados. As inovações da analogia são mais aparentes.

A analogia não passa de um aspecto de interpretação, uma manifestação da atividade geral que distingue as unidades para utilizá-las em seguida. Portanto, inteiramente gramatical e sincrônico. A partir da análise conceitual da *analogia*, enquanto fenômeno linguístico sincrônico, Flores (2013), discute o método do fazer do linguista. Vincular o objeto da linguística e seus mecanismos ao sujeito falante não é tese nova. Entretanto, no capítulo *Mostrar ao linguista o que ele faz: as análises de Ferdinand de Saussure*, o autor reivindica originalidade ao discutir o fazer do linguista a partir das análises linguísticas de Ferdinand de Saussure (1857-1913), que “como exímio linguista, [...], seu ponto de partida é sempre a fala,

o lugar da criação. Logo, relacionar o aspecto criativo da língua com o *fazer do linguista* [...] coloca em destaque o sujeito falante” (Flores, 2013, p. 84).

No Curso de Linguística Geral - CLG, está explícito que a analogia supõe a compreensão de uma relação que une as formas entre si. E isso que leva à afirmação de que “tudo é gramatical na analogia” Na gramática, a analogia é um fenômeno responsável pela criação de uma nova forma linguística, consiste na razão da formação de algumas palavras.

O autor destaca o estranhamento causado pela presença da analogia - fenômeno considerado sincrônico - como tema quase exclusivo da parte dedicada à linguística diacrônica no CLG. Visando elucidar, utiliza a suposição de que para Saussure, a analogia tem uma aparência de mudança, mas não se configura propriamente em mudança, conseqüentemente, falar em analogia (fenômenosincrônico) teria levado o mesmo a falar em diacronia e fenômenos de mudança. Dessa forma, Saussure considera gramatical equivalente a sincrônico, logo, oposto a diacrônico. E a analogia sendo um fenômeno gramatical, é também sincrônico.

Concluindo, Flores (2013), pondera que, a partir do estudo da analogia em Saussure, pode-se afirmar que do seu ponto de vista, cabe ao linguista a difícil tarefa de apreender o conhecimento que o sujeito falante tem da sua língua. Portanto, a tarefa designada ao linguista é a de se situar na língua como locutor qualquer, para poder, desse lugar, explicitar o mecanismo ignorado pela massa falante. O ponto de vista é do locutor e não do conhecedor. O autor também relaciona o aspecto criativo da língua com o fazer do linguista, colocando em destaque o sujeito falante. Assim, o linguista lidaria com o potencial vivo e criativo da língua, mantendo-se ao lado do falante.

Apesar da inclusão de falantes e massa falante na obra saussuriana, se interroga no CLG pela falta de um sujeito na/da língua. Segundo Lima, (2013) questionar a falta de um “sujeito” (falante), pode parecer no mínimo curioso, vejamos:

[...] pois este pululava em toda a obra saussuriana: como exemplo, podemos tomar o funcionamento dos eixos associativos e paradigmáticos, já que deveria haver pelo menos “um” que reconhecesse a “diferença” e a “semelhança” neles constitutivas, Caso contrário, a língua, enquanto sistema, correria o estranho risco de funcionar sozinha (Lima, 2013, p. 67).

Quando o falante produz uma formação analógica, o ponto de vista sincrônico é sempre o do falante e de seu saber sobre a língua. Por esse viés Saussure recusa o aspecto de mudança à analogia, explicitando a relação entre sincronia, gramatical e analogia. É o falante que os relaciona entre si ao produzir uma analogia ao criar a língua.

Assim, um signo existirá independentemente da existência ou não de mudança ou de

afrouxamento entre o significado e o significante. Podemos explicar os motivos da mudança, mas sempre existirá signo e uma relação entre o significante e o significado.

Segundo Lima (2013), parte-se sempre da concepção de signo, cujas partes são amarradas, fixadas, para apontar que Saussure não dera atenção ao fato de que essas relações são históricas, contextualizadas, socialmente realizadas pela dialogicidade dos sujeitos. Entretanto, para Saussure:

[...] o signo sofre mudanças, mas antes de pensar em história, no tempo ou na ação da massa falante, seria imprescindível considerar, pelo viés da cientificidade requerida para o objeto da língua, que a mudança só seria possível, dada a característica primordial do signo: a arbitrariedade (a amarração não era natural, era, antes de tudo, estabelecida por uma massa falante.) (Lima, 2013, p. 66).

A partir de tal formulação, Saussure atrela inexoravelmente o sujeito (falante) à produção das mudanças linguísticas, possíveis apenas devido à arbitrariedade, característica primordial do signo. A não contextualização histórico-cultural constituiu na verdade uma opção teórico- metodológica, ou seja, o viés da cientificidade requerida para o objeto em estudo, a língua. Ademais, Saussure aponta para o fato de que algo se repete na língua, e isso pode ser categorizado, e essa categorização imaginária é, portanto, histórico-cultural.

Com isso, Milner (1987), defende que a teorização da língua está presa na forquilha da completitude e não completitude, que responde por uma “falta” irremediável - sabemos que se trata [...] da presença de um sujeito. Mas seria, também, a não positividade constitutiva da língua que permitia considerar a possibilidade de um não-idêntico a si. O signo linguístico guarda a marca desse não idêntico, mas suporta na sua realização o imaginário (e concreto), fio “indissociável” que permite à massa falante “comunicar-se” (Lima, 2013, p.67).

Assim, para Deleuze (1995, p. 10), “É desta maneira, [...] que o não-sentido não é a ausência de significação, mas, ao contrário, o excesso de sentido, ou aquilo que proporciona sentido ao significado e ao significante”.

O autor acima referenciado, no texto *Em que se pode reconhecer o estruturalismo*, discorre que nessas perspectivas teórico-metodológicas, são os falantes que mudam a língua nas diversas interações sociocomunicativas, justificando assim, a indissociabilidade da língua com a sociedade, visto que se influenciam e se constituem. Desta forma, a língua e a cultura não são estáticas e nem imutáveis, mas, alteram-se constantemente em relação ao espaço temporal e geográfico. Inferindo sobre a origem do estruturalismo, postula:

É com razão que se apresenta a linguística como origem do estruturalismo: não somente Saussure, mas também a escola de Moscou, a escola de Praga. [...] Na verdade, só há estrutura daquilo que é linguagem, nem que seja uma linguagem

esotérica ou mesmo não-verbal. Só há estrutura do inconsciente na medida em que o inconsciente fala e é linguagem. Só há estrutura dos corpos à medida que se julga que os corpos falam com uma linguagem que é a dos sintomas. As próprias coisas só têm estrutura à medida que mantêm um discurso silencioso, que é a linguagem dos signos (Deleuze, 1995, p. 1).

A opção teórico-metodológica de Saussure foi criticada por vários linguistas. Antoine Meillet (1866-1936), considerava que o suíço, privava a variação linguística da realidade e a reduzia a uma abstração inexplicável, quando a separava das condições externas de que ela depende. Enquanto Saussure propunha: a divisão entre uma linguística interna e outra externa; a análise em nível sincrônico; e, que a linguística tinha por único e verdadeiro objeto, a língua considerada em si mesma e por si mesma, Meillet procurava compreender os fatos da língua, referindo-se à diacronia, à história, à mudança social. Sendo este último, o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística. Esta posição é muito próxima da que se encontrará mais tarde na obra de William Labov (Calvet, 2002; Preti, 2005).

Assim, o tema central em Meillet é o da língua enquanto fato social e suas conseqüentes funções sociais, e em Saussure o da forma da língua, reverberando em muitas contradições entre as posições de caráter estruturalista dos dois linguistas:

Portanto, as posições de Meillet estavam em contradição com, ao menos, umas das dicotomias saussurianas, a que distinguia a sincronia da diacronia, e com a última frase do *Curso* (“a linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si e por si mesma”). [...] Contradição porque a afirmação do caráter social da língua que se verifica em toda a obra de Meillet implica ao mesmo tempo a convergência de uma abordagem *interna* e de uma abordagem *externa* dos fatos da língua e de uma abordagem *sincrônica* e *diacrônica* desses mesmos fatos. Enquanto Saussure opõe linguística interna e linguística externa, Meillet busca explicar a estrutura pela história. Realmente, *tudo opõe os dois homens tão logo os situamos no terreno da linguística geral*. Enquanto Saussure busca elaborar um modelo abstrato da língua, Meillet se vê em conflito entre o *fato social* e o *sistema que tudo contém*: para ele não se chega a compreender os fatos da língua sem fazer referência à diacronia, à história (Calvet, 2002, p. 16 e 17).

Em contraposição, para Saussure a língua é um fato social, apenas no sentido de que é adquirida pelos falantes no convívio social, excluindo dos objetivos da linguística o estudo dos elementos de ordem social, além de propor a homogeneidade como um princípio básico para a descrição de uma língua. Esse princípio foi a base do Estruturalismo e foi levado ao extremo por Chomsky na teoria gerativista (1965), que delimitou como objeto de sua teoria a competência de um falante-ouvinte ideal, que por sua vez, era membro de uma comunidade linguística homogênea e possuía ótimo conhecimento da língua (Preti, 2005).

Mikhail Bakhtin (1895 - 1975), foi também, grande crítico de Saussure. Para Bakhtin

(2004), o social tem primazia, e o sujeito se constitui através da linguagem e em interação com os outros. Destaca-se o dialogismo da linguagem que se processa do sujeito consigo próprio e do sujeito com os interlocutores de seu convívio. O sujeito bakhtiniano é, portanto, constituído historicamente, e possui o dialógico como princípio constitutivo da linguagem.

Para Calvet (2002), a linguística moderna, foi marcada inicialmente por um discurso de caráter estrutural de Saussure, com foco na forma da língua, e outro, de Meillet e Bakhtin, que preconizavam sua função social. Apenas na década de 60, linguistas americanos começaram a se interessar pelas teorias da variação linguística. Assim, “uma das maiores tarefas da sociolinguística é mostrar que a variação ou a diversidade não é livre, mas que é correlata às diferenças sociais sistemáticas” (Bright, 1964 *apud* Calvet, 2002).

Ainda segundo o autor, em 1966 começaram a se intensificar os estudos sobre o caráter variável das línguas e sua relação com as estruturas sociais. Destacaram-se as pesquisas de William Labov, que definiu como seu objeto de estudo “a estrutura e a evolução da linguagem no seio do contexto social formado pela comunidade linguística”, confirmando o sinergismo com as proposições de Meillet e originando a corrente Variacionista.

[...] sair da língua e tomar como ponto de partida a realidade social. Esse entendimento amplia radicalmente o escopo da sociolinguística em direção à comunidade social sob seu aspecto linguístico. Por essa razão, não há mais possibilidade de distinção entre sociolinguística e linguística, e ainda menos entre sociolinguística e sociologia da linguagem. Assim sendo, a tarefa do linguista é descrever as mútuas relações entre grupos sociais, falantes, códigos, variedades de códigos e relações dos falantes com esses códigos e situações de comunicação (Calvet, 2002, p. 108).

Assim, a partir do século XIX, a mudança linguística passou a constituir interesse de estudo da linguística e objeto de estudo da linguística histórica. Na década de 60, com o surgimento da sociolinguística variacionista, a mudança entrou novamente na pauta dos linguistas, com o respaldo de estudos empíricos que confirmavam a mudança linguística como decorrente da variação. Mais recentemente, os estudos de base cognitiva têm oferecido novas explicações para a mudança linguística, e a atribuem a três principais fatores:

- (i) de base fisiológico-articulatório, que corresponderia a fenômenos de articulação, adaptação, ressincronização;
- (ii) de ordem cognitiva, que implicaria no processamento da linguagem no cérebro, reprocessando a língua. A gramaticalização e a analogia representariam importantes fenômenos cognitivos que provocam a mudança linguística. Importa salientar que tais processos não prescindem da interação social para a realização da mudança; e

(iii) de ordem social, que incluiria, entre outros fenômenos, o contato linguístico com outras línguas.

A Abordagem Cognitiva, possui como premissa básica a ideia de que o processo de aquisição de uma língua se dá de forma criativa, numa atividade cognitiva e não como respostas mecânicas a estímulos externos. Surge em oposição às correntes estruturalista e behaviorista (Marcionilo, 2020).

Mais recentemente, existe um consenso entre os linguistas aplicados de que é preciso buscar novos saberes e conhecimentos, não restringindo-se apenas à linguística. Dentre as mudanças que estão ocorrendo no mundo da linguística, identificamos correntes que se articulam numa dimensão ético-política, denominada de ecosofia.

Para Naess (1995), criador do movimento da ecologia profunda (*Deep Ecology movement*), a ecosofia se propõe em ter uma visão total e compreensiva da situação do ser humano incluído no meio ambiente.

De acordo com o filósofo francês Félix Guattari, na obra *As três ecologias*, com primeira edição em 1990, vivemos atualmente em um planeta que passa por aceleradas transformações do ponto de vista técnico-científicas, que culminam em uma crise ambiental de repercussões políticas, sociais e culturais. A sua proposta ecosófica busca resposta e ações para a problemática ambiental que vivenciamos. Para Córdula (2013), a ecosofia em Guattari pode ser sintetizada como:

[...] um modelo prático e especulativo, ético-político e estético, não sendo uma disciplina, mas sim uma simples e eficaz renovação das antigas formas de concepção do ser humano, da sociedade e do meio ambiente. E conclui sua obra afirmando que deve ser calcada na heterogênese de um processo contínuo de ressingularização, em que há toda uma “catálise de retomada de confiança da humanidade em si mesma para ser forjada passo a passo e, às vezes, a partir dos meios os mais minúsculos.” (Córdula, 2013, p. 2)

Portanto, a Ecosofia postulada por Guattari inclui a compreensão dos sujeitos, como parte integrante do meio em que vivem, e como estes apreendem e agem sobre a problemática ambiental, alicerçados nas três ecologias a saber: a do meio ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade humana (mental).

Ecologia do meio ambiente - onde tudo é possível de acontecer, quanto às evoluções flexíveis e quanto às piores catástrofes ambientais; “cada vez mais, os desequilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas” [...];

Ecologia social - deve trabalhar as relações humanas, reconstruindo-as em todos os níveis dosocius;

Ecologia subjetiva ou mental - será levada a reinventar a relação do sujeito como o corpo, a psique (inconsciência) e o consciente (Guattari, 2009, p. 52, *grifo nosso*).

A dimensão do meio ambiente não é adotada como sinônimo de natureza pela ecosofia, antes é colocada em igualdade de relevância com a qualidade das relações sociais e da subjetividade humana, construídas a partir das relações dos indivíduos entre si, com o meio físico, com a sociedade e consigo mesmo. Dessa forma, torna-se imprescindível a compreensão da formação do sujeito ecológico visando solucionar a problemática ambiental derivada das ações antrópicas.

Entretanto, ainda segundo o autor, o sujeito não é evidente, mas resultante de componentes de subjetivação alheios aos indivíduos, e que implicam grupos humanos, sistemas socioeconômicos, educacionais, entre outros. “Assim, a interioridade se instaura no cruzamento de múltiplos componentes relativamente autônomos uns em relação aos outros e, se for o caso, francamente discordantes.” (Guattari, 2009, p. 8). Tal subjetivação deve ser considerada na promoção de novos paradigmas para a sociedade contemporânea.

Reis (2021), defende que para os seres humanos perceberem a comunicação e a interação infinita entre as três ecologias é necessário ampliar o olhar sobre si mesmo enquanto pessoa e sujeito; a percepção de sua condição enquanto indivíduos sociais; e do vínculo inseparável com o ambiente físico e natural no qual estão imersos.

As três ecologias se unificam em um ponto comum, que consiste em liberar as antinomias de princípio entre os níveis ecosófico. Nesta perspectiva, a ecosofia seria a busca de uma dimensão ecossistêmica e não mais antropocêntrica das relações do homem com o meio ambiente, com a sua subjetividade e com os seus semelhantes, em busca de respostas para as contradições das ações antrópicas (Cavalcante, 2017).

Os rizomas ou redes de Deleuze e Guattari (2005), por onde se entra por qualquer lado e cada ponto se conecta com qualquer outro, metaforiza adequadamente a acepção discutida no parágrafo precedente, de que não existem mais centros nem valores únicos presumidos acerca da dimensão antropocêntrica.

Em seguida, abordaremos a ecolinguística, enquanto campo teórico herdeiro dos preceitos ecosófico e opção metodológica para a análise de discurso a ser empreendida no presente trabalho.

2.3. A ecolinguística como campo epistêmico para a análise do discurso

A ecolinguística, corrente que surgiu na década de 1970 com o linguista Haugen (1972), que, mesmo não empregando o termo *ecolinguística*, propôs uma análise ecológica das línguas, levando-se em consideração as interações entre aspectos linguísticos e do meio ambiente. Assim, pode ser definida como o estudo das relações entre a língua e seu meio ambiente.

A linguística ecossistêmica foi apresentada em Couto (2013, 2007). Sua proposta teórica enfatiza a importância de três elementos: a língua (L), o povo (P) e o território (T), chamados de Ecologia Fundamental da Língua (EFL), sendo estes três elementos ligados aos três meios ambientes (MA): o MA social, o MA mental e o MA natural, ou seja, o Ecossistema Linguístico natural, mental e social.

A ecolinguística postula uma visão holística da linguagem, podendo utilizar recursos de outras disciplinas para estudar um fenômeno linguístico específico.

Dessa forma, segundo Couto (2013), a ecolinguística preconiza a mudança do foco de interesse e objetivo de investigação, para o estudo das relações, em detrimento ao estudo dos objetos, como ocorre na visão tradicional mecanicista. Ademais, no lugar de se eliminar a importância do pesquisador/observador colocando-o como figura neutra, considera-se sua perspectiva como experienciador das relações a serem estudadas por ele.

Segundo Albuquerque (2018), os pressupostos teóricos da linguística ecossistêmica são os mesmos da ecologia biológica, além de trabalhar conceitos da ecologia de forma não metafórica, justificando o destaque para este ramo da ecolinguística.

Portanto, é possível identificar na ecolinguística, e mais especificamente na linguística ecossistêmica, um sujeito falante, ecológico, que sofre e realiza interações no ecossistema. A língua, por sua vez, sofre variação e mudança ao longo do processo sócio-histórico, resultando em evolução decorrente das adaptações e interações ocorridas.

Em seguida, será analisado o processo de formação do discurso euclidiano acerca da Guerra de Canudos, utilizando-se a teoria metodológica da Análise do Discurso Ecológica, sob o aspecto ecolinguístico, envolvendo os contextos físico, mental e social.

2.4. O discurso euclidiano sobre a Guerra de Canudos: interpretação ecolinguística de fontes históricas

Os estudos do Discurso buscam investigar os sentidos materializados nos textos e

demais expressões culturais, os fatores intervenientes em suas produções, e as repercussões nas diferentes práticas sociais. Esta seção objetiva caracterizar o processo de formação do discurso euclidiano acerca da Guerra de Canudos, a influência das relações de poder em sua construção, e a repercussão sobre o discurso oficial vigente à época. Utilizou-se a teoria metodológica da Análise do Discurso Ecológica, sob o aspecto ecolinguístico, envolvendo os contextos físico, mental e social. Ademais, mobilizou-se o conceito da Formação Discursiva de fontes históricas e seu papel na reconstrução do passado, e quanto ao processo de transformação/reconfiguração, de acordo com os fatores endo e exoecológico que os contextualizam ao longo do tempo. Para tanto, foram utilizados os aportes teóricos de: Albuquerque (2021, 2020), Alves & Acioli (2021), Couto *et al.* (2021), Couto (2007), Castro & Santos (2016), Cunha (2003, 2000), entre outros. A análise se utiliza, como *corpus* de apoio, excertos da obra *Os sertões*, e das reportagens escritas por Euclides da Cunha.

Para a consecução dos objetivos propostos, a presente discussão é dividida em três partes. Na primeira, as Formações Discursivas de fontes históricas são abordadas segundo seu papel na reconstrução do passado, sua relação com a noção de ideologia, e quanto ao processo de transformação/reconfiguração. Na segunda parte, são apresentados brevemente, os contextos socioeconômico, político, cultural e ambiental subjacentes à Guerra de Canudos, enquanto fatores exoecológicos, bem como, a influência destes no processo de produção das reportagens e da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Na terceira, discute-se a ecolinguística como campo epistêmico para formação holística da linguagem e do sujeito ecológico, bem como, para a análise do discurso euclidiano e das suas transformações/reconfigurações. Em seguida serão discutidos, enquanto fator exoecológico, o papel da imprensa e de suas narrativas ideologizadas na formação da opinião pública, consubstanciando a depreciação de Antônio Conselheiro e seus seguidores, que culminou na escalada do conflito e o extermínio dos opositores.

2.4.1. As formações discursivas de fontes históricas e a reconstrução do passado

A reconstrução do passado a partir da interpretação de fontes históricas em suas formações discursivas, possibilita desvelar as relações de poder e interesses políticos e econômicos existentes nos discursos oficiais, bem como, identificar a formação dos discursos equivocados a partir do confronto de retóricas antagônicas produzidas.

Segundo Foucault (1971), uma Formação Discursiva se estabelece a partir de

determinadas regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação. As regras de formação determinam condições de existência, coexistência, modificações e desaparecimento de uma dada repartição discursiva.

No quadro teórico da Análise do Discurso, segundo Pêcheux, ao contrário do que ocorre na Arqueologia de Foucault, não só é pertinente falar em ideologia, como é ela, juntamente com o sujeito, que é tomada como princípio organizador da formação discursiva (Indursky, 2000). Ademais, Pêcheux introduz a diferença e a divisão como características da ideologia, ou seja, ela é heterogênea e vive sob o signo da contradição (Pêcheux, 1980, p.195).

A transformação/reconfiguração de uma Formação Discursiva é resultante do encontro do sujeito do discurso com a linguagem e a história, na qual podem ocorrer tipos de falha no ritual: i) a primeira dá origem à entrada de novos saberes, anteriormente alheios a um determinado domínio de saber; ii) a outra falha no ritual pode significar não apenas a transformação/reconfiguração, mas a fragmentação da própria forma-sujeito; iii) uma outra falha no ritual pode resultar na instauração de uma nova posição-sujeito que traz para o interior da Formação Discursiva, saberes que aí causam estranhamento e introduzindo em seu interior ambiguidade ideológica e efeitos de divisão (Indursky, 2000). Continuando, a autora explicita que falha no ritual remete para uma falha na interpelação do sujeito, visto que o ritual é passível a falhas que o sujeito pode se contra identificar com os saberes de sua formação discursiva, passar a questioná-los e identificar-se com outra Formação Discursiva.

Segundo Azpeitia (2015), para descrever o processo de produção de um discurso e, dessa forma, identificar as marcas que este processo deixou no texto, é preciso atentar para as condições de produção daquele texto. Esta informação extratextual encontra-se, preponderantemente, formada por outros textos. A leitura ideológica de qualquer texto sempre é possível, pois, tratando-se de uma dimensão relativa às condições de produção do dito texto, encontra-se as marcas da formação social onde o texto foi produzido.

Nesta perspectiva, na próxima seção, serão apresentadas as informações extratextuais que compõem os contextos socioeconômico, político, cultural e ambiental em torno da Guerra de Canudos, e a influência destes no processo de produção das reportagens, enquanto correspondente do jornal o *Estado de São Paulo*, e da obra *Os Sertões*, por Euclides da Cunha.

2.4.2. Guerra de Canudos: fatores exoecológicos ao conflito e suas repercussões

Os discursos constituem um conjunto de produções verbais cuja construção é

inseparável de suas condições de elaboração, ou seja, do processo interativo entre enunciados, ambientes sociais, culturais, políticos, cognitivos, numa perspectiva ecossistêmica (Alves & Acioli, 2021).

A Guerra de Canudos, bem como, todo o seu contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental subjacente, é objeto de diversos estudos de historiadores, sociólogos, literatos, jornalistas e outros estudiosos brasileiros, e também estrangeiros, com destaque para Mario Vargas Llosa, escritor peruano, autor de *La guerra del fin del mundo*, publicado em 1981. Ademais, o conflito foi tema de diversas peças de teatro, filmes, documentários e uma minissérie da televisão brasileira.

A Guerra narrada por Euclides da Cunha em *Os Sertões* marca a historiografia brasileira, e traveste-se em denúncia sobre a grande injustiça perpetrada pelo Estado brasileiro, em uma luta desigual contra a população de Belo Monte, respaldada, muitas vezes, por falsas narrativas veiculadas pela imprensa da época. Importa ressaltar que “o primeiro contato de Euclides da Cunha com seu objeto viria através da participação na guerra de Canudos como enviado especial do jornal *O Estado de São Paulo*.” (Galvão, 2022, p. 2). Certamente, os artigos produzidos na função de correspondente serviram de fonte inicial na escrita de *Os Sertões*, lançado com imenso sucesso em 1902, cinco anos após o final da Guerra.

Segundo Azpeitia (2015), muito tem sido debatido acerca do gênero ao qual pertence *Os Sertões*. Escrita com estilo florido e rico em erudição, caracterizada como ensaio, tratado científico e, também, narrativa épica, especialmente, no capítulo *A luta. Os Sertões*, procura apresentar de forma minuciosa a verdade factual, transparecendo a influência positivista e científicista, mas, também, traz a visão subjetiva do autor, como em um romance de ficção. Assim, com sua riqueza linguística, narrativa e histórica, continua sendo fonte inesgotável de estudo e pesquisa.

Ribeiro (2015), aponta que o interesse pelo estudo e pela representação da Guerra de Canudos resulta de comoção da população brasileira ao tomar conhecimento, notadamente ao final da guerra, da violência extremada empreendida contra a população de Canudos.

Vejamos:

[...] percebemos que esse choque se deu, principalmente, com o fim da guerra, pois nos principais jornais chegaram notícias do grande número de mortos e dos crimes cometidos pelas tropas federais, como a degola desnecessária dos prisioneiros, estando entre eles diversas crianças, mulheres e idosos. Os próprios jornalistas, muitos deles, indignaram-se com tais práticas e saíram do campo de batalha com opiniões sobre o Exército e a campanha bem diferentes daquelas que tinham no início da guerra. Grande exemplo disso foi Euclides da Cunha que, posteriormente, denunciou em sua epopeia, *Os sertões*, os erros e covardias do Exército e a bravurado povo de Belo Monte (Ribeiro, 2015, p.16).

A Guerra de Canudos se estendeu de novembro de 1896 a outubro de 1897. Neste período, houve quatro expedições militares contra a cidade de Canudos, resultando em milhares de mortos e a destruição completa do arraial. Na história de ocupação dos sertões da Bahia, a constituição e extinção do arraial de Canudos são marcadas por fatos peculiares, compostos pelas questões políticas, econômicas, sociais, teológicas e outras (Calasans, 1987; Villa, 1995).

Quando começou a escalada do conflito com os habitantes de Canudos, em 1895, o país encontrava-se no sexto ano de governo republicano e há cinco anos do falecimento de Pedro II, inviabilizando qualquer tentativa de restauro da monarquia. Entretanto, a República ao tentar recolher impostos, obrigar declaração de propriedades, e a organização do comércio segundo as leis do capitalismo, levou a população local à reação instintiva de refugiar-se no sistema anterior. (Azpeitia, 2015).

Em *Os Sertões*, segundo Galvão (2022), são apresentados fatores vinculados à República recém-instalada, que corroboraram para a eclosão do conflito:

Tentando elucidar a origem da Guerra de Canudos, Euclides mostra como o advento da República acarreta alterações que perturbam o ânimo dos conselheiristas: novos impostos, separação entre Igreja e Estado, liberdade de culto e instituição do casamento civil, que contradizia frontalmente um sacramento católico (Galvão, 2022, p. 4).

Conforme a autora supracitada, após a segunda expedição, com o recuo, abandono, fuga dos militares e vitória dos jagunços, cresceu a importância social e fama do arraial de Canudos, que experimentou um aumento populacional de centenas. A fama, também, impulsionou medidas mais drásticas de combate militar, político e econômico aos ideais preconizados no arraial. Com isso, uma nova expedição, a terceira, foi realizada. Novos caminhos foram traçados, novas experiências fracassadas, novas provas de desconhecimento do território experimentaram, resultando no insucesso da expedição militar. Em 1897, é preciso uma nova expedição militar para arrasar com o arraial de Canudos. Na quarta investida militar, destruíram Canudos com incêndios do arraial e grande parte da população foi dizimada de forma bárbara.

Em seguida, a ecolinguística será discutida como campo epistêmico para formação holística da linguagem e do sujeito ecológico, bem como, para a análise do discurso euclidiano e das suas transformações/reconfigurações.

2.4.3. Ecolinguística como campo epistêmico para a análise do discurso euclidiano

A proposição da ecolinguística, e mais especificamente da linguística ecossistêmica,

como campo epistêmico, busca enfrentar as lacunas observadas nas demais teorias linguísticas, ao abordar-se interações entre os aspectos linguísticos e o meio ambiente (Couto, 2007, 2009, 2016).

A ecolinguística surgiu na década de 1970 com o linguista Haugen (1972), que propôs uma análise ecológica das línguas, levando-se em consideração as interações entre aspectos linguísticos e do meio ambiente. Assim, pode ser definida como o estudo das relações entre a língua e seu meio ambiente. Trata-se de um procedimento de análise descritiva e interpretativa, que pretende observar o escopo da pesquisa de maneira abrangente para descrever a realidade de forma holística, e depois direcionada, na fase interpretativa aos conceitos da ecologia (Albuquerque, 2018; Couto, 2009).

A teoria ecolinguística da Ecologia Fundamental da Língua (EFL), ou Ecossistema Fundamental da Língua, formulada por Couto (2017) é composta pela Linguagem (L), pelo Povo (P) falante da L e o território (T) onde o P reside e fala a L. Sua metodologia consiste na coleta e na análise inicial dos dados de acordo com as teorias linguísticas tradicionais. Realiza-se em seguida, uma nova interpretação dos resultados, com base na teoria ecolinguística, com a verificação das interrelações entre os elementos de L, P e/ou T.

Importa ressaltar que a ecolinguística postula uma visão holística da linguagem, podendo utilizar recursos de outras disciplinas para estudar um fenômeno linguístico específico. Entretanto, não se propõe a ser uma teoria ou ciência que estuda tudo. Não sendo válido, portanto, falar em uma metodologia própria, pois utilizará a metodologia de outras disciplinas. “As interpretações dos dados e das análises é que seguirão os conceitos da ecolinguística, considerando, assim, a metodologia da ecolinguística como multimetodológica por causa de seu caráter interdisciplinar e multidisciplinar” (Couto, 2013, p. 291).

Dessa forma, segundo o mesmo autor, a ecolinguística preconiza a mudança do foco de interesse e objetivo de investigação, para o estudo das relações, em detrimento ao estudo dos objetos, como ocorre na visão tradicional mecanicista. Ademais, no lugar de se eliminar a importância do pesquisador/observador colocando-o como figura neutra, considera-se sua perspectiva como experienciador das relações a serem estudadas por ele.

Segundo Albuquerque (2018), os pressupostos teóricos da linguística ecossistêmica são os mesmos da ecologia biológica, além de trabalhar conceitos da ecologia de forma não metafórica, justificando o destaque para este ramo da ecolinguística. O conceito de *meio ambiente*, um dos pilares da ecolinguística, é entendido como o local onde ocorrem as interações linguísticas. O *ecossistema* é o conjunto maior onde estão localizados os diferentes

meios ambientes e onde ocorrem as várias *interrelações*. Estas são definidas como a série de interações que ocorre dentro do ecossistema (dos componentes bióticos entre si; entre os componentes bióticos e abióticos; e dos componentes abióticos entre si).

Já a *adaptação* consiste basicamente nas modificações feitas para as sobrevivência das espécies em relação a mudanças no ecossistema. A *evolução* está intimamente ligada ao conceito de *adaptação*. Segundo a teoria linguística atual, a língua apresenta variação e mudança, no decorrer da história. A *diversidade* consiste no processo de estudar e valorizar a importância do grande número existente de espécies pelo mundo. Sendo que cada espécie possui seu respectivo papel dentro do ecossistema, ou até dentro da grande teia de relações do planeta, a hipótese de Gaia.

Portanto, é possível identificar na ecolinguística, e mais especificamente na linguística ecossistêmica, um sujeito falante, ecológico, que sofre e realiza interações no ecossistema. A língua, por sua vez, sofre variação e mudança ao longo do processo sócio- histórico, resultando em evolução decorrente das adaptações e interações ocorridas. Assim, a Análise do Discurso Ecológica, passa a ser utilizada para estudar os discursos como um conjunto de produções verbais cuja construção é inseparável de suas condições de produção, isto é, do processo interativo entre enunciados, ambientes sociais, culturais, políticos, cognitivos, numa perspectiva ecossistêmica.

Em seguida serão discutidos, enquanto fator exoecológico, o papel da imprensa e de suas narrativas ideologizadas na formação da opinião pública, consubstanciando a depreciação de Antônio Conselheiro e seus seguidores, que culminou na escalada do conflito e o extermínio dos opositores.

2.5. Papel da imprensa e da narrativa cientificista para validação da barbárie

O papel da imprensa na época da Guerra de Canudos, enquanto partícipe do sistema de formação de opinião, confirma a importância que a narrativa desempenha na construção da memória coletiva, buscando respaldar a escalada do conflito e seu bárbaro fim.

Segundo Ribeiro (2015), o século XIX foi um período de grandes mudanças e conquistas para a sociedade brasileira. A imprensa foi instaurada no País e uma esfera pública e uma opinião pública foram se formando na sociedade, influenciando o desenvolvimento e consolidação de movimentos sociais, principalmente nos grandes centros urbanos, que

resultaram na proclamação da independência, libertação dos escravos e, na proclamação da República, cuja instauração foi considerado um ato libertador, que modernizaria e tornaria a nação igualitária. Assim, a imprensa, ao longo do século XIX, participou como instrumento de divulgação de ideias e formação de opinião em diversas etapas importantes da história da sociedade brasileira.

Noções científicas importadas da Europa, como o positivismo e o evolucionismo, eram utilizadas pela elite intelectual formada nas universidades e centros de pesquisa do País, bem como, por militares, para explicar e interpretar a realidade do País. Circulavam entre esses intelectuais ideias de que havia sociedades mais evoluídas, as ocidentais, e as menos evoluídas incluíam aborígenes, indígenas, negros, entre outras sociedades consideradas primitivas. Ademais, conceitos do “darwinismo social”, no qual, a raça e o meio eram considerados fatores que influenciavam evolução ou a estagnação social. Assim, a personalidade e o caráter de um povo eram moldados pelo ambiente e determinados pela raça. O desenvolvimento da ciência era outro critério definidor, pois sociedades que não utilizavam conhecimentos científicos a fim de se organizarem eram consideradas primitivas, bárbaras e incivilizadas (Ribeiro, 2015).

Segundo Castro, (1995), os princípios positivistas foram difundidos na Escola Militar da Praia Vermelha, centro formador dos militares que idealizaram a proclamação da República brasileira. Vejamos:

[...] Basicamente, os princípios positivistas, oriundos dos ensinamentos difundidos por Comte, concebiam o intelectual brasileiro como responsável e missionário pelo futuro do País. Cabia a ele civilizar os bárbaros e lutar por uma nação justa, igualitária e evoluída. Essas metas só seriam alcançadas, segundo esses ideais, por meio do regime republicano. A Monarquia, nesse contexto, era identificada com o autoritarismo e o retrocesso (Ribeiro, 2015. p.18-19).

Euclides da Cunha, como muitos intelectuais e cientistas, acreditavam e utilizavam ideias científicas, positivistas e deterministas com o propósito de respaldar princípios democráticos, abolicionistas e republicanos. Evidentemente, nem todos estavam imbuídos de sentimentos de justiça social e igualitária, pois objetivos econômicos eram sempre subjacentes.

Importante ressaltar, que tal contexto levou à vinculação da comunidade em Canudos ao movimento monarquista, e Antônio Conselheiro e os seus seguidores, a serem identificados como degenerados, retrógrados e incivilizados, justificando, portanto, sua destruição. Identificamos, assim, a noção de formação discursiva conforme as considerações teóricas em Pêcheux, ou seja, concebida em vinculação com a noção de ideologia. Os enunciados

discursivos compõem um domínio do saber e representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o quê pode e deve ser dito (Carvalho, 2023b).

Os discursos veiculados pela imprensa da época tinham como objetivo desmoralizar e criminalizar o movimento sertanejo e apoiar a sua destruição. Porém, havia argumentos que identificavam, basicamente, o movimento como um grupo de revoltosos que intencionavam deflagrar um golpe restaurador, e havia outros discursos que não os consideravam monarquistas, mas como um perigo ao desenvolvimento do País. Vejamos:

Essa guerra foi um marco na história da imprensa nacional devido a seu impacto fora do comum: pela primeira vez no país procedeu-se a uma cobertura jornalística em bloco no palco dos acontecimentos, viabilizada pela recente instalação de linhas de telégrafo sulcando o sertão. As principais folhas de Rio, São Paulo e Bahia criaram uma coluna especial, quase sempre intitulada “Canudos”, dedicada exclusivamente ao assunto, por toda a duração da guerra. Além disso, estampavam qualquer coisa: invencionices, pareceres dogmáticos de militares de partido previamente tomado, documentos forjados, cartas falsas. A divulgação de todos esses materiais tinha por objetivo comum reforçar a ideia de uma iminente restauração monárquica (Galvão, 2022, p. 2).

O interesse da imprensa pela Guerra é confirmado em virtude da grande quantidade de material publicado sobre o assunto, bem como pelo envio de correspondentes especiais à Bahia por parte dos jornais. As principais cidades que esses correspondentes atuaram foram Salvador, Cansanção, Queimadas, Monte Santo e Canudos. Esses correspondentes foram enviados à Bahia no decorrer da Quarta expedição, pois, após a derrota da Expedição Moreira Cesar, houve interesse e preocupação em âmbito nacional. Ademais, as classes dominantes não aceitaram a possibilidade de quebra do monopólio da terra, mediante uma revolta armada no campo.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, além de ter publicado os artigos de Euclides da Cunha, colaborador habitual desde 1888, divulgou diversos artigos, cartas e telegramas oficiais do governo ou do Exército. Dentre estas publicações, ganhou destaque dois artigos publicados por Euclides com o mesmo título de *A nossa Vendeia*, O primeiro em 14 de março de 1897 - após o fracasso da terceira expedição e morte do general Moreira César, e o segundo, em 17 de julho do mesmo ano, com o envio da quarta expedição (Galvão, 2022; Baroni, 2011).

Os artigos estabeleceram conexões entre o conflito no sertão da Bahia e a Guerra de Vendeia, na França (1793 - 1796). “Num conciso sintagma de três termos, transpunha para o coração do Brasil a revolta monarquista católica coligando campesinato e nobreza (1793) em reação contra a Revolução Francesa, democrática, laica e republicana.” (Galvão, 2022, p. 9). Esta comparação foi aceita e adotada amplamente. Estes dois artigos foram produzidos antes da partida de Euclides da Cunha à Canudos, portanto seus conhecimentos a respeito do meio e

do homem dos sertões foram baseados em seus estudos e pesquisas.

No primeiro artigo, Euclides da Cunha escreve sobre o solo, a vegetação e o clima da região de Canudos. Segundo Baroni (2011), já é possível identificar a tentativa de compreensão sobre o sertanejo e sua intrínseca relação com a terra, além da identificação desta última, como elemento protagonista para a luta. Não há cisão entre o homem e a natureza, que eram descritos em sintonia, como exposto a seguir: “[...] esses nossos patrícios do sertão, de tipo etnologicamente indefinido ainda, refletem naturalmente toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam.” (Cunha, 2000, p. 50-51). O vínculo homem e território é também utilizado por Cunha para justificar, “[...] sob um ponto de vista geral, *a aproximação histórica expressa no título do artigo*” (Cunha, 2000: 50-51, grifo nosso).

Euclides já fazia referência ao inimigo inatingível no artigo anterior, entretanto, no de 17 de julho, aprofunda na compreensão da região, da terra, da sensação de imobilidade da paisagem para poder caracterizar o sertanejo, o jagunço, em íntima comunhão com o meio. Ressalta também a sua vestimenta toda feita de couro curtido, das alparcatas ao chapéu de abas largas, sábia proteção contra os espinhos que sequer a ferem. “Não há perseguí-lo no seio de uma natureza que o criou à sua imagem - bárbaro, impetuoso, abrupto” (Cunha, 2000: 57).

Ao identificar o sertanejo como homem fanatizado, ingênuo, simples e sob influência monarquista, Euclides da Cunha, traça paralelos entre o fanatismo sertanejo e o dos *chouans* de *Vendeia*, além de destacar o papel protagonista exercido pela Terra nos dois conflitos.

No artigo de 17 de julho de 1897, além de descrever mais detalhadamente o meio físico do sertão, Euclides da Cunha busca compreender a tática de guerra dos sertanejos, comparando-a com os conflitos entre as forças inglesas contra os zulus e os afghans, com o conflito francês em Madagáscar e com as forças italianas contra os abissínios (Baroni, 2011). Como integrante da quarta expedição, exercendo as funções de repórter e adido ao Estado Maior do ministro da Guerra, Euclides da Cunha enviou para o jornal *O Estado de São Paulo*, a série de correspondências que levaria o título de *Diário de uma Expedição* (Cunha, 2000).

Da leitura dessas correspondências, depreende-se como Euclides se encaminhou para Canudos presa da mesma lavagem cerebral que as forças armadas e os demais jornalistas, tomados todos de entusiasmo republicano e de fervor sacrificial. Encontravam-se prontos a dar a vida pela República que tanto prezavam, não sem antes extirpar do mundo a ameaça monarquista. É ao longo do desenrolar das reportagens que o leitor pode entrever dúvidas incipientes a se insinuarem no espírito do escritor, *que dá os primeiros sinais de desconfiar da propaganda maciça*. Essas dúvidas serão depois intensamente elaboradas em *Os Sertões* (Galvão, 2022, p.6, destaque nosso).

As reportagens começaram a bordo do navio Espírito Santo, que conduzia tropas no percurso Rio-Bahia. Em Salvador, capital da Bahia, cabe destaque para a narrativa de Euclides acerca do interrogatório de um jagunço de catorze anos feito prisioneiro, que negara o que os interrogadores sugeriam.

Euclides observa: “... não mentem, não sofismam e não iludem, naquela idade, as almas ingênuas dos rudes filhos do sertão.” Esse é o primeiro sinal de que a inteligência de Euclides está prestes a captar algum engano no ar. Penetrando no sertão e chegando até Canudos, o escritor vai gradativamente intensificando esses sinais, e mitigando o entusiasmo patriótico que no início demonstrara, sem, todavia, perdê-lo de vez (Galvão, 2022, p. 9).

O poderio bélico da quarta expedição, com abundância de homens, armas e munições, não tardou a aquebrantar a resistência canundense. O arraial foi colocado sob bombardeio durante vários dias, tendo suas casas completamente incendiadas.

O arraial se calou, sem se render, a 5 de outubro de 1897. Os últimos resistentes, calcinados numa cova no largo das igrejas, não eram mais que quatro, dos quais dois homens, um velho e um menino. Sempre lembrado, esse final inglório tornou-se representativo daquela que foi uma guerra de extermínio contra uma população indefesa (Galvão, 2022, p.7)

Ao término da Guerra de Canudos, tornou-se evidente que não ocorrera conspiração ou apoio logístico partindo de monarquistas aos sertanejos. Posteriormente, a partir de denúncias e testemunhos, foi possível constatar que houvera clara manipulação da opinião pública, mediante narrativas formuladas pela classe dominante e sustentadas e veiculadas pela imprensa da época.

Neste sentido, identifica-se a primazia do discurso oficial, e muitas vezes equivocado, cuja retórica visava promover e manter as relações estratégicas e de poder entre a igreja católica, os donos de terras e os políticos, em detrimento à realidade de resistência à ordem social, política e religiosa imposta aos sertanejos pelas elites locais (Carvalho; Neiva 2023).

A contraposição ao discurso oficial só ocorreria após o final do conflito, sendo protagonizada pelos principais jornais ao noticiarem o grande número de mortos e os crimes cometidos pelas tropas federais, incluindo a prática da degola em prisioneiros rendidos, incluindo crianças, mulheres e idosos. Assim, a participação da imprensa, através da veiculação de narrativas, foi decisiva para justificar o temor e combate aos conselheiristas, bem como, para influenciar a defesa dos mesmos pela opinião pública, após o término da Guerra. Posteriormente, a denúncia seria realizada por Euclides da Cunha em *Os Sertões*:

Não se fez uma guerra, subordinada a preceitos invioláveis - fez-se uma diligência policial com oito mil homens. [...] Perdido no deserto, jungido a provações imensas, muitas vezes sem os mais elementares recursos e sob o ataque persistente e traiçoeiro do inimigo, o soldado brasileiro jamais patenteará abnegação maior (Cunha, 2000, p.79-80). [...] Dificilmente se encontra, folheando a história inteira, um exército que, já quase faminto de véspera e extenuado de combates, se bate durante catorze horas, da madrugada à noite, sem tomar sequer uma gota de água (Cunha, 2000, p.80).

Segundo Calasans (1997), seguiu-se uma onda de esquecimento após o final da Guerra, que foi rompido pela publicação da obra *Os Sertões*, em 1902. O historiador Marco Antônio Villa também atribui à obra de Euclides da Cunha a grande visibilidade auferida ao conflito até os dias atuais (Villa, 1998). Assim, é necessário reconhecer o mérito de Cunha em impedir o apagamento de valores e memórias, bem como, o silenciamento das vozes dos canudenses barbaramente massacrados. Nesta perspectiva, a obra assume seu papel vingador ao condenar as ações brutais do Exército republicano em suas investidas contra o Arraial, e empreender iniciativas na defesa aos sertanejos.

Em carta, datada de 21 de abril de 1902, enviada ao amigo Francisco Escobar, Euclides de Cunha assumia a postura de defensor dos canudenses: “Serei um *vingador* e terei desempenhado um grande papel na vida - o de advogados dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária...” (Cunha, 1997, p. 133, grifo nosso).

Galvão (2022), também aponta a mudança na narrativa euclidiana ocorrida das reportagens à publicação de *Os Sertões*:

Cinco anos, ou um pouco menos computando os trâmites editoriais, foram necessários para a verdadeira metamorfose que vai das reportagens a *Os Sertões*: cinco anos e uma grande ambição. A massa de informações científicas e históricas acumuladas no livro aponta para o risco da dispersão. Mas, ali reunidas, ganham uma certa unificação, que lhes é conferida pelo estilo naturalista, então predominante na literatura brasileira, junto com um tratamento parnasiano da paisagem (Galvão, 2022, p.10).

Tomando por base Indursky (2000), pode-se inferir que a transformação/reconfiguração da Formação Discursiva das reportagens para a obra *Os Sertões* é resultante do encontro do sujeito do discurso, Euclides da Cunha, com a linguagem e a história. A adição de novos saberes, oriundos sobretudo do testemunho ocular do conflito, além das pesquisas nos vários domínios do saber, como antropologia, botânica, zoologia, geologia, entre outros, resultou em falhas no ritual, que por sua vez originaram não apenas a transformação/reconfiguração, mas a instauração de uma nova posição-sujeito revelada na sua Formação Discursiva.

Albuquerque (2018), identifica na ecolinguística, e mais especificamente na linguística ecossistêmica, a variação e mudança como decorrente das adaptações e interações ocorridas ao

longo do processo sócio-histórico. O sujeito falante, Euclides da Cunha, sofreu e realizou interações no ecossistema, portanto, o processo de construção do seu discurso foi interativo entre enunciados, ambientes sociais, culturais, políticos e cognitivos, reverberando na transformação/reconfiguração identificada.

Assim, utilizando os mesmos sintagmas do protótipo *A nossa Vendeia*, Euclides da Cunha publica, em 1902, sua obra literária e histórico-jornalística dividida em três partes: *A Terra*, *O Homem* e *A Luta*. Com relação à *Terra*, encontra-se a descrição do ambiente do sertão, para tanto, são mobilizados textos e autores de diversas áreas de conhecimento (geologia, meteorologia, botânica, zoologia, física e química), compondo um verdadeiro estudo geográfico da região. Observa-se uma antropomorfização dos seres da natureza. Em *O Homem*, há a descrição da vida e dos costumes do sertanejo, sendo este determinado pela tríade meio, raça e história. Configura-se em estudo antropológico e sociológico do sertão nordestino, ao utilizar escritos de história da colonização, de folclore, de psiquiatria, de neurologia, de sociologia, de etnologia. Ao abordar a resistência do povo sertanejo à terra, caracterizou Antônio Conselheiro, desde sua genealogia, aos propósitos enquanto líder do movimento de Belo Monte. Assim, “O determinismo, o cientificismo, o evolucionismo, a noção de linearidade do progresso tido como inelutável, as preocupações ligadas aos fatores hereditários, tudo isso tem frequentemente voz ativa na narrativa.” (Galvão, 2022, p.26).

Na parte *A Luta* o autor descreve o conflito entre o Exército Brasileiro e os sertanejos conselheiristas ao abordar as quatro expedições realizadas pelo Exército contra o Arraial de Canudos. Para tanto, são utilizadas suas próprias reportagens e cadernetas de campo, reportagens dos outros correspondentes, bem como, ordens-do-dia do Exército aos relatórios de governo. (Galvão, 2022; Ribeiro, 2015).

Com o final da Guerra de Canudos, consolida-se o regime republicano no Brasil, a partir do massacre do Arraial e resultante intimidação a uma suposta restauração monárquica.

Euclides da Cunha narrou em suas obras as impressões com relação ao lugar outrora desconhecido, que adentrara em razão das atividades de correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, e de adido militar, como também inter-relacionou esse espaço com os sujeitos que nele viviam.

Segundo Silva *et. al.* (2014), Euclides também manifesta, anacronicamente, um sentimento de afetividade pelo sertão, ao descrever a ressurreição da flora após a ocorrência de chuvas, enaltecendo a mudança de clima e de paisagem que tornam possível a vida do homem. “Toda a narrativa e descrição barrocas da paisagem são constituídas por antíteses, sendo o paraíso e o inferno apenas uma de tantas.” (Silva *et. al.*, 2014, p.258).

Euclides expõe o fanatismo dos soldados em relação aos ideais republicanos, fanatismo esse que não aparece em suas reportagens. Nestas, a barbárie é restrita aos jagunços. Em *Os Sertões*, estes emergem como lutadores em defesa de suas casas da invasão dos soldados do Estado, bem como denuncia a degola, barbárie soldadesca. Destarte, há inúmeros exemplos que seguem distintas formações discursivas em *Os Sertões* quando comparadas às reportagens escritas ao longo da Campanha.

As formações discursivas em fontes históricas possibilitam desvelar as relações de poder, interesses políticos e econômicos existentes nos discursos oficiais, bem como, identificar a formação de discursos equivocados a partir do confronto das retóricas antagônicas produzidas. A transformação/reconfiguração de uma Formação Discursiva é resultante do encontro do sujeito do discurso com a linguagem e a história. Assim, conhecer as condições de produção de um texto possibilita sua leitura ideológica, visto que nele são impressas as marcas da formação social na qual foi produzido (Carvalho, 2023b).

Portanto, a Guerra narrada por Euclides da Cunha em *Os Sertões* marca a historiografia brasileira, e traveste-se em denúncia sobre a grande injustiça perpetrada pelo Estado brasileiro, em uma luta desigual contra a população de Belo Monte, validada, muitas vezes, por falsas narrativas veiculadas pela imprensa da época. A obra foi publicada em 1902, cinco anos após o final do conflito. Os artigos e reportagens produzidos por Cunha na função de correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, serviram de fonte inicial na escrita de *Os Sertões*. O discurso subjacente a estes escritos era embasado por ideias cientificistas, positivistas e deterministas, que por sua vez, respaldavam princípios democráticos, abolicionistas e republicanos, ou seja, os enunciados discursivos relacionavam-se com a ideologia vigente e dessa forma regulavam a retórica. Construiu-se, assim, toda a narrativa para justificar o aniquilamento de Antônio Conselheiro e seus seguidores.

A contraposição ao discurso oficial só ocorreria após o final do conflito, sendo protagonizada pelos principais jornais ao noticiarem o grande número de mortos e os crimes cometidos pelas tropas federais. Posteriormente, a denúncia seria realizada por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, confirmando uma transformação/reconfiguração da Formação Discursiva empregada nas reportagens produzidas na função de correspondente do jornal *A Folha de São Paulo*. Foram identificadas, assim, formações discursivas diversas, forjadas no palco dos acontecimentos, como o fanatismo em relação aos ideais republicanos e a barbárie da degola protagonizados pelos soldados, e narrados apenas em *Os Sertões*. Verificou-se, sobretudo, o papel da relação dialógica dos fatores exoecológicos na produção semântica

da informação no Brasil (Carvalho; Neiva, 2023).

Nesta perspectiva, Euclides da Cunha reconstruiu o passado, mediante a transformação/reconfiguração de Formações Discursivas pré-concebidas sob ideais cientificistas, positivistas e deterministas, a partir do seu encontro com a linguagem e a história, no palco da Guerra.

Em *Os sertões* identificam-se a inter-relação e imbricamento entre *O Homem, A Terra e A Luta*. Sob a perspectiva da Análise de Discurso Ecológica, podemos correlacionar com a tríade que configura a base estrutural da ecolinguística: Povo, Território e Língua. A Análise do Discurso Ecológica mostrou-se adequada para o estudo do discurso euclidiano e suas transformações/reconfigurações, visto que sua construção resultou de um processo interativo entre enunciados, ambientes sociais, culturais, políticos e cognitivos, numa perspectiva ecossistêmica.

3. PERCURSO METODOLÓGICO NO ESTUDO SOBRE O PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS: A BUSCA POR UMA ABORDAGEM LINGUÍSTICO-LITERÁRIA CRÍTICA

Trilhar os quatro anos de estudo que compõem o Curso de Doutorado que ora finalizamos, nos remete aos anseios e expectativas iniciais quanto ao tema, perguntas, delimitações, e objetivos propostos. Justificou-se o delineamento traçado em virtude do compromisso institucional com a comunidade local, dado que o Parque Estadual de Canudos é vinculado ao *Campus* avançado de Canudos, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Ademais, o Curso de Pós- Graduação em Crítica Cultural, vinculado ao Departamento de Literatura, Letras e Artes - DLLARTES/UNEB, *Campus* II, localizado em Alagoinhas (BA), promoveu, em 2021.2, processo seletivo para 01 (uma) turma de doutorado, com projetos cujo objeto de pesquisa envolvesse o município de Canudos (BA). Obtivemos aprovação do Projeto apresentado nesta oportunidade, e buscamos compatibilizar seu objeto de análise - o Parque Estadual de Canudos, com a nossa formação inicial em Ciências Biológicas.

3.1. O curso de doutorado em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia: histórico, objetivos e perspectivas

O Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, da grande área dos Estudos Linguísticos e Estudos Literários, com o curso de mestrado desde agosto de 2009 e doutorado a partir de agosto de 2019, surge no contexto de uma tradição acadêmica que busca integrar a análise cultural com questões sociais, políticas e epistemológicas contemporâneas, alinhando-se ao desenvolvimento da crítica cultural no Brasil desde a década de 1990. Historicamente, essa iniciativa reflete a expansão da crítica cultural como disciplina, influenciada por debates que remontam à Revolução Francesa e ao surgimento da crítica social no século XVIII, evoluindo para incorporar dimensões culturais em meados do século XX, como discutido por Seidel em sua análise sobre a transição da teoria crítica para a crítica cultural (Seidel, 2008, p. 2). No âmbito baiano, o programa insere-se em esforços institucionais para fomentar o debate acadêmico, dialogando com produções que enfatizam a delimitação produtiva da crítica cultural, evitando confusões conceituais em torno do termo "cultura".

Os objetivos do curso concentram-se em formar profissionais capazes de analisar criticamente a contemporaneidade, partindo da teoria crítica para alcançar o "giro culturalista", com ênfase em critérios teoricamente válidos para intervenções transformadoras (Seidel, 2008, p. 1). Essa formação visa prover os estudantes com ferramentas para examinar o papel da crítica

na sociedade, integrando perspectivas históricas, sociológicas e filosóficas, como as discussões sobre a atitude crítica que alia o desejo de conhecer e transformar a sociedade, intensificada pelo marxismo e pela sociologia no século XIX (Seidel, 2008, p. 2). Ademais, o programa busca estabelecer bases para intervenções práticas, considerando a evolução da crítica social para a cultural, e promovendo diálogos interdisciplinares que abranjam temas como mentalidades, sociabilidades e circularidades culturais, conforme explorado por Schneider em sua análise da Nova História Cultural (Schneider, 2008, p. 179-183). O curso também incentiva a reflexão sobre objetos, teorias e métodos em programas de crítica cultural, situados em contextos de multiculturalismo e globalização, fomentando uma abordagem que transcenda limitações disciplinares tradicionais (Santos, 2023, p. 1).

As perspectivas futuras do curso apontam para uma expansão interdisciplinar e internacional, alinhando-se a tendências globais que incorporam dimensões ambientais, subjetivas e sociais à crítica cultural, como sugerido em reflexões sobre a ecosofia de Guattari (Cavalcante, 2017, p. 72-74). Nesse sentido, o programa pode evoluir para incluir interseções com as três ecologias (mental, social e ambiental), promovendo ações concretas para preservação ambiental e interação humana com o meio, em uma visão rizomática e transversal (Reis, 2021, p. 104-106). Essa visão prospectiva reforça o potencial da crítica cultural como instrumento de renovação acadêmica na Bahia, fomentando debates que transcendam o local para o global, e dialogando com obras como *Tempo de Pós-Crítica*, que enfatizam a releitura da crítica em contextos pós-modernos, abrindo caminhos para novas epistemologias (Souza, 2007, p. 27-39; Seidel, 2008, p. 3-5). Ademais, com a interiorização do ensino superior na UNEB, o curso pode ampliar sua abrangência para *campi* regionais, promovendo a produção crítica de conhecimento científico, tecnológico e cultural, facilitando seu acesso e difusão em contextos periféricos (Santos *et al.*, 2023, p. 1-2).

A partir da apresentação dos objetivos e perspectivas do Programa de Crítica Cultural da UNEB, cabe discutir sobre a atuação de seus egressos. Atuar como crítico cultural exige uma abordagem interdisciplinar que integre a crítica literária como ponto de partida para análises mais amplas, considerando o texto como um domínio simbólico que transcende o real e o imaginário, conforme Deleuze explora o estruturalismo como reconhecimento de uma terceira ordem simbólica (Deleuze, 1972, p. 239-241). Nesse contexto, o crítico deve identificar estruturas linguísticas em domínios como a literatura, onde autores como Jakobson, Lévi-Strauss e Barthes promovem uma renovação da interpretação histórica e cultural, com atenção a conceitos como geração, intelectual, sociabilidade e circularidade (Schneider, 2008, p. 179-182; Deleuze, 1972, p. 240). A crítica literária, assim, envolve a descoberta de elementos

simbólicos para além das palavras sonoras e imagens associadas, permitindo uma virada cultural na historiografia que dialogue com antropologia e linguística, evitando reduções imaginárias e enfatizando a circularidade saudável da hermenêutica, como em Carlo Ginzburg (Schneider, 2008, p. 184-186).

A crítica social, por sua vez, demanda que o crítico atue como agente de transformação, questionando legitimidades sociais vigentes e incorporando o cultural à teoria crítica da sociedade, remontando ao século XVIII com ênfase na compreensão e alteração da sociedade, intensificada pelo marxismo no século XIX e pela inclusão da cultura no século XX (Seidel, 2008, p. 2-3). Essa atuação alia desejos epistemológicos e práticos, delimitando conceitos para evitar confusões e atuar em intervenções no mundo da vida, como sugere a transição da crítica social para a cultural, explorando a atitude crítica que combina conhecimento e mudança social (Seidel, 2008, p. 1-2). O crítico deve navegar por séries simbólicas que evitem reduções dualistas, promovendo uma gramática dos conflitos sociais que considere dimensões estéticas e sensíveis, conforme a terceira geração frankfurtiana (Seidel, 2008, p. 6-7; Schneider, 2008, p. 183).

Finalmente, a crítica cultural requer uma atuação que considere o literário e o social, reconhecendo a cultura como matriz interpretativa e utilizando conceitos como geração, intelectualidade, sociabilidade e circularidade para renovar a escrita histórica, em um diálogo interdisciplinar que consolide novos sentidos de investigação (Schneider, 2008, p. 179-181). O crítico deve exercer uma atitude reflexiva que questiona a contemporaneidade, estabelecendo critérios válidos para intervenções produtivas, sem considerar conceitos como autoevidentes, e promovendo uma visão ampla que inclua subjetividades e relações sociais, evitando falácias relativistas e enfatizando a produção de subjetividade autônoma (Seidel, 2008, p. 1-4; Reis, 2021, p. 104-106). Essa prática envolve diálogos com outras disciplinas, como a antropologia, para explorar o multinaturalismo ameríndio, resistindo a dicotomias ocidentais e integrando perspectivas biológicas (Castro, 2004, p. 225-227). Nesta perspectiva, serão abordadas a seguir, algumas inter-relações possíveis entre a biologia e a crítica cultural.

3.1.1. Os domínios da Biologia e da Crítica Cultural: conexões em expansão

As inter-relações entre os domínios da biologia e da crítica cultural podem ser exploradas por meio do perspectivismo ameríndio, que questiona a relatividade do espaço-tempo dependente do corpo do observador, integrando espécies humanas e não-humanas em

uma visão multinaturalista onde a cultura é o universal e a natureza o particular (Castro, 2004, p. 225-227). Essa abordagem conecta a biologia à cultura ao conceber o mundo habitado por sujeitos que apreendem realidades distintas, resistindo a dicotomias relativismo-universalismo e promovendo uma ontologia que inclui dimensões biológicas como corpos e perspectivas, desafiando partições ocidentais e enriquecendo a crítica cultural com noções de alteridade não-humana (Castro, 2004, p. 228-230).

Outra importante interseção surge na ecosofia de Guattari, que articula ecologias ambiental (biológica), social e mental, permitindo que a crítica cultural incorpore questões biológicas como parte de um ecossistema comunicativo, criticando a ineficácia epistemológica que foca apenas no meio ambiente e propondo que problemas ambientais resultem da evolução social e subjetiva, com interações humanas-natureza influenciadas por aspectos econômicos, políticos e educacionais (Cavalcante, 2017, p. 72-75; Reis, 2021, p. 104-107). Essa perspectiva enfatiza ações concretas que interligam biologia (ecologia ambiental) à crítica, promovendo preservação e cuidado, enquanto o estruturalismo de Deleuze sugere estruturas simbólicas em domínios biológicos, como sintomas corporais interpretados como linguagem, diferenciando o simbólico do imaginário e real (Deleuze, 1972, p. 239-241; Cavalcante, 2017, p. 76).

A biologia pode enriquecer a crítica cultural ao fornecer bases para entender subjetividades humanas em relação ao natural, como na análise de mutações técnico-científicas e crescimento demográfico, onde Guattari enfatiza ações concretas que interligam biologia à crítica, promovendo preservação e cuidado em uma visão ecosófica que transcende reduções antropocêntricas (Cavalcante, 2017, p. 72-77; Reis, 2021, p. 108-110). O multinaturalismo ameríndio reforça essa interrelação ao propor que corpos diversos compartilhem uma humanidade comum, desafiando visões ocidentais e integrando biologia à crítica cultural como ferramenta para questionar dominação e promover emancipação (Castro, 2004, p. 231-233).

3.1.2. Ecocrítica e ecolinguística: o linguístico-literário e a crítica cultural

A ecocrítica surge como uma abordagem interdisciplinar nos estudos literários, com origens no final da década de 1970, quando William Rueckert cunhou o termo "ecocriticism", ganhando força nos anos 1990 com a fundação da Association for the Study of Literature and Environment (ASLE) nos Estados Unidos (Pinto; Magalhães, 2010, p. 39). Segundo Camasca (2020, p. 99), a ecocrítica nasce no oeste norte-americano como uma tendência de crítica literária que estuda a literatura considerando a representação da relação entre o ser humano e o

meio ambiente, enfatizando a necessidade de revisitar obras literárias para destacar percepções ecológicas que se conectam a problemas atuais. Seus princípios fundamentais incluem a análise das relações homem-natureza, o combate ao antropocentrismo e a promoção de uma consciência crítica sobre questões ambientais, como a exploração de recursos naturais e a falta de compromisso humano com o habitat (Camasca, 2020, p. 100). Os objetivos principais da ecocrítica são: explicar os seus fundamentos, fomentar uma reflexão ética sobre o ambiente e contribuir para a formação de uma perspectiva biocêntrica na literatura, integrando-a a campos como a filosofia e a antropologia (Guimarães, 2024, p. 1).

Garrard (2006, p. 16), destaca que a ecocrítica singulariza-se por sua relação com as ciências ecológicas, visando uma capacitação ecológica que transgride limites disciplinares. Assim, seus objetivos incluem não apenas a análise literária, mas a ação política "verde", posicionando-se contra representações desvalorizadas da natureza (Lima; Cruz; Leão, 2024, p. 6).

A literatura e a ecologia interagem através da representação da natureza e das relações homem-ambiente, influenciando a ecocrítica como abordagem que examina esses vínculos para fomentar conscientização ambiental (Camasca, 2020, p. 99). Sarmiento e Moura (2022, p. 366) enfatizam que a ecocrítica surge como ferramenta interdisciplinar para o ensino de literatura e ecologia, utilizando contribuições da geografia humanista para analisar topofobia e topofilia em obras regionais, dissolvendo fragmentações e unindo partes ao todo.

No contexto brasileiro, a ecocrítica é influenciada pela análise do discurso em obras como *O Sertanejo*, *O Quinze*, *Os Sertões* e *Vidas Secas*, onde a literatura reflete relações topofóbicas e topofílicas com o sertão, destacando a ambivalência da caatinga (Sarmiento; Moura, 2022, p. 369). Isso reforça a influência da ecologia na literatura, permitindo uma aprendizagem significativa que integra homem e ambiente (Sarmiento; Moura, 2022, p. 367). Em *Os Sertões*, a topofobia predomina na descrição da terra inóspita, com decomposição e silêncio, refletindo repulsa ao sertão (Sarmiento; Moura, 2022, p. 374). A topofilia surge em momentos de esperança com chuvas, destacando a inter-relação homem-ambiente (Sarmiento; Moura, 2022, p. 372).

Essa inter-relação é evidente na capacidade da literatura de ilustrar problemas ambientais, evidenciando a ação humana na destruição da natureza e a atitude utilitária na exploração de recursos (Camasca, 2020, p. 100). A ecocrítica, influenciada por essa conexão, busca resgatar tradições ecológicas marginadas e analisar construções literárias da relação homem-natureza, promovendo uma visão biocêntrica (Camasca, 2020, p. 100).

A influência se estende à promoção de uma ética ambiental, onde a literatura não só representa, mas questiona a crise ecológica. Assim, a ecocrítica transforma a inter-relação em ferramenta para desconstruir antropocentrismo (Guimarães, 2024, p. 2).

Quanto à ecolinguística, sua origem remonta a Haugen (1972), que definiu a ecologia da língua como o estudo das interações entre língua e meio ambiente. Princípios centrais incluem a visão holística da língua como ecossistema, abrangendo relações exoecológicas (exterioridade da língua) e endoecológicas (estruturas internas), e a rejeição de metáforas ecológicas em favor de uma abordagem ecossistêmica (Couto, 2019, p. 98). Destacam-se como objetivos da ecolinguística: investigar interações linguísticas com o ambiente, incluindo a linguística ambiental para temas ambientais, e promover uma perspectiva transdisciplinar que integre ecologia biológica, mental e social (Couto, 2013, p. 294).

A ecolinguística crítica, ou linguística ambiental, privilegia textos-discursos ambientais, antiambientais ou pseudoambientais, usando modelos linguísticos para analisar questões como sustentabilidade e diversidade linguística (Couto, 2019, p. 97).

A linguística e a literatura interagem através do estudo de textos-discursos, influenciando a ecolinguística como disciplina que examina relações língua-meio ambiente, incluindo literatura como forma de interação comunicativa (Couto, 2013, p. 294). Couto (2019, p. 98) Essa inter-relação influencia a origem da ecolinguística, com conceitos como ecologia da interação comunicativa, onde literatura contribui para comunhão fática (Couto, 2013, p. 298). A metodologia ecossistêmica, influenciada pela literatura, adota uma visão holística, estudando ecossistemas linguísticos (povo, território, linguagem) (Couto, 2013, p. 294).

Tal influência também se observa na análise do discurso ecossistêmica, que usa literatura para investigar interações verbais ambientais, ampliando a origem da ecolinguística além de metáforas ecológicas (Couto, 2019, p. 98). Assim, a linguística literária contribui para metodologias que integram ecologia mental, social e ambiental (Couto, 2013, p. 299).

Em seguida abordaremos o estudo de caso como estratégia de investigação qualitativa para a pesquisa ora empreendido. Para tanto, realizaremos breve introdução à pesquisa qualitativa, suas características, técnicas, tipos e principais métodos. Ademais, discorreremos sobre o uso da entrevista, enquanto técnica utilizada na pesquisa qualitativa, e para a coleta de dados do presente trabalho.

3.2. Introdução à pesquisa qualitativa

3.2.1. Pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características

A pesquisa qualitativa é uma abordagem metodológica que se concentra na interpretação das experiências e comportamentos humanos em seu contexto natural, enfatizando a interação e a construção de significados. Está enraizada no paradigma interpretativista, contrastando com o positivismo, e difere da pesquisa quantitativa por não se basear em dados matemáticos ou análise estatística, mas sim em entender como os indivíduos interpretam e constroem suas realidades (Oliveira, 2008, p. 2-4).

Assim, a pesquisa qualitativa é uma abordagem que procura compreender fenômenos sociais a partir das perspectivas dos participantes, enfatizando o contexto e a subjetividade. É amplamente utilizada em ciências sociais, como educação e sociologia, para explorar interações, valores e processos complexos. Embora poderosa para gerar *insights* profundos, enfrenta debates sobre sua capacidade de generalização e rigor metodológico. É caracterizada por sua flexibilidade, foco no processo e na interpretação, sendo conduzida em ambientes naturais com o pesquisador como instrumento central. Os principais tipos incluem pesquisa etnográfica, que explora sistemas culturais, e estudo de caso, que analisa fenômenos específicos em profundidade. Técnicas como observação participante, entrevistas e histórias de vida permitem captar dados ricos e contextuais.

Os métodos qualitativos abrangem desde a observação de interações cotidianas até a análise de processos históricos. Eles incluem observação participante, etnometodologia, histórias de vida, biografias, análises de trajetórias e processos, cada um adequado a diferentes objetivos de pesquisa, como entender dinâmicas sociais ou reconstruir experiências individuais.

Os principais tipos de pesquisa qualitativa incluem a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. A pesquisa etnográfica descreve os sistemas de significado cultural de um grupo específico, focando no contexto sociocultural do ensino e aprendizagem, com critérios como redescoberta do problema no campo, trabalho de campo direto e combinação de métodos de coleta de dados. O estudo de caso foca em um único caso bem definido para explorar um fenômeno em profundidade, capturando sua complexidade e contexto.

As técnicas da pesquisa qualitativa incluem a observação participante, a entrevista e a história de vida. A observação participante envolve o pesquisador participando ativamente no ambiente dos sujeitos para entender seus comportamentos e construção de realidade, com diferentes papéis como participante completo ou observador total. A entrevista é uma técnica

chave para capturar informações diretamente dos informantes, com tipos como estruturadas, não estruturadas e semiestruturadas. A história de vida foca nas experiências subjetivas dos sujeitos ao longo do tempo ou em eventos específicos, com tipos como abrangente, tópica e editada (Oliveira, 2008).

Ainda segundo este autor, as características da pesquisa qualitativa incluem a interpretação como foco, a subjetividade enfatizada, a flexibilidade na conduta do estudo, o interesse no processo em vez do resultado, o contexto como central e a influência mútua entre pesquisador e pesquisado. Além disso, o ambiente natural é a fonte de dados, e o pesquisador é o instrumento-chave, conforme Quadro 1, a seguir:

Quadro 1- Características da Pesquisa Qualitativa

Característica	Descrição
Interpretação como Foco	Ênfase na interpretação das perspectivas dos participantes
Subjetividade Enfatizada	Foco nos pontos de vista subjetivos dos informantes
Flexibilidade	Adaptação durante a condução do estudo
Interesse no Processo	Prioridade no entendimento do processo, não apenas nos resultados
Contexto Central	Comportamentos e experiências ligados ao contexto
Influência Mútua	Interação entre pesquisador e pesquisado influencia o estudo
Ambiente Natural	Dados coletados diretamente em ambientes naturais
Pesquisador como Instrumento	O pesquisador é a ferramenta principal de coleta e interpretação

Fonte: Elaborado pela autora com base em Oliveira (2008).

3.2.2. Principais métodos qualitativos

Segundo Alonso (2017), os principais métodos qualitativos podem ser categorizados em três áreas principais: estudo de interações sociais cotidianas, estudos de experiências, valores e atitudes, e estudos de estruturas e processos, conforme Quadro 2, a seguir.

No estudo de interações sociais cotidianas, os métodos incluem a observação participante, a etnometodologia e as entrevistas e grupos focais. A observação participante envolve o pesquisador se inserindo no grupo estudado, participando de suas atividades e registrando sistematicamente ações, falas e interações. A etnometodologia desmonta rotinas sociais por meio de experimentos para entender as regras subjacentes que estruturam a vida

cotidiana. As entrevistas e grupos focais são ferramentas para coletar dados sobre interações e percepções, com destaque para a interação discursiva em grupos focais (Alonso, 2017, p.8-9).

Nos estudos de experiências, valores e atitudes, os métodos principais são as histórias de vida e depoimentos, e as biografias e prosopografias. As histórias de vida e depoimentos coletam narrativas retrospectivas detalhadas sobre a vida de indivíduos para entender processos macrossociais a partir de experiências pessoais. As biografias e prosopografias analisam vidas individuais ou coletivas para iluminar estruturas e processos sociais, identificando padrões compartilhados (Alonso, 2017, p. 10).

Nos estudos de estruturas e processos, os métodos incluem análises de trajetórias e análises de processos. As análises de trajetórias reconstroem mudanças ou permanências nas posições sociais de indivíduos ou grupos ao longo do tempo, distinguindo trajetórias subjetivas e objetivas. As análises de processos focam em processos sociais de longa duração, utilizando fontes documentais para entender dinâmicas estruturais (Alonso, 2017, p. 11).

Quadro 2- Principais Métodos Qualitativos

Categoria	Métodos	Foco Principal
Interações Sociais Cotidianas	Observação Participante, Etnometodologia, Entrevistas, Grupos Focais	Interações e rotinas sociais no presente
Experiências, Valores, Atitudes	Histórias de Vida, Depoimentos, Biografias, Prosopografias	Narrativas subjetivas e padrões compartilhados
Estruturas e Processos	Análises de Trajetórias, Análises de Processos	Mudanças e dinâmicas estruturais ao longo do tempo

Fonte: Elaborado pela autora com base em Alonso (2017).

Discorreremos a seguir sobre o uso da entrevista enquanto técnica utilizada na pesquisa qualitativa e, especificamente para a coleta de dados deste trabalho.

3.2.3. Aspectos, vantagens e desafios do uso da entrevista

A entrevista é uma técnica flexível e amplamente utilizada na pesquisa qualitativa para coletar dados objetivos e subjetivos. É definida como uma interação entre duas ou mais pessoas, onde o pesquisador busca entender as perspectivas, experiências e significados do entrevistado. Existem vários tipos de entrevistas, incluindo informal, focada, estruturada, semiestruturada,

aberta ou aprofundada, em grupo, por telefone, presencial e projetiva (Batista *et al.*, 2017, p.1-2). Cada tipo tem suas particularidades e é escolhido com base no objetivo da pesquisa.

As características metodológicas da entrevista na pesquisa qualitativa incluem a ênfase na intersubjetividade, onde a relação entre entrevistador e entrevistado é central, permitindo a negociação de significados e a captura de experiências cotidianas e linguagem do senso comum. As vantagens do uso da entrevista incluem a profundidade na investigação, a flexibilidade, o acesso a dados subjetivos, a compreensão contextual e a facilidade de uso, especialmente para pesquisadores menos experientes (Batista *et al.*, 2017, p. 3-4).

Ainda segundo este autor, apesar dessas vantagens, há desafios e limitações, como a falta de motivação dos entrevistados, a incompreensão das perguntas, a influência do entrevistador, o viés de resposta, a intensidade em tempo e recursos, e as dinâmicas de poder éticas. É essencial que o pesquisador gere esses desafios por meio de planejamento cuidadoso e ética rigorosa.

A entrevista é uma técnica chave em várias abordagens qualitativas, adaptando-se às necessidades específicas de cada método. Embora em abordagens quantitativas as entrevistas sejam frequentemente estruturadas, na pesquisa qualitativa são geralmente semiestruturadas ou abertas, permitindo flexibilidade e profundidade (Lima, 2017, p. 24-26).

Continuando, o autor supracitado, discute que na observação participante, as entrevistas são utilizadas após a observação inicial para construir confiança e coletar dados aprofundados. Começam com entrevistas não estruturadas para identificar informantes-chave e, à medida que a confiança é estabelecida, podem seguir com entrevistas semiestruturadas para explorar temas específicos. Na história oral, as entrevistas visam coletar narrativas sobre eventos não documentados ou complementar documentação existente, focando em contas convergentes de indivíduos que compartilham uma experiência comum. Nas histórias de vida, as entrevistas são centrais, envolvendo múltiplas sessões para reconstruir a trajetória de vida de um indivíduo, com o entrevistador minimizando a intervenção para permitir que o entrevistado narre livremente. Nas biografias, embora frequentemente usem registros existentes, entrevistas podem ser conduzidas para complementar fontes documentais quando necessário. Na análise de trajetórias, entrevistas semiestruturadas são usadas para reconstruir trajetórias subjetivas e objetivas, examinando como os indivíduos percebem e navegam por posições sociais ao longo do tempo (Lima, 2017, p. 29-33).

3.2.4. *Preparação, Condução e Análise da Entrevista*

Segundo Batista *et al.* (2017), a preparação da entrevista envolve planejamento prévio, considerando-se: o objetivo da pesquisa, o tipo de entrevista e a seleção de participantes. É importante selecionar participantes relevantes e disponíveis, e preparar o entrevistador com as habilidades necessárias. Considerações éticas, como consentimento informado e confidencialidade, são cruciais. O contato inicial deve ser cuidadoso, incluindo necessariamente o esclarecimento para o informante acerca do propósito da pesquisa, criando-se um ambiente de confiança. Condições favoráveis, como o ambiente e o horário, devem ser previstos para o conforto dos participantes.

Para uma boa condução da entrevista é preciso criar um ambiente informal e confortável. O entrevistador deve adotar uma postura ativa e receptiva, escutando atentamente e fazendo perguntas de aprofundamento. As perguntas são tipicamente não estruturadas ou semiestruturadas, focadas em concepções, opiniões e experiências. A interação é uma forma de diálogo assimétrico que valoriza expressões verbais e não verbais e o encerramento deve ser respeitoso e cordial, sem introduzir novos tópicos (Batista *et al.*, 2017).

Ainda segundo o autor supracitado, a análise da entrevista inicia com a transcrição detalhada do material gravado, capturando-se não apenas as palavras, mas também pausas e tom. A interpretação deve focar dados subjetivos e objetivos visando desvelar significados mais profundos. Assim, os critérios de qualidade incluirão compreensão da realidade, autorreflexão e ação emancipatória.

A pesquisa qualitativa, portanto, oferece uma abordagem rica e flexível para compreender fenômenos sociais complexos, com métodos como observação participante, histórias de vida e análises de processos. As Entrevistas são ferramentas essenciais, mas requerem planejamento cuidadoso, habilidades de moderação e atenção a questões éticas. Embora poderosos para gerar *insights* profundos, enfrentam desafios como vieses e limitações na generalização, exigindo rigor metodológico para garantir qualidade.

3.3. O estudo de caso como estratégia de investigação qualitativa

3.3.1. *Definições, Origem, Características, Limitações e Incompreensões do Estudo de Caso*

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que envolve a análise intensiva e aprofundada de um ou poucos casos para compreender fenômenos sociais complexos de forma

holística. De acordo com Yin (2001), é um método que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real de vida, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. Gerring (2007) define-o como o estudo intensivo de um único caso com o objetivo de entender uma classe maior de casos, destacando sua capacidade de gerar *insights* teóricos (Sátyro; D'Albuquerque, 2020).

Ainda segundo estes autores, a origem do estudo de caso está enraizada na metodologia das ciências sociais, com exemplos clássicos como o estudo de Robert Dahl sobre New Haven e a análise de Robert Putnam sobre regiões italianas, que demonstram sua aplicação em ciência política e sociologia. Embora não haja uma data específica de surgimento, o método evoluiu com debates metodológicos, especialmente em resposta a críticas sobre sua capacidade de inferir causalidade.

A conceituação ontológica do estudo de caso distingue entre posições fundamentalistas, que assumem uma realidade objetiva independente do observador, e antifundamentalistas, que veem a realidade como socialmente construída. Os estudos de caso são predominantemente associados à ontologia antifundamentalista, pois enfatizam a compreensão de fenômenos sociais como construtos contextuais, conforme Grix (2002). Epistemologicamente, alinham-se ao interpretativismo, que busca compreender “como” e “por que” os fenômenos ocorrem, em oposição ao positivismo, que prioriza conhecimento objetivo via métodos quantitativos (Maffezzalli; Boeho, 2016).

Segundo Creswell (1998) o estudo de caso é definido como a exploração de um sistema delimitado ou caso (ou múltiplos casos), envolvendo coleta de dados aprofundada e múltiplas fontes de informação em um contexto. Yin (2005) destaca que é um método focado em responder “como” e “por que” em situações em que o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos, investigando fenômenos contemporâneos em contextos reais. A unidade de análise, ou “caso”, é o objeto de estudo, como um indivíduo, evento ou organização, sendo crucial defini-la claramente para evitar questões de pesquisa vagas (Maffezzalli; Boeho, 2016).

Para Sátyro e D'Albuquerque (2020), as características do estudo de caso incluem: (1) intensidade e profundidade na análise, (2) flexibilidade para abordagens qualitativas ou quantitativas, (3) foco em fenômenos, (4) capacidade de abordar complexidade causal, (5) adequação para questões de pesquisa do tipo “o quê”, “como” e “por que”, e (6) dependência de múltiplas fontes de evidência, como documentos, entrevistas e observações. Estas características permitem uma análise detalhada e contextualizada.

As limitações do método incluem a variação limitada devido ao pequeno número de casos, o que dificulta inferências causais amplas, conforme apontado por King, Keohane e

Verba (1994). Há também um *trade-off* entre profundidade e amplitude, preocupações com validade externa (generalização), viés de seleção, como alertado por Geddes (1990), e a complexidade de lidar com multicausalidade, especialmente quando há mais fatores causais do que casos (Sátyro e D’Albuquerque, 2020).

Estes autores ainda destacam que incompreensões comuns incluem a ideia de que estudos de caso são exclusivamente qualitativos, quando podem incorporar métodos quantitativos; que se baseiam em uma única observação, ignorando as múltiplas observações dentro de um caso; que não podem generalizar, quando na verdade podem oferecer generalizações teóricas; que não testam hipóteses, embora possam fazê-lo por meio de falsificação ou replicação; e que são simples e menos rigorosos, quando exigem sofisticação metodológica. As características, limitações e incompreensões do estudo de caso estão sistematizadas no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3- Características, limitações e incompreensões do Estudo de Caso

Aspecto	Descrição
Características	Intensidade, flexibilidade, foco em fenômenos, complexidade causal, múltiplas fontes de evidência
Limitações	Variação limitada, trade-off profundidade/amplitude, validade externa, viés de seleção, multicausalidade
Incompreensões	Apenas qualitativo, única observação, sem generalização, sem teste de hipóteses, falta de rigor

Fonte: Elaborado pela autora com base em Sátyro e D’Albuquerque, 2020

Em virtude das limitações e incompreensões atribuídas ao estudo de caso, alguns critérios de qualidade são elencados visando minimizá-las. Estes critérios incluem: (1) fidelidade ao *design* proposto, (2) coerência na aplicação de técnicas de coleta de dados, (3) verificação de questões relacionadas a suposições envolvendo entrevistados, (4) verificação de resultados em relação às teorias usadas, e (5) avaliação do valor do estudo em termos de informação e melhoria prática. A triangulação de dados é essencial para a verificação, conforme Creswell (1997) e Stake (1995). Yin (2005) propõe quatro elementos de validação: validade de construto (medir o que se propõe), validade interna (estabelecer relações causais), validade externa (generalização) e confiabilidade (replicabilidade) (Maffezzalli; Boeho, 2016), conforme Quadro 4, a seguir:

Quadro 4- Critérios de Qualidade para Estudos de Caso

Critério	Descrição
Fidelidade ao Design	Alinhamento com a proposta inicial e objetivos
Coerência na Coleta	Aplicação consistente de técnicas de coleta de dados
Verificação de Suposições	Questões alinhadas às suposições, especialmente com entrevistados
Comparação com Teorias	Verificação dos resultados em relação ao quadro teórico
Valor do Estudo	Contribuição de conhecimento e melhoria prática
Validação (Yin, 2005)	Validade de construto, interna, externa e confiabilidade

Fonte: Elaborado pela autora com base em Maffezzalli e Boeho (2016)

Assim, o protocolo de pesquisa é um plano estruturado que delinea procedimentos para coleta de dados, análise e relatório, baseado nas questões e objetivos de pesquisa. Inclui a definição do caso, métodos de coleta e critérios de análise, sendo flexível para adaptações. As ferramentas de coleta incluem documentação (cartas, memorandos, recortes de jornais), registros arquivísticos (arquivos digitais, censos), entrevistas (espontâneas ou focadas), observação direta, observação participante e artefatos físicos. A triangulação, usando múltiplas fontes, é enfatizada para garantir validade (Maffezzalli; Boeho, 2016).

Ainda segundo estes autores, a triangulação de dados envolve o uso de múltiplas fontes de evidência, como documentação, entrevistas, observações e registros arquivísticos, para verificar informações e garantir uma compreensão robusta do fenômeno. O processo busca convergência para aumentar a validade dos construtos, conforme Yin (2005) e Stake (1995). A análise de dados pode seguir estratégias como proposições teóricas ou quadros descritivos, com técnicas específicas como correspondência de padrões, construção de explicações, análise de séries temporais e modelos lógicos. Métodos secundários complementam a análise, garantindo uma abordagem abrangente.

A generalização em estudos de caso é objeto de debate, com perspectivas sugerindo generalização lógica, teórica ou analítica, enquanto outras defendem que não é necessária, propondo generalização naturalística (Stake, 1995) ou transferibilidade (Lincoln; Guba, citados por Gomm, 2002). A construção teórica, por outro lado, é um objetivo primário, utilizando indução analítica para desenvolver ou refinar quadros teóricos a partir de casos específicos. Eisenhardt (1989) destaca a importância de questões de pesquisa claras, desenvolvimento de construtos e lógica de replicabilidade para produzir teorias robustas (Maffezzalli; Boeho, 2016).

3.3.2. Planejamento, Métodos e Potencialidades do Estudo de Caso

Segundo Yin (2005), planejamento de estudos de caso envolve definir o *design* de pesquisa, selecionar casos sistematicamente (não aleatoriamente), preparar-se para o trabalho de campo e estabelecer questões e objetivos claros. A escolha de casos deve ser representativa, evitando generalizações estatísticas inadequadas. Os métodos incluem coleta e análise de dados simultâneas, com o pesquisador interpretando ativamente os dados, e tipos como causal/exploratório (para diagnóstico) e descritivo (para narrativas detalhadas). Ainda segundo o autor, a generalização é analítica, focada em *insights* teóricos. As potencialidades incluem: (1) compreensão holística de eventos reais, (2) versatilidade em diferentes campos, (3) profundidade de *insights* em cenários complexos, e (4) capacidade de engajar audiências quando bem apresentados, conforme o Quadro 5, a seguir:

Quadro 5- Planejamento, Métodos e Potencialidades do Estudo de Caso

Aspecto	Descrição
Planejamento	Definir <i>design</i> , selecionar casos, preparar <i>fieldwork</i> , questões claras
Métodos	Coleta/análise simultâneas, causal/exploratório, descritivo, generalização analítica
Potencialidades	Compreensão holística, versatilidade, profundidade, engajamento

Fonte: Elaborado pela autora com base em Yin (2005)

Assim, os estudos de caso são uma estratégia de pesquisa poderosa, mas complexa, que exige rigor metodológico e clareza nos objetivos. Suas definições, características e potencialidades destacam sua capacidade de oferecer *insights* profundos, enquanto limitações e debates sobre generalização refletem desafios a serem superados. A análise das múltiplas fontes de evidência reforça a importância de alinhar o método às bases ontológicas e epistemológicas, garantindo qualidade e relevância.

A pesquisa estrutura-se metodologicamente como um estudo de natureza qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, adotando um desenho multimetodológico que integra procedimentos das ciências humanas, sociais e ambientais. Conforme explicitado na tese, a investigação combina estratégias qualitativas e quantitativas articuladas às dimensões políticas, socioeconômicas e ambientais do território de Canudos, permitindo compreender a complexidade dos usos do solo, dos conflitos ambientais e das relações comunitárias com o Parque Estadual de Canudos.

O estudo de caso constitui o eixo estruturante da estratégia de investigação. Fundamentado em Yin (2001, 2005), Gerring (2007) e Creswell (1998), o método permite examinar um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas. Assim, o Parque Estadual de Canudos e seu entorno são tomados como unidade analítica central, possibilitando a compreensão aprofundada das interações entre território, comunidade e patrimônio socioambiental.

Assim, visando discutir a adoção do Turismo histórico-cultural Sustentável como política pública para gestão do Parque Estadual de Canudos, bem como, identificar e caracterizar os conflitos presentes no Parque Estadual de Canudos e em seu entorno, realizamos a caracterização da área de estudo por meio de dados secundários produzidos por Órgãos Ambientais, Institutos de Pesquisa, Secretarias de Meio Ambiente, além de dados primários, coletados *in loco*.

A coleta de dados baseia-se em entrevistas semiestruturadas e oficinas de planejamento estratégico e cartografia participativa, complementadas por análise documental e dados quantitativos simples. As entrevistas seguem as orientações metodológicas da pesquisa qualitativa, sendo conduzidas com postura ativa e receptiva por parte da pesquisadora, em ambiente acolhedor e favorável à expressão dos participantes. São utilizadas perguntas abertas que estimulam relatos sobre percepções, memórias, conflitos e expectativas relacionadas ao Parque Estadual de Canudos. A análise das entrevistas envolve transcrição detalhada, incluindo pausas e elementos paralinguísticos, seguida de interpretação que busca captar tanto dados subjetivos quanto elementos objetivos, respeitando critérios de compreensão da realidade, autorreflexão e valorização das experiências dos sujeitos, conforme Batista *et al.* (2017).

Pretendeu-se, portanto, obter dados da evolução do uso e cobertura das terras das áreas ocupadas pela Unidade de Conservação, além das características atuais, sob o ponto de vista dos próprios moradores do Parque, empregando-se as técnicas de pesquisa da cartografia participativa, concebida segundo Sombra *et al.* (2022), a partir do uso da cartografia científica pelas comunidades locais para expressar suas territorialidades.

Assim, o processo de cartografia participativa contribuiu para o conhecimento mais detalhado do território ocupado pelo Parque Estadual de Canudos, com relação aos usos feitos pelos moradores e pela administração local. A partir do conhecimento desta dinâmica de uso, pretende-se subsidiar a proposição e implementação de um Turismo histórico-cultural sustentável que contribuirá para a preservação da memória e do bioma Caatinga.

A presente proposta de trabalho foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e aprovada em janeiro de 2025 sob número de parecer 7.335.484 (link: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>). Foram envolvidos, enquanto participantes, membros adultos das famílias residentes na área demarcada originalmente, quando da criação do Parque, técnicos do órgão ambiental do município e da autarquia federal Departamento Nacional de Obras contra a Secas, lideranças políticas locais, além de 04 (quatro) guias locais.

Os critérios estabelecidos para a inclusão dos participantes foram: disponibilidade para participação nas oficinas; indivíduos identificados como lideranças pela comunidade; moradores mais antigos na área; maiores de 18 anos. Comunicou-se aos participantes, os termos da pesquisa sobre o direito de desistir, de não participar, e informados dados relacionados à pesquisa e às técnicas de cartografia participativa. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, e foi solicitada autorização para a realização de fotografias e gravações.

Foram realizadas três oficinas em campo, que ocorreram no mês de agosto de 2025, no Memorial Antônio Conselheiro e no próprio Parque Estadual de Canudos, no Alto da Favela e no equipamento denominado “Casa dos Saberes”, estrutura térrea, inaugurada em março de 2024, contando com salas espaçosas para reunião, auditório, sanitários e refeitório. O auditório e salas possuem refrigeração. As atividades foram realizadas nos auditórios dos dois equipamentos, que contam com lousa de vidro, projetores, cadeiras com braços e mesas e na estrutura coberta do Alto da Favela. Cada oficina teve a duração de mínimo de 3 (três) horas e máximo de 4 (quatro) horas.

O convite foi realizado com antecedência de 15 quinze dias, através de Ofício assinado pela pesquisadora responsável e pelo Diretor do Campus Avançado de Canudos/UNEB. Inicialmente foram informadas a proposta de mapeamento participativo, estratégia de execução, necessidade de aprovação prévia, além do conhecimento e assinatura dos termos de consentimento pelos participantes.

Nas outras duas oficinas, foram realizadas as técnicas de planejamento estratégico, através da Matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e aplicação de entrevistas semiestruturadas. Os pontos relevantes ou de interesse, apontados pelos participantes, foram fotografados e georreferenciados, a partir do Global Navigation Satellite System (GNSS), para posterior utilização nos mapas participativos.

Nesta pesquisa não há riscos maiores nem danoso à saúde do participante, entretanto, considerando principalmente as Resoluções N° 510/2016 CNS e a N° 466/2012 CNS, entre

outras, não ocorreram, devido à aplicação da entrevista e realização das oficinas, danos como: invasão de privacidade; ocupação do tempo dos sujeitos; desconforto relacionado à divulgação de imagem; estigmatização; interferência na vida e na rotina dos sujeitos; e embaraço ao interagir com estranhos, pois foram adotadas medidas preventivas e cautelares.

Destacamos que as seguintes ações foram adotadas visando reduzir os danos/riscos associados à presente pesquisa: minimização de desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder, questões constrangedoras; garantia de habilidade do pesquisador ao método de coleta (entrevista semiestruturada) e atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto; assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou comunidade, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico-financeiro; Garantia de respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como aos hábitos e costumes da comunidade. A participação foi voluntária e não houve nenhum gasto ou remuneração resultante dela.

Na seção seguinte discutiremos a cartografia participativa enquanto metodologia de análise territorial, sua conceituação, finalidades e as experiências no Brasil e no mundo.

3.4. A cartografia participativa como metodologia de análise do território

3.4.1. Conceitos, finalidades, experiências no Brasil e no mundo

A cartografia participativa, por sua vez, constitui uma técnica essencial na análise territorial adotada pela tese. Fundamentada em autores como Harley (1989), Wood (2010), e Silva e Verbicaro (2020), essa metodologia permite reconhecer e representar o território sob a perspectiva das populações locais, valorizando saberes tradicionais e evidenciando tensões espaciais, conflitos socioambientais e recursos estratégicos. O método rompe com práticas cartográficas tradicionais que frequentemente invisibilizam grupos subalternizados, proporcionando uma leitura multifacetada do espaço e fortalecendo a participação comunitária na produção do conhecimento. Experiências semelhantes no semiárido brasileiro demonstram que mapas participativos podem identificar recursos hídricos, áreas de conflito fundiário e potencialidades socioambientais, fortalecendo processos de gestão territorial e resiliência das comunidades (Costa *et al.*, 2020; Almeida; Souza, 2019).

A cartografia participativa, enquanto abordagem metodológica, emerge como uma ferramenta crucial para promover o empoderamento comunitário e a democratização da informação espacial. Segundo Jocimara Souza Britto Lobão e colaboradores, a cartografia participativa pode ser definida como um processo que busca integrar os conhecimentos locais das comunidades à representação cartográfica, resultando em mapas que expressam as especificidades culturais, sociais e econômicas desses grupos (Lobão *et al.*, 2020). Nesse sentido, trata-se de uma ferramenta que transcende a mera representação geográfica, assumindo um papel político e social significativo.

Ainda segundo os autores supracitados, as finalidades da cartografia participativa abrangem uma ampla gama de aplicações, incluindo a gestão territorial, a proteção de territórios tradicionais e a elaboração de políticas públicas mais inclusivas. Estudos apontam que essa abordagem permite a identificação de conflitos fundiários, a organização de territórios comunitários e a reivindicação de direitos. Dessa forma, o mapeamento participativo não só contribui para a sistematização de dados espaciais, mas também para o fortalecimento da identidade e da organização social das comunidades envolvidas.

No Brasil, a cartografia participativa tem sido amplamente utilizada em diversas iniciativas que visam o reconhecimento e a defesa dos territórios de comunidades tradicionais. Exemplos incluem projetos junto a povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, nos quais o mapeamento é realizado como parte de processos de regularização fundiária e planejamento territorial. Tais experiências têm demonstrado que o envolvimento direto das comunidades na produção de mapas garante maior legitimidade e precisão nas informações representadas, além de fomentar a participação cidadã. Ademais, iniciativas como o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) destacam-se como exemplos relevantes no contexto brasileiro, utilizando a cartografia participativa para registrar e proteger conhecimentos e práticas tradicionais, bem como para apoiar reivindicações territoriais de comunidades tradicionais (Lobão *et al.*, 2020). Além disso, a cartografia participativa tem se mostrado uma ferramenta fundamental para a percepção e análise da paisagem em contextos de deterioração ambiental. Em Feira de Santana, na Bahia, estudos como os realizados por Silva *et al.* (2023) demonstram como o mapeamento participativo pode revelar as transformações na paisagem resultantes de atividades humanas, como a expansão urbana desordenada, a degradação de corpos hídricos e a perda de vegetação nativa. A partir da inclusão das comunidades no processo de mapeamento, é possível identificar áreas de maior vulnerabilidade ambiental, bem como propor soluções que considerem as especificidades locais e os saberes tradicionais. A aplicação desses métodos

possibilita que comunidades impactadas pela degradação ambiental desenvolvam estratégias mais eficazes de conservação e recuperação territorial.

A percepção da paisagem por meio da cartografia participativa permite que os impactos das atividades humanas sejam analisados sob a ótica das comunidades diretamente afetadas. Conforme Silva *et al.* (2023), ao incorporar narrativas locais no processo de mapeamento, obtém-se uma compreensão mais detalhada das dinâmicas ambientais, facilitando a identificação de fatores que contribuem para a deterioração ambiental. Esse enfoque participativo é essencial para destacar os contrastes entre as paisagens naturais e as áreas degradadas, promovendo uma reflexão crítica sobre as políticas de ocupação e uso do solo. Ademais, a metodologia permite identificar potencialidades ambientais que podem ser utilizadas como base para projetos de desenvolvimento sustentável, integrando soluções baseadas na natureza e saberes locais.

Em um contexto internacional, a cartografia participativa também apresenta resultados significativos em iniciativas de desenvolvimento e proteção ambiental. Em países da África e da Ásia, por exemplo, a abordagem tem sido empregada para o planejamento de áreas protegidas, a gestão de recursos naturais e a mitigação de conflitos relacionados ao uso da terra. Estudos indicam que o processo participativo na elaboração de mapas promove a inclusão de saberes tradicionais e científicos, fortalecendo a sustentabilidade e a governança local (Lobão *et al.*, 2020). Na Índia, por exemplo, comunidades utilizam mapas participativos para gerenciar recursos hídricos e combater os efeitos das mudanças climáticas, enquanto em países africanos, como Quênia e Uganda, tais mapas ajudam a delimitar territórios de pastoreio e evitar conflitos entre diferentes grupos étnicos.

Além de suas aplicações práticas, a cartografia participativa também tem implicações epistemológicas importantes. Ao valorizar os saberes locais e tradicionais, desafia modelos de conhecimento hegemônicos e contribui para uma perspectiva mais inclusiva e pluralista na produção do conhecimento geográfico. Essa abordagem evidencia que os mapas não são meramente instrumentos neutros de representação, mas construções sociais que refletem e influenciam relações de poder. Assim, o mapeamento participativo atua como um contraponto às práticas cartográficas convencionais, frequentemente centralizadas e tecnocráticas, promovendo um diálogo mais equitativo entre diferentes formas de saber.

Dessa forma, a cartografia participativa se configura como uma prática indispensável para a promoção de uma gestão territorial mais equitativa e inclusiva, contribuindo para a valorização dos saberes locais e o fortalecimento da organização comunitária. A literatura e as experiências discutidas destacam seu potencial transformador em diferentes contextos,

consolidando-a como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento sustentável e a justiça social. À medida que se expandem as fronteiras da cartografia participativa, cresce também a necessidade de integrar novas tecnologias, como sistemas de informação geográfica (SIG) e ferramentas de mapeamento colaborativo *online*, para ampliar ainda mais seu alcance e impacto.

O mapeamento participativo emerge como uma metodologia que transcende a simples representação espacial do território, sendo uma ferramenta essencial para a análise territorial que privilegia o envolvimento direto das comunidades. Este tipo de cartografia busca integrar os saberes locais à representação cartográfica, promovendo a democratização do conhecimento e valorizando as percepções dos grupos sociais sobre o espaço que habitam (Silva; Verbicaro, 2020).

Segundo Harley (1989) e Wood (2010), a cartografia participativa destaca-se como uma metodologia que permite compreender o território a partir de um viés multifacetado, que integra dimensões culturais, sociais, econômicas e ambientais. Ao contrapor-se às práticas cartográficas tradicionais, que muitas vezes reproduzem relações de poder e invisibilizam grupos marginalizados, o mapeamento participativo oferece uma alternativa para a construção de mapas que refletem as dinâmicas territoriais sob a perspectiva das populações locais. Essa abordagem permite identificar não apenas a distribuição espacial de recursos, mas também as tensões e os conflitos presentes no território. Em sua aplicação, o mapeamento participativo não se limita a registrar informações geográficas, mas também atua como um catalisador para a organização comunitária.

Silva e Verbicaro (2020), destacam como uma das principais vantagens do mapeamento participativo, sua capacidade de integrar diferentes tipos de conhecimento, promovendo um diálogo entre saberes científicos e tradicionais. Essa integração resulta em mapas que não apenas representam o território, mas também incorporam valores culturais, históricos e sociais que são muitas vezes negligenciados em abordagens tradicionais.

Ademais, o método facilita a identificação de conflitos e potencialidades territoriais de forma mais abrangente e inclusiva. Em um contexto de planejamento urbano, por exemplo, a utilização de mapas participativos permitiu que comunidades periféricas identificassem áreas subutilizadas que poderiam ser convertidas em espaços de lazer e convivência, como relatado por Almeida e Souza (2019). Na região semiárida do nordeste brasileiro, agricultores familiares usaram o mapeamento participativo para identificar recursos hídricos, permitindo uma gestão mais eficiente durante períodos de seca e fortalecendo a resiliência das comunidades (Costa *et al.*, 2020).

Outro aspecto positivo é o fortalecimento do sentimento de pertencimento e empoderamento comunitário. Ao participar do processo de elaboração dos mapas, os indivíduos tornam-se protagonistas da construção do conhecimento sobre seu território, o que pode levar a uma maior mobilização para a defesa de seus direitos e interesses. No caso de comunidades quilombolas no Maranhão, o mapeamento participativo foi fundamental para identificar áreas de conflito fundiário com grandes fazendeiros, possibilitando a regularização de territórios tradicionais (Almeida; Souza, 2019).

3.4.2. Aspectos Metodológicos do Uso do Mapeamento Participativo

O mapeamento participativo, enquanto metodologia de pesquisa, exige um planejamento cuidadoso que considere os objetivos da pesquisa, o perfil da comunidade envolvida e os recursos disponíveis. De acordo com Silva e Verbicaro (2020), um dos primeiros passos para a aplicação da metodologia é a realização de oficinas de capacitação, onde os participantes são introduzidos à leitura e à produção cartográfica. Essas oficinas promovem não apenas a aquisição de habilidades técnicas, mas também um espaço para o compartilhamento de experiências e percepções sobre o território.

Outro elemento essencial é a construção coletiva do mapa, que deve ser baseada em um diálogo horizontal entre os participantes. Esse processo pode incluir a coleta de dados em campo, a utilização de tecnologias como GPS e drones, além do registro de narrativas orais que complementem as informações espaciais (ISA, 2018). A construção do mapa torna-se, assim, um instrumento de lutas e representação social, ao evidenciar as demandas e reivindicações das comunidades.

Em aplicações científicas, o mapeamento participativo tem se mostrado eficaz para a análise de dinâmicas territoriais em contextos tão diversos quanto comunidades rurais, territórios indígenas e áreas urbanas periféricas. Um exemplo significativo é o trabalho realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA) na Amazônia, onde mapas participativos foram usados para documentar áreas de conservação e promover a defesa de territórios indígenas contra o desmatamento e a exploração mineral (ISA, 2018). Outro caso relevante é o uso de mapas participativos na África Subsaariana, onde comunidades rurais utilizaram essa metodologia para planejar o uso da terra de forma mais sustentável, protegendo áreas de biodiversidade e promovendo a agricultura familiar (Mohan; Stokes, 2019).

A cartografia participativa constitui-se como uma poderosa metodologia de análise territorial, oferecendo uma alternativa inclusiva e democrática às práticas cartográficas tradicionais. Suas vantagens incluem a integração de saberes, a identificação de conflitos e potencialidades territoriais, além do fortalecimento do empoderamento comunitário. Como ferramenta metodológica, exige um planejamento que valorize o diálogo e a construção coletiva do conhecimento, tornando os mapas instrumentos de representação e luta social.

3.5. Análise de dados

Para a análise dos dados obtidos a partir da realização das oficinas de planejamento estratégico (Matriz FOFA), cartografia participativa e mediante aplicação entrevista semiestruturada, foi utilizado o método da Ecolinguística, e mais especificamente a Linguística Ecológica para análise do discurso (Albuquerque, 2018; Couto 2013, 2007). Nesta perspectiva, discutiremos Resistência e Resiliência Ecológica como conceitos-chave para a sustentabilidade.

Com relação aos dados quantitativos, estes serão submetidos a apresentações estatísticas simples e percentuais, com o auxílio do Programa EXCEL - Microsoft 365, quando necessário.

Os dados quantitativos utilizados na pesquisa têm caráter complementar. Trata-se de estatísticas simples - percentuais e distribuições - processadas com o auxílio do Microsoft Excel, empregadas apenas para organizar e sintetizar informações das instituições e sujeitos participantes, sem pretensão de generalização estatística. O uso limitado de dados numéricos reforça o caráter qualitativo da investigação, que prioriza significações, percepções e relações sociais.

A análise dos dados é realizada por meio da Ecolinguística, especialmente da Linguística Ecológica, fundamentada em Couto (2007, 2009, 2013, 2017) e Albuquerque (2018). Essa abordagem permite reinterpretar discursos e representações territoriais considerando as inter-relações entre Linguagem (L), Povo falante (P) e Território (T). Segundo a teoria da Ecologia Fundamental da Língua, a análise inicial segue métodos tradicionais, mas posteriormente os dados são revisitados à luz das relações ecossistêmicas, destacando interdependências entre sujeitos, linguagem, ambiente e práticas sociais. Trata-se de uma perspectiva holística, que rejeita visões mecanicistas e reconhece o pesquisador como parte do ecossistema investigado. A metodologia ecolinguística é explicitamente caracterizada como multimetodológica, por

incorporar métodos de outras disciplinas e orientar apenas a interpretação dos dados, e não a coleta.

A articulação entre cartografia participativa, entrevistas e análise ecolinguística permite construir uma compreensão integrada dos conflitos ambientais, memórias históricas, práticas culturais e possibilidades de turismo sustentável em Canudos. Os mapas produzidos a partir dos dados coletados nas oficinas e entrevistas semiestruturadas contribuem para revelar saberes locais e subsidiar a elaboração de propostas de turismo histórico-cultural que preservem a memória coletiva e os recursos naturais do bioma Caatinga. A validação dos mapas produzidos, a partir das informações coletadas, serão validados pelos participantes e comunidade local, visando a verificação de consensos e divergências interpretativas, bem como a incorporação de correções solicitadas pela comunidade, caso ocorram. Na cartografia participativa, um mapa não é considerado “final” sem passar pela validação comunitária - etapa que Harley (1989) e Wood (2020), consideram central porque garante legitimidade, representatividade e reduz vieses de seleção ou interpretação.

A triangulação entre dados qualitativos, quantitativos e discursivos fortalece a robustez metodológica e assegura uma interpretação mais fiel da realidade investigada, conforme destacado no texto da tese. Por fim, esse conjunto metodológico inovador se articula, como aponta a própria autora, às demandas interdisciplinares da Crítica Cultural, da História Ambiental e da Ecolinguística, possibilitando compreender a relação homem-natureza no semiárido baiano e subsidiar a construção de um Programa de Turismo Histórico-Cultural Sustentável para o Parque Estadual de Canudos

Na seção seguinte, abordaremos a ecolinguística, enquanto campo teórico herdeiro dos preceitos ecosóficos e opção metodológica para a análise de discurso a ser empreendida no presente trabalho, destacando pressupostos teóricos da ecologia biológica, trabalhando conceitos de meio ambiente, adaptação, resiliência ecológica, vulnerabilidade e restauração ecológica.

3.5.1. Ecolinguística e a Formação da Visão Holística e do Sujeito Ecológico

Nesta seção, serão tratados de forma sucinta aspectos históricos e teórico-metodológicos que permeiam a proposição da ecolinguística, e mais especificamente da linguística ecossistêmica, como campo epistêmico para o enfrentamento das lacunas observadas nas demais teorias linguísticas, ao abordar-se interações entre os aspectos linguísticos e o meio

ambiente. O texto tomou por base os estudos de Albuquerque (2018); Couto (2007, 2009, 2016). A ecolinguística, corrente que surgiu na década de 1970 com o linguista Haugen (1972), que, mesmo não empregando o termo ecolinguística, propôs uma análise ecológica das línguas, levando-se em consideração as interações entre aspectos linguísticos e do meio ambiente. Assim, pode ser definida como o estudo das relações entre a língua e seu meio ambiente.

A vantagem da visão ecolinguística é que, diferentemente de todas as demais teorias linguísticas, ela permite estudar a língua e os meios ambientes de modo integrado na ecologia da interação comunicativa (EIC). Com base nos dados coletados, procura-se compreender não apenas o que o texto quer dizer, mas como o faz. Trata-se, assim, de um procedimento de análise descritiva e interpretativa, que pretende observar o escopo da pesquisa de maneira abrangente para descrever a realidade de forma holística, e depois direcionada, na fase interpretativa aos conceitos da ecologia (Albuquerque, 2018; Couto, 2009).

Segundo Albuquerque (2018), a ecolinguística possui diferentes vertentes e modelos teóricas, destacando-se: ecolinguística crítica (Goatly, 2001; Halliday, 2001; Trampe, 2001); análise do discurso ecocrítica (Ramos, 2004, 2009; Alexander, 2009); linguística ambiental (Harré, Brockmeier e Mühlhäusler, 1999; Ramos, 2009); ecolinguística dialética (Bang e Døør, 2007); linguística ecossistêmica (Trampe, 1990; Bastardas I Boada, 1996; Finke, 1996; Strohner, 1996; Couto, 2007, 2009) e ecologia das línguas (Haugen, 1972; Calvet, 1999; Couto, 2009). Além disso, a ecolinguística também apresenta diferentes modelos teóricos, como: o modelo gravitacional (Calvet, 1999), o modelo evolucionário (Mufwene, 2001, 2008), o modelo da gramática pragmoecológica (Makkai, 1993), entre outros (Albuquerque, 2018, p. 22).

A linguística ecossistêmica foi apresentada em Couto (2013, 2007). Sua proposta teórica enfatiza a importância de três elementos: a língua (L), o povo (P) e o território (T), chamados de Ecologia Fundamental da Língua (EFL), sendo estes três elementos ligados aos três meios ambientes (MA): o MA social, o MA mental e o MA natural, ou seja, o Ecossistema Linguístico natural, mental e social. Identifica-se, também, o Ecossistema Linguístico Geral e Local. O ecossistema linguístico geral, equivale à comunidade de língua e ao domínio do sistema. Já o ecossistema linguístico local, consiste na comunidade de fala, ou de interação, sendo, assim, o ecossistema onde ocorrem os Atos de Interação Comunicativa (AIC). Inclui também um ramo importantíssimo que é a Análise do Discurso Ecológica (ADE).

A linguística ecossistêmica vê a língua não como instrumento para comunicação ou expressão do pensamento, como fazem as teorias estruturalistas e a linguística neurocognitiva, mas como a própria comunicação e expressão do pensamento (Couto, 2016). Quanto aos aspectos teórico-metodológicos, as análises desenvolvidas a partir da ecolinguística

são realizadas de maneira diversificada e procuram alcançar variados objetivos, suscitando críticas que argumentam a ausência de teoria e metodologia próprias por parte da disciplina. Couto (2013), ao rebater as referidas críticas, postula que:

[...] a ecolinguística é uma ciência que tem uma visão abrangente de seu objeto de estudo, ou seja, uma visão holística da linguagem, e acaba por não se limitar à visão newtoniana-cartesiana tradicional. Assim, ela não precisa necessariamente ter uma visão única de seu objeto, nem metodologia própria (Couto, 2013, p. 282).

Assim, a teoria ecolinguística da Ecologia Fundamental da Língua (EFL), ou Ecosistema Fundamental da Língua, formulada por Couto (2017), é composta pela Linguagem (L), pelo Povo (P) falante da L e o território (T) onde o P reside e fala a L. Sua metodologia consiste na coleta e na análise inicial dos dados de acordo com as teorias linguísticas tradicionais. Realiza-se em seguida, uma nova interpretação dos resultados, com base na teoria ecolinguística, com a verificação das inter-relações entre os elementos de L, P e/ou T.

Importa ressaltar que a ecolinguística postula uma visão holística da linguagem, podendo utilizar recursos de outras disciplinas para estudar um fenômeno linguístico específico. Entretanto, não se propõe a ser uma teoria ou ciência que estuda tudo. Não sendo válido, portanto, falar em uma metodologia própria, pois utilizará a metodologia de outras disciplinas. “As interpretações dos dados e das análises é que seguirão os conceitos da ecolinguística, considerando, assim, a metodologia da ecolinguística como multimetodológica por causa de seu caráter interdisciplinar e multidisciplinar” (Couto, 2013, p. 291).

Dessa forma, segundo o mesmo autor, a ecolinguística preconiza a mudança do foco de interesse e objetivo de investigação, para o estudo das relações, em detrimento ao estudo dos objetos, como ocorre na visão tradicional mecanicista. Ademais, no lugar de se eliminar a importância do pesquisador/observador colocando-o como figura neutra, considera-se sua perspectiva como experienciador das relações a serem estudadas por ele.

Segundo Albuquerque (2018), os pressupostos teóricos da linguística ecossistêmica são os mesmos da ecologia biológica, além de trabalhar conceitos da ecologia de forma não metafórica, justificando o destaque para este ramo da ecolinguística. O conceito de *meio ambiente*, um dos pilares da ecolinguística, é entendido como o local onde ocorrem as interações linguísticas. O *ecossistema* é o conjunto maior onde estão localizados os diferentes meios ambientes e onde ocorrem as várias *inter-relações*. Estas são definidas como a série de interações que ocorre dentro do ecossistema (dos componentes bióticos entre si; entre os componentes bióticos e abióticos; e dos componentes abióticos entre si). Já a *adaptação* consiste basicamente nas modificações feitas para a sobrevivência das espécies em relação a

mudanças no ecossistema. A *evolução* está intimamente ligada ao conceito de *adaptação*. Segundo a teoria linguística atual, a língua apresenta variação e mudança, no decorrer da história. Portanto, é possível identificar na ecolinguística, e mais especificamente na linguística ecossistêmica, um sujeito falante, ecológico, que sofre e realiza interações no ecossistema. A língua, por sua vez, sofre variação e mudança ao longo do processo sócio- histórico, resultando em evolução decorrente das adaptações e interações ocorridas.

Finalmente, caberia neste momento introduzir os conceitos de *Resiliência Ecológica* e *Vulnerabilidade* como complementares e mais amplos que o conceito de *Adaptação*, notadamente tratando-se da sustentabilidade do bioma Caatinga, por constituir ecossistema sob ameaça, exclusivo do Brasil e abrigar uma rica biodiversidade adaptada às suas condições únicas de altas temperaturas e baixa pluviosidade.

Segundo Kavouras e Meireles (2024), os desafios enfrentados por esse bioma decorrem da exploração insustentável de recursos e efeitos das mudanças climáticas. A promoção de sua conservação e uso sustentável, dependem da compreensão dos sistemas socioecológicos (SSE) oferecidos pela caatinga, preservando tanto a biodiversidade local como as comunidades dependentes desses recursos.

A resiliência e a vulnerabilidade emergem como conceitos centrais na interface entre ecologia e sociedade, especialmente no contexto de mudanças ambientais globais e distúrbios naturais. Esses conceitos permitem compreender como Sistemas Socioecológicos (SSE) respondem a perturbações, como o fogo ou alterações em infraestruturas, promovendo estratégias de adaptação e sustentabilidade. De acordo com Lindoso (2017):

A produção de conhecimento científico na interface homem-natureza que seja relevante à tomada de decisão adaptativa é uma necessidade premente e cada vez mais urgente frente ao risco representado pelas mudanças ambientais globais. No cerne dessa demanda encontram-se duas perguntas: Como os sistemas acoplados homem-natureza são afetados por perturbações externas? Como eles se adaptam? A busca por respostas conduz a um território de pesquisa interdisciplinar, cuja topografia é explorada por várias tradições das ciências humanas e naturais (Lindoso, 2017, p. 131).

Essa definição destaca a resiliência como uma propriedade dinâmica, não estática, que envolve aprendizado, transformação e evolução contínua. Farrall (2012) complementa essa visão ao discutir o conceito no contexto de sistemas complexos adaptativos, enfatizando a panarquia de Holling, que descreve ciclos adaptativos em múltiplas escalas.

No âmbito da vulnerabilidade, Lindoso (2017) aponta convergências e limitações com a resiliência, notando que ambas abordam a redução de riscos em SSE, mas diferem em origens

teóricas. A vulnerabilidade, enraizada na ecologia política, foca na exposição, sensibilidade e capacidade adaptativa de sistemas humanos frente a perturbações. Por exemplo, Lindoso (2017, p. 132) explica que o termo SSE na vulnerabilidade não implica compromissos teóricos profundos, mas destaca interações entre subsistemas humanos e naturais. Briani e Vieira (2006) ao discutir o fogo enquanto importante causador de distúrbio, postulam:

Entre os muitos agentes de distúrbios naturais, o fogo é uma poderosa força de mudanças na natureza, influenciando fortemente tanto a flora quanto a fauna em ecossistemas de todo o mundo. Sabe-se hoje, que o fogo pode ser considerado quase que um integrante comum do "clima" normal de muitos ambientes terrestres do mundo (Briani; Vieira, 2006, p. 41-42).

Calvente (2007) reforça a resiliência como chave para a sustentabilidade, definindo-a como a capacidade de absorver perturbações sem alterar estruturas fundamentais. Ele argumenta que:

En 1973 Crawford Holling introduce por primera vez el concepto de resiliencia en la literatura ecológica como una forma para comprender las dinámicas no lineales así como los procesos a través de los cuales los ecosistemas se auto-mantienen y persisten frente a perturbaciones y los cambios (Calvente, 2007, p. 1).

Apesar das convergências, limitações persistem. Calvente (2007) e Farrall (2012) alertam que a resiliência não é absoluta, variando no tempo e espaço, enquanto Lindoso (2017) critica a despolitização dos Sistemas Socioecológicos na resiliência, ignorando agência e poder. Uma abordagem interdisciplinar, integrando vulnerabilidade e resiliência, pode superar essas lacunas, promovendo sustentabilidade em contextos de distúrbios ecológicos.

Em síntese, resiliência e vulnerabilidade oferecem ferramentas complementares para analisar Sistemas Socioecológicos, com aplicações em restauração e manejo de distúrbios como o fogo e desmatamento. As características climáticas do bioma Caatinga, associadas à ação antrópica, tornam ainda mais vulnerável o seu equilíbrio ecológico, com implicações negativas para o meio ambiente e, conseqüentemente, para a biodiversidade. Assim, este bioma deve ser considerado um patrimônio ecológico, devendo ser preservado e protegido prioritariamente.

4. O PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS: O TURISMO HISTÓRICO-CULTURAL SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NATURAL

4.1. Considerações Preliminares:

A exposição a seguir analisa a importância da preservação do patrimônio histórico-cultural do Parque Estadual de Canudos, Bahia (BR), na perspectiva de manutenção da memória da Guerra de Canudos, contrapondo-a ao esquecimento e ao mal de arquivo (Derrida, 1930). Na sequência, apresenta-se o histórico da criação e implantação do Parque, sua base legal e a definição das funções e objetivos, quando da sua proposição. Discute-se o processo de pesquisa arqueológica e monumental empreendida, bem como, a instalação e caracterização dos seus equipamentos e aparelhos patrimoniais, enquanto manifestações artísticas contemporâneas, que visam estimular a contemplação do cenário e resgatar a literatura e a iconografia inspiradas na Guerra de Canudos.

4.2. A preservação do patrimônio histórico-cultural do Parque Estadual de Canudos: resistência ao esquecimento e ao mal de arquivo

A preservação do patrimônio histórico-cultural transcende o mero ato de salvaguardar objetos ou espaços; trata-se de um esforço deliberado para resistir ao esquecimento e assegurar que memórias coletivas sejam transmitidas às gerações vindouras. No caso do Parque Estadual de Canudos, esse esforço adquire relevância histórica e política destacada, dado o papel simbólico do local na memória da Guerra de Canudos. Este evento representa não apenas uma luta entre forças governamentais e a comunidade liderada por Antonio Conselheiro, mas também um marco das desigualdades e tensões sociais que moldaram o Brasil, no período da recém-instalada República. Preservar esse espaço constitui um ato de resistência contra a tendência de apagar histórias que desestabilizam narrativas oficiais (Carvalho, 2023a; Carvalho, 2024).

Segundo Sandra Pesavento (2002), os "lugares de memória" assumem um significado único, pois são capazes de evocar um passado comum e criar vínculos identitários entre os indivíduos de uma sociedade. No caso de Canudos, o Parque representa um espaço no qual as lembranças da resistência e da violência institucional são continuamente mobilizadas. Tais locais, ao serem visitados, narram uma história que ultrapassa os limites físicos do espaço e

atinge o imaginário coletivo, contribuindo para fortalecer a identidade e a coesão social.

Entretanto, a preservação do Parque Estadual de Canudos enfrenta desafios significativos que não podem ser ignorados. Jacques Derrida, em sua obra "*Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*", argumenta que a ideia de arquivar carrega consigo uma ambiguidade intrínseca. O arquivo, ao mesmo tempo em que organiza e fixa a memória, também abre a possibilidade de exclusão, repressão e até destruição. Representa, portanto, uma tensão constante entre memória e esquecimento. Assim, nenhum arquivo é neutro, ele reflete decisões sobre o que deve ser lembrado ou esquecido (Derrida, 2001).

Nesta perspectiva, o Parque Estadual de Canudos não apenas protege os vestígios materiais da história, mas também atua como um mediador de narrativas históricas. Estas narrativas, contudo, frequentemente sofrem influências que refletem interesses econômicos, políticos ou ideológicos. Como Choay (2001) observa, há uma tendência em sociedades contemporâneas de valorizar o progresso material em detrimento do patrimônio cultural. Esta abordagem ameaça apagar histórias importantes, especialmente aquelas que não se alinham às narrativas oficiais ou hegemônicas.

Ademais, preservar Canudos e sua história é, inevitavelmente, um ato político. Segundo Derrida (2001), não há poder político sem controle do arquivo e da memória. Assim, a manutenção do Parque como espaço de memória é uma forma de resistência contra o apagamento deliberado ou inconsciente de narrativas alternativas, como a "memória dos vencidos". Benjamin (1989) enfatiza que dar voz aos vencidos é essencial para desafiar a visão unidimensional da história oficial.

Por fim, a preservação de Canudos não deve ser vista apenas como um ato de resgate histórico, mas como uma oportunidade de dialogar com as questões contemporâneas de memória e identidade. Em uma era em que a tecnologia digital redefine nossas noções de arquivo e memória, o Parque Estadual de Canudos pode servir como um contraponto físico e simbólico à virtualização das lembranças. Como Seligmann-Silva (2009) observa, a cultura contemporânea enfrenta uma "hipermnésia" digital que pode paradoxalmente levar ao esquecimento, ao substituir a experiência direta pela acumulação excessiva de dados, que também representa uma expressão do mal do arquivo.

A luta contra o esquecimento no Parque Estadual de Canudos é, portanto, mais do que um projeto de preservação patrimonial; é uma batalha pela justiça histórica e pela reafirmação de vozes e narrativas que, de outra forma, poderiam ser perdidas. Esse espaço não é apenas um arquivo físico, mas um símbolo vivo da resistência contra o "mal do arquivo" e contra a tendência de excluir da memória oficial as histórias que mais desafiam o *status quo* (Carvalho,

2024; Neiva 2022).

4.3. Origem e evolução histórica do Parque Estadual de Canudos

A exposição a seguir baseou-se nas reflexões de Edivaldo Boaventura (1996, 1997) sobre o processo de criação e evolução do Parque Estadual de Canudos. Importa salientar que o referido autor esteve diretamente envolvido na idealização e implantação do Parque, visto que assumia à época o cargo de Secretário de Educação e Cultura, do governo do Estado da Bahia. Ademais, a implantação do município de Canudos, com respectivas eleição e posse para prefeito e vereadores, ocorria concomitante à instituição do Parque, em 1986¹.

Localizado no semiárido baiano, no município de Canudos, o Parque Estadual de Canudos representa um marco na preservação da memória histórica e cultural do Brasil. Ele foi criado com o intuito de proteger o cenário do emblemático conflito da Guerra de Canudos (1896-1897). Edivaldo Boaventura (1996), aponta como fatores impulsionadores à ideia de preservação da área, que ganhou força na década de 1980, o abandono e a depredação das áreas contíguas à represa de Cocorobó, além da immortalização da saga de Canudos por farta literatura, com destaque à obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha.

Ainda segundo o autor, “Coube a Renato Ferraz, estudioso dos sertões baianos, a sugestão para se criar o parque, em começos de 1985” (Boaventura, 1996, p. 66). Assim, a criação do Parque foi impulsionada por historiadores, arqueólogos e autoridades públicas, preocupados com a degradação dos vestígios históricos da região.

O Decreto Estadual nº 33.193, de 27 de maio de 1986, declarou reservada as áreas de terras devolutas, medindo aproximadamente 1.321 hectares, situadas no Município de Canudos, para fins de implantação de parque histórico e arqueológico de Canudos, e promoção de pesquisas e estudos de tal natureza, em favor da Universidade do Estado da Bahia. A área reservada limita-se: ao norte com terrenos da Universidade Federal da Bahia - Centro de Pesquisas e Tratamento de Água; ao sul, ocupa a margem direita do riacho das Umburanas, logo depois do Alto da Favela; a margem leste do Parque é a estrada Bendegó - Canudos; e ao oeste, a linha demarcatória é a represa de Cocorobó. Encontram-se fora desta delimitação original, as serras de Cocorobó, Angico - local da sepultura do coronel Tamarindo, e Cambaio - palco dos combates da segunda expedição, comandada pelo major Febrônio de Brito

¹ A autonomia do município de Canudos começa a ser discutida na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia a partir de 1979. Sua criação ocorreria apenas em 1985, através da Lei Estadual nº 4.404, de 25 de fevereiro do mesmo ano (Boaventura, 1996).

(Boaventura, 1996).

O Decreto Estadual nº 33.333 de 30 de junho de 1986, cria o Parque Estadual de Canudos e autoriza a Secretaria de Educação e Cultura da Bahia, por intermédio da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, “[...] a adotar todas as providências necessárias à construção do Parque, inclusive delimitando a área respectiva, nos termos do Decreto 33.193 de 27 de maio de 1986” (Bahia, Decreto nº 33.193, de 30 de junho de 1986, DOE). O Decreto de criação referido, também determina em seu artigo 2º, que:

No Parque deverão funcionar Museu, Laboratório de Arqueologia, Estação Experimental de Meteorologia, Escolas Experimentais e outras instituições relacionadas com a preservação da área, envolvendo os aspectos ecológicos, arqueológicos, científicos, históricos e educacionais (Bahia, Decreto nº 33.193, de 30 de junho de 1986, DOE).

Com a reserva da área e posterior criação do Parque, implementou-se uma série de iniciativas voltadas à sua estruturação. Assim: "a criação do parque foi uma resposta à necessidade de se preservar não apenas os traços físicos do conflito, mas também os valores culturais e simbólicos associados ao episódio" (Boaventura, 1996, p. 32). O Decreto nº 2.650, de 08 de agosto de 1986 dispôs sobre a mesma matéria (Bahia, Decreto nº 2.650, de 10 de agosto de 1986, DOE).

Entretanto, além de revogar o Decreto nº 33.193/1986, assegurou aos posseiros já cadastrados pela UNEB, o direito de permanecerem nas respectivas ocupações, observados seus atuais limites, desde que não pratiquem atos que contrariem a finalidade da reserva, nos termos do art. 4º do referido Decreto.

A oficialização do parque marcou um momento importante no reconhecimento da Guerra de Canudos como parte fundamental da história brasileira, destacando o papel das comunidades locais na construção dessa memória.

Localizado no sertão da Bahia, o Parque Estadual de Canudos é não apenas um sítio arqueológico de relevância nacional, mas também um símbolo de resistência e memória para os descendentes de conselheiristas e o povo brasileiro em geral. Segundo Robrahn-González e Zanettini (1997), "o parque representa um esforço único de reunir arqueologia, história e memória coletiva para preservar o legado de Antônio Conselheiro e sua comunidade" (Robrahn-González e Zanettini, 1997, p. 55).

A pesquisa arqueológica foi um dos pilares do processo de estruturação e valorização do Parque. Entre as décadas de 1980 e 1990, arqueólogos realizaram escavações sistemáticas que trouxeram à tona uma variedade de artefatos, como utensílios domésticos, munições, armas

e fragmentos de objetos utilizados pelos sertanejos e pelas tropas republicanas. Esses estudos revelaram não apenas aspectos do conflito, mas também detalhes sobre o cotidiano da comunidade de Canudos.

Edivaldo Boaventura ressalta que "os vestígios encontrados contribuíram para reconstruir o imaginário da resistência sertaneja, permitindo uma melhor compreensão das condições extremas enfrentadas pela população local durante o cerco" (Boaventura, 1996, p. 38). Ademais, as pesquisas ajudaram a identificar as trincheiras e posições estratégicas utilizadas durante os combates, reforçando a relevância histórica da área como um campo de batalha preservado. Vejamos:

As descobertas arqueológicas no Parque Estadual de Canudos representam uma contribuição inestimável para a história do Brasil. Além de preservar elementos tangíveis do conflito, os estudos arqueológicos permitiram aprofundar as narrativas sobre os sertanejos liderados por Antônio Conselheiro, ampliando o entendimento sobre sua organização social e espiritualidade. (Boaventura, 1996, p. 41).

Após a criação do Parque, uma série de projetos foram implementados para promover sua estruturação e consolidação como espaço educativo e turístico. Entre as ações destacadas por Boaventura (1996) está a construção do *Memorial Antônio Conselheiro*, um equipamento dedicado à memória das vítimas e à celebração da resistência sertaneja, instalado fora da área do Parque, na sede da cidade de Canudos. Esse memorial inclui exposições permanentes de objetos arqueológicos e documentos históricos, acervo iconográfico relacionado ao conflito, criando uma conexão emocional entre os visitantes e o passado (Fotografia 1, Fotografia 2 e Fotografia 3), a seguir. Composto o equipamento, há, ainda, o Jardim Euclidiano (Fotografia 4), a seguir, composto por espécies vegetais citadas em *Os Sertões*.

Fotografia 1- Fachada do equipamento “Memorial Antônio Conselheiro”



Fonte: Própria autora, 2025.

Fotografia 2 - Exposição no Foyer do “Memorial Antônio Conselheiro”



Fonte: Própria autora, 2025.

Fotografia 3 – Jardim Euclidiano no “Memorial Antônio Conselheiro”



Fonte: Própria autora, 2025.

Fotografia 4 Jardim Euclidiano no “Memorial Antônio Conselheiro”



Fonte: Própria autora, 2025.

O Memorial Antônio Conselheiro é uma das iniciativas mais significativas vinculadas ao Parque Estadual de Canudos no campo da educação patrimonial. Segundo Robrahn-González e Zanettini (1997), o memorial foi concebido como um espaço educativo que combina exposições de artefatos arqueológicos com informações históricas sobre a Guerra de Canudos. Ainda segundo os autores, "O Memorial Antônio Conselheiro desempenha um papel essencial na educação patrimonial ao promover a conscientização sobre a história e a cultura do sertão" (Robrahn-González; Zanettini, 1997, p. 59).

Em 13 de setembro de 2023, foi inaugurada a *Casa dos Saberes Conselheiristas Evandro Teixeira*. Este equipamento, localizado no Parque Estadual de Canudos, foi concebido como um espaço de imersão para pesquisadores e acadêmicos (Fotografia 5 e Fotografia 6). Possui auditório amplo, cozinha/restaurante equipados, quartos e banheiros. Atualmente abriga todo o acervo do Museu João de Régis, em processo de reforma. O local reúne obras de grandes artistas, como Tripoli Gaudenzi, Flávio de Barros, Antônio Olavo e Evandro Teixeira.

Fotografia 5- Vista frontal da Casa dos Saberes Conselheiristas Evandro Teixeira



Fonte: Própria autora, 2025.

Fotografia 6- Vista Lateral da Casa dos Saberes Conselheiristas Evandro Teixeira



Fonte: Própria autora, 2025.

Além do memorial, foram criadas trilhas interpretativas que percorrem as áreas mais importantes do Parque, incluindo locais de trincheiras e antigos povoados. Conforme Boaventura (1996), "essas trilhas são acompanhadas por sinalizações que explicam os acontecimentos históricos de forma acessível, promovendo uma experiência imersiva para os visitantes" (Boaventura, 1996, p. 45). A iniciativa de educação patrimonial também incluiu parcerias com escolas locais e universidades, que realizam eventos culturais, palestras e atividades pedagógicas no Parque.

Edivaldo Boaventura (1996) destaca que o parque promove uma reflexão crítica sobre a luta por justiça social, igualdade e a valorização das tradições sertanejas. Ainda segundo o autor, o Parque representa um modelo de como ações de preservação podem ser integradas a projetos educacionais e culturais de longo alcance: "O parque transcende seu papel de área de preservação ao se afirmar como um espaço de memória e reflexão sobre os desafios históricos do sertão" (Boaventura, 1996, p. 49).

Em seguida, será abordado o processo de pesquisa arqueológica e monumental empreendida no Parque Estadual de Canudos após sua fundação.

4.4. O Processo de Pesquisa Arqueológica e Monumental no Parque Estadual de Canudos

Esta seção discute o processo de pesquisa arqueológica e monumental empreendido no Parque Estadual de Canudos, destacando as metodologias, descobertas e contribuições para o campo da história e da arqueologia. Além disso, discute-se o impacto dessas pesquisas na consolidação do Parque como um espaço de memória e de turismo histórico.

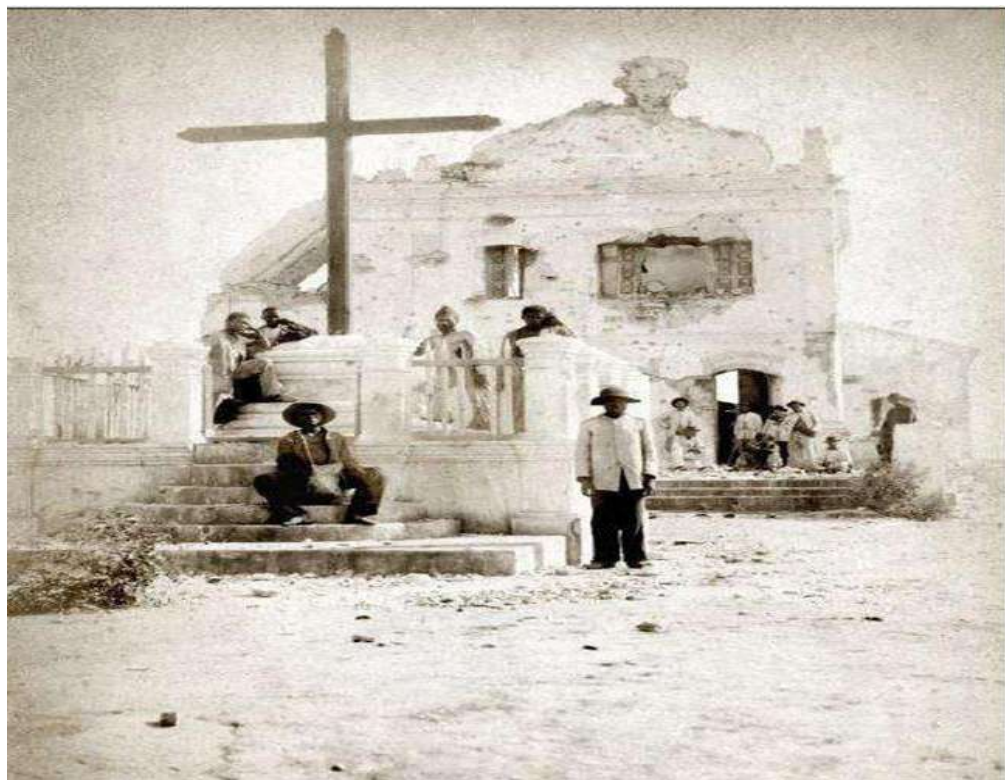
As escavações no Parque Estadual de Canudos, coordenadas por pesquisadores como Paulo Eduardo Zanettini e Erika Robrahn-González, seguiram uma metodologia rigorosa, combinando levantamento de campo, análises laboratoriais e estudos interdisciplinares. Entre os métodos utilizados destacam-se: georreferenciamento, visando mapear estruturas defensivas e áreas de sepultamento; análise estratigráfica, para identificar diferentes períodos de ocupação; e a exumação de restos mortais, para estudos antropométricos e de saúde das populações, conforme as Fotografias 7, 8, 9 e 10, a seguir:

Fotografia 7- Escavações da Igreja Velha



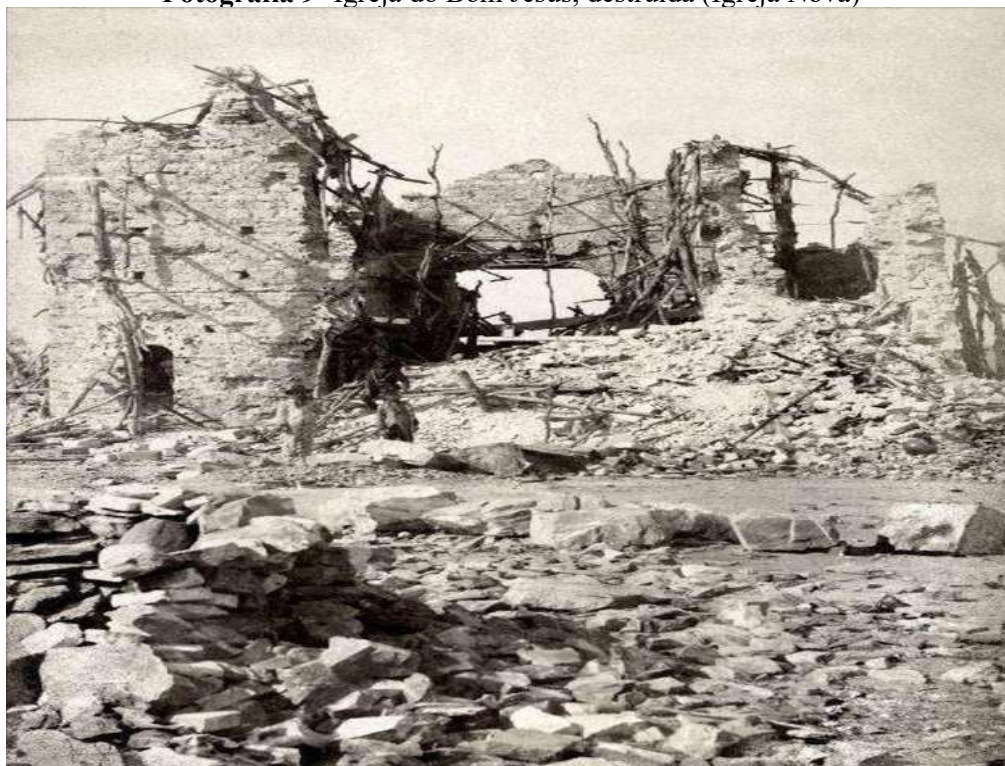
Fonte: acervo Zanettini (1999), citado por Juncken e Surya (2022).

Fotografia 8- Frente da Igreja Velha, (Barros 1897)



Fonte:Museu da República/InstitutoMoreiraSalles / Brasiliana Fotográfica, citado por Juncken e Surya (2022).

Fotografia 9- Igreja do Bom Jesus, destruída (Igreja Nova)



Fonte:Museu da República/InstitutoMoreiraSalles / Brazilian Fotográfica, citado por Juncken e Surya (2022).

Fotografia 10- Escavação e evidenciação da Igreja Nova



Fonte: acervo Zanettini (1999), citado por Juncken e Surya (2022).

Segundo Robrahn-González (1997), "o mapeamento arqueológico inicial revelou uma quantidade impressionante de vestígios, desde trincheiras e tocas até fragmentos de louça e cápsulas de balas" (Robrahn-González, 1997 p. 57).

Os trabalhos arqueológicos trouxeram à luz diversas evidências materiais que ampliaram a compreensão sobre o cotidiano e as estratégias de defesa dos conselheiristas. Entre os achados mais significativos, estão:

- *Trincheiras e estruturas defensivas:* As escavações no Vale da Morte revelaram a complexidade das estratégias conselheiristas, que utilizavam a geografia local para criar barreiras e pontos de observação.
- *Artefatos pessoais e domésticos:* Fragmentos de louça, utensílios de cozinha e outros objetos indicam uma comunidade relativamente estruturada, desafiando a visão tradicional de Canudos como um arraial improvisado.
- *Restos mortais:* A exumação de corpos permitiu análises sobre a saúde, a nutrição e

as condições de vida dos combatentes. Segundo Robrahn-González e Zanettini (1997), "os esqueletos evidenciam o impacto da guerra e as condições adversas enfrentadas pelos conselheiristas" (Robrahn-González ; Zanettini,1997, p. 63).

A arqueologia no Parque Estadual de Canudos se destacou por envolver uma abordagem interdisciplinar, integrando historiadores, antropólogos, geólogos e outros especialistas para investigar os vestígios do conflito de Canudos. Segundo Zanettini (1996), "o sucesso das pesquisas deve-se à colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, o que permitiu uma análise mais rica e detalhada dos achados" (Zanettini, 1996, p. 170).

O diálogo entre arqueologia e história foi particularmente importante para reinterpretar as narrativas tradicionais sobre Canudos. Enquanto relatos históricos frequentemente descrevem o arraial como um local isolado e de pobreza extrema, os achados arqueológicos revelaram uma comunidade sofisticada e conectada com redes regionais de comércio e produção (Zanettini, 1996; Neiva, 2022).

Os fragmentos de louça e outros materiais encontrados no Parque são um exemplo do impacto desse diálogo interdisciplinar. Os artefatos incluíam peças de cerâmica regional e objetos importados, indicando que Canudos estava longe de ser um local economicamente isolado. "A análise dos fragmentos de louça, vidros e outros materiais encontrados no PEC demonstra que Canudos estava inserido em uma rede regional de produção e consumo, desafiando a visão de isolamento econômico frequentemente associada ao arraial" (Robrahn-González ; Zanettini,1997, p. 59).

A reconstrução dos cenários históricos no Parque Estadual de Canudos foi realizada com base em evidências arqueológicas e em relatos históricos. Um dos projetos mais importantes foi a reconstituição das trincheiras utilizadas pelos conselheiristas, que se tornaram um símbolo de sua resistência. Segundo Robrahn-González e Zanettini (1997), "a recriação das trincheiras não apenas preserva a memória do conflito, mas também serve como ferramenta educativa para contextualizar as estratégias defensivas empregadas pelos conselheiristas" (Robrahn-González; Zanettini,1997, p. 65).

O sistema de defesa e ataque conselheirista, descrito em detalhes por Rivaldo Cardoso Dantas (2024), foi um dos aspectos mais complexos das estratégias adotadas pelos seguidores de Antônio Conselheiro durante a Guerra de Canudos. Segundo o autor, as trincheiras conselheiristas frequentemente são interpretadas de maneira limitada pela historiografia, que tende a generalizar as estruturas defensivas como trincheiras tradicionais. No entanto, as evidências arqueológicas sugerem uma combinação de trincheiras, tocas e barricadas,

complementadas por elementos naturais do terreno, como rios, montanhas e vegetação. Ou seja: “O sistema conselheirista aproveitou as características naturais da região, combinando-as com obras defensivas adaptadas às condições locais” (Dantas, 2024, p. 7).

O conceito de trincheira, amplamente associado à Primeira Guerra Mundial, é inadequado para descrever as estruturas conselheiristas sem considerar as adaptações feitas para o cenário do semiárido baiano. De acordo com Dantas (2024), “muitas das estruturas descritas como trincheiras apresentam características que as aproximam mais de barricadas ou mesmo fortificações improvisadas, concebidas com base na experiência e nos recursos disponíveis” (Dantas, 2024, p. 8).

As fortificações conselheiristas não se limitavam às trincheiras descritas pela historiografia militar tradicional. Como apontado por Dantas (2024), o uso de elevações naturais, como serras e colinas, foi crucial para maximizar as vantagens defensivas. Essas áreas eram reforçadas por espaldões de pedra e outros tipos de barricadas, capazes de oferecer proteção contra o fogo inimigo e esconder os combatentes.

A análise das estruturas defensivas revela não apenas a criatividade tática dos conselheiristas, mas também a resiliência de uma comunidade que, apesar de suas limitações materiais, foi capaz de resistir por meses às forças republicanas. Conforme Dantas (2024), “o sistema de defesa conselheirista é um testemunho da engenhosidade e da capacidade de adaptação de um grupo que enfrentava desafios avassaladores em termos de recursos e poder de fogo” (Dantas, 2024, p. 15).

O autor supracitado, ainda destaca que o impacto cultural dessas estruturas vai além de sua função militar. Elas se tornaram símbolos de resistência e são frequentemente citadas em debates sobre a preservação da memória histórica de Canudos. A reconstrução dessas estruturas no Parque Estadual de Canudos não só preserva seu significado histórico, mas também as utiliza como ferramentas educativas para transmitir o legado de Canudos às futuras gerações (Dantas, 2024).

Ademais, Dantas (2024) destaca que a utilização de igrejas e casas como posições defensivas demonstra a versatilidade das estratégias conselheiristas. Essas estruturas eram conectadas por fossos e valas, formando um sistema integrado que dificultava o avanço das tropas republicanas.

A reconstrução monumental consistiu na reconstrução de cenários históricos no Parque Estadual de Canudos, e incluiu a demarcação de locais simbólicos, como cemitérios e trincheiras, e a criação de espaços de memória, como o Memorial Antônio Conselheiro. Segundo Neiva (2022), essas iniciativas visam não apenas preservar, mas também educar e

sensibilizar o público sobre o significado histórico de Canudos.

No Memorial Antônio Conselheiro estão expostos artefatos, mapas e documentos que ajudam a contar a história da Guerra de Canudos. Além disto, o memorial funciona como um espaço de reflexão, onde visitantes podem aprender sobre as consequências sociais e políticas do conflito. Dessa forma, o equipamento constitui ferramenta para conectar o passado ao presente, promovendo o entendimento histórico e a preservação da memória coletiva (Neiva, 2022; Dantas, 2024).

Ainda segundo estes autores, o Parque Estadual de Canudos desempenha um papel central na educação patrimonial, promovendo visitas guiadas, exposições e oficinas para estudantes e pesquisadores. O Parque é um espaço vivo de aprendizado, onde o passado é constantemente reavaliado e reinterpretado.

Já as visitas guiadas no Memorial Antônio Conselheiro, incluem apresentações detalhadas sobre os artefatos descobertos durante as escavações arqueológicas no Parque, como fragmentos de louças, cápsulas de balas e utensílios domésticos. Essas exposições levam os visitantes a contextualizarem os eventos da Guerra de Canudos, destacando o cotidiano dos conselheiristas e sua resistência heroica contra as forças republicanas (Robrahn- González ; Zanettini, 1997).

A Universidade do Estado da Bahia - UNEB e o Centro de Estudos Euclides da Cunha-CEEC desempenharam papéis cruciais no desenvolvimento de programas educacionais voltados para o Parque Estadual de Canudos. Dentre essas iniciativas, destaca-se a organização de oficinas e seminários que envolvem estudantes, professores e a comunidade local. Essas atividades são projetadas para promover a conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio histórico e para estimular o interesse pela história da Guerra de Canudos (Neiva, 2022).

Ademais, eventos como o Simpósio Nacional de História Militar e Feira Literária Internacional de Canudos - FLICAN têm contribuído para consolidar o Parque Estadual de Canudos como um centro de excelência em pesquisa e educação. Esses encontros reúnem acadêmicos e especialistas para discutir as descobertas arqueológicas e sua relevância histórica, fortalecendo o papel do parque como um espaço de aprendizado contínuo (Dantas, 2024; Hardman, 2022).

O Parque Estadual de Canudos também promove a educação ambiental como parte de sua abordagem integrada de preservação e memória. Segundo Robrahn-González e Zanettini (1997), as trilhas interpretativas no parque são projetadas para ensinar aos visitantes sobre a biodiversidade do semiárido e a relação histórica entre o meio ambiente e os habitantes da

região. Essa abordagem integrada permite que o Parque combine educação patrimonial, ambiental e cultural, atraindo visitantes interessados em experiências educativas e contribuindo para o turismo sustentável na região.

Para Dantas, (2024), a preservação da memória coletiva no Parque vai além das exposições e programas educativos. O autor ressalta que o PEC serve como um espaço de reflexão, onde os visitantes são convidados a considerar as lições históricas da Guerra de Canudos e sua relevância para os desafios contemporâneos, como justiça social e preservação cultural (Dantas, 2024, p. 12).

Em Canudos, a preservação do patrimônio material relacionado à Guerra, como os vestígios arqueológicos e os monumentos históricos, é uma forma de manter viva a memória coletiva e fomentar o turismo na região (Guimarães *et al.*, 2018). Ademais, A preservação desses bens é fundamental para garantir que as futuras gerações possam compreender e valorizar a história e a cultura de seus antecessores. Para isso, é necessário que haja um esforço coletivo, tanto por parte das autoridades quanto da comunidade local, para proteger esses recursos contra a degradação e o abandono. A educação patrimonial desempenha um papel central nesse processo, ao promover o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural por parte da população local e dos visitantes (Melo; Cardozo, 2015).

O turismo no Parque Estadual de Canudos tem desempenhado um papel estratégico na promoção do desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que reforça a preservação da memória histórica. A relevância do Parque como destino turístico decorre da capacidade de atrair visitantes interessados na história da Guerra de Canudos e na cultura do sertão baiano. Nesta perspectiva, na próxima seção, serão discutidos o papel do turismo cultural sustentável, enquanto estratégia para preservação da memória e incremento do desenvolvimento local, bem como seus conceitos, classificação, benefícios e limites associados à sua implementação.

4.5. O turismo histórico-cultural sustentável e seu papel na preservação da memória

O turismo histórico-cultural tem como principal objetivo proporcionar aos turistas a oportunidade de vivenciar a história, a cultura e as tradições de um local ou de uma comunidade. Esse tipo de turismo se concentra em experiências que envolvem a apreciação de monumentos, sítios históricos, museus, tradições populares e a imersão nas práticas culturais dos habitantes locais. Conforme destaca Borges (2015), o turismo histórico-cultural não apenas contribui para a valorização do patrimônio cultural, mas também promove a conscientização sobre a importância da preservação desses bens, estimulando o desenvolvimento local e regional de

forma sustentável. Ele também gera oportunidades de crescimento econômico, ao atrair visitantes que buscam experiências autênticas ligadas à cultura e à história.

O conceito de turismo cultural evoluiu ao longo dos anos. No início, ele estava restrito à visitação de museus e monumentos históricos, mas com o tempo passou a englobar também outros elementos da cultura, como gastronomia, música, festividades e práticas cotidianas das comunidades locais. De acordo com Greg Richards (2009), o turismo cultural deve ser visto como um conceito dinâmico, que vai além da “alta cultura” e inclui atividades culturais mais acessíveis, como a apreciação da cultura popular e do cotidiano das comunidades visitadas.

Dessa forma, o turismo histórico-cultural permite que os turistas tenham uma visão mais abrangente da cultura local, contribuindo para a preservação do patrimônio cultural e para o fortalecimento das identidades locais. Isso reflete a demanda crescente dos turistas por experiências mais autênticas e envolventes. Esse dinamismo é essencial para a sustentabilidade do turismo, já que, ao valorizar a cultura local, promove-se a preservação do patrimônio e se cria uma relação de respeito e compreensão mútua entre turistas e comunidades locais.

O patrimônio histórico-arqueológico é uma das principais expressões da cultura de um povo, representando a materialização de suas práticas, crenças e conhecimentos ao longo do tempo. Ele abrange desde sítios arqueológicos, edifícios históricos até objetos de valor cultural. A preservação desses bens culturais é fundamental para que as futuras gerações possam compreender e se conectar com suas raízes históricas. Além disso, o patrimônio histórico tem grande valor simbólico e econômico, pois pode ser um importante atrativo turístico, promovendo o turismo sustentável e o desenvolvimento local. Estudos sobre a gestão do patrimônio arqueológico destacam a importância de políticas públicas para proteger esses recursos e integrá-los ao turismo de forma sustentável (Guimarães *et al.*, 2018).

O patrimônio cultural pode ser considerado a materialização da cultura de uma sociedade. O reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural são essenciais para garantir que ele continue a desempenhar esse papel crucial. Em Canudos, a preservação do patrimônio material relacionado à Guerra de Canudos, como os vestígios arqueológicos e os monumentos históricos, é uma forma de manter viva a memória coletiva e fomentar o turismo na região (Guimarães *et al.*, 2018).

A relação entre cultura, patrimônio e desenvolvimento é interdependente. O patrimônio cultural pode servir como um catalisador para o desenvolvimento econômico de uma região, especialmente em áreas onde o turismo histórico-cultural é uma fonte importante de renda. Em muitas regiões, como Canudos, o turismo cultural tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento local, ao promover a preservação do patrimônio ao atrair visitantes

interessados em conhecer a história e a cultura da região (Azevêdo, 2009).

Corroborando, Lima (2015), afirma que a cultura e o patrimônio podem ser importantes propulsores de desenvolvimento, especialmente quando integrados a estratégias de turismo sustentável. O desenvolvimento de uma localidade baseado em seus recursos culturais e patrimoniais gera um ciclo virtuoso de preservação e promoção da identidade local, ao mesmo tempo em que fomenta a economia. Esse tipo de desenvolvimento é especialmente relevante em áreas de grande valor histórico, como Canudos, onde a valorização do patrimônio associado à Guerra de Canudos pode atrair turistas e gerar emprego e renda para a população local. Contudo, para que essa relação seja efetiva, é necessária a implementação de políticas públicas que incentivem a preservação cultural e garantam que os benefícios econômicos do turismo sejam distribuídos de forma equitativa.

Quando há um reconhecimento social do valor do patrimônio, ele passa a ser visto como um direito coletivo, que não só representa a história de uma região, mas também o seu potencial de futuro. A participação ativa da população na gestão desses recursos é fundamental para garantir a sua preservação e o seu uso sustentável, como observado em projetos de turismo cultural que promovem a inclusão social e a participação comunitária, como no caso de Canudos (Bastos *et al.*, 2015). O reconhecimento social também é fundamental para garantir que os benefícios do turismo cultural sejam distribuídos de forma equitativa. Quando a comunidade local participa ativamente da gestão do turismo, ela se beneficia diretamente dos recursos gerados pela atividade, além de fortalecer sua identidade cultural. Esse processo é essencial para promover um desenvolvimento turístico sustentável, que respeite e valorize as culturas locais (Fernandes, 2008).

A relação entre cultura e ambiente é um dos pilares do desenvolvimento sustentável, pois ambos são elementos essenciais para a preservação da identidade local e para a promoção do turismo responsável. Em regiões como o semiárido baiano, onde as condições ambientais são desafiadoras, a cultura local se adaptou às características do ambiente, criando uma interdependência entre a preservação ambiental e a prática cultural. O turismo sustentável deve levar em consideração essa relação, promovendo práticas que respeitem tanto o patrimônio natural quanto o cultural. No caso de Canudos, o turismo cultural pode ser promovido de forma integrada com a conservação ambiental, garantindo que o desenvolvimento turístico respeite o meio ambiente e a identidade local (Sobreira *et al.*, 2015).

Segundo Bastos *et al.* (2015), o patrimônio cultural e o ambiental são interligados em muitos contextos, especialmente em áreas rurais e de grande valor histórico, como o sertão nordestino. A preservação das paisagens naturais e a proteção dos sítios culturais são

fundamentais para garantir que as futuras gerações possam continuar a apreciar e aprender com esses recursos. Em Canudos, a preservação do ambiente semiárido é essencial para manter a autenticidade da experiência turística e garantir que os visitantes possam se conectar de forma genuína com a história e a cultura da região. O turismo sustentável, nesse contexto, deve equilibrar a exploração turística com a conservação do patrimônio cultural e natural. Assim, a preservação do ambiente natural é fundamental para a valorização da história e da cultura da região. O turismo cultural pode ser utilizado como uma ferramenta para promover a preservação tanto do ambiente quanto do patrimônio cultural, ao incentivar o uso sustentável dos recursos e ao promover a sensibilização sobre a importância da conservação ambiental.

Para Santos (2014), o conceito de desenvolvimento local refere-se ao fortalecimento das capacidades econômicas, sociais e culturais de uma comunidade, de forma que os recursos locais sejam utilizados de maneira sustentável para promover o bem-estar da população. Entretanto, a implementação desse conceito enfrenta dificuldades como a falta de infraestrutura, o acesso limitado a recursos e a ausência de políticas públicas consistentes. Em Canudos, o desenvolvimento local tem sido impulsionado pelo turismo cultural, mas enfrenta desafios relacionados à gestão dos recursos e à participação da comunidade local.

Portanto, para garantir a sustentabilidade do turismo, é necessário implementar políticas públicas que promovam o desenvolvimento de infraestruturas turísticas adequadas e que incentivem a participação da comunidade local na gestão do turismo. Isso garante que os benefícios gerados pelo turismo sejam distribuídos de forma equitativa e que a preservação do patrimônio cultural e ambiental seja uma prioridade.

Em seguida, partindo da abordagem teórica sobre direitos linguísticos e patrimônias, será realizada a caracterização dos aparelhos patrimoniais localizados no Parque Estadual de Canudos, enquanto manifestações artísticas contemporâneas, que visam estimular a contemplação do cenário e resgatar a literatura e a iconografia inspiradas na Guerra de Canudos.

4.6. Direitos linguísticos e literários: cultura e meio ambiente

Os direitos humanos ligados à alimentação, moradia, vestuário, instrução, saúde, liberdade individual, ao amparo da justiça pública, resistência a opressão, direito à crença, opinião, e ao lazer, constituem bens que asseguram a sobrevivência física e à integridade espiritual. Nesta perspectiva, (Candido, 2011) questiona a pertinência ao direito à arte e à literatura e se estaria a fruição da arte e literatura na mesma categoria dos demais direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, aprovada em 1996, resultou

damobilização de organizações não governamentais, movimentos sociais e acadêmicos e atualmente é considerada o principal instrumento político contra a discriminação linguística (Oliveira, 2003). Segundo Candido (2011), a literatura teria uma função humanizadora, visto que se manifesta universalmente através dos seres humanos, em todos os tempos.

Assim, define literatura como tudo aquilo que tem toque poético, ficcional ou dramático nos mais distintos níveis de uma sociedade, em todas as culturas, desde o folclore, a lenda, as anedotas e até as formas complexas de produção escritas das grandes civilizações. E defende a ideia de que não há um ser humano sequer que viva sem alguma espécie de fabulação/ficção.

A literatura, em seu sentido amplo, “parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito” (Candido, 2011, p. 177). A literatura é, para ele, “o sonho acordado da civilização” (p. 177), e assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura” (p. 177). É por esta razão que a literatura é fator indispensável de humanização e tem sido instrumento poderoso de instrução e educação em nossas sociedades. Vejamos:

[...] a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas (Candido, 2011, p. 177).

A literatura, então, não corrompe e nem edifica, mas humaniza ao trazer livremente em si o que denominamos de bem e de mal. E humaniza porque nos faz vivenciar diferentes realidades e situações. Ela atua em nós como uma espécie de conhecimento porque resulta de um aprendizado, como se fosse uma espécie de instrução.

Candido (2011), defende que a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles. Por estas razões, a literatura está relacionada com a luta pelos direitos humanos. E esta luta almeja que todos possam ter acesso aos diferentes níveis de cultura. Portanto, uma sociedade que seja de fato justa “pressupõe o respeito pelos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável” (Candido, 2011, p. 126). Portanto as sociedades criam suas manifestações literárias (ficcionalis, poéticas e dramáticas) em decorrência de suas crenças, seus sentimentos e suas normas, e assim fortalecem sua existência e atuação.

A valorização do patrimônio cultural tem sido cada vez mais considerada um

direito da sociedade, especialmente no contexto das políticas públicas de desenvolvimento sustentável. A preservação do patrimônio é vista não apenas como um dever do Estado, mas também como um direito das populações que habitam os territórios onde esses bens estão localizados. Nesse sentido, a valorização patrimonial deve garantir que todos tenham acesso a esses bens culturais e possam participar de sua preservação e usufruto. Em Canudos, por exemplo, o patrimônio relacionado à Guerra de Canudos não apenas preserva a história local, mas também contribui para o desenvolvimento econômico e social da região, ao transformar o patrimônio em uma fonte de renda e inclusão social (Lima, 2015).

Ademais, a valorização do patrimônio cultural como um direito da sociedade representa uma mudança importante na forma como o patrimônio é percebido e gerido. O patrimônio, antes visto como um bem exclusivo das elites, passa a ser reconhecido como um bem comum, que deve ser acessível a todos e protegido como parte da identidade cultural de uma comunidade. Conforme Fernandes (2008), essa valorização é fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável, pois garante que os benefícios econômicos e sociais gerados pelo turismo cultural sejam distribuídos de forma equitativa entre todos os membros da sociedade.

Segundo, Melo e Cardozo (2015), a valorização do patrimônio também está relacionada à democratização do acesso à cultura e à história. As políticas públicas voltadas para a preservação e promoção do patrimônio devem garantir que todos tenham a oportunidade de conhecer e valorizar os bens culturais de uma região, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e para o desenvolvimento cultural da sociedade.

Para Santos (2013), as locações históricas e arqueológicas no Parque Estadual de Canudos são de grande importância para estimular o turismo na região, mas a implantação dessa atividade deve levar em consideração as peculiaridades como palco de guerra:

[...] Não se trata apenas de ordenar o fluxo de visitantes e implantar equipamentos que disponibilizem informações sobre o episódio e ofereçam o mínimo de conforto às incursões pelas suas trilhas e veredas. É necessária, principalmente, a implantação de equipamentos que estimulem a contemplação do cenário e resgatem a literatura e a iconografia inspirada no tema (Santos, 2013 p. 58).

Nesta perspectiva, vários projetos vêm sendo implementados desde a criação do Parque, vejamos:

4.6.1. O Projeto “Arqueologia e Reconstituição Monumental - Parque Estadual de Canudos”

Realizado entre agosto e setembro de 1999 pelos arqueólogos Paulo E. Zanettini e

Erika M. Robrahn-González, objetivou a construção de identidade da área selecionada para a implantação do Parque por meio de decreto em 1986, constituindo-se, assim, como área para a preservação e consequente perpetuação da memória e cultura material de Canudos.

Segundo Juncken e Surya (2022), os trabalhos foram desenvolvidos devido ao baixo nível de volume de água do açude Cocorobó. Durante as escavações foram catalogados achados e estruturas, relativos aos períodos anterior, no decorrer, e após a guerra. Estas informações contribuíram na construção do conhecimento sobre Canudos, e principalmente sobre sua espacialidade. Foram feitas demarcações e escavações dos lugares dentro e próximo da cidade conselheirista. Técnicas inovadoras foram usadas pela equipe de arqueólogos, como fotografias aéreas do local, e a reconstrução tridimensional das igrejas. Assim, o Projeto “*Arqueologia e Reconstituição Monumental*”, trata-se de:

Pesquisas arqueológicas iniciadas em 1987, durante a realização dos primeiros trabalhos exploratórios para a implantação do Parque Estadual de Canudos com o objetivo de identificar possíveis estruturas relacionadas à cidadela conselheirista, então sepultada sob as águas represadas do Vaza-Barris. Novas atividades efetuadas no interior do Parque Estadual de Canudos, com relatório que apresenta os objetivos propostos para o projeto global, bem como os resultados das investigações realizadas na FASE I, que se deram através de várias etapas de campo realizadas ao longo do segundo semestre de 1997 e houve o salvamento e resgate em 1999. IPHAN/Minc portaria nº 48 de 20 de outubro de 1997 (Junckey e Surya, 2022, p. 95).

O Projeto em tela identificou e delimitou vários sítios históricos e arqueológicos, caracterizados a seguir:

4.6.1.1. Alto da Favela

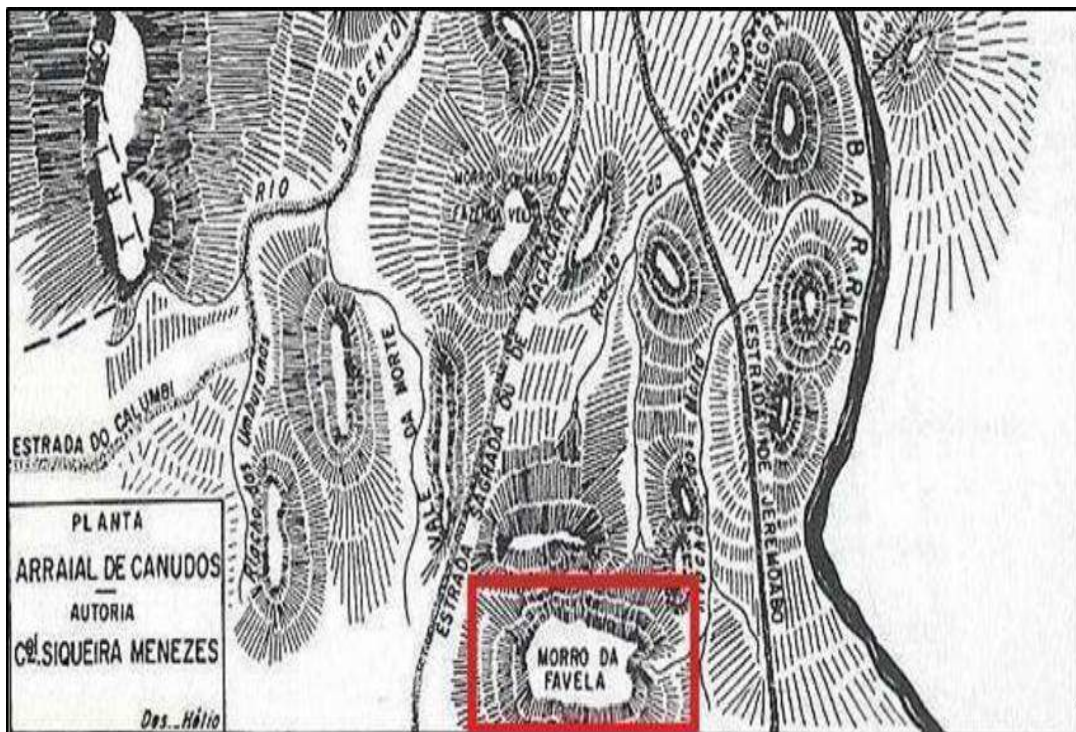
Também chamado de Morro Vermelho e Morro da Favela, importante trincheira conselheirista, ativa até 28 de junho de 1897. A topografia do Alto da Favela é irregular, com elevações de até 400 metros, garantindo a visão privilegiada que transformou o local em estratégico e definidor dos rumos do conflito. Ponto de resistência dos jagunços conselheiristas no início das operações da quarta expedição, comandada pelo general Artur Oscar, essa locação foi tomada pelos militares na manhã de 28 de junho de 1897. Até o final da guerra, as forças republicanas mantiveram no Alto da Favela acampamentos militares e artilharia. Dessa forma:

Morro da Favela é um dos lugares mais importantes do cenário da Guerra de Canudos. Dela, tinha-se uma visão frontal e geral do arraial conselheirista, hoje submerso nas águas do Açude Cocorobó. Esse lugar era um dos pontos estratégicos, desde a 3ª

expedição liderada pelo Cel. Moreira César que subiu o morro e visualizou Canudos. Euclides relata toda a paisagem e a importância de assegurar essa posição mais alta. O Alto da favela nos situa melhor em relação à Guerra, pois de lá temos uma ideia das posições militares dos conflitos e da espacialidade de como era o arraial de Canudos (Juncken; Surya, 2022, p. 99).

O mapa topográfico elaborado pelo Coronel Siqueira Campos, apresentado no Mapa 2, a seguir, destaca a posição estratégica alcançada pelas tropas republicanas após a tomada do Alto da Favela, este fato foi determinante para o desfecho da Guerra. Os militares conquistaram o local em 28 de junho de 1897, montando acampamento e um *hospital de sangue*, enquanto aguardavam reforços.

Mapa 2- Mapa topográfico localizando o Alto da Favela



Fonte: Siqueira de Menezes (1897), citado por Juncken e Surya (2022).

Atualmente, o Alto da Favela possui um equipamento para descanso do turista (ponto de conforto) que possibilita a realização de eventos acadêmicos e culturais no local. Estrutura aberta, recoberta por telhas cerâmicas, ladeada por bancos de madeira, possuindo dois banheiros contíguos (Fotografia 11), a seguir. Nas cercanias encontra-se *O Cruzeiro* (Fotografia 12), erguido por Izabel de Régis em tributo aos mortos na Guerra. Do local, avista-se a lâmina de água do açude Cocorobó que submergiu as ruínas de Belo Monte e da *Segunda Canudos* (Fotografias 13), a seguir:

Fotografia 11- Equipamento para conforto de visitantes no Alto da Favela



Fonte: João Batista Araújo, novembro de 2025.

Fotografia 12 - O Cruzeiro, erguido por Izabel de Régis em tributo aos mortos na Guerra, Alto da Favela, Parque Estadual de Canudos, Bahia (BR)



Fonte: Própria autora, 2025.

Fotografia 13 - Vista do açude de Cocorobó, a partir do Alto da Favela, Parque Estadual de Canudos, Bahia (BR)



Fonte: Própria autora, 2025.

4.6.1.2. *Hospital de Sangue*

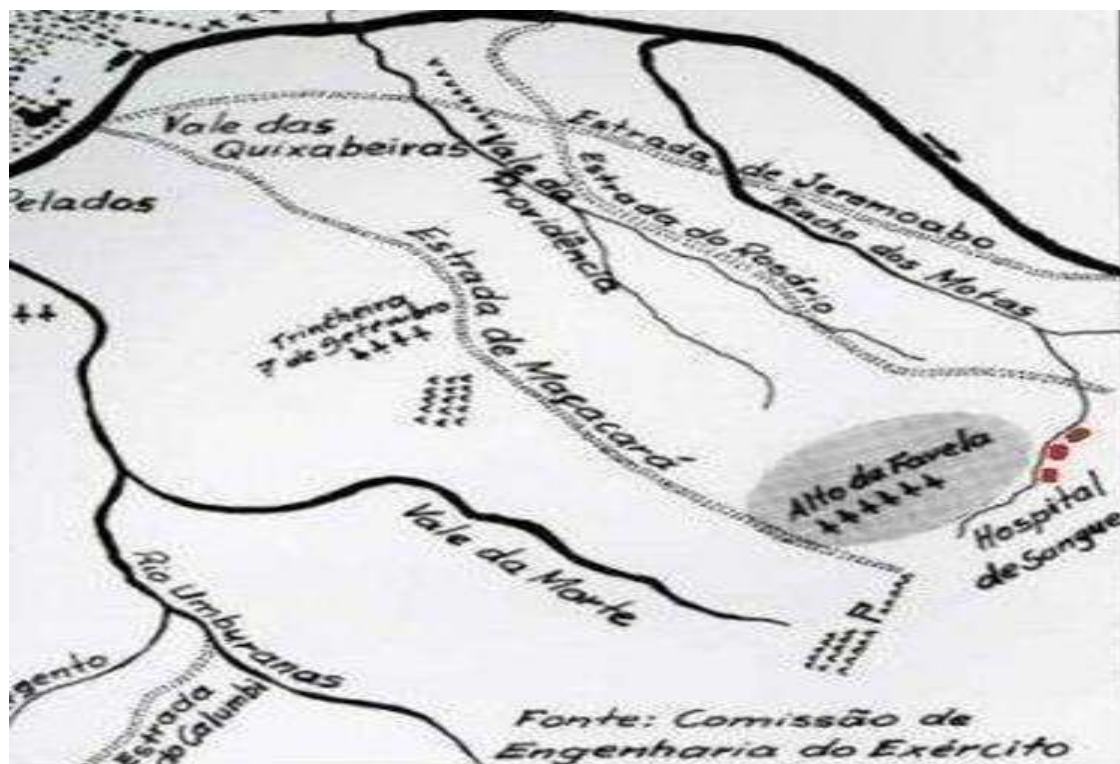
Esses hospitais funcionavam como enfermaria de campanha para primeiros socorros e tratamento dos feridos. Foram instalados pelo Exército provisoriamente em pontos militarmente estratégicos, próximos aos locais de combate e em diferentes fases do conflito, com destaque para a terceira e quarta expedições, em 1897. Segundo Juncken e Surya (2022), os *Hospitais de Sangue* que ganharam maior notoriedade ficavam atrás do Alto da Favela e no seco Riacho do Mota. Neste local foi instalado o marco visual *Hospital de Sangue*, apresentando uma fotografia de Augusto Flávio de Barros produzida durante o conflito, conforme Fotografia 14 e Mapa 3, a seguir:

Fotografia 14 - Hospital de Sangue, registro de Flávio de Barros (1897)



Fonte: Museu da República/Instituto MoreiraSalles/Brasiliiana Fotográfica, citado por Juncken e Surya(2022)

Mapa 3- Mapa topográfico localizando o Hospital de Sangue.



Fonte: Siqueira de Menezes (1897), citado por Juncken e Surya (2022).

No decorrer da quarta expedição, hospitais de sangue foram instalados em Queimadas e Monte Santo, bem como, próximos ao Alto da Favela. Neste último, dirigido pelo médico militar José de Miranda Curió, atuaram médicos militares e civis contratados, além de duas turmas de acadêmicos de medicina que se voluntariaram para a missão. À medida em que o Exército conquistou parte do território do Arraial, os feridos e doentes foram transportados para um novo hospital de sangue instalado no local.

4.6.1.3. Vale da Morte

Também conhecido como Toca da Favela, Gruta da Favela, Vale Sinistro e Boca do Lobo, foi usado como cemitério durante a expedição Artur Oscar e nele estão enterrados não só militares, mas, também, mulheres e crianças, companheiras e filhos de soldados. Claude Santos (1997), descreve o local:

Também chamado de “matadouro”, o Vale da Morte é um raso estreito que se estende das Umburanas até as costas do Alto ou Morro da Favela. Abrigou instalações militares e um cemitério até o final da Guerra, mas, como ponto estratégico, sua importância diminuiu no dia 18 de julho, quando as colunas que formavam a expedição assaltam o Arraial e se estabelece nos fundos da Igreja Velha, iniciando o cerco que se completou no dia 23 de setembro (Santos, C., 1997, p. 175).

Mesmo com a reorganização fundiária do Parque, decretada em novembro de 2021, parte da área do Vale da Morte encontra-se em disputa judicial e será objeto de discussão posterior.

4.6.1.4. Fazenda Velha

Também conhecida como Tapera e Trincheira Sete de Setembro, nesta localização estavam as ruínas da antiga sede da Fazenda Canudos, pertencente ao Barão de Jeremoabo, e onde morreu o comandante da terceira expedição militar, coronel Moreira César, na madrugada do dia 4 de março de 1897 (Junckey e Surya, 2022).

Este local foi importante trincheira até sete de setembro de 1897, quando foi tomado pelas soldados do Exército, sendo descrito em Os Sertões: “Acompanhando o espigão na ladeira, que para eles descamba em boléus, via-se a meio caminho, uma casa em ruínas, a

Fazenda Velha” (Cunha, 1984, p. 192).

A casa em ruínas ficava em uma elevação, conforme mapa topográfico de Siqueira Meneses (Mapa 4) e registro fotográfico de Flávio de Barros (Fotografia 15), a seguir:

Mapa 4- Mapa topográfico de Siqueira de Meneses - Fazenda Velha



Fonte: Meneses (1897). Citado por Junckey e Surya (2022).

Fotografia 15 - Fazenda Velha ocupada pelo Exército, registro de Flávio de Barros (1897)



Fonte: Museu da República/Instituto Moreira Salles/ Brasiliana Fotográfica, citado por Juncken e Surya(2022)

O mapa topográfico (Mapa 4), demonstra altimetria irregular, possuindo alguns pontos com aproximadamente 340 metros de altitude. Nos trabalhos arqueológicos realizados foram evidenciadas a estrutura da casa da Fazenda Velha e trincheiras conselheiristas (Juncken e Surya, 2022).

4.6.1.5. Altos Pelados

Também denominado de Morro de Pelados, localizava-se em frente ao rio Vaza-Barris (atualmente, águas do açude Cocorobó), e ao lado do leito do riacho das Umburanas (Mapa 5). Na sua retaguarda encontra-se a Fazenda Velha, sendo descrito em *Os Sertões*: “[...] Aí caía a encosta de um esporão do morro da Favela, avantajando-se até ao rio, onde acabava em corte abrupto. Estes últimos rebentos da serra tinham a denominação apropriada de Pelados, pelo desnudo das faldas” (Cunha, 1984, p. 192).

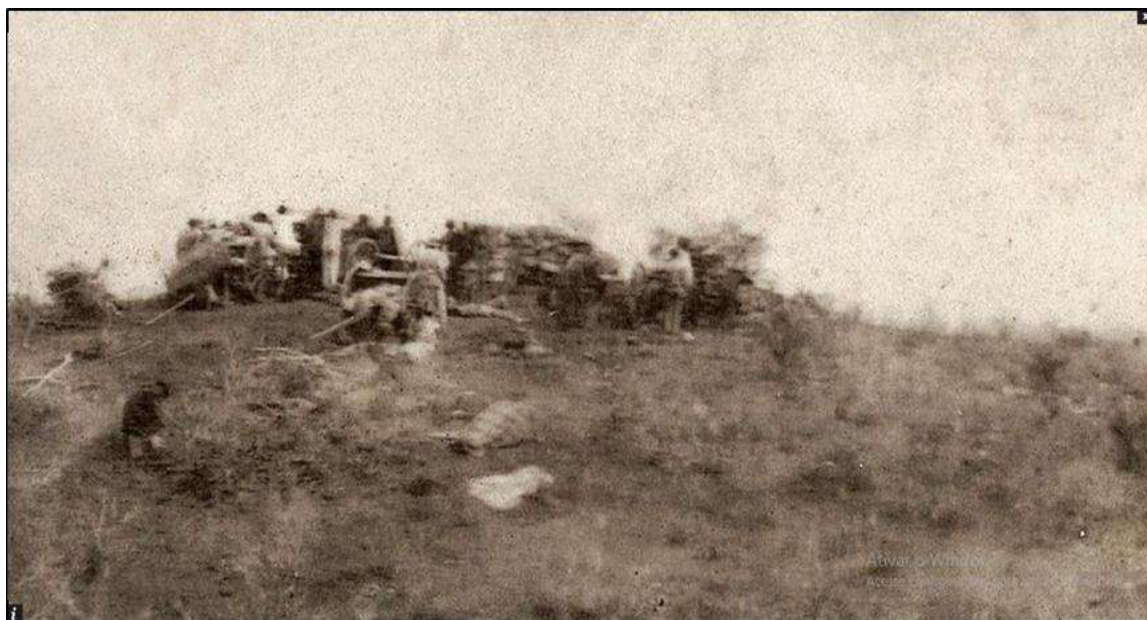
O morro de Pelados, apesar da pouca altitude (cerca de 320 metros), foi estratégico para o conflito, em virtude de sua localização próxima, e por oferecer visão privilegiado em relação ao arraial de Belo Monte (Fotografia 16). Possibilitou, a instalação das peças de artilharia nos últimos dias da Guerra (Juncken e Surya, 2022).

Mapa 5- Mapa topográfico localizando o Morro de Pelados



Fonte: Meneses (1897), citado por: Junckey e Surya (2022).

Fotografia 16 - Artilharia no Morro de Pelados contra Belo Monte



Fonte: Museu da República/InstitutoMoreiraSalles/ Brasiliana Fotográfica, citado por Juncken e Surya (2022)

Oliveira Junior (2019), ao mapear área em processo de desertificação no município de Canudos, apontou Altos Pelados em intensa deterioração ambiental, com indícios de intercorrer a desertificação. Vejamos:

A área é em uma das mais antigas de povoamento em Canudos-BA e se dispersa pelo Parque Estadual de Canudos, cenário de conflitos na época conselheirista. A extensão dos Altos Pelados é de 192,39 km², equivalente a 6,03% do território municipal. Ela é superior aos de muitos outros municípios localizados na ASD da Bahia, a exemplo de Anguera, Cipó e Ichu (Oliveira Junior, 2019, p. 300).

O autor supracitado alerta para uma evolução dos limites dos Altos Pelados entre as décadas de 1970 e de 2010. O crescimento desse núcleo de desertificação foi favorecido pela pressão ambiental no uso das terras, com amplas repercussões na degradação das feições vegetais e dos solos, restando poucas áreas recobertas por Caatinga.

4.6.2. O projeto “Guia Visual do Cenário da Guerra de Canudos”

O Projeto em tela foi iniciado em 1986, sendo coordenado pelo fotógrafo e documentarista Claude Santos (1953 - 2016). Na oportunidade, foram estudados e mapeados os relatos e a iconografia produzida sobre o conflito, buscando identificar a localização precisa do Arraial, submerso nas águas do Açude Cocorobó desde 1967, em relação ao cenário da guerra.

Também foram examinadas fotografias produzidas na Segunda Canudos, construída no início do século XX sobre as ruínas do Arraial Conselheirista, e analisados os depoimentos dos sobreviventes da guerra e seus descendentes, colhidos pela imprensa e por estudiosos a partir de 1947 (Santos, 2013).

4.6.3. O Projeto “Intervenções Artísticas”

Projeto desenvolvido por Claude Santos no Parque Estadual de Canudos, composto por intervenções artísticas implantadas em painéis de vidro dispostos em exposição museológica, criando *cenários*.

Dessa forma, pinturas, desenhos e fotografias sobre a Guerra de Canudos são expostas em *Cenários* que foram previamente mapeados pelo Projeto *Arqueologia e Reconstituição Monumental*, bem como, por depoimentos de sobreviventes e familiares destes, conforme descrição e imagens a seguir:

4.6.3.1. Os Memorialistas

Neste cenário são homenageados personagens que pesquisaram e escreveram sobre a Guerra de Canudos, contribuindo para a preservação de um dos fatos mais marcantes da história do Brasil. São apresentadas descrições de fatos e citações vinculadas a figuras como: Euclides da Cunha, Alvim Martins Horcades, Flávio de Barros, entre outros (Fotografia 17), a seguir:.

Fotografia 17- Os Memorialistas - painéis de vidro com personagens que contribuíram para divulgar e preservar a história da Guerra de Canudos, Parque Estadual de Canudos, Bahia (BR)



Fonte: João Batista Araújo, 2025.

4.6.3.2. *Chapada dos Equívocos*

Este Cenário apresenta intervenções artísticas do médico e artista plástico Trípoli Francisco Britto Gaudenzi (1939 - 2025), que remetem ao episódio da compra de madeira para o telhado da igreja, em construção por Antônio Conselheiro e seus seguidores, na cidade de Juazeiro na Bahia (Fotografia 18), a seguir. Espalha-se o boato de que o Conselheiro iria invadir a cidade, sendo então enviada uma força com cem praças do exército para evitar a invasão da cidade. O confronto ocorreu no Arraial de Uauá, resultando em cento e cinquenta conselheiristas e dez soldados mortos, constituindo-se no estopim para a Guerra.

O artista retratou o livro *Os Sertões* em cerca de 430 telas, com técnicas com bico de pena, óleo, acrílico, guache, aquarela e técnicas mistas. Publicou o livro de arte e história *Memorial de Canudos* e a edição de um DVD, *Canudos, a Guerra no Sertão* (Braga, 2014).

Fotografia 18 - Cenário Chapada dos Equívocos: painéis em vidro com gravuras de Tripoli Gaudenzi, Parque Estadual de Canudos, Bahia (BR)



Fonte: João Batista Araújo, 2025.

4.6.3.3. *Alto da Favela*

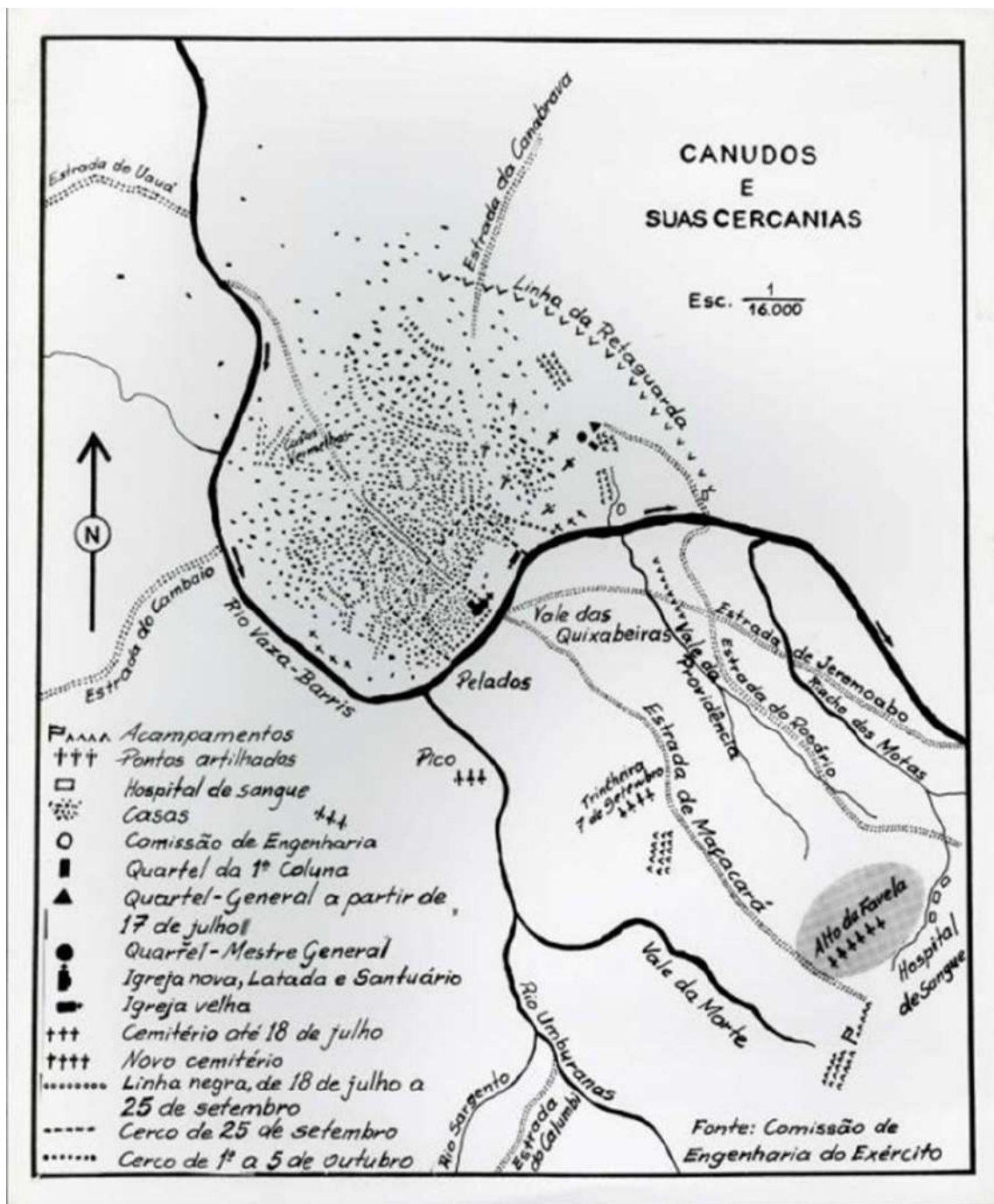
São encontrados os marcos visuais “Mapa do Cenário da Guerra” (Fotografia 19 e Mapa 6), e “Antônio Conselheiro” (Fotografia 20), apresentados a seguir, que remontam à importância estratégica do Morro ou Alto da favela para o desfecho do conflito, depois da praça das igrejas, o local mais importante no palco da Guerra. Desse sítio tinha-se uma visão total e frontal do Arraial de Belo Monte (Santos, 1997). Área atualmente submersa nas águas do açude Cocorobó, também, com parte das ruínas da segunda Canudos, erigida sobre os escombros do arraial conselheirista.

Fotografia 19 - Marco visual “Mapa do Cenário da Guerra” no Alto da Favela, Parque Estadual de Canudos, Bahia (BR)



Fonte: Própria autora, 2025.

Mapa 6- Mapa do cenário da Guerra de Canudos elaborado pela Comissão de Engenharia do Exército



Fonte: Museu da República/Instituto Moreira Salles/ Brasileira Fotográfica - Comissão de Engenharia do Exército (1897).

Fotografia 20 - Marco visual “Antônio Conselheiro”, no Alto da Favela, Parque Estadual de Canudos, Bahia (BR)



Fonte: Própria autora, 2025.

4.6.3.4. *Alto das Memórias*

Cenário montado com imagens produzidas a partir do final dos anos 40 do século XX. Esta exposição apresenta os sobreviventes da Guerra e seus descendentes, retratados por Pierre Verger, Alfredo Vila-Flor Santos, Audálio Dantas, Antônio Olavo, Evandro Teixeira, Antenor Júnior, Marco Santilli e Claude Santos (Fotografia 21), a seguir:.

Fotografia 21 - Cenário “Alto das Memórias”. Painéis de vidro com imagens de sobrevivente da Guerra e seus descendentes. Parque Estadual de Canudos, Bahia (BR)



Fonte: João Batista Araújo, 2025.

4.6.3.5. Outeiro das Marias

Cenário criado em homenagem às mulheres mortas em Canudos, é composto por um relevo da *Pietà* de Michelangelo e detalhes da fotografia *400 jagunços*, registrada por Flávio de Barros e renomeada por Euclides da Cunha como *As Prisioneiras*, ao publicá-la na primeira edição de *Os Sertões*.

Constitui a intervenção artística mais impactante do Projeto (Fotografia 22), ao remontar o desfecho trágico do conflito, através das lentes do fotógrafo Flávio de Barros, como descrito pelo correspondente do jornal carioca *Gazeta de Notícias*, Procópio Fávila Nunes, ao deixar o palco de Guerra:

Subindo ao Alto da Favela, perto de nossas velhas trincheira, encontrei umas mulheres mortas: ai me detive para lançar um último olhar para Canudos.... [...] Lá estavam também, em frente ao cemitério, no leito do rio, um grande grupo de prisioneiros jagunços, mulheres e crianças, umas 600 talvez, guardadas por um batalhão: são os últimos resíduos desta nefanta guerra (Santos, 1997. pg. 173).

Euclides da Cunha ao designar *Os Sertões* como *o livro vingador*, visto que a obra denuncia o massacre de prisioneiros e a responsabilidade do Exército, da Igreja e do Governo no aniquilamento da comunidade de Canudos, contribuiu para tirar das sombras e do esquecimento um dos episódios mais atrozes da história do país.

Fotografia 22 - Outeiro das Marias - painéis de vidro com relevo da Pietá de Michelangelo e detalhes da fotografia As Prisioneiras de Flávio de Barros, Parque Estadual de Canudos, Bahia (BR)



Fonte: João Batista Araújo, 2025.

No próximo capítulo, apresenta-se o processo de regularização fundiária do Parque, sua base legal, e implicações para o processo de gestão administrativa, de geração/manutenção de conflitos ambientais e reflexos para a preservação do patrimônio histórico-cultural e natural de Canudos.

5. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

5.1. Considerações preliminares

A exposição a seguir baseou-se nos documentos que compõem o Processo de Regularização/Reorganização Fundiária do Parque Estadual de Canudos, inserido no Sistema Eletrônico de Informações do Estado da Bahia (SEI - BA), sob número: 077.1647.2020.0006936-98. Procurou-se fazer uma sistematização cronológica dos principais encaminhamentos e pareceres conclusivos ao longo dos seis anos de sua tramitação, cujo desfecho proporcionou a base legal para a referida demanda. Nos itens subsequentes foram discutidas as implicações para o processo de gestão administrativa, de geração/manutenção de conflitos ambientais e reflexos para a preservação do patrimônio histórico-cultural e natural.

5.2. O Processo de Regularização Fundiária do Parque Estadual de Canudos - base legal

A proposta de regularização fundiária do Parque Estadual de Canudos, formalizada no Sistema Eletrônico de Informações do Estado da Bahia (SEI -BA), através de processo sob número: 077.1647.2020.0006936-98, de caráter público, foi encaminhado mediante ofício nº 18/2016, pelo Assessor Chefe da Reitoria da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, em 30/06/2016, então processo físico, sob número 0880160014733, para o coordenador executivo da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) do Estado da Bahia. Este primeiro encaminhamento possuía como objeto a regularização da área onde está instalado o Parque, em conformidade com a proposta de reorganização fundiária resultante de trabalho conjunto entre a CDA e a UNEB. Compõe o documento, além da proposta conjunta CDA/UNEB, relatório com as justificativas de natureza técnica, legal, humana, histórico, cultural e institucional (documento nº 00023008044), elaborado pelo Assessor do Gabinete da Reitoria da UNEB, que inclusive, deu início ao processo ao enviar em 05/08/2015, o referido Relatório à Reitoria.

Em 17/03/2017, o coordenador de ação fundiária da CDA, encaminha o Processo ao Núcleo de Apoio Jurídico (NAJ) do órgão, para análise e elaboração de consulta fundamentada à Procuradoria Geral do Estado (PGE), considerando: 1- a proposta de regularização fundiária na área do Parque; 2- minuta de Decreto alterando a área do Parque, em conformidade com o trabalho conjunto realizado pela CDA e UNEB (apresentado através de Relatório anexado ao Processo; e, 3- solicita manifestação quanto à emissão de títulos, pelo Instituto de Terras da

Bahia (INTERBA), posteriormente à criação do Parque, considerando que as negociações foram concluídas e apontam para realocação dos proprietários (Processo número 0603160144528).

Em 14/09/2017, o coordenador do Núcleo de Apoio Jurídico (NAJ) - CDA/SDR elabora relatório, do qual destacaremos os pontos com maior relevância para nosso objeto de estudo: através do Decreto Estadual nº 33.193/86, de 27/05/1986, foram reservados 1.321 hectares de terras devolutas para a implantação do Parque Histórico e Arqueológico de Canudos. A criação do Parque e a autorização à UNEB para adotar as providências necessárias para atender os dispositivos legais, ocorreu a partir da publicação do Decreto nº 33.333/86, de 30/06/1986. A pesquisa arqueológica e a implementação da infraestrutura foram iniciadas em 1995, com a construção de estradas, portal de entrada, guarita, demarcação de postes e dos sítios arqueológicos.

Área considerável do Parque era ocupada por moradores da comunidade denominada de Rocinha, antes da expedição dos Decretos. A UNEB, mediante contato prévio com os líderes dos moradores, firmou o Termo de Compromisso 20/2013 com a CDA, com publicação em Diário Oficial do Estado em 18/07/2013. Este Termo tinha como objetivo reorganizar fundiariamente a área do Parque, de modo a manter o seu funcionamento com área reduzida, e serem emitidos títulos de domínio para os posseiros da área (folha 17).

Em seguida realizou-se pesquisa socioeconômica com os posseiros, além de posterior cadastramento e georreferenciamento da área do Parque e das posses. Foi detectada na área destinada às posses, a necessidade de adequação à modalidade Fundo de Pasto para 5 (cinco) lotes. Assim, foram totalizados 52 lotes, destes, 47 (quarenta e sete) beneficiariam o mesmo número de famílias, e 5 (cinco) ficariam sob a responsabilidade da Associação de Moradores da Rocinha e da Região.

A reorganização fundiária objetivou desentranhar os lotes que não possuíam sítios histórico-arqueológicos do Parque e redimensionar os lotes que estavam inseridos nos referidos sítios, para a devida preservação.

O Relatório final feito pela CDA informa, além das providências e trabalhos realizados, que a área total de medições e demarcações abrangeu 1.603,8264 ha (hum mil, seiscentos e três hectares, oitenta e dois ares e sessenta e quatro centiares), com o perímetro de 73.229,1274m, e que a área remanescente do Parque seria de 447,1126 ha (quatrocentos e quarenta e sete hectares, onze ares e vinte e seis centiares).

Foi destacado que embora a área do Parque tenha sido reduzida, os sítios históricos-arqueológicos permanecem inseridos nessa área e portanto integralmente preservados.

Ademais, com uma área menor, a UNEB pode gerenciar o Parque de maneira a minimizar custos e melhorar sua infraestrutura.

Finalmente, o NAJ fez algumas recomendações, relacionadas a seguir: realizar a celebração de Contrato de Concessão Real de Uso, entre o Estado da Bahia e a referida Associação de Moradores da Rocinha e Região em relação aos cinco lotes, conforme previsto na Lei Estadual 12.910/2013 e Art. 178, parágrafo único da Constituição do Estado da Bahia; envio à Procuradoria Geral do Estado (PGE), para análise dos procedimentos legais adotados; confecção de Edital de Convalidação de todos os lotes de maneira prioritária.

Ademais, chama a atenção ao fato do Parque Estadual de Canudos poder se adequar como uma Unidade de Conservação pela categoria Monumento Natural, e que, portanto, a redução dos limites só pode ser realizado mediante edição de Lei específica. Dessa forma se faz possível a revisional do polígono do Parque para que o mesmo reduza até o tamanho que preserve os sítios históricos, arqueológicos e antropológicos.

Em 29/11/2017 a Procuradoria Geral do Estado (PGE), após recebimento do Processo, descreve a demanda como um processo administrativo voltado à regularização da área onde encontra-se situado o Parque Estadual de Canudos, ademais, solicita-se previamente, a reorganização fundiária do Parque, visto que nesta área encontra-se instalada uma comunidade.

A Procuradoria sugere, antes de tratar a questão fundiária, que se proceda a análise da questão ambiental, tendo em vista que o Parque foi criado na década de 80, antes da edição da Lei Federal nº 9985/2000, que regulamentou o artigo 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Assim, o Processo é encaminhado à Diretoria de Unidades de Conservação (DIRUC) vinculada ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA), para avaliação da questão ambiental.

Em 21/01/2018, a Coordenação de Planejamento de Unidades de Conservação (COPLAN/DIRUC/INEMA) exara a Nota Técnica nº 01/2018, da qual transcreveremos, a seguir, excertos mais relevantes ao nosso objeto de estudo. Em sua análise, o órgão entende: “que o objetivo precípua da criação deste Parque é a preservação dos sítios arqueológicos, históricos e antropológicos” (Processo SEI nº 0880160014733, 2016, fl.34). Prosseguindo, destacam:

[...] De acordo com a Lei Federal 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), unidade de conservação é um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com *características naturais relevantes*, legalmente instituído pelo Poder Público, com

objetivos de conservação e limites definidos sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”

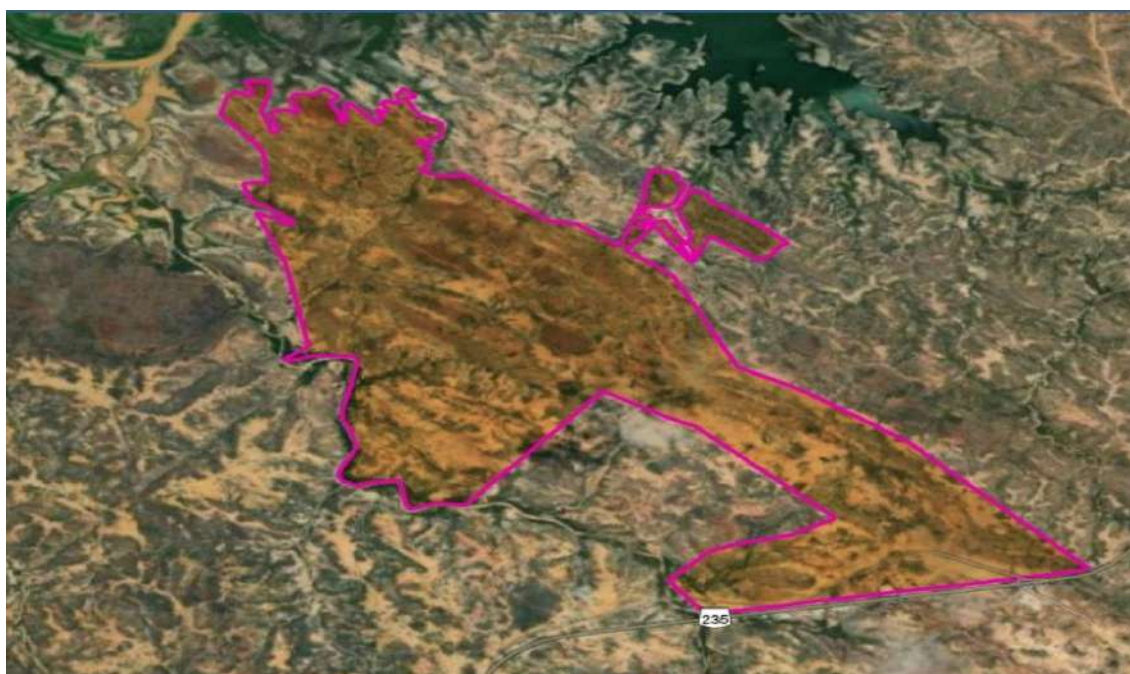
Especificamente sobre a categoria Parque, a referida Lei estabelece que seu objetivo básico é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Assim, compreende-se que a despeito da denominação de “Parque Estadual” o PEC não se constitui como unidade de conservação da natureza, pois seu objetivo é distinto de um espaço especialmente protegido que busca conservação da diversidade biológica, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural (Processo SEI nº 0880160014733, 2016, fls.34 e 35).

A Nota Técnica em questão, ainda faz menção ao Código Florestal de 1965, legislação concernente às unidades de conservação, vigente no período de criação do Parque Estadual de Canudos, e conclui que “mesmo tendo por base a legislação à época da criação do PEC, percebe-se que este não se caracterizava pela existência de áreas naturais com atributos ambientais especiais que indicam a constituição de uma unidade de conservação da natureza” (Processo SEI nº 0880160014733, 2016, fl. 35).

Prosseguindo, ao analisar imagem de satélite da área do Parque (Fotografia 23), destaca-se que a vegetação encontra-se bastante alterada, dificultando uma possível justificativa para a instituição legal de uma unidade de conservação da natureza.

Fotografia 23 - Imagem do Satélite Wordview - 02, Parque Estadual de Canudos, 2015



Fonte: Nota Técnica nº 01/2018 da COPLAN/DIRUC/INEMA, 2018.

Concluindo, a Nota Técnica aduz que “se configura uma precipitação enquadrar o Parque Estadual de Canudos - PEC como uma unidade de conservação na categoria Monumento Natural, [...] pois, a instituição do PEC não teve como objetivo a preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, como aponta o SNUC” (Processo SEI nº 0880160014733, 2016, fl. 35).

Por fim, o INEMA indica que a forma mais condizente de preservação do patrimônio cultural existente no PEC, seria o instituto do tombamento a ser realizado pelo IPHAN ou IPAC. Além disso, aconselha o tombamento do imóvel ou caracterização como “Espaço Preservado” como instrumento de proteção do patrimônio cultural, nos moldes da Lei nº 8.895/2003 (fls. 34/37).

O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC, através do Ofício GAB nº 203/2018, de 21 de março de 2018, informa que o Parque Estadual de Canudos não é tombado individualmente pelo IPAC, nem está em poligonal salvaguardada pela referida autarquia, vinculada à Secretaria de Cultura (documento nº 00023008302).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN encaminha Parecer Técnico nº 185/2018/COTEC IPHAN-BA, de 16 de maio de 2018, informando que o Parque Estadual de Canudos integra o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA, sob a proteção da Lei Federal nº 3.924/61, desse modo, quaisquer alterações para aproveitamento da área deve ser objeto de pesquisas arqueológicas previamente autorizadas pelo IPHAN (documento nº 00023008660).

No Despacho nº PA-NPMA-256-2020, de 03 de novembro de 2020, a PGE, a Procuradoria Geral do Estado informa: 1) que o PEC se submete aos preceitos previstos na Lei nº 8.895, de 16 de dezembro de 2003, quanto ao enquadramento jurídico, por considerar os aspectos culturais e históricos norteadores da proteção do Parque e a ausência de características relevantes; 2) No que se refere à definição da poligonal do Parque, a PGE informa que compete à UNEB proceder à realização dos estudos para definição da área do Parque, observando o disposto na Lei nº 8.895/2003 e na Lei Federal nº 3.924/1961, submetendo, em seguida, à Casa Civil, proposta de Decreto para delimitação da área que implicará na desafetação de eventual área reservada excedente. Inclusive, com a publicação do Decreto, caberá à Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA proceder à demarcação e arrecadação da gleba em nome do Estado da Bahia; 3) Com relação à regularização fundiária da área do Parque, a PGE informa que não poderá haver regularização fundiária de terras devolutas reservadas pelo Decreto nº 33.193/1986, nesse sentido, indica a necessidade de estudo da UNEB para a delimitação da área, desafetando a área reservada eventualmente excedente, mediante a publicação de Decreto

do Poder Executivo. A área desafetada será passível de regularização fundiária aos ocupantes que atendam aos requisitos legais da legislação estadual de terras (documento nº 00023772911).

Assim, a Procuradoria Geral do Estado opina pela edição de Decreto proposto, e que o expediente deverá ser encaminhado à CDA/SRD para arrecadação das terras devolutas estaduais inseridas na área reservada de 1.321ha, destinando ao Parque a área afetada a esta finalidade (de 462,0098 ha) e procedendo a regularização fundiária aos ocupantes que atenderem aos requisitos legais da legislação de terras. Pelo exposto, pode-se concluir pela inexistência de qualquer impedimento legal à delimitação do Parque Estadual de Canudos proposta pela Universidade do Estado da Bahia, sendo o Decreto publicado em Diário Oficial do Estado em 20 de novembro de 2021.

A seguir, apresentam-se os Decretos que compõem a base legal que regulamenta a criação, implementação e regularização fundiária do Parque Estadual de Canudos:

O Decreto nº 33.193, de 27 de maio de 1986, declarou reservada as áreas de terra devolutas, medindo, aproximadamente, 1.321 hectares, situada no Município de Canudos - Bahia, para fins de implantação de Parque Histórico e Arqueológico de Canudos, e promoção de pesquisas e estudos de tal natureza. Inclusive, a referida reserva ocorreu em favor da Universidade do Estado da Bahia.

Decreto nº 33.333, de 30 de junho de 1986, cria o Parque Estadual de Canudos, situado no Município de Canudos - Ba. Este Decreto, ainda, autorizou a UNEB a adotar todas as providências necessárias à construção do Parque, inclusive, delimitando a respectiva área. No Parque Estadual de Canudos deverão funcionar Museu, Laboratório de Arqueologia, Estação Experimental de Agronomia, Estação Experimental de Meteorologia, Escolas Experimentais e outras instituições relacionadas com a preservação da área, envolvendo os aspectos ecológicos, arqueológicos, científicos, históricos e educacionais, na forma do art. 2º do referido Decreto.

O Decreto nº 33.193, de 27 de maio de 1986, que declarou reservadas as áreas de terra devolutas para fins de implantação do Parque, foi revogado pelo Decreto nº 2.650, de 08 de agosto de 1989.

O Decreto nº 2.650, de 08 de agosto de 1989, declarou reservada, para fins de implantação de Parque Histórico e Arqueológico, as áreas de terra medindo, aproximadamente, 1.321 hectares, nos termos do Decreto nº 33.193, de 27 de maio de 1986. Entretanto, o Decreto nº 2.650, de 08 de agosto de 1989, assegurou aos posseiros já cadastrados pela UNEB, o direito de

permanecerem nas respectivas ocupações, observados seus atuais limites, desde que não pratiquem atos que contrariem a finalidade da reserva, nos termos do art. 4º do referido Decreto.

O Decreto nº 20.896, de 19 de novembro de 2021, dispõe sobre a delimitação do Parque Estadual de Canudos, com área medindo 462,0098 ha (quatrocentos e sessenta e dois, vírgula zero, zero, noventa e oito hectares). Determina, ainda, que as terras devolutas remanescentes da área reservada poderão ser objeto de regularização fundiária aos ocupantes que atendam aos requisitos previstos na legislação de terras do Estado da Bahia.

5.3. Reorganização Fundiária do Parque Estadual de Canudos: desafios e perspectivas

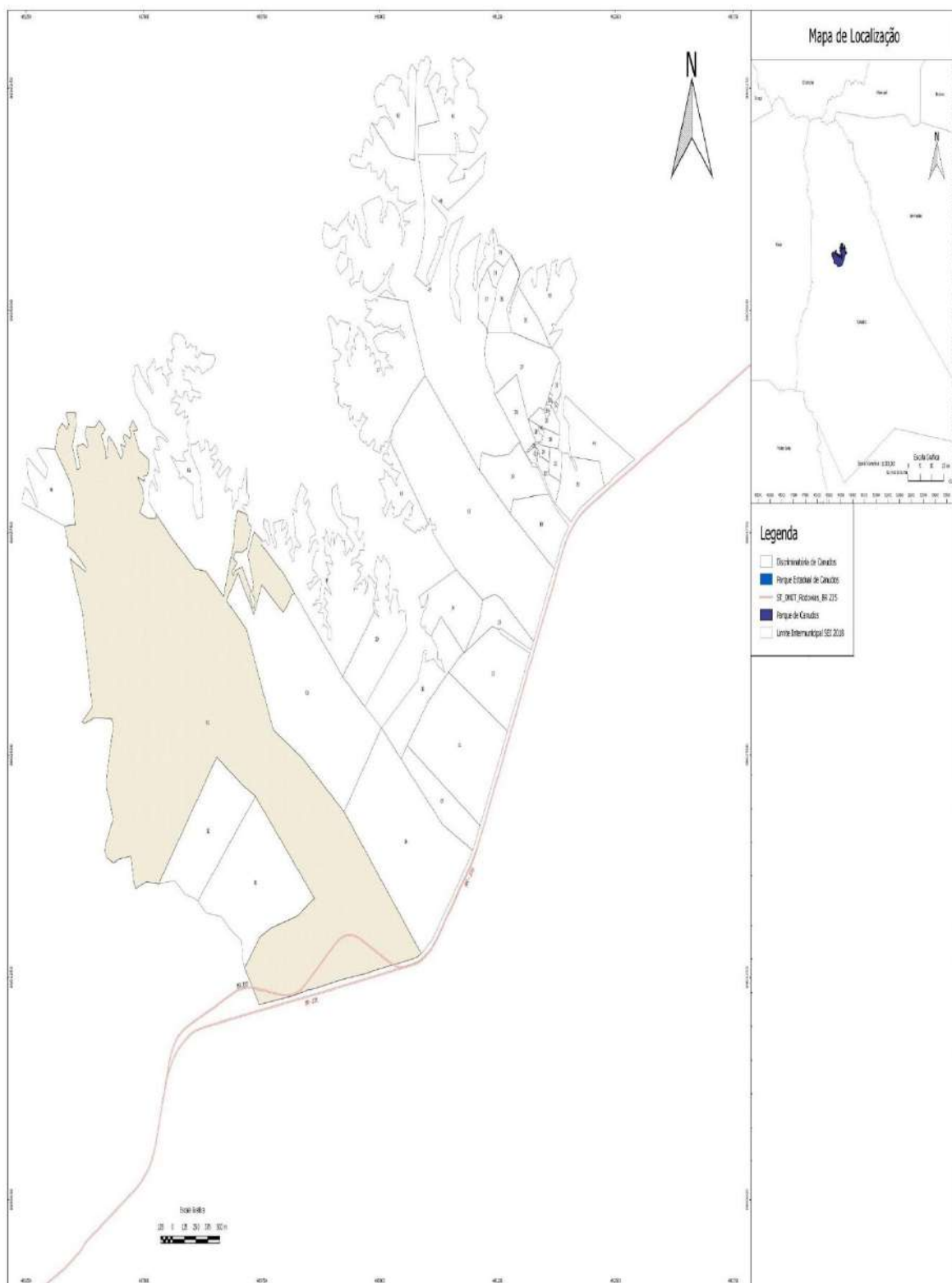
A regularização fundiária da área reservada através de Decreto nº 33.193, de 27 de maio de 1986, para a implantação do Parque Estadual de Canudos, necessitou realizar previamente a delimitação da área a menor, uma vez que a administração da UNEB preconizava uma redução em torno de 2/3 (dois terços) do valor indicado no referido Decreto (1.321 hectares seriam reduzidos para aproximadamente 462 hectares), justificando tal premissa pelas seguintes razões, conforme documento nº 00023008044, constante no Processo SEI nº 0880160014733:

- Técnica: resolução do problema da presença de moradores em uma área preservada, diminuindo a ação antrópica nas áreas de preservação permanente. Ademais, os Decretos não resolveram a questão fundiária, pois não houve desapropriações ou indenizações, e abrangeriam um perímetro não importante para a preservação histórica;
- Legal e humana: regularização fundiária após nova demarcação, possibilitará a emissão dos títulos aos ocupantes;
- Histórico-cultural: a nova configuração permitirá à UNEB focalizar nos estudos e pesquisas com menor dispêndio financeiro;
- Institucional: possibilitar a definição da área necessária para a preservação efetiva dos sítios históricos-arqueológicos e a redução de custos com manutenção e fiscalização.

Em Despacho nº PA/NPMA 256-2020 de 03 de novembro de 2020, a Procuradoria Geral do Estado, no âmbito do Processo em tela, esclarece que não poderá haver regularização fundiária de terras devolutas reservadas pelo Decreto nº 33.193/1986, nesse sentido, indica a

necessidade de estudo da UNEB para a delimitação da área (Mapa 7), desafetando a área reservada eventualmente excedente, mediante a publicação de Decreto do Poder Executivo.

Mapa 7 Discriminatória do Parque Estadual de Canudos - Reorganização Fundiária



Fonte: Processo SEI nº 0880160014733, Relatório CDA/UNEB, mapa modificado, 2015.

A área desafetada será passível de regularização fundiária aos ocupantes que atendam aos requisitos legais da legislação estadual de terras, a seguir:

A Lei Estadual nº 3038/1972, estabelece que se considera invasor quem se apossa de terras públicas reservadas” (Art. 5, § 1º), ou seja, não pode haver regularização fundiária de terras devolutas reservadas pelo Decreto Estadual nº 33.193/1986. Por isto a necessidade do estudo da UNEB para a delimitação da área, desafetando a área reservada eventualmente excedente mediante a publicação de Decreto do Poder Executivo (Processo SEI nº 0880160014733, documento nº 00023772911, 2020).

Nesse sentido, a UNEB/CDA procuraram os líderes do local e firmaram o Termo de Compromisso 20/2013, publicado no DOE de 18.07.2013, com o objetivo de reorganizar a área do PEC, de forma a manter o funcionamento do Parque e reduzir sua área, possibilitando a emissão de títulos de domínio para os posseiros da área desafetada. Foi realizado o cadastramento dos posseiros e o georreferenciamento da área e das posses, totalizando 52 lotes (sendo que 47 lotes beneficiariam 47 famílias e os outros 05 lotes ficariam sob a responsabilidade da Associação de Moradores da Rocinha e Região), conforme o Mapa 7. A reorganização fundiária foi conduzida de forma a desafetar os lotes que não possuíam sítios histórico-arqueológicos do PEC e manter entranhados os lotes que estavam inseridos nos referidos sítios, de forma a garantir a preservação do patrimônio histórico-cultural.

Após a publicação do Decreto nº 20.896, que dispõe sobre a delimitação do Parque Estadual de Canudos, e subsequente desafetação da área reservada excedente, iniciou-se a emissão dos títulos aos ocupantes cadastrados e o cercamento da área do Parque.

Ocorre que no período decorrido entre a assinatura do Termo de Compromisso 20/2013, firmado com os posseiros e a Coordenação de Desenvolvimento Agrário, e a publicação do Decreto nº 20.896, em 20 de novembro de 2021, ocorreram questionamentos quanto ao perímetro dos lotes, que segundo alguns ocupantes da área, estaria a menor, mesmo com a delimitação das respectivas áreas já acordadas no referido Termo. Ademais, surgiram pessoas se apresentando como posseiros, solicitando inclusão no cadastro realizado pela Universidade. Estes fatos controversos têm atrasado a implementação da reorganização fundiária do Parque, resultando em demora na emissão dos títulos e interrupção do processo de cercamento, visto que moradores impediram a continuidade do trabalho da empresa contratada para este fim..

Destarte, alterações a maior em áreas previamente delimitadas, assim como inclusão de mais posseiros com direito à emissão de títulos de propriedade, impactam em redução adicional na área do Parque, já definida e normalizada mediante Decreto Estadual, bem como, em necessárias adequações técnicas e administrativas, além de revogações e decorrentes publicações de novos Decretos.

Importante óbice à consecução da reorganização e regularização fundiária do Parque Estadual de Canudos e dos lotes desentranhados relaciona-se às demarcações de lotes com trechos confrontantes com o açude Cocorobó. Há questionamentos quanto à concessão de títulos de propriedades para os lotes que não atendem à exigência legal de distância mínima das margens da referida represa. A interpelação foi formalizada pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), autarquia federal vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, responsável pela construção o açude Cocorobó entre 1951 e 1967.

A legislação brasileira define a distância mínima das margens de reservatórios e cursos d'água como área de preservação permanente (APP) de acordo com a largura do corpo d'água. O Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) estipula faixas de preservação de 30 a 500 metros. Como a Represa de Cocorobó possui uma base de barragem com 90 metros de largura, a distância mínima de sua margem a ser resguardada será de 100 metros (faixa de largura de 50 a 200 metros).

A referida autarquia mantém atuação em Canudos através de sua unidade de campo na bacia do Rio Vaza-Barris, entretanto, o representante local não tem conhecimento sobre a tramitação e o teor do Processo referente à questão ambiental suscitada.

Impasses também têm sido gerados por proprietários de 02 (duas) glebas confrontantes com o Parque, mediante o condicionamento da realização do cercamento somente após a entrega do título de posse, bem como, no segundo caso, após aumento da área previamente acordada.

A interrupção do processo de cercamento da área do Parque, ocorrida desde final de 2023, mantém os problemas crônicos para a área do Parque, quais sejam: o fluxo de pessoas sem vinculação ao PEC, às suas rotinas administrativas e objetivos; e, principalmente, a livre circulação de rebanhos caprinos e bovinos, que resulta em dano ambiental relevante, notadamente ao bioma Caatinga, com degradação da vegetação nativa e processos de desertificação secundários ao pastejo excessivo e descontrolado, conforme Fotografia 24, a seguir:

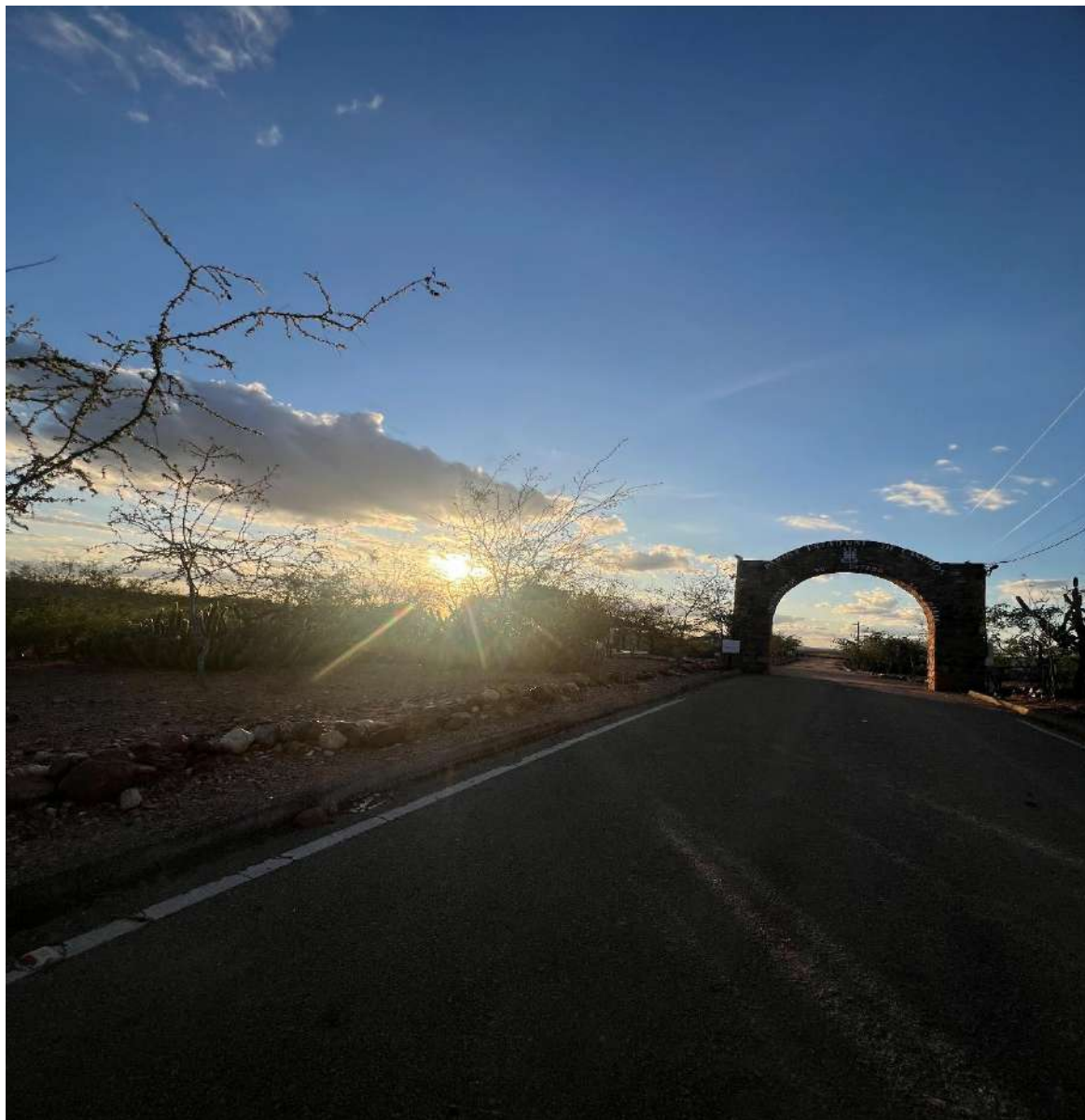
Fotografia 24 - Caprinos criados soltos em área sem cercamento no Parque Estadual de Canudos



Fonte: Própria autora, 2025.

O processo de regularização fundiária, com a decorrente cessão dos títulos de posse, principalmente aos ocupantes das áreas próximas aos equipamentos e sítios históricos do PEC, tem provocado alterações na paisagem, bem como, nas atividades administrativas e de controle de acesso de visitantes empreendidas pela gestão do Parque, com destaque para a criação do *Museu Vó Isabel*, no qual, o espaço para exposição de objetos compreende um cômodo da casa, cujo casal proprietário permanece residindo no local. Ocorre que, apesar de ser um equipamento museal privado e possuir gestão e controle de visitantes independente do Parque, apresenta via de acesso comum, através do Pórtico de Entrada do PEC, conforme fotografia 25, a seguir:

Fotografia 25 – Pórtico de Entrada do Parque Estadual de Canudos.



Fonte: Própria autora, 2025.

Ademais, os ocupantes a partir da regularização fundiária passaram a demandar por serviços básicos de infraestrutura, a exemplo, o fornecimento de energia elétrica. Como o acesso a pelo menos 04 (quatro) lotes confrontantes é feito através do Pórtico de entrada do Parque, o posteamento, realizado pela concessionária de energia para atender a solicitação de um desses proprietários, foi realizado através da entrada comum, alterando definitivamente a paisagem local, conforme fotografia 26, a seguir:

Fotografia 26 – Posteamto na área do Parque Estadual de Canudos para fornecimento de energia elétrica para proprietário confrontante



Fonte: Própria autora, 2025.

Ainda na fase de estudos envolvendo a CDA e a UNEB, foi detectada a emissão do título de posse para o proprietário do lote 05 (cinco), conforme Mapa 7, pelo extinto Instituto de Terras da Bahia (INTERBA), apesar da publicação prévia do Decreto nº 33.193, de 27 de maio de 1986. O referido lote encontra-se no importante sítio histórico-arqueológico do Vale da Morte. O imbróglío em questão foi considerado resolvido desde 2016, após negociações compensatórias entre o proprietário, CDA/UNEB e Prefeitura local. Entretanto, a disputa persiste até a presente data (30/11/2025), impingindo sérias restrições de acesso ao sítio histórico, conforme Fotografias 27 e 28, a seguir:

Fotografia 27 - Barreira impedindo acesso ao marco cemitério militar no Vale da Morte, Parque Estadual de Canudos, Bahia (BR)



Fonte: Própria autora, 2025.

Fotografia 28 - Marco do cemitério militar no Vale da Morte, Parque Estadual de Canudos, Bahia (BR).



Fonte: Própria autora, 2025.

Assim, com a reserva de área e posterior criação do Parque Estadual de Canudos, através dos Decretos Estaduais nº 2.650, de 08/08/1989 (revogou o de nº 33.193, de 27/05/1986) e o de nº 33.333, de 30/06/1986, respectivamente, houve a demanda por uma regularização fundiária,

subsequente a um processo de reorganização fundiária, que compatibilizasse os anseios de ocupantes já instalados na área, mediante emissão de seus títulos de posse, com as demandas da Universidade do Estado da Bahia por uma gestão com mais eficiência e economicidade.

O processo de regularização e reorganização fundiária foi formalizado em 2015, apesar da CDA e UNEB empreenderem esforços desde 2013 com esse fito. Após tramitação por 06 (seis) anos, iniciou-se sua implementação a partir da publicação Decreto nº 20.896, em 20/11/2021, procedendo-se, então, à desafetação da área reservada excedente, com respectiva emissão de títulos aos ocupantes cadastrados e o cercamento da área do Parque.

Entretanto, após 04 (quatro anos) da finalização do processo em tela, os objetivos técnicos, legais, humanos e institucionais que justificaram a proposição da lide por parte da UNEB não foram alcançados, conforme discussão precedente.

Torna-se imprescindível a resolução dos novos impasses criados para que o Parque Estadual de Canudos desempenhe sua função precípua na preservação da memória da Guerra de Canudos mediante a implementação de um turismo histórico-cultural e natural sustentável.

Para tanto, a CDA e UNEB deverão intermediar as discussões entre as partes demandantes, necessariamente pautadas na legislação vigente, mitigando impactos negativos para o processo de gestão administrativa do Parque, bem como, a geração de novos conflitos ambientais e seus reflexos deletérios para a preservação do patrimônio histórico-cultural e natural. Em seguida serão abordados os aspectos ambientais subjacentes ao processo de Reorganização Fundiária empreendida.

5.4. Reorganização Fundiária do Parque Estadual de Canudos: aspectos ambientais e suas implicações para a preservação do patrimônio histórico-cultural e natural vinculado à Guerra de Canudos

A regularização fundiária do Parque Estadual de Canudos envolveu a delimitação prévia de aproximadamente 2/3 (dois terços) da área total reservada, assim, 1.321 hectares foram reduzidos para 462,0098 hectares. Procedeu-se em seguida à desafetação da área excedente, também objeto de regularização fundiária mediante emissão de títulos de posse aos ocupantes da área.

Durante a tramitação do Processo de regularização fundiária do Parque, houve a recomendação inicial da Procuradoria Geral do Estado para que se procedesse uma análise prévia do aspecto ambiental, antes de tratar a questão fundiária, tendo em vista que o Parque foi criado na década de 80, antes da edição da Lei Federal nº 9985/2000, que instituiu o Sistema

Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Assim, o Processo é encaminhado à Diretoria de Unidades de Conservação (DIRUC) vinculada ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA), órgão executor da política ambiental do Estado, para avaliação. Em Nota Técnica nº 01/2018, a Coordenação de Planejamento de Unidades de Conservação (COPLAN/DIRUC/INEMA) formaliza parecer, conforme excertos a seguir com grifos nossos:

[...] o objetivo precípua da criação deste Parque é a preservação dos sítios arqueológicos, históricos e antropológicos (Processo SEI nº 0880160014733, 2016, fl.34).

[...] a despeito da denominação de “Parque Estadual” o PEC não se constitui como unidade de conservação da natureza, pois seu objetivo é distinto de um espaço especialmente protegido que busca conservação da diversidade biológica (Processo SEI nº 0880160014733, 2016, fls.34 e 35).

[...] mesmo tendo por base a legislação à época da criação do PEC, percebe-se que este não se caracterizava pela existência de áreas naturais com atributos ambientais especiais que indicam a constituição de uma unidade de conservação da natureza. (Processo SEI nº 0880160014733, 2016, fl. 35).

[...] a vegetação encontra-se bastante alterada, dificultando uma possível justificativa para a instituição legal de uma unidade de conservação da natureza (Processo SEI nº 0880160014733, 2016, fl. 35).

[...] configura-se uma precipitação enquadrar o Parque Estadual de Canudos - PEC como uma unidade de conservação na categoria Monumento Natural, [...] pois, a instituição do PEC não teve como objetivo a preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, como aponta o SNUC (Processo SEI nº 0880160014733, 2016, fl. 35).

Subsequentemente, a Procuradoria Geral do Estado, em parecer exarado, estaria alinhado à manifestação técnica do INEMA.

Quanto à manifestação do INEMA em sua Nota Técnica acerca da questão ambiental em tela, e posterior compartilhamento vindo da Procuradoria, suscita um confronto de ideias divergentes. Vejamos:

O Decreto nº 33.193/1986, ao criar o Parque Estadual de Canudos, determina em seu artigo 2º, que:

No Parque deverão funcionar Museu, Laboratório de Arqueologia, Estação Experimental de Meteorologia, Escolas Experimentais e outras instituições relacionadas com a preservação da área, envolvendo os *aspectos ecológicos*, arqueológicos, científicos, históricos e educacionais (Bahia, Decreto nº 33.193, de 30 de junho de 1986, DOE, grifo nosso).

Dessa forma, estavam previstos no ato de criação, vários equipamentos e instituições a serem implantados no Parque, relacionados com a preservação da área e envolvendo diversos

aspectos, incluindo os ecológicos. Tal aspecto contrapõe-se frontalmente aos argumentos apresentados na Nota Técnica do INEMA, ao excluir o aspecto ecológico: “*o objetivo precípua da criação deste Parque é a preservação dos sítios arqueológicos, históricos e antropológicos*” (Processo SEI nº 0880160014733, 2016, fl.34).

Edivaldo Boaventura (1996), ao discutir o processo de criação e evolução do Parque Estadual de Canudos em artigo publicado na Revista Canudos, destaca sua importância e objetivos, dentre estes o de *constituir-se em unidade de conservação*. Importa salientar que o referido autor esteve diretamente envolvido na idealização e implantação do Parque, visto que assumia à época o cargo de Secretário de Educação e Cultura, do governo do Estado da Bahia. Vejamos:

[...] tudo isso levou-se em conta para o projeto do parque, que alcança aspectos outros - arqueológico, ecológico e agrônomico -, como unidade de conservação (Boaventura, 1996, pg. 67).

O projeto de construção do parque leva-nos à consideração dos seus objetivos como unidade de conservação, no conjunto do sistema brasileiro de parques, atendendo-se não somente à história, como também às exigências da ecologia do semi-árido baiano (Boaventura, 1996, pg. 71).

Observa-se, portanto, outro dissenso entre as premissas trazidas na Nota Técnica, elencados a seguir, e as referidas ponderações de Boaventura (1996), atinentes à natureza e objetivo do Parque Estadual de Canudos, enquanto Unidade de Conservação.

[...] a despeito da denominação de “Parque Estadual” o PEC não se constitui como unidade de conservação da natureza, pois seu objetivo é distinto de um espaço especialmente protegido que busca conservação da diversidade biológica (Processo SEI nº 0880160014733, 2016, fls.34 e 35).

[...] mesmo tendo por base a legislação à época da criação do PEC, percebe-se que este não se caracterizava pela existência de áreas naturais com atributos ambientais especiais que indicam a constituição de uma unidade de conservação da natureza (Processo SEI nº 0880160014733, 2016, fl. 35).

[...] a vegetação encontra-se bastante alterada, dificultando uma possível justificativa para a instituição legal de uma unidade de conservação da natureza (Processo SEI nº 0880160014733, 2016, fl. 35).

[...] configura-se uma precipitação enquadrar o Parque Estadual de Canudos - PEC como uma unidade de conservação na categoria Monumento Natural, [...] pois, a instituição do PEC não teve como objetivo a preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, como aponta o SNUC (Processo SEI nº 0880160014733, 2016, fl. 35).

Boaventura (1996), “à frente do seu tempo” vislumbrava a dimensão ecológica a ser preconizada para o Parque Estadual de Canudos, sob inspiração histórico-militar, com a peculiaridade de localizar-se no semiárido baiano, e possuir um caráter ao mesmo tempo ecológico e cultural, conforme excertos a seguir:

Sob a inspiração histórico-militar, o Parque de Canudos deverá tomar uma dimensão ecológica, de acordo com o seu projeto (Boaventura, 1996, pg. 73).

Por ser um parque situado no semi-árido, Canudos dá ensanchas para que se conserve a fauna e a flora. Será o encontro da história com a ecologia. Um parque de caráter ao mesmo tempo ecológico e cultural voltado para a conservação da natureza e da história (Boaventura, 1996, pg. 74).

Prosseguindo, o autor supracitado alerta sobre o perigo representado por posseiros e invasores à integridade espacial do Parque, mas acreditava que a reserva legal constituiria garantia para sua permanência: “O parque está decretado, delimitado e visitado por muitos. A reserva legal de terras garante-lhe a existência, mesmo com o perigo dos posseiros e invasores de terras públicas (Boaventura, 1996, pg. 73).

A Procuradoria Geral do Estado, com base na Nota Técnica do INEMA, ao considerar apenas os aspectos culturais e históricos como norteadores da proteção para o Parque Estadual de Canudos e a ausência de características naturais relevantes, submete-o aos preceitos previstos na Lei Estadual nº 8.895/2003, que institui normas de proteção e estímulo à preservação do patrimônio cultural do Estado da Bahia (Processo SEI nº 0880160014733, 2016).

Entretanto, ao utilizarem *a ausência de características naturais relevantes*, como justificativa para a não qualificação do Parque Estadual de Canudos como Unidade de Conservação, escamoteia a singularidade e importância de seu bioma: a Caatinga.

O bioma Caatinga é um dos ecossistemas singulares do mundo, reconhecido por sua grande diversidade biológica e por sua exclusividade territorial brasileira, ocupa cerca de 844 mil km², abrangendo grande parte da região Nordeste do Brasil e pequenos trechos do Estado de Minas Gerais, representando aproximadamente 10% do território nacional (MMA, 2011).

Assim, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente - MMA e do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística IBGE, o bioma também se destaca por sua rica biodiversidade, abrigando aproximadamente 4.963 espécies de plantas e 1.182 espécies animais. Essa rica variedade biológica é essencial tanto para a manutenção de Sistemas Ecológicos quanto para o suporte de uma gama de atividades econômicas, incluindo as agrosilvopastoris e as industriais (MMA, 2022; IBGE, 2019).

A degradação ambiental na Caatinga é um dos maiores desafios para sua conservação. A expansão da fronteira agrícola, principalmente para a criação de gado e cultivo de grãos, como o milho e o feijão, tem levado ao desmatamento em larga escala. Além disso, a produção de carvão vegetal e a extração de lenha, fundamentais para o abastecimento energético de muitas famílias locais, têm intensificado a perda de vegetação nativa (Girão *et al.*, 2012).

Estima-se que cerca de 45% da área original da Caatinga já foi desmatada ou alterada de forma irreversível, o que coloca o bioma em uma situação crítica (MMA, 2011).

Portanto, a conservação da Caatinga é uma prioridade, dada a sua importância ecológica, econômica e social. Entretanto, o bioma ainda é um dos menos protegidos no Brasil (Tabarelli; Silva, 2002). A criação de novas áreas protegidas é essencial para garantir a preservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos do bioma.

Além disso, é necessário fortalecer as políticas públicas voltadas para o manejo sustentável dos recursos naturais, promovendo práticas agroecológicas e agrofloretais que incentivem a recuperação das áreas degradadas e a conservação da vegetação nativa (MMA, 2011).

Segundo o MMA, Brasil (2016), apenas, cerca de 7% da Caatinga se encontram em Unidades de Conservação, sendo que menos de 1% deste percentual, constituem unidades de proteção integral, que são mais restritivas à ação antrópica, como Parques, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas.

Ademais, a implementação de tais Unidades envolve muitos desafios e entraves, como regulamentação fundiária, número deficitário de técnicos, ausência de plano de manejo e conselho gestor ativo, limitações da fiscalização e ausência de programas efetivos de educação e comunicação (Cavalcanti, 2017; MMA, 2016).

O Parque Estadual de Canudos enfrenta desde sua criação, inúmeras dificuldades para sua implementação, até mesmo a definição de sua vocação enquanto Parque de caráter ecológico-cultural com inspiração histórico-militar (Boaventura, 1996); Destacam-se, também:

- problemas com regularização fundiária própria e de posseiros que coabitam na área reservada legalmente; inexistência de Plano de Manejo e respectivo Conselho Gestor;
- restrições orçamentárias para obras de infraestrutura como cercamentos, pavimentação, manutenção de equipamentos prediais; demanda para contratação de pessoal para atividades administrativas, técnicas e vigilância.

Estas dificuldades motivaram, a despeito da questão ambiental subjacente, a proposição da reorganização fundiária com a desafetação de aproximadamente 2/3 (dois terços) da área originalmente reservada, também objeto de regularização fundiária, mediante emissão de títulos de posse aos ocupantes.

Outrossim, a desertificação é um dos efeitos mais visíveis da degradação na Caatinga. O desmatamento, aliado ao manejo inadequado do solo, intensifica os processos de erosão e a perda de nutrientes, resultando na degradação física e química do solo, tornando-o improdutivo. A desertificação afeta aproximadamente 13% do bioma, impactando diretamente a

biodiversidade e as populações humanas (Andrade *et al.*, 2014).

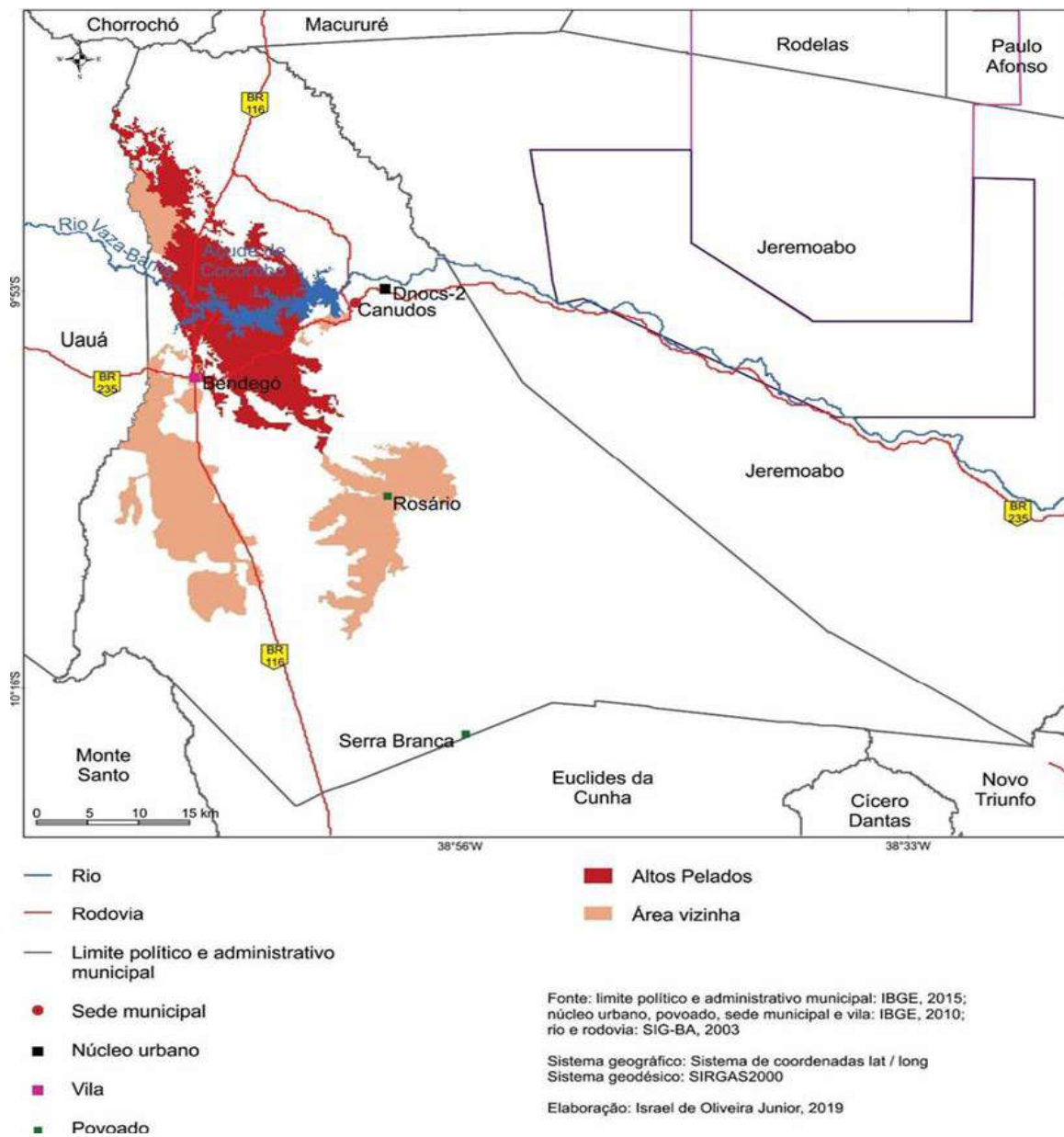
Oliveira Junior (2019) ao empreender estudo cujo objetivo foi analisar o processo de desertificação a partir das condições dos solos, das feições vegetais, da produção agropecuária e outros, definiu o município de Canudos-BA como unidade espacial de estudo, a partir de dados referentes à vulnerabilidade ambiental e índice de pobreza hídrica empregados no contexto da Área Susceptível à Desertificação da Bahia.

A partir do mapeamento do núcleo de desertificação Altos Pelados e da Área Vizinha, identificou-se estas áreas com estágio avançado de deterioração, que se alastram por mais de 531Km² do território canudense.

Na paisagem de Canudos-Ba, a problemática da desertificação se materializa, sobremaneira, nos Altos Pelados. Assinala-se, com isso, a incompatibilidade entre o uso da terra e o ambiente demarcado por climas secos e com especificidades geomorfológicas, hídricas, pedológicas, vegetacionais, sociais e econômicas. Nesse contexto, os resultados tendem a gerar a instabilidade e, por conseguinte, a desertificação (Oliveira Junior, 2019, pg. 284).

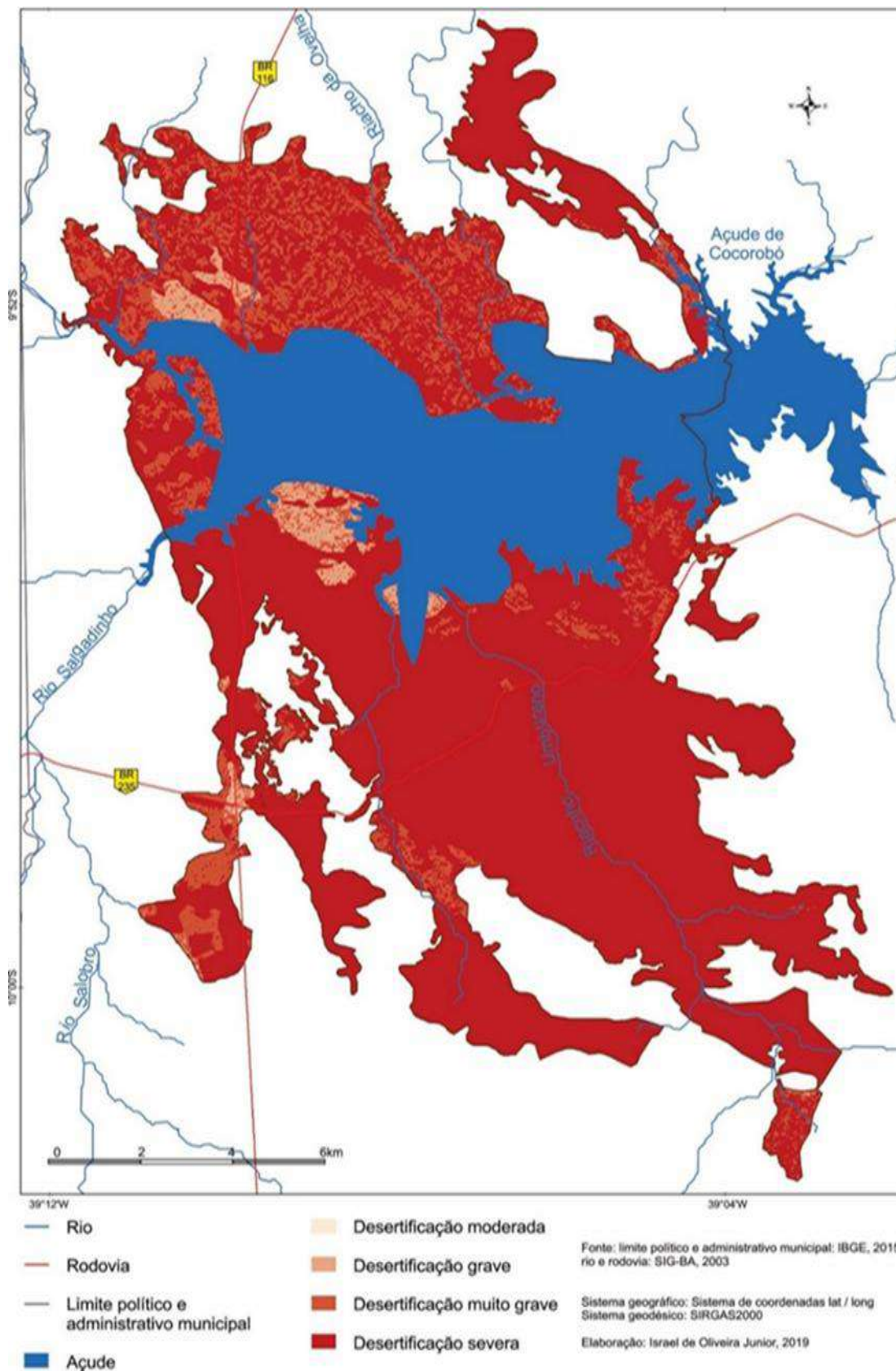
Importante destacar que *a área em processo de desertificação mapeada, denominada de Altos Pelados, é uma das mais antigas de povoamento em Canudos (BA) e se espalha pelo Parque Estadual de Canudos, palco da Guerra fratricida e objeto de nosso estudo. A extensão dos Altos Pelados é de 192,39 km², equivalente a 6,03% do território municipal (Oliveira Junior, 2019), como verificado nos Mapas 8 e 9, a seguir:*

Mapa 8 A desertificação em Canudos-BA: os Altos Pelados e área vizinha de intensa deterioração ambiental



Fonte: Oliveira Junior, 2019.

Mapa 9- A desertificação nos Altos Pelados - Canudos (BA)



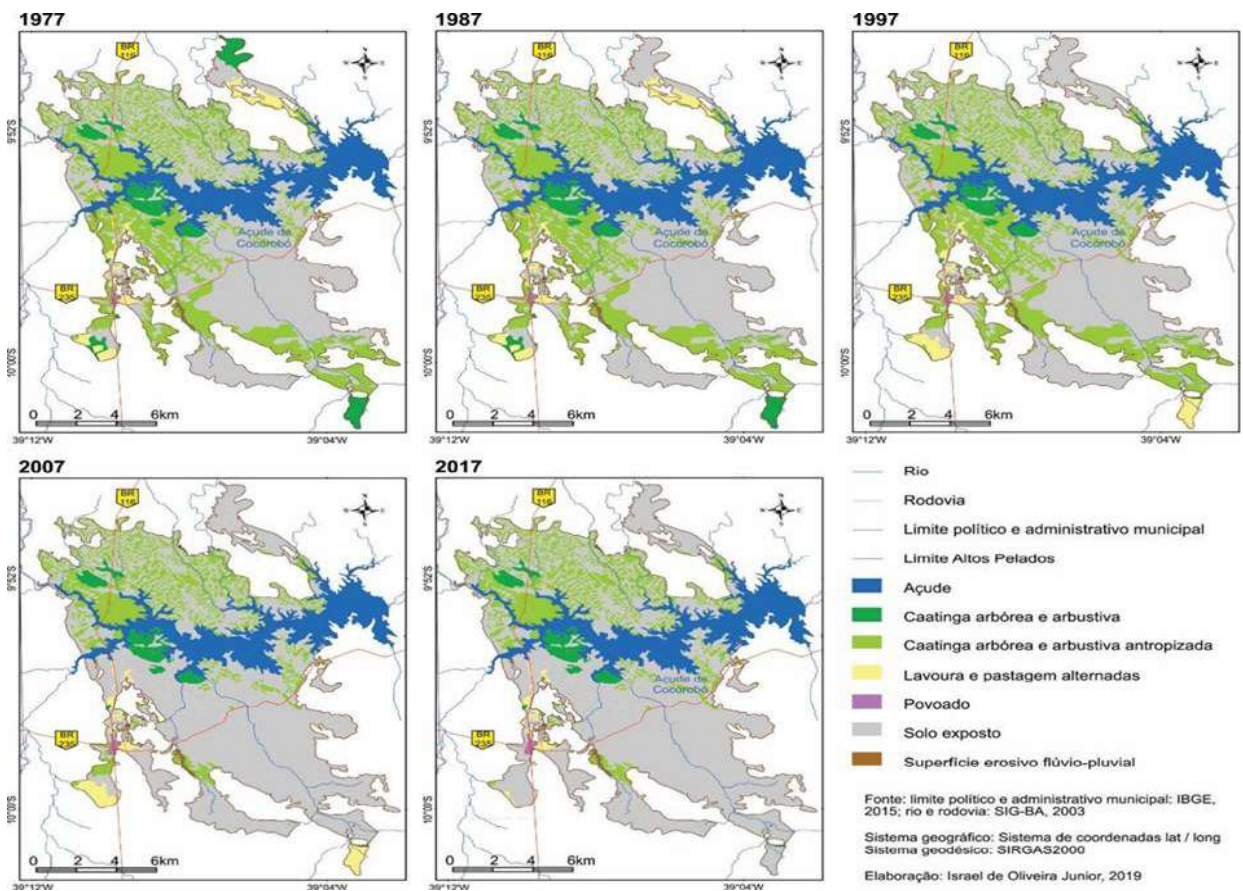
Fonte: Oliveira Junior, 2019.

Ainda segundo Oliveira Junior (2019), houve uma evolução dos limites de Altos Pelados entre as décadas de 1970 e de 2010. O incremento foi favorecido pela pressão ambiental no uso das terras, com amplas repercussões na degradação das feições vegetais e dos solos, segundo o Mapa 10, a seguir:

Hoje, no núcleo, restam poucas áreas recobertas por feições vegetais; as existentes encontram-se com níveis acentuados de antropização e correspondem às pequenas manchas de remanescentes vegetacionais. Se em 1977 existiam 72,07km² de terras com cobertura vegetal, atualmente elas reduziram para 39,92km², e 85,57% dessas estão deterioradas demarcada pela proliferação de apenas uma espécie. A diminuição acentuada de manchas de feições vegetais decorreu entre os anos de 1997 e 2007, quando os valores de perdas equivaleram a 27% (Oliveira Junior, 2019, pg. 300).

O autor, ainda destaca que, em contrapartida, a área de solo exposto ampliou-se em mais de 27,35%, ao relacionar os anos de 1977 e 2017 (Mapa 10) e Fotografia 29, a seguir: Observa-se, portanto, uma relação inversa, na qual, ao aumentar o processo de degradação, as áreas agriculturáveis diminuem.

Mapa 10 Altos Pelados: uso e cobertura da terra entre os anos de 1977 e 2017



Fonte: Oliveira Junior, 2019.

Fotografia 29 - Solo exposto no núcleo Altos Pelados, ao sul do açude de Cocorobó.



Fonte: Israel de Oliveira Junior, fevereiro de 2017 (Oliveira Junior, 2019)

Os rebanhos caprinos e ovinos são relativamente grandes na região de Canudos e o pastejo excessivo representa importante fator de pressão ambiental, sendo a principal causa de degradação ambiental, mesmo em períodos de seca. Como a produtividade das espécies vegetais utilizadas na dieta animal nos Altos Pelados e na Área Vizinha é limitada praticamente pela precipitação pluviométrica, com a vigência de secas ampliam-se as buscas de alimento para os rebanhos, aumentando os fatores de degradação ambiental, generalizando os impactos diretos sobre a vegetação (Oliveira Junior, 2019). Continuando, o autor alerta sobre a necessidade de uma maior observância nas práticas de manejo da pecuária caprina, visando a não intensificação dos fatores de degradação ambiental. Vejamos:

A permanência da pecuária caprina nos Altos Pelados se justifica *per se*, porque é a principal atividade que gera renda populacional e são animais próprios para conviver sobre a rusticidade ambiental. A controvérsia da criação se fundamenta no excesso e descontrolado pastoreio, o que urge medidas de manejo alicerçadas em práticas conservacionistas da caatinga para os Altos Pelados. Em terras de fundo de pasto, o pastoreio é feito coletivamente e, por isso, cabe maior observância nas práticas, para não constituir e nem intensificar fatores de degradação ambiental. Como os animais

caminham livremente, pois não há cercas, eles acessam áreas extremamente frágeis, possuem competência na remoção dos solos das vertentes e contribuem para trilhar caminhos à erosão (Oliveira Junior, 2019, pg. 312).

Ademais, a livre locomoção dos gados bovinos pelas pastagens nos Altos Pelados e Área vizinha pode ocasionar formação de camada superficial enrijecida, que dificulta a infiltração hídrica. Nas áreas de topografias irregulares, favorece escoamento superficial, e erosão. As práticas agrícolas utilizadas nos Altos Pelados, também favorecem o processo de desertificação e precisam ser objeto de atenção, pois, a utilização de máquinas para o preparo do solo, favorecem a compactação e resistência ao crescimento de raízes, provocando mais erosão devido à intensificação do escoamento hídrico superficial. Concluindo, Oliveira Junior (2019), ressalta que os impactos diretos sobre a vegetação e o solo nos Altos de Pelados, notadamente as atividades agropastoris, resultam em erosão acelerada, que representa a maior desencadeadora, do processo de desertificação.

Depreende-se então, que caso o Parque Estadual de Canudos tivesse cumprido a função, à qual foi idealizado, qual seja, como unidade de conservação, poderia ter contribuído para coibir ações antrópicas deletérias, minimizando a vulnerabilidade ambiental. Ressalta-se, assim, a importância representada pela implantação e manutenção de unidades de conservação, notadamente no bioma Caatinga. Tal premissa é recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU), através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente o ODS 15 que trata de três temas principais: as florestas, a desertificação e a diversidade biológica. Na lista das metas estabelecidas para cumprimento do objetivo estão: assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce; promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas; deter o desmatamento; restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento; combater a desertificação; restaurar a terra e o solo degradado (Cavalcanti, 2017, p.2).

Enseja-se que a vocação preconizada por seus idealizadores, possa realizar-se na forma de um Parque que envolva as dimensões ecológica e cultural, orientado para a preservação do patrimônio histórico e natural de Canudos, Bahia.

6. PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS: MÉMORIA, FÉ E RESILIÊNCIA

6.1. Considerações preliminares

A exposição a seguir tomou por base os resultados da pesquisa etnográfica realizada com pessoas da comunidade local, possuindo por objeto de discussão e análise “*Parque Estadual de Canudos: Aspectos socioculturais e econômicos associados ao turismo histórico-cultural sustentável*”.

A proposta de trabalho foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e aprovada em janeiro de 2025 sob número de parecer 7.335.484 (Link:<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>). Foram envolvidos, enquanto participantes, membros adultos das famílias residentes na área demarcada originalmente, quando da criação do Parque, técnicos do órgão ambiental do município e da autarquia federal Departamento Nacional de Obras contra a Secas (DNOCS), lideranças políticas locais, além de 04 (quatro) guias turísticos locais.

Os critérios estabelecidos para a inclusão dos participantes foram: disponibilidade para participação nas oficinas; indivíduos identificados como lideranças pela comunidade; moradores mais antigos na área; maiores de 18 anos. Comunicou-se aos participantes, os termos da pesquisa sobre o direito de desistir, de não participar, e informados dados relacionados à pesquisa e às técnicas de entrevista, Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) utilizando a matriz FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e cartografia participativa. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, e foi solicitada autorização para a produção de imagens e gravações.

Foram realizadas três oficinas em campo, que ocorreram no mês de agosto de 2025, no Memorial Antônio Conselheiro e no próprio Parque Estadual de Canudos, no Alto da Favela e no equipamento denominado Casa dos Saberes Conselheiristas Evandro Teixeira, estrutura térrea, inaugurada em março de 2024, contando com salas espaçosas para reunião, auditório, sanitários e refeitório. O auditório e salas possuem refrigeração. As atividades foram realizadas nos auditórios dos dois equipamentos, que contam com lousa de vidro, projetores, cadeiras com braços e mesas e na estrutura coberta do Alto da Favela. Cada oficina teve a duração de mínimo de 3 (três) horas e máximo de 4 (quatro) horas, e contaram com 20 (vinte) participantes distribuídos entre as oficinas.

O convite foi efetuado com antecedência de 15 quinze dias, através de Ofício assinado pela pesquisadora responsável e pelo Diretor do *Campus* Avançado de Canudos/UNEB.

Inicialmente foram informadas as técnicas de entrevista, Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) utilizando a matriz FOFA, cartografia participativa, estratégias de execução, necessidade de aprovação prévia, além do conhecimento e assinatura dos termos de consentimento pelos participantes.

Nas outras duas oficinas, foram realizadas as técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo, através da Matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), aplicação de entrevistas semiestruturadas. Os pontos relevantes ou de interesse relativos à cartografia participativa, apontados pelos participantes, foram fotografados e georreferenciados, a partir do Global Navigation Satellite System (GNSS), para posterior utilização nos mapas participativos, caracterizando uma adaptação local à técnica.

Nesta pesquisa não há riscos maiores nem danoso à saúde do participante, entretanto, considerando principalmente as Resoluções Nº 510/2016 CNS e a Nº 466/2012 CNS, entre outras, foram adotadas medidas preventivas e cautelares.

Para a análise dos dados obtidos a partir da realização das oficinas de Diagnóstico Rápido Estratégico (Matriz FOFA), cartografia participativa e mediante aplicação da entrevista semiestruturada, será utilizado o método da Ecolinguística, e mais especificamente a Linguística Ecológica para análise do discurso (Albuquerque, 2018; Couto 2013, 2007). Nesta perspectiva, discutiremos Resiliência Ecológica como conceitos-chave para a sustentabilidade.

Com relação aos dados quantitativos, estes serão submetidos a apresentações estatísticas simples e percentuais, com o auxílio do Programa EXCEL - Microsoft 365, quando necessário.

Na seção seguinte são apresentados os dados obtidos a partir do preenchimento da matriz FOFA em oficina específica, realizada no equipamento receptivo do Alto da Favela, com a participação de 16 (dezesesseis) informantes. Em seguida, foram analisados os fatores indicados e apresentadas as estratégias e plano de ação formulados a partir da análise empreendida.

6.2. Matriz FOFA: implementação do turismo histórico-cultural sustentável para o Parque Estadual de Canudos

A aplicação da Matriz FOFA no âmbito da presente pesquisa, objetivou identificar, sob a ótica da comunidade local, as forças e fraquezas internas, bem como as oportunidades e ameaças externas que impactam o Parque Estadual de Canudos. A partir da análise destes dados, foram indicadas estratégias para a implementação do turismo histórico-cultural sustentável.

6.2.1. Matriz FOFA - Parque Estadual de Canudos

Quadro 6 Matriz FOFA

FORTALEZAS	OPORTUNIDADES	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
Riqueza histórica	Geração de Renda	Seca	Ação antrópica
Turismo	Instalação de Posto de saúde	Erosões no solo	Desmatamento
Bioma Caatinga	Instalação de Posto para combate a incêndio	Inexistência de ponto de venda de lanches e água	Risco de incêndios
Poços artesianos	Instalação de extintores de incêndio	Inexistência de Posto para informações turísticas	Vandalismo
Energia solar	Implementação de Turismo sustentável	Manejo inadequado	Queimadas
Cultura	Implementação Programa de Educação ambiental	Turismo desordenado	Implantação dos parques eólicos
Riqueza do semiárido	Capacitação para o turismo	Pouca divulgação das ações	Esquecimento
Açude de Cocorobó	Maior Integração com a comunidade	Infraestrutura deficiente: energia elétrica, água potável, manutenção das vias de acesso	Retirada de artefatos históricos
Presença da UNEB: oferta de cursos e gestão do patrimônio	Implementação do Plano de manejo sustentável		

Fonte: Caderneta de campo da autora, 2025.

6.2.2. Análise integrada e planejamento estratégico

A análise integrada da matriz FOFA do Parque Estadual de Canudos (PEC), considerando o turismo histórico-cultural sustentável, evidencia que a maior força do território é sua singularidade histórico-cultural, marcada pela memória material e imaterial da Guerra de Canudos, pelas ruínas, trincheiras e pelo próprio cenário da resistência sertaneja. Segundo Robrahn-González e Zanettini (1997), a área configura um dos mais importantes sítios arqueológicos bélicos do Brasil, permitindo ao visitante uma imersão em um patrimônio único, cuja interpretação pode fortalecer tanto o turismo de memória quanto programas de educação patrimonial. Essa singularidade se articula também ao patrimônio ambiental do semiárido, pois o parque se situa em região de Caatinga com espécies endêmicas e processos ecológicos característicos (Oliveira Junior, 2019).

Como força adicional, destaca-se a presença institucional da UNEB, que, de acordo com Azevêdo (2009), amplia a oferta de pesquisa, extensão e ações comunitárias, favorecendo a implementação de trilhas interpretativas, guias locais capacitados e atividades de turismo pedagógico. A base de estudos pré-existentes sobre desenvolvimento regional, cartografia social e territorialidades (Acselrad, 2010; Albuquerque, 2018; Azevedo, 2013) reforça esse potencial ao permitir que a narrativa turística seja construída com participação direta da comunidade, valorizando suas percepções e evitando leituras hegemônicas que historicamente marginalizaram a população sertaneja.

Contudo, o PEC apresenta fraquezas estruturais significativas, como a redução de sua área - que passou de aproximadamente 1.321 ha para cerca de 462 ha - e a fragilidade da infraestrutura de visitação, condições que, segundo Oliveira Junior (2019), limitam a eficiência da conservação e dificultam a implementação de roteiros turísticos ambientalmente seguros. Azevêdo (2009) já apontava que a ausência de equipamentos de recepção, sinalização adequada e serviços básicos que comprometem a experiência do visitante e a permanência turística na região, reduzindo sua atratividade frente a outros destinos do Nordeste. Os participantes da oficina ressaltaram a necessidade de estruturas de apoio e segurança como postos fixos de combate a incêndio e atendimento à urgências médicas, local para venda de insumos como água potável e lanches.

Soma-se a isso a baixa institucionalização da participação comunitária em cadeias turísticas formais, uma carência que, como discute Azevedo (2013), resulta em menor retenção de renda local e em dificuldade de consolidação de empreendimentos comunitários. A fragilidade orçamentária, a falta de equipe técnica completa pela gestão pública, ausência de Plano de Manejo, também afetam o Parque, criando descontinuidade de projetos e dificultando ações de longo prazo, ponto observado por Azevedo (2013) em relação às unidades de conservação estaduais do semiárido.

As oportunidades externas, quando alinhadas às forças internas, mostram um cenário favorável ao fortalecimento do turismo regional. O crescente interesse nacional e internacional por turismo de memória, turismo de natureza e experiências culturais autênticas pode beneficiar o PEC, pois o sítio reúne elementos que convergem para todas essas tendências. Para Acosta (2016), o avanço de perspectivas de bem viver e de valorização de identidades territoriais fortalece modelos de turismo baseados na comunidade, com foco em justiça social e sustentabilidade - princípios plenamente aplicáveis a Canudos.

Além disso, políticas públicas recentes voltadas à conservação ambiental e ao turismo de base local podem apoiar intervenções de baixo impacto no Parque, como centros de visitantes

interpretativos e trilhas educativas (Azevedo, 2013). O território ainda possui a vantagem estratégica de integrar-se ao Açude de Cocorobó, que, conforme Santos *et al.* (2014), apresenta forte potencial paisagístico e recreativo, oferecendo a possibilidade de rotas turísticas regionais integradas que contemplem memória, ecologia e cultura sertaneja.

As ameaças externas, entretanto, são amplas e complexas. A principal delas é o avanço da desertificação, resultado de pressões antrópicas, vulnerabilidade climática e degradação ambiental acumulada (Oliveira Junior, 2019). Como ressalta Porto-Gonçalves (2006), o semiárido nordestino é marcado por desigualdades estruturais que afetam diretamente a capacidade de gestão territorial e agravam as tensões entre conservação e desenvolvimento.

No entorno do PEC, práticas como desmatamento, pecuária extensiva e queimadas (Ramos; Oliveira, 2008 *apud* Oliveira Junior, 2019) ampliam o risco de deterioração da paisagem, diminuindo a atratividade turística. Outra ameaça relevante é a mercantilização da memória e a possível banalização do significado histórico da Guerra de Canudos, processo que, segundo Acselrad (2010) e Albuquerque (2018), tende a ocorrer quando agentes externos controlam a narrativa turística sem respeito às territorialidades e às epistemologias locais. A instabilidade política e cortes de recursos na área ambiental também se configuram como ameaças diretas, dada a dependência do Parque de investimentos públicos constantes (Azevedo, 2013).

Ao integrar a leitura da matriz FOFA ao planejamento turístico regional, percebe-se que o PEC pode desempenhar um papel estruturante no desenvolvimento do turismo sertanejo, desde que estratégias de base comunitária sejam priorizadas. Forças como o patrimônio histórico e a presença da universidade permitem neutralizar ameaças como a mercantilização da memória, através de narrativas críticas e participativas que valorizem a resistência sertaneja, como defendem Robrahn-González e Zanettini (1997). Da mesma forma, oportunidades como a expansão do ecoturismo podem superar fraquezas estruturais quando articuladas a projetos de capacitação local, seguindo as recomendações de Azevedo (2009) para fortalecimento das economias comunitárias.

Ao mesmo tempo, fraquezas como a falta de infraestrutura e a limitação territorial do PEC devem ser enfrentadas com soluções de baixo impacto ambiental, alinhadas às recomendações de conservação de Oliveira Junior (2019) e às diretrizes de justiça territorial propostas por Acosta (2016). Assim, a matriz FOFA não apenas descreve o estágio atual do parque, mas delinea um conjunto de possibilidades estratégicas para consolidar o turismo regional, fortalecendo a identidade sertaneja, promovendo o desenvolvimento local e garantindo a conservação ambiental do território.

6.3. Entrevistas com atores locais e a cartografia participativa associada - uma abordagem de Territorialidade Viva para o Parque Estadual de Canudos

6.3.1. Considerações preliminares

A coleta de dados realizada através das entrevistas semiestruturadas e oficinas de e cartografia participativa ocorreram no Memorial Antônio Conselheiro e no próprio Parque Estadual de Canudos, no equipamento denominado Casa dos Saberes Conselheiristas Evandro.

Considerando que a cartografia participativa constitui uma abordagem metodológica que propõe a coprodução do conhecimento geográfico, envolvendo comunidades na elaboração de representações espaciais que expressam suas realidades e territorialidades. Diferentemente da cartografia tradicional, que tende a privilegiar a perspectiva técnico-científica, a cartografia participativa assume o mapa como instrumento discursivo, político e emancipatório, permitindo visualizar conflitos, desigualdades e práticas cotidianas do território (Harley, 2001; Wood, 1992).

Assim, os pontos relevantes ou de interesse relativos à cartografia participativa, apontados pelos participantes, foram fotografados e georreferenciados, a partir do Global Navigation Satellite System (GNSS) para posterior utilização nos mapas participativos, caracterizando uma adaptação local à técnica. As trilhas e visitas aos locais de interesse turístico e histórico foram realizadas com os guias locais, participantes da pesquisa.

A entrevistas seguiram as orientações metodológicas da pesquisa qualitativa, sendo conduzidas com postura ativa e receptiva por parte da pesquisadora, em ambiente acolhedor e favorável à expressão dos participantes. Foram utilizadas perguntas abertas que estimulavam relatos sobre percepções, memórias, conflitos e expectativas relacionadas ao Parque Estadual de Canudos. A análise das entrevistas envolveu transcrição detalhada, incluindo pausas e elementos paralinguísticos, seguida de interpretação que busca captar tanto dados subjetivos quanto elementos objetivos, respeitando critérios de compreensão da realidade, autorreflexão e valorização das experiências dos sujeitos, conforme Batista *et al.* (2017).

Na seção seguinte serão apresentadas as análises e mapas decorrentes dos relatos, experiências e depoimentos, coletados a partir das entrevistas semiestruturadas. Participaram desta etapa os 04 (quatro) guias turísticos locais, 02 (duas) moradoras na área do Parque antes da reestruturação e 01(um) técnico local da autarquia DNOCS.

6.3.2. Análise dos relatos dos guias turísticos – Saberes de Guias

Com relação à experiência em responder entrevista e participar da pesquisa, todos os entrevistados relataram ter participado de outras pesquisas e entrevistas. Ressaltaram a importância de trabalhos e pesquisas que tematizem Canudos, e especialmente que discutam o Parque Estadual de Canudos, seus problemas e potencialidades quanto à implantação de um turismo sustentável que preserve a memória e contribua na geração de renda para a comunidade local.

Quanto aos dados etários e escolaridade, 02 (dois) entrevistados encontravam-se na faixa etária entre 30 e 40 (trinta e quarenta) anos; 01(um) na faixa etária entre 41 e 50 (quarenta e um, e cinquenta) anos; 02 (dois) na faixa etária entre 61 e 80 (sessenta e um, e oitenta) anos; e 01 (um) na faixa etária entre 81 e 90 (oitenta e um, e noventa) anos. Quanto ao nível de escolaridade, 03 (três) entrevistados possuíam nível médio completo; 02 (dois) possuíam nível fundamental I completo; 01(um) possuía nível fundamental II incompleto; e 01 (um) possuía nível superior com mestrado completo, conforme Quadros 7 e 8, a seguir:

Quadro 7- Participantes entrevistados, segundo faixa etária, Canudos, 2025

Participantes	Faixa Etária	Número (N)	Percentual (%)
A; C	30 - 40	02	28,57
D	41 - 50	01	14,29
B; F	59 - 60	02	28,57
G	61 - 80	01	14,29
E	81 - 90	01	14,29
Total		07	100,00

Fonte: Caderneta de campo da autora, agosto 2025

Quadro 8 - Participantes entrevistados, segundo nível de escolaridade, Canudos, 2025

Participantes	Nível de Escolaridade	Número (N)	Percentual (%)
E; F	Fundamental I	02	28,57
B	Fundamental II incompleto	01	14,29
C; D	Médio Completo	03	48,86
A	Superior com mestrado	01	14,29
Total		07	100,00

Fonte: Caderneta de campo da autora, agosto 2025.

Os entrevistados, exceto o técnico local do DNOCS, enfatizaram a descendência “conselheirista”, denotando grande sentimento de pertencimento ao território e à sua história.

Os quatro guias atuam no Parque há no mínimo 13 (treze) anos, quando realizaram capacitação como monitores de turismo, e máximo de 34 (trinta e quatro) anos. Exercem a atividade como guia turístico de forma autônoma, sem vínculo com associação, Prefeitura local ou UNEB. A remuneração, realizada por turistas, depende do roteiro escolhido. Todos exercem outras atividades remuneradas, sendo que dois, em funções administrativas na Universidade, contratados por empresa terceirizada. Dessa forma, ficando disponíveis para guiar aos finais de semana e feriados.

No ano de 2012, a UNEB e a Bahiatursa², promoveram o *Curso de Monitores de Turismo de Canudos - Bahia*. Houve a inscrição de 44 (quarenta e quatro) cursistas, com 23 (vinte e três) concluintes. Atualmente, apenas os 04 (quatro) atuam.

Ao serem questionados sobre as vivências e sentimento com relação ao Parque, relataram sensação de valorização e afeto, pois o PEC preserva a história da Guerra de Canudos e das pessoas do local, além de despertar emoções contraditórios de dor e estímulo para novas lutas, conforme excerto a seguir:

[...] Há um sentimento dúbio em relação ao Parque. Dor, tristeza e uma repulsa pelo que o exército cometeu ali dentro. E quando a gente olha para as imagens expostas nas intervenções artísticas, para as trincheiras conselheiristas, olha para o cruzeiro de D. Izabel, como ela constrói aquilo ali, e que, fitando aquele horizonte, reza por aquelas almas. Aí vem um sentimento de que a luta continua nesse território, de uma outra forma, contra outras engrenagens de um sistema que nos aprisiona, nos tenta matar todo dia, e nós encontramos força naquelas Marias, naquelas mulheres, naqueles homens que lutaram por dignidade, entre outras coisas (Entrevistado A, 20 de agosto, 2025).

[...] costume dizer que até uma postagem que eu faço, sempre coloco a história do meu povo. É o quê me alimenta na trincheira da igualdade. Então essa história do meu povo, do nosso povo, é que nos fortalece a cada dia, então ela é fundamental (Entrevistado B, 20 de agosto, 2025)

[...] com esse trabalho humilde de guia que é um trabalho que eu vou levar para o resto da minha vida, primeiro que era um sonho de criança e honrando a memória da família, pois eu tenho uma descendência tanto por parte do meu pai como por parte de mãe. [...] trabalhar como guia é mais por amor, por contato com a história (Entrevistado C, 21 de agosto, 2025).

Observa-se um discurso marcado por memórias, afetos, conflitos e relações de poder. O Parque não é apenas um limite geográfico; é um território vivido, afetivo e ancestral, onde cada

² A Bahiatursa (Empresa de Turismo da Bahia S.A.), foi substituída pela Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (Sufotur), órgão vinculado à Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR).

trilha e cada elemento natural está carregado de história familiar e de pertença: “Somos todos descendentes conselheiristas (entrevistado A)”. Esse entendimento está profundamente alinhado com a noção de territorialidade vivida, discutida por Porto-Gonçalves (2006), segundo a qual o mapa deve emergir do modo como as pessoas experienciam e significam o lugar. Ademais, O território, representado pelo Parque Estadual de Canudos (T), constitui o meio no qual as interações linguísticas (língua - L) entre os indivíduos da comunidade (Povo - P) e entre os vários ecossistemas, resultaram nos processos de adaptação às mudanças e desafios enfrentados, bem como a necessidade de preservação da memória de lutas pretéritas e das cotidianas.

Por fim, identificamos nos trechos destacados, aquilo que Acselrad (2010) identifica como cartografias sociais da resistência: articulando memória, identidade, justiça territorial e planejamento comunitário.

Quanto ao questionamento sobre o turismo realizado atualmente no Parque Estadual de Canudos, sua classificação e caracterização quanto aos equipamentos, rotas e atividades realizadas, os entrevistados prestaram as seguintes informações: Ocorre demanda espontânea e sazonal de visitas ao longo do ano, vinculada ao calendário escolar, geralmente entre março e novembro e são previamente agendadas, de excursões, e pesquisadores. Há incrementos em virtude de eventos religiosos (romarias, Santo Antônio) e culturais (Feira Internacional Literária - FLICAN).

Segundo os informantes, o turismo praticado atualmente no PEC é classificado prioritariamente como *histórico-pedagógico* (intervenções com poesia); *ecológico* (observação de aves, contextualiza-se o bioma Caatinga com a estratégias de defesa conselheirista, fauna e flora da Caatinga); e, *etnográfico* (visitas às comunidades de fundo de pasto, cultura sertaneja). Os roteiros mais comumente realizados incluem as trilhas interpretativas com os cenários criados pelo documentarista Claude Santos (Chapada dos Equívocos; Memorialistas, Oiteiro das Marias, Alto das Memórias); os sítios históricos (Alto da Favela, Vale da Morte, Fazenda Velha, Altos Pelados, Hospital de Sangue); Museu Casa de Vó Izabel. Há consenso quanto ao período, em torno de 3 (três) horas, ser insuficiente para a visitação. Não há rotina preestabelecida para a visita guiada. As iniciativas de educação patrimonial incluem orientações prestadas pelos próprios guias com relação aos cuidados com deposição inadequada de lixo, não retirada de artefatos ou outros materiais e cuidados quanto à prevenção de incêndios.

Quanto à adequação em número e condições de manutenção dos equipamentos turísticos e receptivos do Parque Estadual de Canudos, foram apontadas as seguintes informações: manutenção deficiente das estradas e acessos no interior do Parque, notadamente após períodos

de chuva; placas indicadoras e sinalizações apagadas pela exposição ao sol (Fotografias 30 e 31, a seguir); Pontos insuficientes para descanso (conforto) dos visitantes, principalmente nos trechos mais íngremes; lixeiras inadequadas, pois não possuem tampa e são confeccionados com fibra vegetal (cipó); ausência de infraestrutura elétrica e de internet; inexistência de material informativo para visitantes (folders, roteiros); banheiros em número insuficiente; regulamentação de acesso ao Parque necessita ser mais criteriosa; pessoal técnico em número insuficiente para as atividades desenvolvidas no Parque; Ausência de infraestrutura de combate a incêndio e de apoio ao visitante. Estas informações foram sistematizadas no Quadro 9, a seguir:

Fotografia 30 - Manutenção deficiente de vias e acessos no interior do Parque Estadual de Canudos, Bahia (BR)



Fonte: Própria autora, 2025.

Fotografia 31 - Manutenção deficiente de placas indicadoras e sinalizadoras, apagadas por exposição demasiada ao sol



Fonte: autoria própria, agosto de 2025.

Quadro 9 Adequação e condições de manutenção dos equipamentos receptivos no PEC

CARACTERIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS RECEPTIVOS DO PEC QUANTO À ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO	
Manutenção deficiente das estradas e acessos no interior do Parque	Inexistência de material informativo para visitantes (folders, roteiros)
Placas indicadoras e sinalizações apagadas pela exposição ao sol	Banheiros em número insuficiente
Pontos insuficientes para descanso (conforto) dos visitantes, principalmente nos trechos mais íngremes	Ausência de infraestrutura de combate a incêndio e de apoio ao visitante.
Lixeiras inadequadas por não possuírem tampa e serem confeccionados com fibra vegetal (cipó);	Regulamentação de acesso ao Parque necessita ser mais criteriosa
Ausência de infraestrutura elétrica e de internet.	Pessoal técnico em número insuficiente para as atividades desenvolvidas no PEC

Fonte: Caderneta de campo da autora, agosto 2025.

Quanto às ações ou atividades indicadas para a resolução dos problemas destacados ou melhoria do turismo realizado no Parque, os guias fizeram sugestões, que serão listadas a seguir: implantação de pontos de conforto com bancos e pequenas coberturas, principalmente nas trilhas mais íngremes; manutenção regular das estradas e vias no interior do Parque, com destaque para a estrada de Massacará; confecção e impressão de material com informações turísticas sobre o PEC; maior controle e detalhamento no registro de visitantes; criação de regulamentos internos quando ao acesso de visitantes sem o acompanhamento de guias turísticos; substituições regulares de placas e sinalizações; implantação de sinalização externa indicando a entrada do Parque; promover o recatingamento das áreas mais desmatadas no interior do Parque, utilizando em especial a faveleira (*Cnidocolus quercifolius*), visto ser objeto de interesse por parte dos visitantes no Alto da Favela; e por fim, ensejar um maior envolvimento e mobilização dos órgãos públicos de educação e turismo, municipais e estaduais, em ações de divulgação e apoio ao turismo histórico-cultural de Canudos e do PEC.

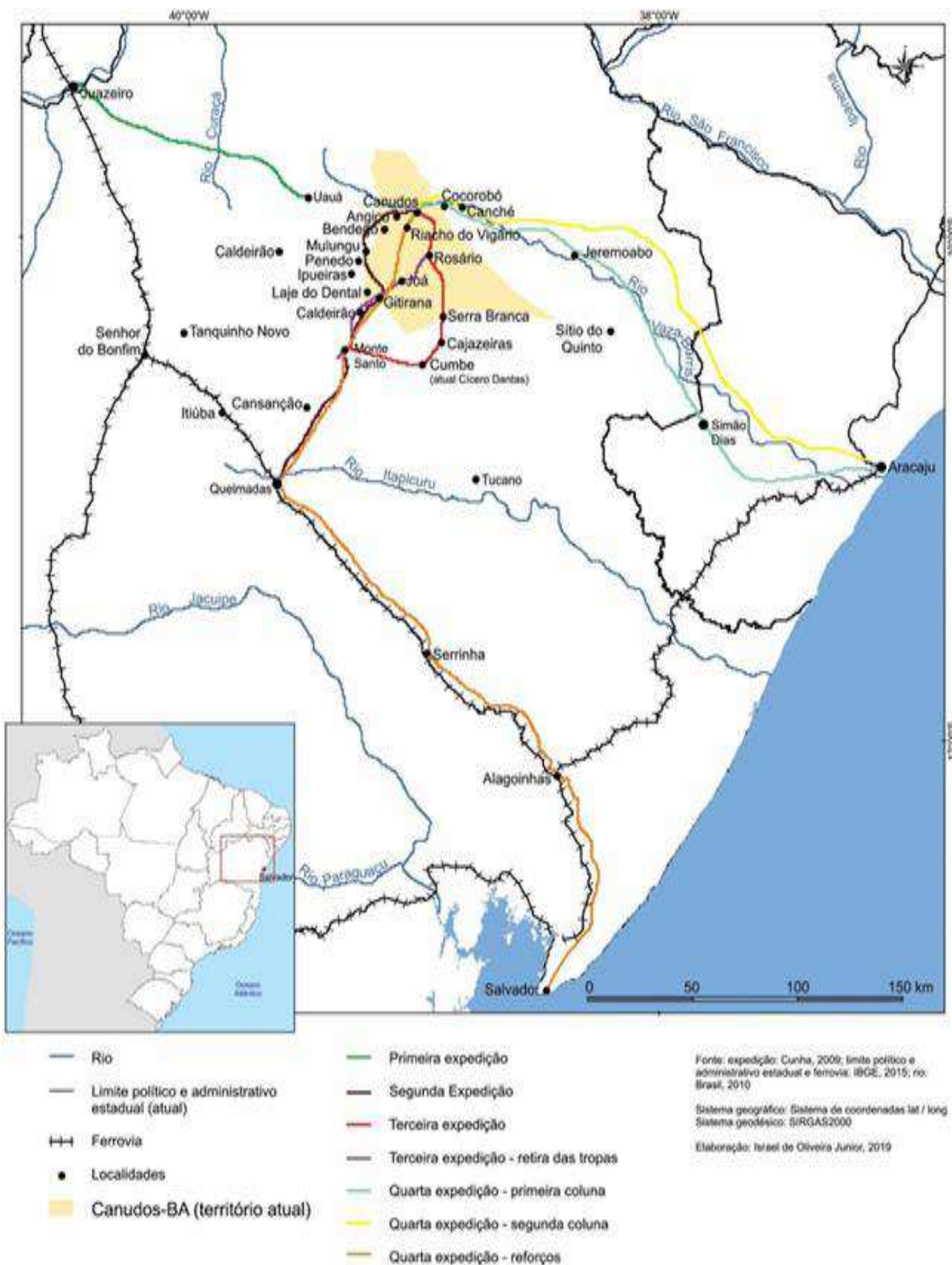
Dentre as ações visando a melhoria do turismo realizado no PEC, houve a sugestão de realização de novos roteiros, de caráter cênico, ecológico e histórico, vinculados à Guerra de Canudos e à preservação da memória coletiva, com destaque para os roteiros “Caminhos das Quatro Expedições” e o “Veredas da Resistência”, em virtude da indicação unânime por parte dos guias entrevistados, conforme Quadro 10 e Mapas 11 e 12, a seguir:

Quadro 10 - Novos Roteiros Turísticos sugeridos para o Parque Estadual de Canudos

Veredas da Resistência: Parque Estadual de Canudos até Juazeiro (combate de Uauá)
Pedreira > Casa da Farinha > Toca da arara-azul-de-lear (<i>Anodorrhynchus leari</i>)
Trilha do Vale da Morte: Rio Umburanas > Vale da Morte > Alto da Favela
Roteiro Caminhos das Quatro Expedições
Fazenda Velha (cruz de Moreira César) > Rio Umburanas > Vale da Morte > Alto da Favela

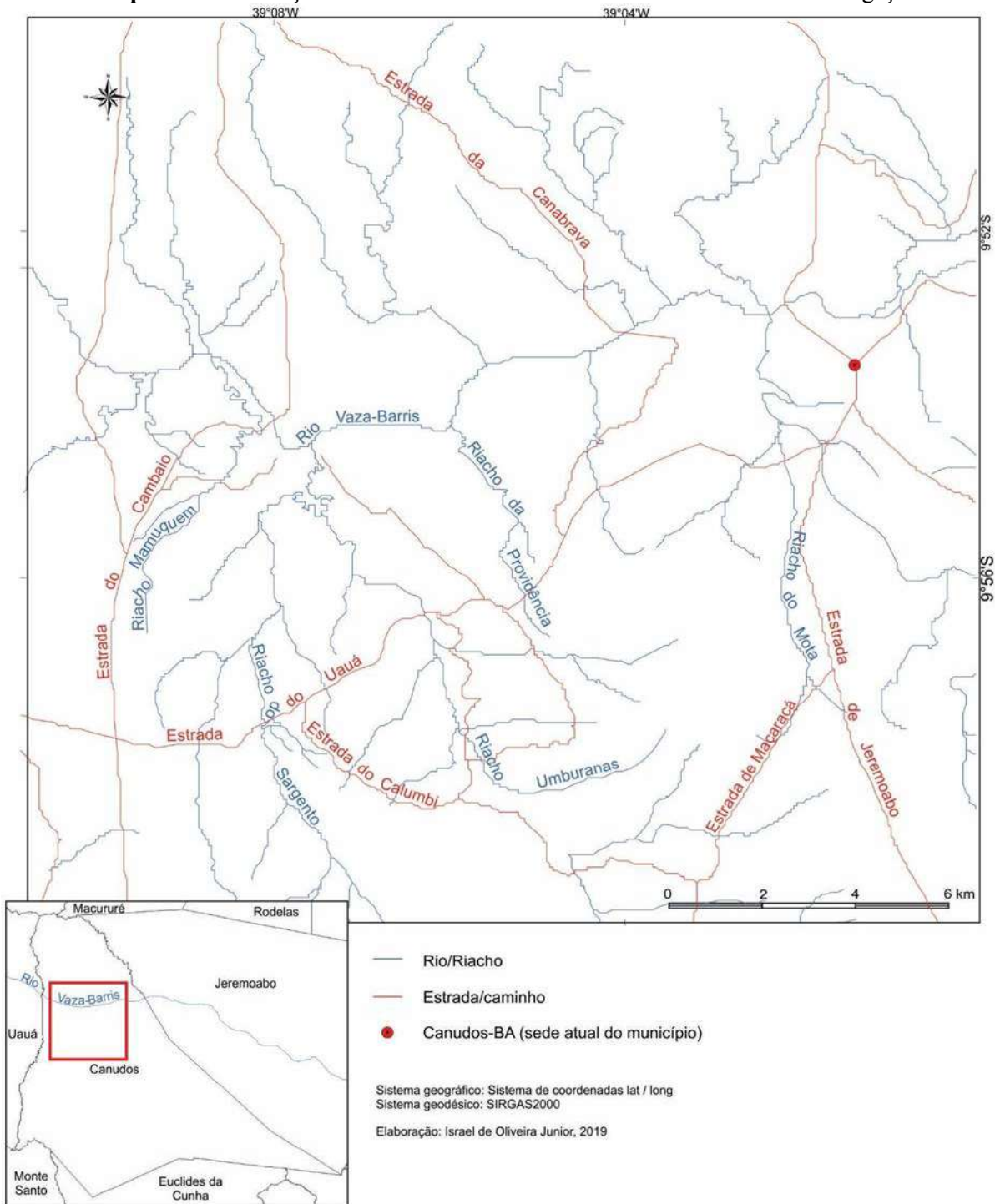
Fonte: Caderneta de campo da autora, agosto 2025.

Mapa 11 - Guerra de Canudos: as rotas das expedições militares



Fonte: Oliveira Junior, 2019.

Mapa 12 - Localização do arraial de Canudos: os rios e os caminhos de interligação



Fonte: Oliveira Junior, 2019.

Sugestões de novas trilhas e roteiros, reivindicações por inclusão comunitária, demandas por infraestrutura e valorização das famílias guardiãs do território, portanto, apontam para uma territorialidade que não é estática, mas projetiva, voltada para o futuro do Parque e das comunidades.

Ao serem questionados sobre a identificação de riscos ou problemas na atividade

turística realizada, para a manutenção e preservação do Parque, narraram problemas relacionados à ocorrência de visitação sem o acompanhamento de guias; riscos de incêndios; vandalismos, retirada de artefatos e crimes ambientais contra a fauna e flora da Caatinga.

Entretanto, admitiram que os prejuízos ao Parque e à sua preservação foram mais graves em períodos pretéritos, conforme excerto a seguir:

[...] isso estava prejudicando há muito tempo, vinham muitos romeiros, cerca de 1200 (mil e duzentos). Então prejudicou muito, tanto na área de desmatamento como nos acervos que existiam, como balas, vestígios que eram levados. Hoje diminuíram estes problemas porque as romarias deixaram de existir lá, além do serviço de vigilância no Parque e ações de conscientização.

[...] a questão da melhoria com relação ao lixo, com relação ao recatingamento, são ações e atividades que podemos sugerir a gestão, como também contribuirmos diretamente para melhorar esses pontos negativos (Entrevistado D, 21 de agosto, 2025.)

Verificamos, nas narrativas apresentadas, não apenas a mera descrição da estrutura física do espaço, mas também os sentidos simbólicos, afetivos e históricos que as pessoas atribuem ao lugar. Ao discorrerem sobre suas vivências como guias informais, inserem suas rotas afetivas, memórias familiares, e práticas cotidianas de cuidado com o Parque. Isso corresponde diretamente ao que Porto-Gonçalves (2006) chama de territorialidade vivida: um território entendido pela experiência, pela caminhada e pela história compartilhada.

Ademais, evidencia camadas que não aparecem nas representações institucionais do Parque. Destacam-se, por exemplo, o impacto negativo das romarias antigas - com desmatamento e retirada de vestígios -, a necessidade de maior divulgação turística, as limitações estruturais (equipamentos, sinalização e rotas), e a relevância do turismo histórico e ecológico para a educação patrimonial. Essas percepções, compartilhadas pelos quatro guias entrevistados, têm implicações políticas: revelam a insuficiência da gestão estatal e reafirmam o papel central das comunidades locais na preservação do Parque.

Por fim, os discursos em tela possuem uma dimensão propositiva típica dos processos ecossistêmicos adaptativos (Albuquerque, 2021; Couto, 2007) e resilientes (Kavouras e Meireles 2024): eles apontam caminhos de transformação. Os entrevistados ao sugerirem novas trilhas, a necessidade de rotas mais longas, maior organização das visitas, melhores condições de infraestrutura, inclusão de ações pedagógicas e ampliação da interpretação histórica, apontam para mudança e renovação. Além de tudo, identificam riscos (como visitantes sem acompanhamento de guias e danos ao patrimônio), mas também oportunidades, especialmente na articulação entre turismo, educação e memória histórica. Assim, a proposição conjunta é, simultaneamente, uma narrativa territorial e um projeto político de cuidado, enraizado na

identidade, na memória de família e na responsabilidade intergeracional de preservar Canudos, porque articula três dimensões fundamentais: memória histórica, interpretação política do território e prática pedagógica.

Assim, o Parque Estadual de Canudos não é apenas um espaço físico ou turístico, mas o lugar onde a história do povo sertanejo - especialmente a memória da Guerra de Canudos - continua viva e atuante. Esse ponto central dialoga diretamente com Harley (2001), que afirma que mapas são instrumentos de poder porque organizam a memória coletiva e moldam o modo como uma sociedade entende seu passado. Ao mapear as trincheiras, a Chapada dos Equívocos, o Alto da Favela, os antigos acampamentos militares e a estrutura ecológica da Caatinga, constroem um mapa insurgente que reinterpreta Canudos não como ruína, mas como resistência ativa. Como argumenta Wood (1992), cartografias participativas têm a função política de reequilibrar narrativas, permitindo que aqueles que vivem e conhecem o território, o representem a partir de suas próprias experiências. Dessa forma, o mapa não apenas registra trilhas e pontos históricos; ele denuncia riscos, fragilidades e injustiças e reivindica práticas mais éticas, educativas e controladas de visitação, dessa forma, o turismo é ferramenta de educação, de justiça histórica e de fortalecimento identitário.

No conjunto das narrativas, o Parque Estadual de Canudos deixa de ser apenas um recorte geográfico delimitado por decreto e passa a ser um território vivido, carregado de memórias ancestrais, práticas cotidianas, conflitos fundiários, rotas históricas, afetos e sofrimentos transmitidos intergeracionalmente. Esse tipo de mapeamento corresponde ao que Porto-Gonçalves (2006) denomina territorialidade vivida, isto é, a forma como o espaço existe para quem o habita, o cuida e o interpreta pela experiência. Construção de uma memória coletiva e de um projeto territorial compartilhado, que articula passado, presente e futuro do Parque Estadual de Canudos sob a perspectiva daqueles que efetivamente o habitam, o preservam e o significam.

6.3.3. Análise dos relatos de moradores no entorno do Parque Estadual de Canudos e do técnico da autarquia DNOCS: impactos da reestruturação fundiária do PEC

O Decreto nº 33.193, de 27 de maio de 1986, declarou reservada as áreas de terra devolutas, medindo, aproximadamente, 1.321 hectares, situada no Município de Canudos (BA), para fins de implantação de Parque Histórico e Arqueológico de Canudos.

O Decreto nº 33.333, de 30 de junho de 1986, cria o Parque Estadual de Canudos e autoriza a UNEB a adotar todas as providências necessárias à construção do Parque, inclusive,

delimitando a respectiva área.

O Decreto nº 33.193, de 27 de maio de 1986, que declarou reservadas as áreas de terra devolutas para fins de implantação do Parque, foi revogado pelo Decreto nº 2.650, de 08 de agosto de 1989, que declarou reservada, para fins de implantação de Parque Histórico e Arqueológico, as áreas de terra medindo, aproximadamente, 1.321 hectares, nos termos do Decreto nº 33.193, de 27 de maio de 1986. Entretanto, o Decreto nº 2.650, de 08 de agosto de 1989, *assegurou aos posseiros já cadastrados pela UNEB, o direito de permanecerem nas respectivas ocupações, observados seus atuais limites, desde que não pratiquem atos que contrariem a finalidade da reserva, nos termos do art. 4º do referido Decreto.*

Assim, 04 (quatro) famílias permaneceram morando em áreas próximas aos equipamentos receptivos do Parque e aos sítios históricos e arqueológicos, além dos ocupantes da comunidade da Rocinha, distante das referidas áreas. Importa também ressaltar, que o proprietário do Lote 05 (cinco) possui título de posse, emitido pelo extinto INTERBA, após a reserva das terras devolutas, constituindo sério conflito fundiário e ambiental, ainda carente de resolução, pelo fato de estar inserido no sítio histórico e arqueológico do Vale da Morte.

O Decreto nº 20.896, de 19 de novembro de 2021, dispõe sobre a delimitação do Parque Estadual de Canudos, com área medindo 462,0098 ha (quatrocentos e sessenta e dois, vírgula zero, zero, noventa e oito hectares) e determina, ainda, que as terras devolutas remanescentes da área reservada poderão ser objeto de regularização fundiária aos ocupantes que atendam aos requisitos previstos na legislação de terras do Estado da Bahia.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) tem forte ligação histórica e operacional com Canudos. Mantém uma unidade de campo na região (Unidade de Campo da Bacia do Vaza-Barris), que atua no uso das águas e na irrigação para a agricultura local. Grande área de terras devolutas vinculadas ao Parque a partir do Decreto nº 33.193, de 27 de maio de 1986 e posteriormente desafetada pelo Decreto nº 20.896, de 19 de novembro de 2021, margeiam o açude de Cocorobó.

Tomando por base tais premissas, procedeu-se, então, coleta de dados mediante realização de entrevistas com componentes de duas famílias que moram nas proximidades dos equipamentos receptivos e sítios históricos, ainda denominados *moradores do Parque* e com um técnico do DNOCS sediado em Canudos.

A moradora F possui 58 (cinquenta e oito) anos, reside em área contígua ao Parque há 41 anos, após casar-se. Teve duas filhas, que viveram no Parque até a idade escolar, quando passaram a residir no centro de Canudos. Acompanhava a sogra, D. Isabel de Régis, nas orações do Cruzeiro. Atualmente, reside apenas com o esposo. A casa na qual habitam, abriga desde

10/06/2024, o *Museu Casa de Vó Izabel*, idealizado por descendentes de D. Izabel de Régis em 2012, conforme Fotografia 32, a seguir.

Fotografia 32 - Museu Casa de Vó Izabel, Canudos, Bahia (BR)



Fonte: Própria autora, 2025.

Ao ser questionada sobre o cotidiano, a vida em família, relata as dificuldades para educar formalmente os filhos, que necessitaram residir na zona urbana de Canudos para concluírem o nível médio de escolaridade. Descreve, também, uma rotina exaustiva de trabalhos domésticos, e que tem conciliado com a recepção de visitantes, quando necessário. Sugere melhoria na infraestrutura do Alto da Favela e construção de uma pequena igreja ao lado do Cruzeiro, conforme excerto a seguir:

[...] as meninas foram criadas aqui, mas estudo e trabalho está em canudos.

[...] O Museu Casa de Vó Izabel é uma novidade e tem sido muito visitado. Têm dias que recebemos dois ônibus. É muita gente e aqui é só a sala.....

[...] Como sugestão para melhoria, deveria ter mais banheiros no Alto da Favela e uma pequena igreja ao lado do Cruzeiro para celebrações
(Entrevistada F, 21 de agosto de 2025).

Observa-se que o discurso de F, não se relaciona com o Parque a partir de categorias técnicas ou institucionais, mas sim através da experiência cotidiana, do casamento, da convivência com a sogra, da vida construída ao longo de décadas dentro do território. Para Harley, revelando “as geografias silenciosas”, isto é, aquilo que não aparece nas representações

oficiais: os afetos, os vínculos comunitários, o cuidado doméstico, o trabalho invisível. Sua casa, o entorno imediato, a trilha do cruzeiro, a capela e a rotina de manutenção do espaço se tornam pontos cartográficos fundamentais.

Do ponto de vista epistemológico, a narrativa evidencia dimensões que as cartografias institucionais costumam apagar: o esforço cotidiano de roçar, limpar, manter, acolher visitantes, a preocupação com a segurança, a memória das dores e da violência da guerra, e a percepção clara de que o Parque só existe porque há famílias - sobretudo mulheres - que sustentam sua preservação há décadas. Essa perspectiva é coerente com Wood (1992), para quem toda comunidade produz seus próprios mapas mesmo sem papel ou coordenadas: mapas corporais, afetivos e práticos que orientam a vida e reivindicam reconhecimento.

Destarte, o discurso analisado incorpora aquilo que Acselrad (2010) chama de cartografias da dignidade: representações que emergem da fala de sujeitos historicamente invisibilizados - mulheres idosas, guardiãs da memória - e que ressignificam o espaço a partir das experiências de cuidado, sofrimento, fé e resistência. Suas sugestões de melhoria (infraestrutura receptiva para o turista, igreja ao lado do Cruzeiro onde D. Isabel rezava), seu desejo por mais beleza, e sua visão espiritualizada do território, projetam uma leitura do Parque que é comunitária e sensível. Assim, sua narrativa não apenas descreve o território: ela testemunha a memória encarnada de Canudos e reafirma o papel das mulheres como pilares da preservação simbólica e material do lugar.

A moradora E possui 85 (oitenta e cinco) anos, reside em área contígua ao Parque desde que nasceu. Casou-se com 15 anos e teve 05 (cinco) filhos, dos quais, 03 faleceram ainda crianças. Morou em Feira de Santana alguns anos, retornando após a viuvez. Exercia atividades autônomas vinculadas ao comércio (revendia confecções, bolos e doces, leite *in natura*). Atualmente reside com os filhos, sendo que um é tetraplégico.

A entrevistada ao ser inquirida sobre a atividade turística no PEC, questiona a motivação para a visita ao Parque, desqualificando-a. Enaltece o “rio bonito de Sobradinho, águas bonitas, grama bonita” e no Parque de Canudos, apenas luta e guerra. A moradora relata que realizou várias viagens para São Paulo devido ao comércio de confecções, e sonha em viajar para o exterior.

Em contraposição, refere saudade dos pais, enaltece o ar sadio e o “frio gostoso pela manhã”, além da paz e da vida tranquila que usufrui no local de morada. Demonstra nostalgia ao relatar as brincadeiras de criança e os banhos de rio, conforme trechos a seguir:

[...] moro aqui no Parque desde quando eu nasci já tem na faixa de 85 anos. Vivo aqui, sempre aqui nesta casa. Vivo com dois filhos.

[...] fico até assim, o que é que o pessoal vem fazer aqui? eu sempre vou ali no sobradinho, e eu vejo tanta coisa bonita, aquele rio muito bonito sobradinho, eu vejo tanta coisa bonita ali, e aqui eu não vejo benfeitoria de nada.

[...] por aqui mesmo que não tem aqueles plantios bonitos, aquelas águas bonitas, grama bonita, e o do Parque toda a luta que houve na guerra, é tudo isso que há....

[...] caminhava assim, ia tomar banho no rio, brincar de corda, pular corda. gosto daqui, sinto saudades de meus pais, aqui é um ar muito sadio graças a Deus, aquele ar que a gente sente de manhã quando levanta, friozinho e gostoso. [...] aqui tem paz e a vida é tranquila

[...] até a gente vai pegar lá todos os documentos aqui da terra. Prejudicou com essa coisa da cerca, e o acesso é só por aqui não tem acesso por outro canto

(Entrevistada E, 21 de agosto, 2025).

O discurso da entrevistada E revela dimensões do território que ultrapassam sua materialidade geográfica e refletem sobretudo as memórias, afetos e vivências cotidianas. Moradora do parque desde que nasceu, transforma o território em uma extensão de sua própria biografia. Na mensagem que emerge de sua fala, os pontos importantes não são apenas marcos oficiais, mas lugares de vida: a casa onde cresceu, os caminhos onde brincava, o rio onde tomava banho, o ar frio da manhã, as lembranças familiares da guerra. É o que Porto-Gonçalves (2006) denominaria de território existencial, no qual o espaço não é medido por coordenadas, mas pela intensidade da experiência vivida.

A percepção da ausência de benfeitorias, o contraste entre a beleza de Sobradinho e a falta de cuidados no Parque, a fragilidade da infraestrutura, a presença de turistas desorientados e a importância das famílias como guardiãs silenciosas do lugar, traduzem o anseio por mudanças e melhorias. Sua narrativa mostra que o Parque, tal como é administrado, não contempla plenamente as necessidades de quem mora ali. E, como destaca Wood (1992), mapas participativos funcionam precisamente como instrumentos políticos que desafiam representações oficiais e reivindicam reconhecimento das comunidades.

Nesta perspectiva, o discurso da entrevistada D ainda carrega insatisfação quanto à resposta institucional a ser exercida pela administração do Parque, mostrando a continuidade da dependência e responsabilização material, mesmo possuindo o título de sua propriedade, conseqüente à desafetação da área.

Portanto, sua narrativa expressa o que Acselrad (2010) chama de cartografia social da memória. Suas lembranças sobre parentes combatentes, sobre o tio que lutou na guerra, sobre canções antigas e sobre a dor das perdas tornam o território uma paisagem afetiva e histórica. Suas sugestões de melhoria - água boa, gramado cuidado, plantio, organização - revelam um desejo de beleza e dignidade que extrapola o âmbito turístico e toca o campo do pertencimento e da justiça territorial. Assim, sua fala transcende uma representação do espaço físico: é o

testemunho da continuidade da vida em um lugar marcado por sofrimento, fé e resistência.

O técnico do DNOCS, aqui designado pela letra G, possui 63 (sessenta e três) anos, reside na área urbana da cidade de Canudos, escolaridade técnica em agropecuária. Em sua narrativa reconheceu a importância do Parque Estadual de Canudos, enquanto área de preservação ambiental e da história da Guerra de Canudos.

Quando questionado sobre o processo de reestruturação fundiária do Parque, informou que não houve consulta por processo formal e nem participação da autarquia nas reuniões entre a UNEB e os ocupantes da área. Reportou a preocupação dos técnicos locais, além da tramitação de processo em outras instâncias, acerca do atendimento, por parte dos antigos posseiros, à legislação vigente da faixa de preservação permanente (APP), que protege a água e o solo às margens de represas e rios. Tal preocupação justifica-se, em virtude de grande parte da área desafetada que margeia o açude de Cocorobó, ter sido objeto de regularização fundiária, com respectiva expedição de títulos aos seus ocupantes, conforme Mapa 12 e Fotografia 33, a seguir:

Fotografia 33 - Lote desafetado às margens do açude de Cocorobó



Fonte: Própria autora, 2025.

Continuando o entrevistado alerta sobre a existência de cercas próximas ao açude, impedindo o acesso à represa e, portanto, a outras áreas históricas e de turismo, bem como o risco de contaminação das águas pelo uso de defensivos agrícolas nas áreas de cultivo.

A narrativa do entrevistado trouxe a defesa e preocupação com a questão ambiental pela diminuição da área de preservação da Caatinga, bem como pelos impactos resultantes da ação antrópica, notadamente as atividades agropastoris em áreas de preservação permanente, corroborando com os estudos sobre vulnerabilidade e resiliência em sistemas socioecológicos, que mostram biomas semiáridos, como a Caatinga, particularmente sensíveis a distúrbios antrópicos, entre eles o desmatamento, o uso do fogo e a pecuária extensiva, reforçando a necessidade de estratégias de manejo que articulem conservação, justiça socioambiental e valorização das populações locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

As discussões empreendidas nesta tese evidenciam, em primeiro lugar, que a relação entre natureza, história e sociedade é constitutivamente histórica e política, o que reforça a pertinência do objetivo geral de analisar a relevância do Parque Estadual de Canudos para a preservação da memória da Guerra de Canudos e do patrimônio natural a ela associado, como base para um programa de turismo histórico-cultural sustentável.

A história ambiental demonstra que a exploração intensiva dos recursos naturais no Brasil - desde a colonização até a atualidade - resultou em processos de devastação que são fruto de escolhas políticas e econômicas específicas. De modo convergente, estudos sobre vulnerabilidade e resiliência em sistemas socioecológicos mostram que biomas semiáridos, como a Caatinga, são particularmente sensíveis a distúrbios antrópicos, entre eles o desmatamento, o uso do fogo e a pecuária extensiva, reforçando a necessidade de estratégias de manejo que articulem conservação, justiça socioambiental e valorização das populações locais.

Quanto ao conceito de natureza como categoria basilar do pensamento ocidental e suas repercussões na relação homem-natureza -, a revisão de literatura mostra que a noção de “natureza” passou por importantes inflexões filosóficas, culminando em uma perspectiva ecosófica que enfatiza a articulação entre ecologias ambiental, social e mental, denunciando os efeitos devastadores de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração ilimitada dos recursos naturais e na produção de subjetividades alienadas. Em diálogo com a história ambiental, essa tradição filosófica converge para a ideia de que a natureza não é mero cenário, mas sujeito e agente da história, o que fundamenta a leitura do bioma Caatinga e do território de Canudos como instâncias ativas na conformação de conflitos e resistências.

A literatura sobre vulnerabilidade e resiliência em sistemas socioecológicos reforça que a Caatinga, devido às características climáticas e vegetacionais, é ao mesmo tempo frágil e estrategicamente importante para a biodiversidade, o que torna insustentáveis práticas como o desmatamento, as queimadas e a pecuária extensiva em regime predatório.

Em *Os Sertões*, o sertão aparece simultaneamente como obstáculo ao progresso republicano e como espaço de resistência, descrito em termos geográficos e biológicos que reforçam sua posição periférica, mas também evidenciam a capacidade adaptativa do homem sertanejo frente a um ambiente hostil. A ecolinguística, em especial na formulação da Linguística Ecosistêmica, permitiu compreender esse discurso como parte de um ecossistema comunicativo mais amplo, no qual fatores exoecológicos - como clima, relevo, bioma e estrutura fundiária - interferem na produção de sentidos sobre Canudos e o sertão. O discurso

euclidiano é atravessado por relações de poder, por uma visão cientificista e pela construção de imaginários toposfóbicos em relação à Caatinga, o que justifica a opção metodológica por uma leitura ecolinguística capaz de reconfigurar o lugar da natureza e dos sujeitos sertanejos no relato da Guerra de Canudos.

A opção metodológica ainda dialoga com a proposta da tese ao apontar que a representação literária do sertão influencia a forma como o território de Canudos é percebido, tanto por visitantes quanto por políticas públicas, e que a ressignificação ecolinguística dessas narrativas é condição para um turismo histórico-cultural que não reproduza estigmas, mas valorize a resiliência socioambiental sertaneja.

No tocante aos processos de criação, implantação e reestruturação fundiária do Parque Estadual de Canudos, o conjunto de aportes teóricos resultantes da pesquisa bibliográfica e de campo ajudaram a compreender o Parque como território em disputa. A história ambiental e a ecologia humana mostram que políticas de conservação, quando apartadas das populações locais, tendem a produzir conflitos socioambientais, processos de expulsão e precarização de modos de vida tradicionais.

Essa combinação de aportes ajuda a evidenciar que o Parque não pode ser pensado apenas como recorte geográfico delimitado por decreto, mas como território vivido, atravessado por memórias, conflitos fundiários e práticas cotidianas que devem ser consideradas em seu plano de manejo.

Em diálogo com a ecolinguística, que propõe uma visão holística do sujeito ecológico e das interações comunicativas, tais contribuições indicam que a implantação de um programa de turismo histórico-cultural sustentável em Canudos depende de processos de escuta, cointerpretação e coescrita do território, nos quais guias locais, moradores e descendentes de combatentes sejam reconhecidos como guardiões do patrimônio e protagonistas da memória. Nesta perspectiva, destaca-se a importância de metodologias participativas e de abordagens crítico-discursivas que reconheçam os moradores como sujeitos de conhecimento. Somente um turismo construído sobre bases participativas, ecológicas e críticas será capaz de, ao mesmo tempo, mitigar conflitos ambientais, conservar o bioma Caatinga e preservar a memória histórica da Guerra de Canudos.

Assim, com a reserva de área e posterior criação do Parque Estadual de Canudos, através dos Decretos Estaduais nº 2.650, de 08/08/1989 (revogou o de nº 33.193, de 27/05/1986) e o de nº 33.333, de 30/06/1986, respectivamente, houve a demanda por uma regularização fundiária, subsequente a um processo de reorganização fundiária, que compatibilizasse os anseios de ocupantes já instalados na área pela emissão de seus títulos de posse, com as

demandas da Universidade do Estado da Bahia por uma gestão com mais eficiência e economicidade. O processo de regularização e reorganização fundiária foi formalizado em 2015, apesar da Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA e UNEB empreenderem esforços desde 2013 com esse fito, e após tramitação por 06 (seis) anos, iniciou sua implementação a partir da publicação Decreto nº 20.896, em 20/11/2021, procedendo-se à desafetação da área reservada excedente, e iniciando-se a emissão dos títulos aos ocupantes cadastrados e o cercamento da área do Parque.

Entretanto, após 04 (quatro anos) da finalização do processo em tela, novos conflitos ambientais têm sido gerados, tornando imprescindível a resolução destes para que o Parque Estadual de Canudos desempenhe sua função precípua na preservação da memória da Guerra de Canudos mediante a implementação de um turismo histórico-cultural e natural sustentável.

Quanto ao aspecto ambiental, o Parque Estadual de Canudos enfrenta desde sua criação, inúmeras dificuldades para sua implementação, até mesmo a definição de sua vocação enquanto Parque de caráter ecológico-cultural com inspiração histórico-militar. Ademais, em 2019 foi mapeada área em processo de desertificação, denominada de Altos Pelados, que se espria pelo Parque Estadual de Canudos, constituindo núcleo de desertificação relevante para o Estado da Bahia.

A pesquisa etnográfica desenvolvida no Parque Estadual de Canudos permitiu compreender, de modo profundo, a relação efetivamente vivida entre os moradores, o território e a memória da Guerra de Canudos, revelando camadas históricas, afetivas, políticas e socioeconômicas que não aparecem nas narrativas institucionais.

Conforme a própria metodologia qualitativa enfatiza, compreender significados exige o trabalho de campo, a observação participante e a interação dialógica com os sujeitos. Assim, a etnografia realizada - composta por entrevistas semiestruturadas, oficinas presenciais e cartografia participativa - reconstruiu o território a partir das vozes de quem nele vive, dele depende e o interpreta cotidianamente.

Um dos resultados recorrentes diz respeito ao sentido de pertencimento comunitário, evidenciado. A narrativa reforça que Canudos não é apenas um espaço histórico, mas uma territorialidade vivida, no sentido apontado por Porto-Gonçalves (2006), isto é, um território construído pela experiência encarnada, pelas práticas de cuidado e pelos vínculos intergeracionais. Revela-se a coexistência entre memória, religiosidade e trabalho cotidiano, mostrando que o Parque é, para os moradores do entorno, mais que equipamento estatal: é extensão da própria vida.

As entrevistas também revelaram a dimensão do trabalho invisível realizado por

mulheres da comunidade. São descritas práticas tradicionais, como criação de animais, produção e venda de alimentos, revelando a economia doméstica como parte estruturante do território.

Outras narrativas acrescentam uma camada importante sobre o cotidiano das mulheres do local, evidenciando trajetórias de casamento, trabalho, maternidade e deslocamento, além da percepção sobre riscos e pressões trazidas pelo turismo desregulado. As entrevistas mostram que a atividade turística, embora reconhecida pelos entrevistados como potencialmente benéfica, também gera preocupações quanto à preservação ambiental, ao comportamento de visitantes sem o acompanhamento de guia turístico e à ausência de fiscalização - questões diretamente relacionadas ao objetivo da tese de avaliar o Parque como espaço de turismo histórico-cultural sustentável.

Os resultados observados a partir das entrevistas com os guias locais são muito elucidativos, dado ao papel central na interface entre comunidade, visitantes e patrimônio. Suas falas revelam conhecimentos detalhados sobre as trilhas históricas, rotas militares, vestígios da guerra e fragilidades atuais na gestão do Parque. São apontadas a falta de sinalização, a entrada frequente de visitantes sem orientação, o risco de depredação e a inexistência de materiais informativos adequados. Assim, a comunidade não apenas identifica problemas, mas produz diagnósticos técnicos e aponta soluções.

Nesse aspecto, são indicadas: a construção de um mapa propositivo, com sugestões estruturadas de novas trilhas; reconfiguração das rotas; criação de ações pedagógicas; necessidade de mais infraestrutura e ampliação da interpretação histórica oferecida ao visitante. São também problematizados impactos históricos, como o desmatamento causado por antigas romarias, bem como a urgência de políticas públicas que articulem turismo, memória e preservação ambiental. Como observa Wood (1992), mapas participativos têm precisamente essa função política de redistribuir o poder da narrativa territorial - algo que emergiu fortemente das oficinas realizadas.

Os participantes apontaram riscos, potencialidades, conflitos fundiários, pontos turísticos negligenciados, áreas de fragilidade ecológica e lugares de memória. Assim, articulam passado, presente e futuro, propondo ações concretas para transformar o território, fortalecer o turismo sustentável e reconhecer o papel das famílias locais na preservação.

Ao reunir discursos, trajetórias e mapas, os dados etnográficos reforçam que qualquer programa de turismo histórico-cultural sustentável depende da gestão compartilhada, reconhecimento das territorialidades vividas, escuta sensível e fortalecimento dos sujeitos que mantêm viva a memória da Guerra de Canudos.

Destarte, a presente pesquisa consolidou, de forma articulada e consistente, o objetivo geral proposto - analisar a relevância do Parque Estadual de Canudos para a preservação socioambiental, histórica e cultural, discutindo sua capacidade de estruturar um modelo de turismo histórico-cultural sustentável, por meio da integração efetiva entre os achados da pesquisa bibliográfica e os resultados etnográficos produzidos com a comunidade local.

Ao longo da investigação, verificou-se que a compreensão do Parque como território de memória e patrimônio depende de uma leitura que ultrapassa o mero enquadramento institucional e incorpora, de forma central, as vozes, experiências e territorialidades vividas pelos moradores do entorno, guias e trabalhadores vinculados ao espaço.

O primeiro objetivo específico, voltado à análise das concepções de natureza e de suas implicações filosóficas e históricas, foi plenamente alcançado, uma vez que a revisão teórica evidenciou que a relação homem-natureza no sertão é construída historicamente e carregada de disputas simbólicas, como demonstrado em autores centrais da ecologia humana, da história ambiental e da ecolinguística.

Essa base conceitual permitiu compreender que a Caatinga e o território de Canudos não são cenários passivos, mas agentes históricos que constituem, tensionam e moldam a experiência sertaneja, entendimento essencial para orientar políticas de turismo sustentável em áreas frágeis.

O segundo objetivo específico - interpretar criticamente o discurso sobre a Guerra de Canudos e suas representações literárias, históricas e culturais - foi igualmente atingido ao demonstrar, com base em Euclides da Cunha e nos aportes da ecolinguística, que o sertão tem sido tradicionalmente representado como espaço de atraso, ameaça ou exotização.

A pesquisa mostrou, porém, que essas narrativas podem ser ressignificadas quando lidas à luz dos vínculos afetivos, territoriais e identitários que emergem do trabalho de campo. Desse modo, a análise crítica do discurso serviu de fundamento para reconhecer como estigmas históricos continuam influenciando a percepção do Parque por parte de visitantes e agentes institucionais.

O terceiro objetivo específico - examinar o processo de criação e os desafios de gestão do Parque Estadual de Canudos - foi concretizado tanto pela análise documental quanto pelos testemunhos da comunidade. As entrevistas e documentos evidenciaram conflitos fundiários, precariedade de infraestrutura e ausência de consulta pública. Esses achados permitem afirmar que o Parque, embora essencial para a memória da Guerra de Canudos, ainda enfrenta limitações estruturais que comprometem sua capacidade de cumprir plenamente sua função socioambiental. A irregularidade de manutenção em equipamentos, estradas, vias e sinalizações

e a circulação de visitantes sem acompanhamento de guias, reforçam a necessidade de políticas integradas e participativas.

O quarto objetivo específico buscou compreender as percepções, trajetórias e territorialidades vividas pelos moradores do entorno do Parque. Esse objetivo foi atendido através da pesquisa etnográfica. As narrativas dos guias e moradores locais revelaram um conjunto complexo de experiências que reafirmam a centralidade da comunidade na preservação da memória de Canudos. Os depoimentos mostraram vínculos afetivos profundos, práticas cotidianas de cuidado, memórias ancestrais, trajetórias intergeracionais e compreensão aguçada dos desafios ambientais da Caatinga.

A partir desses resultados, ficou evidente que qualquer proposta de turismo histórico-cultural sustentável exige reconhecer e valorizar o conhecimento comunitário como saber técnico, histórico e ecológico.

O quinto objetivo - propor caminhos para a implementação de um turismo histórico-cultural sustentável no Parque Estadual de Canudos - também foi plenamente alcançado. A cartografia participativa, as oficinas em campo e a matriz FOFA construídas colaborativamente revelaram alternativas concretas para o desenvolvimento do turismo, tais como: criação de novas trilhas interpretativas, melhoria da infraestrutura, ampliação das ações pedagógicas, requalificação dos equipamentos culturais, fortalecimento do papel dos guias locais e integração do Parque às políticas públicas municipais e estaduais.

A pesquisa demonstra, de forma conclusiva, que o Parque Estadual de Canudos possui enorme potencial para se tornar referência nacional em turismo histórico-cultural sustentável - mas isto somente será possível mediante a valorização da comunidade local, investimentos constantes, políticas de preservação ambiental adequadas e práticas de gestão compartilhada que reconheçam os moradores locais como protagonistas da memória viva de Canudos.

Por fim, a tese reafirma que o turismo, quando construído sobre bases participativas e críticas, pode assumir um papel transformador, contribuindo para justiça histórica, fortalecimento identitário, proteção do bioma Caatinga e promoção de desenvolvimento local sustentável. Dessa forma, todos os objetivos propostos foram atingidos, e o trabalho conclui oferecendo subsídios concretos para gestores públicos, pesquisadores, educadores e para a própria comunidade de Canudos, que permanece guardiã e herdeira de uma das mais importantes narrativas de resistência da história brasileira.

Elementos inovadores

Os elementos inovadores da tese apresentam-se como um conjunto de componentes, tanto metodológicos quanto conceituais e aplicados, que contribui significativamente para o campo do turismo, da gestão pública e dos estudos socioambientais, a destacar:

a) Integração entre ecolinguística, história ambiental e turismo sustentável, visto que a tese articula aportes discursivos da ecolinguística com práticas concretas de planejamento de políticas públicas. Essa inovação teórico-metodológica permite compreender o território não apenas como espaço físico ou histórico, mas como ecossistema comunicativo e simbólico, no qual discursos moldam políticas e percepções.

b) Apresentação de uma abordagem de *Territorialidade Viva para o Parque Estadual de Canudos* derivada das entrevistas e oficinas, sintetiza territorialidades, conflitos, memórias e propostas, representando uma inovação analítica. Trata-se de um artefato hermenêutico e político, alinhado ao conceito de territorialidade viva (Porto-Gonçalves, 2006). A tese demonstra como esse tipo de análise conceitual pode orientar políticas públicas.

c) Aplicação da Matriz FOFA em contexto de turismo histórico-cultural com dados etnográficos georreferenciados, utilizada de maneira inovadora ao integrar elementos subjetivos (memórias, afetos, percepções) com dados objetivos (trilhas, pontos históricos). Assim, a matriz deixa de ser ferramenta estática e passa a funcionar como instrumento participativo e comunitário de planejamento territorial.

d) Apresentação de *saberes de guia* como saber técnico, patrimonial e pedagógico, visto que a tese demonstra que guias locais detêm conhecimentos que vão além do turismo: tratam-se de saberes ambientais, arqueológicos, historiográficos e pedagógicos que têm valor epistêmico e devem ser incorporados como componente formal das políticas de gestão.

e) A formulação de diretrizes de política pública baseadas diretamente nas vozes da comunidade, em vez de propor recomendações técnicas baseadas apenas na literatura, pois a tese constrói diretrizes políticas a partir das narrativas etnográficas. Essa inversão metodológica é inovadora e fortalece o princípio de justiça ambiental.

f) Compreensão do Parque como *território insurgente* e não como unidade de conservação isolada, no sentido de que o território não é apenas protegido, mas vivido e reivindicado por populações que resistem à invisibilização histórica. Essa leitura amplia o conceito tradicional de unidade de conservação e o insere no debate contemporâneo sobre direitos territoriais.

Dessa forma, a consubstanciação entre objetivos, fundamentos teóricos, pesquisa documental, trabalho etnográfico e práticas de mapeamento participativo, evidencia que o Parque Estadual de Canudos possui não apenas relevância ambiental e histórica, mas capacidade concreta de integrar memória, paisagem, comunidade e turismo de maneira sustentável. Os elementos inovadores da tese reforçam sua contribuição para o campo acadêmico e para a formulação de políticas públicas, posicionando o trabalho como referência metodológica e aplicada para outros territórios brasileiros marcados por conflito histórico, vulnerabilidade ambiental e disputas territoriais.

Legado e recomendações para trabalhos futuros

O conjunto de análises, resultados e proposições desta tese deixa como legado um modelo metodológico e político capaz de inspirar pesquisas e intervenções em outros territórios marcados por conflitos históricos, vulnerabilidade socioambiental e potência identitária. O trabalho demonstrou que o Parque Estadual de Canudos não é apenas patrimônio histórico, mas um território vivo, no qual memória, natureza, identidade e resistência se entrelaçam de forma indissociável. Ao integrar ecolinguística, história ambiental, etnografia e cartografia participativa, a tese não apenas evidenciou aspectos antes negligenciados da relação entre comunidade e Parque, como também propôs caminhos concretos para um turismo histórico-cultural sustentável, construído com participação e protagonismo local.

Este arcabouço teórico-metodológico se constitui como contribuição duradoura para pesquisadores, gestores, educadores e formuladores de políticas públicas, oferecendo uma abordagem inovadora para compreender, planejar e transformar territórios socioambientais complexos.

Ademais, o legado do trabalho se expressa na valorização explícita dos saberes comunitários como conhecimento legítimo e essencial para políticas de conservação e turismo. Ao reconhecer guias, moradores, famílias tradicionais e trabalhadores locais como guardiões da memória de Canudos e sujeitos produtores de conhecimento, a tese contribui para a justiça

epistemológica, enfrentando silenciamento e invisibilização. A abordagem da *Territorialidade Vivida para o Parque Estadual de Canudos*, derivada das entrevistas e oficinas, permanece como síntese simbólica desse legado: ela reafirma que a preservação da memória de Canudos não é apenas a salvaguarda de documentos e monumentos, mas de vidas que continuam habitando e interpretando o território diariamente.

Do ponto de vista político e institucional, a pesquisa legou um conjunto de diretrizes aplicáveis para melhorar a gestão do Parque, fortalecer o turismo sustentável e orientar ações educativas, ambientais e culturais. Essas recomendações, construídas a partir de saberes locais, podem subsidiar políticas públicas estaduais e municipais, impactando diretamente iniciativas de desenvolvimento regional, proteção ambiental e valorização patrimonial do Sertão Baiano. Assim, o trabalho não apenas analisa, mas também oferece ferramentas concretas de ação.

No que diz respeito às recomendações para trabalhos futuros, a tese abre um campo fértil para aprofundamentos. Em primeiro lugar, futuras pesquisas podem desenvolver estudos longitudinais que analisem como as transformações sugeridas - em infraestrutura, gestão participativa, educação patrimonial e turismo sustentável - impactam a vida da comunidade e a preservação do território ao longo do tempo. Seria particularmente relevante acompanhar o avanço das políticas públicas e avaliar seus efeitos sobre conflitos fundiários, desigualdades sociais e preservação ambiental.

Outro caminho promissor consiste em ampliar o diálogo entre tecnologia e participação social, aprofundando o uso de cartografia digital, inteligência artificial e sistemas de georreferenciamento comunitário. O método híbrido que combina cartografia participativa tradicional com tecnologias digitais emergentes, pode ser expandido para mapear conflitos, registrar memórias, construir trilhas interpretativas e apoiar a gestão ambiental.

Também se recomenda que trabalhos futuros explorem mais profundamente o papel da educação patrimonial e ambiental, especialmente em articulação com escolas da região, universidades, museus e centros culturais. Projetos educativos que integrem história, ecologia, literatura e artes podem contribuir para fortalecer o vínculo das novas gerações com o território e ampliar a compreensão crítica acerca da Guerra de Canudos e da Caatinga.

Sugere-se ainda que novas pesquisas investiguem a relação entre turismo, gênero e trabalho no Parque, dado que as entrevistas revelaram contribuições fundamentais de mulheres da comunidade - frequentemente responsáveis por práticas de cuidado, memória, produção e transmissão cultural, mas historicamente invisibilizadas. Esse aprofundamento pode fortalecer políticas públicas sensíveis às questões de gênero e às desigualdades estruturais.

Finalmente, recomenda-se a realização de estudos comparativos entre o Parque Estadual

de Canudos e outras unidades de conservação inseridas em territórios de conflito histórico no Brasil e na América Latina. A comparação pode permitir compreender, em maior profundidade, padrões de gestão, conflitos fundiários, narrativas identitárias e estratégias comunitárias de preservação, ampliando a aplicabilidade das contribuições desta tese a outros contextos.

Em síntese, o legado deste trabalho está na construção de um modelo analítico e participativo que une pesquisa minuciosa, escuta comunitária e compromisso com a transformação social. As recomendações aqui apresentadas oferecem continuidade e abertura para que pesquisadores, gestores, educadores e comunidades locais ampliem, revisem e aprofundem os caminhos inaugurados por esta investigação, assegurando que o Parque Estadual de Canudos permaneça não apenas como símbolo histórico, mas como território vivo de resistência, memória e futuro às gerações presentes e vindouras.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. *El Buen Vivir: Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos*. Barcelona: Icaria Editorial, 2011.

ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Editora Paulus, 2012.

ALBUQUERQUE, Davi Borges de. *Ensaio de Ecolinguística teórica e aplicada*. 1ª. ed. - Brasília: Anderson Nowogrodzki da Silva Editor, 2018.

ALEXANDER, Richard J. Ecocriticism and cultural ecology. In: RAMOS, M. (org.). *Ecological discourse analysis*. Londres: Routledge, 2009.

ALONSO, A. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: 2017_E-BOOK Sesc-Cebrap_ Métodos e técnicas em CS - Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc-Cebrap, 2017. p. 8-23.

ALVES, Vera Lúcia Santos & ACIOLI, Moab Duarte. *Poesia na prosa: a dobra ecolinguística no jornalismo literário contemporâneo*. *Filol. Linguíst. Port.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 105-124, jan./jul. 2021.

ALMEIDA, Rogério Haesbaert; SOUZA, Marcelo Lopes de. Cartografia social e mapeamento participativo: fundamentos teóricos e aplicações no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 64, n. 2, p. 45-68, 2019.

ANDERSON, Mark D. National Nature and Ecologies of Abjection in Brazilian Literature at the Turn of the Twentieth Century. In: KANE, Adrian Taylor (ed.). *The Natural World in Latin American Literatures: Ecocritical Essays on Twentieth Century Writings*. Jefferson: McFarland, 2010.

ANDRADE, L. A. Z. et al. *Caatinga: vegetação e flora*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.

AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica*. São Paulo: Loyola, 2009.

ARAÚJO, S. M. S. A região semiárida do nordeste do Brasil: Questões Ambientais e Possibilidades de uso Sustentável dos Recursos. Rios Eletrônica - *Revista Científica da FASETE*. Ano 5, n. 5, dezembro de 2011. Disponível em http://www.fasete.edu.br/revistarios/media/revistas/2011/a_regiao_semiarida_do_nordste_do_brasil.pdf. Acessado em abr. 2021.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Editora 34, 2007.

ATLAS BRASIL. *Perfil do Município de Canudos. 2020*. Disponível em: <https://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 30 nov. 2024.

AZEVEDO, Antônio José Batista de. *Água como fator de desenvolvimento sustentável para a população de Canudos: O Açude Público Cocorobó*. Salvador: UNIFACS, 2013.

AZEVÊDO, Antônio José Batista de. *Desenvolvimento regional e turismo de base local: O caso do Parque Estadual de Canudos*. Salvador: UNIFACS, 2009.

AZPEITIA, Juan Ignacio. *Espelhos de Canudos na Guerra de Vargas Llosa*. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens). Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens, Departamento de Ciências Humanas, *Campus I*. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

BACON, Francis. *Novum Organum*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BAHIA, Decreto nº 2.650, de 08 de agosto de 1986. *Revoga Decreto nº 33.193 de 27 de maio de 1986*. DOE, Salvador, 10 de ago. 1986.

BAHIA, Decreto nº 33.193, de 27 de maio de 1986. *Declara reservada área de terras devolutas que indica, para fins de implantação do Parque Histórico e Arqueológico de Canudos*. DOE, Salvador, 28 e 29 jun 1986.

BAHIA, Decreto nº 33.193, de 30 de junho de 1986. *Cria o Parque Estadual de Canudos, no Município de Canudos, Estado da Bahia e dá outras providências*. DOE, Salvador, 01 jul. 1986.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004.

BALBI, R. S. *Ecologia de Paisagens Como Alternativa Para Alcançar a Resiliência nas Cidades*. XX ENANPUR, Belém, 23 A 26 de maio de 2023.

BANDEIRA, L. A. M. O sentido social e o contexto político da Guerra de Canudos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 396, p. 739-755, 1997.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BANG, Jørgen Christian; DØØR, Jørgen. *Language, ecology and society: a dialectical approach*. Londres: Continuum, 2007.

BARONI, Alice. A Guerra de Canudos e a construção discursiva euclidiana. *Revista Rumores*. Edição 9, volume 1, jan.-jun. de 2011.

BARROS, João Ribeiro de. *História da Guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

BASTARDAS I BOADA, Albert. *Ecologia de les llengües: medi, contacte i dinàmica lingüística*. Barcelona: Proa, 1996.

BASTOS, Cecílio Ricardo de Carvalho *et al*. Complexidades no semiárido baiano: novos significados sobre o território nos municípios de Uauá e Canudos. *Revista Com Sertões*, 2015.

BASTOS, Rafael José de Menezes *et al.* *Território, linguagem e cultura: perspectivas interdisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2015.

BATISTA, V. A.; MATOS, A. F.; NASCIMENTO, J. L. da S. Entrevista na pesquisa qualitativa: aspectos, vantagens e desafios. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, v. 5, n. 1, p. 1-15, 2017.

BEGOSSI, A. Ecologia Humana: Um Enfoque Das Relações Homem-Ambiente. *Interciencia*, 18(1), 1993, p. 121-132. URL: <http://www.interciencia.org.ve>.

BELEI, R. A. *et al.* O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. *Revista Cadernos de Educação*, v. 30, p. 187-199, jun./jun. 2008.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENTO, Jorge Olímpio. *Desporto e humanismo: o valor educativo do desporto*. Lisboa: Horizonte, 1999.

BINET, Ana Maria. A Herança de um messianismo Português: o sebastianismo brasileiro, histórias do passado e do presente. *Revista Convergência Lusíada*. n. 29, jan. - jun. 2013.

BOAVENTURA, Edivaldo. *Parque Estadual de Canudos: Criação e Evolução*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1996.

BOAVENTURA, Edivaldo. Parque Estadual de Canudos: Criação e Evolução. *Revista Canudos*. Salvador, UNEB, v. 1 n. 1, p. 65 -79, jul./dez. 1996.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n. 1, p. 68-80, jun./jul. 2005.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *Turismo histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.

BOWLER, Peter J. *The Eclipse of Darwinism: Anti-Darwinian Evolution Theories in the Decades around 1900*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRANCH, M. P. *Defining Ecocritical Theory and Practice*. 1994. Disponível em: <http://www.asle.org/site/resources/ecocritical-library/intro/defining/>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. *Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal*, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: DOU de 19/7/2000.

BRASIL. Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016. *Institui o Programa de Parcerias de Investimentos*. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2016.

BRIANI, Valéria; VIEIRA, Paulo Freire. *Sustentabilidade e planejamento territorial*. Florianópolis: UFSC, 2006.

BRIGHT, William. *Language and environment*. Stanford: Stanford University Press, 1964. Apud CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2002.

BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento sustentável*. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Garamound, 2008.

BUENO, R.; SILVA, A. P. da. Educação para Convivência com o semiárido brasileiro. In: BATISTA, M. do S. X.; JEZINE, E.; MOREIRA, O. (Orgs.). *Educação popular e movimentos sociais: dimensões educativas na sociedade globalizada*. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 2008.

BURITI, C. D. O.; AGUIAR, J. O. Secas, migrações e representações do semiárido na literatura regional: por uma história ambiental dos sertões do Nordeste brasileiro. *Textos e Debates*, [S. l.], v. 2, n. 15, 2012. DOI: 10.18227/2317-1448ted.v2i15.747. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/747>. Acesso em: 3 dez. 2024.

CALASANS, J. Canudos - origem e desenvolvimento de um arraial messiânico. *Revista da Academia de Letras da Bahia*. Salvador, n. 34, p. 47-63, 1987.

CALASANS, J. *No tempo de Antônio Conselheiro - figuras e fatos da Campanha de Canudos*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

CALASANS, J. O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro - Fase do Apostolado. *Bibliografia Canudense*, p.26. Disponível em: http://josecalasans.com/bibliografiacanudense_ciclofolclorico.html. Acesso em jan. 2022.

CALASANS, José. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual da Cultura, EGBA.1997.147p.-(Coleção Memória da Bahia 5).

CALIL, R. C. C.; ARRUDA, S. L. S. Discussão da pesquisa qualitativa com ênfase no método clínico. In: GRUBTS, S.; NORIEGA, J. A. V. (Org.). *Método qualitativo: epistemologia, complementaridades e campos de aplicação*. São Paulo: Vetor, 2004.

CALVET, Louis Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAPRA, Fritjof. *The Turning Point: Science, Society, and the Rising Culture*. New York: Simon & Schuster, 1982.

CARSON, R. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010.

CARSON, Rachel. *Silent Spring*. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

CASTRO, C. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: J.Zahar, 1995.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. *O que nos faz pensar*, n. 18, p. 225-234, 2004.

CAVALCANTE, Kellison Lima. *A ecosofia de Félix Guattari: Uma análise da filosofia para as questões ambientais. Cadernos Cajuína*, V. 2, N. 2, 2017, p.72 - 78.

CALVANTI, Clóvis. *Desenvolvimento sustentável: teoria e prática*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2017.

CALVENTE, Maria del Carmen. *Turismo e sustentabilidade ambiental*. São Paulo: Contexto, 2007.

CALVET, Louis-Jean. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.

CAMASCA, Marco. *Literatura e ecocrítica: narrativas da crise ambiental*. Roma: Carocci, 2020.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011. p. 169-191.

CARVALHO, M. R. B.; NEIVA, L. P. A. O discurso euclidiano acerca da Guerra de Canudos: uma interpretação ecolinguística de fontes históricas. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 9, p. 183-200, 2023.

CARVALHO, M. R. B. Turismo cultural sustentável: Uma estratégia política para o Parque Estadual de Canudos, Bahia (Brasil). In: VICENTE, Renata Barbosa; SANTOS, Mônica Maria Soares. (Org.). *Cultura em diversos contextos*. 1ed.São Paulo: Estige Editora, v.1, p. 20-40. 2023a

CARVALHO, M. R. B. Formação discursiva euclidiana em Os Sertões: antinomias e reconfigurações. In: Cruz, Antonio Donizeti da; LIMA, Maria de Fátima Gonçalves; MEHMET, Ilgürel. (Org.). *Poéticas contemporâneas: ecocrítica e imaginário*. 1ed.Cascavel (PR): UNIOESTE ePUB, v., p. 215-230, 2023b

CARVALHO, M. R. B. Turismo cultural sustentável para o Parque Estadual de Canudos, Bahia (Brasil): uma estratégia política para a preservação ambiental e garantia de direitos linguísticos e literários. In: Hígor Brito. (Org.). *Dinâmicas ambientais e recursos naturais: perspectivas globais e ações locais*. 1ed.Campina Grande - PB: Amplla Editora, 2024, v. 1, p. 143-154.

CAVALCANTI, Edneida Rabelo. Unidades de conservação federais da caatinga: o papel da educação ambiental para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (agenda 2030). *Anais II CONIDIS...* Campina Grande: Realize Editora. 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/33910>. Acesso em: 20/06/2025.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.

CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena. *A Ecosofia e as três ecologias de Félix Guattari na formação do sujeito ecológico*. *Revista Educação Pública*. 2013.

- COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- COUTO, Hildo Honório do. *Linguística ecossistêmica: fundamentos e aplicações*. Brasília: Thesaurus, 2009.
- COUTO, Hildo Honório do. *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.
- COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística crítica e análise do discurso*. Brasília: Thesaurus, 2013.
- COUTO, Hildo Honório do. O que vem a ser ecolinguística, afinal? *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 14, n. 1, p. 275-313, 2013.
- COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: uma introdução*. Brasília: Thesaurus, 2016.
- COUTO, Hildo Honório do. Estudos gramaticais à luz da linguística ecossistêmica. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 20, n. 38, p. 26-53, 2016.
- COUTO, Hildo Honório do. Linguística ambiental. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 5, n. 1, p. 96-112, 2019.
- COUTO, Hildo Honório do et al. *Ecolinguística e sustentabilidade cultural*. Brasília: Thesaurus, 2021.
- CRESWELL, J. W. *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions*. Sage Publications, Inc. 1998.
- CRONON, William. *Changes in the Land: Indians, Colonists, and the Ecology of New England*. New York: Hill and Wang, 1983.
- CRONON, William. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. New York: W.W. Norton, 1991.
- CROSBY, Alfred W. *Ecological Imperialism: The Biological Expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. The Anthropocene. *Global Change Newsletter*, v. 41, p. 17-18, 2000.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Editora Três. 1984.
- CUNHA, Euclides da. *Correspondência de Euclides da Cunha (1890-1909)*. Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti (Org.) São Paulo. 1997. 456p.
- CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão*. 2a. ed. São Paulo: Ática, 2000.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 3^a. ed. São Paulo: Ediouro, 2009.

DANTAS, M. D. *Fronteira Movediças: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo: Hucitec, 2007.

DANTAS, M. D. *Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano*. Penélope, Oeiras, v. 23, p. 9-30, 2000.

DANTAS, Rivaldo Cardoso. Sistema de defesa/ataque conselheirista no Parque Estadual de Canudos - PEC (1897). *Revista Contemporânea*, v. 4, n. 5, 2024. Disponível em: <DOI: 10.56083/RCV4N5-006>. Acesso em: [12 dezembro de 2024].

DARWIN, Charles. *A Origem das Espécies*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs (Capitalismo e Esquizofrenia)*. Vol. 1 Editora34, 1^a Ed.1995.

DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o Estruturalismo. In François Châtelet, éd., *Histoire de la philosophie, t. VIII. Les Lumières XXe siècle*, Paris, Hachette, “col. Pluriel”, 1972, pp. 299- 335.

DENIS, J. CHAMPAGNE, F. Análise de Implantação. In: HARTZ, Zulmira (org.). *Avaliação em Saúde: dos Modelos Conceituais à Prática na Análise da Implantação de Programas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 1997.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Tradução de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DESCARTES, René. *Discurso sobre o método*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DESCOLA, Philippe. *Beyond Nature and Culture*. Chicago: University of Chicago Press, 2014.

DRUCK, Maria da Graça. *Globalização, trabalho e precarização social*. São Paulo: Boitempo, 1999.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas. *Educar*. Curitiba, n. 24, p. 313-325, 2004.

EARTH COUNCIL. *Caring for the Earth: a strategy for sustainable living*. Gland: IUCN, 1988.

EISENHARDT, K. Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

FARRALL, Lyndsay. *The origins and growth of environmental history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

FERNANDES, Sandra. *O papel do patrimônio histórico-arqueológico na promoção do desenvolvimento local*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2008.

FIGUEROA, José *et al.* *Participatory mapping and territorial governance*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

FINKE, Peter. *Ecology and the humanities*. Berlin: de Gruyter, 1996.

FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir do Nascimento e BARBISAN, Leci Borges (orgs). *Saussure: a invenção da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2013. 174 p.

FLICK, U. Entrevista episódica. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 114-126.

FLORES, Valdir do Nascimento. Mostrar ao linguista o que ele faz: as análises de Ferdinand de Saussure. In: *Saussure: a invenção da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2013. 174 p.

FONTANA, A.; FREY, J. H. Interviewing: the art of science. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *Handbook of qualitative research*. p. 361-376, 1994.

FOSTER, John Bellamy. *Marx's Ecology: Materialism and Nature*. New York: Monthly Review Press, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis, Vozes, 1971.

FRASER, M. T.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro no texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

FREIRE, N. C. F; PACHECO A. P. Uma Abordagem Geoespacial e Espectro-Temporal da Degradação Ambiental do Bioma Caatinga na Região de Xingó, Brasil. *Revista Ciência & Trópico*. Recife, v. 41, n. 2, p. 97-128, 2017.

FREITAS, W. R. S e JABBOUR, C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: Boas práticas e sugestões. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

GALILEI, Galileo. *Diálogo sobre os dois principais sistemas do mundo*. São Paulo: UNESP, 2008.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Os Sertões, um olhar sobre seus 120 anos. *Pontos de Interrogação*, v.12, n. 2, jul-dez, p. 17-27, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/16399/11127> acesso em: 04/02/2023.

GARRARD, Greg. *Ecocrítica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: 03-13, 2006.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e de grupos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 64-89.

GEDDES, Barbara. Selection bias in comparative politics: how the cases you choose affect the answers you get. *Political Analysis*, Oxford, v. 2, p. 131-150, 1990.

GERRING, John. *Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas* / John Guerring: trad. Caesar Souza - Petrópolis, Rj: Vozes, 2019.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRÃO, L. C. *et al.* Desmatamento na Caatinga e suas consequências ambientais. *Revista Brasileira de Geografia Física*, Recife, v. 5, n. 3, p. 497-511, 2012.

GOATLY, Andrew. *The language of metaphors*. Londres: Routledge, 2001.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa - tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29. Mai. /Jun. 1995.

GOMM, R., HAMMERSLEY, M., FOSTER, P. *Case Study Research*, Thousand Oaks, CA: SAGE: 2002.

GRIX, J. Introducing students to the generic terminology of social research. *Politics.*, v. 22, n. 3, p. 175-186, 2002.

GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. 4ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. 20. ed. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2009, 56p.

GUATTARI, F. *¿Qué es la ecosofía?: textos presentados y agenciados por Stéphane Nadaud*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2015. 448 p.

GUIMARÃES DUARTE SÁTYRO, N.; D'ALBUQUERQUE, R. W. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades. *Sociedade e Cultura, Goiânia*, v. 23, 2020. DOI: 10.5216/sec. v23i.55631. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/55631>. Acesso em: 18 out. 2025.

- GUIMARÃES, Geovan Martins *et al.* Gestão do patrimônio arqueológico e desenvolvimento turístico: ações e propostas. *Rev. Bras. Pesq. Tur.* São Paulo, v.12, n.3, p. 47-80, 2018.
- GUIMARÃES, J. A. O que critica a ecocrítica?: o humano, o não-humano e o sujeito ambiental. *Estudos Literários Brasileiros Contemporâneos*. 2024.
- HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HALLIDAY, M. A. K. *New ways of meaning: the challenge to applied linguistics*. Londres: Continuum, 2001.
- HARDMAN, Michael. *Environmental humanities today*. Londres: Palgrave Macmillan, 2022.
- HARLEY, J. Brian. *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- HARRÉ, Rom; BROCKMEIER, Jens; MÜHLHÄUSLER, Peter. *Greenspeak: a study of environmental discourse*. Londres: Sage, 1999.
- HARTZ, Zulmira (org.). *Avaliação em Saúde: dos Modelos Conceituais à Prática na Análise da Implantação de Programas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 1997.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola. 1992.
- HAUGEN, Einar. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972.
- HERLIHY, Peter H.; KNAPP, Gregory. *Maps of, and for the peoples of Latin America*. *Human Organization*, v. 62, n. 4, p. 303-314, 2003.
- HOEFFEL, J. L.; *et al.* *Concepções sobre a Natureza e Sustentabilidade: Um Estudo sobre Percepção Ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Atibainha- Nazaré Paulista/SP*. In: *Anais II ENCONTRO DA ANPPAS*. 26 a 29 de maio de 2004, Indaiatuba, São Paulo, 2004. p. 103-119.
- HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Litho Typographia Tourinho. Bahia, 1899.
- HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Salvador: EDUFBA, 1996.
- HORTA, Regina. *A Proteção da Fauna no Brasil: Uma História Ambiental (1967-1988)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- IBGE. *Censo Demográfico 2022: Canudos (BA)*. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- INDURSKY, Freda. *A fragmentação do sujeito em análise do discurso*. In: *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre, Sagra-Luzzatto, 2000. (Col. Ensaios, 15).

ISA – Instituto Socioambiental. *Cartografia social e povos tradicionais*. São Paulo: ISA, 2018.

JACOBI, P. R.; Jacobi, TRISTÃO, M. Tristão; FRANCO, M. I. G. C. A Função Social da Educação Ambiental Nas Práticas Colaborativas: Participação e Engajamento. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 29, n. 77, p. 63-79, jan./abr. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

JUNCKEN L.; SURYA, L. Canudos: A Guerra e suas Disposições Espaciais. *Revista Canudos*. v.12. 2022. Pg. 92 - 119.

KAVOURAS, N. Q. A. E.; MEIRELES, A. J. de A. A Multifuncionalidade dos Serviços Ecosistêmicos no bioma Caatinga: conservação e sustentabilidade. *COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS* - v. 21, n. 4, out./dez. 2024.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton: Princeton University Press, 1994

KRISTEVA, Julia. *Powers of Horror: An Essay on Abjection*. New York: Columbia University Press, 1982.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Técnicas de Pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LEAL, I. R. *et al.* Mudanças climáticas e a conservação da Caatinga. *Science Advances*, Washington, v. 1, n. 4, p. 45-61, 2005.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEFF, Enrique. *Aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul*. Petrópolis: Vozes, 2016.

LIMA, Hozanete. O curso de Linguística Geral e os manuscritos saussurianos: unde exoriar? *In: Saussure: a invenção da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2013. 174 p.

LIMA, Lidiane Santos de. As relações públicas no desenvolvimento do turismo sustentável em Canudos. *Revista Com Sertões*, 2015.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. *In: 2017_E-BOOK Sesc-Cebrap_ Métodos e técnicas em CS - Bloco Qualitativo*. São Paulo: Sesc-Cebrap, 2017. p. 24-41.

LOVELOCK, James. *A Vingança de Gaia*. São Paulo: Intrínseca, 2007.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARCIONILO, Marcos. *Mudança Linguística - Como e por que as línguas mudam?* YouTube Parábola Editorial. 15.05.2020. duração: 1h:26min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XovIHhGMuZM> Acesso: 23.jun.2022.

MAFFEZZOLLI, E. C.; EGGERTS BOEHS, C. G. Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa. *Revista da FAE*, [S. l.], v. 11, n. 1, 2016. Disponível em: <https://revista.fae.fae.edu/revistafae/article/view/262>. Acesso em: 18 out. 2025.

MAPBIOMAS. *Relatório anual do desmatamento no Brasil – 2023*. São Paulo: MapBiomass, 2023.

MARGULIS, Lynn; SAGAN, Dorion. *Acquiring Genomes: A Theory of the Origins of Species*. New York: Basic Books, 2003.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTHEIER, J. K.; WIESER, H. P. Aspectos de uma teoria da mudança linguística. *Revista de Letras*, v. 1, n. 30, 11.

MELO, A. de; CARDOZO, P. F. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015.

MENDONÇA, F.; CUNHA, F. C. A.; LUIZ, G. C. Problemática socioambiental urbana. *Anpege*, v.12, n. 18, p. 331-352, 201.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261-297.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 61-77.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Indicadores de saúde pública*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Lei N°9.985 de 18 de julho de 2000*. Estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, MMA, 2000.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Decreto N° 4.340, de 22 de agosto de 2002*. Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, MMA, 2002.

MMA. *Ministério do Meio Ambiente. Bioma Caatinga: conservação e uso sustentável*. Brasília: MMA, 2011.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Unidades de conservação: o que são*. Brasília: MMA, 2016. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>>. Acesso em: 10/10/2024.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação*. Brasília: MMA, 2017. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso em: 10/10/2024.

MORAES, João. *Economia do Semiárido: desafios e perspectivas*. Salvador: EDUFBA,

MOURELATOS, Alexander. *The Pre-Socratics: A Collection of Critical Essays*. New York: Anchor, 1993.

MUFENE, Salikoko. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MUFENE, Salikoko. *Language evolution: contact, competition and change*. Londres: Continuum, 2008.

NAESS, Arne. *Ecologia, comunidade e estilo de vida: esboço de uma ecosofia*. São Paulo: Editora Pensamento, 1989.

NAESS, Arne. *The deep ecology movement: an introductory anthology*. Berkeley: North Atlantic Publishers, 1995.

NEIVA, L. P. A. *Dilemas do desenvolvimento no Semiárido: o caso do Programa Produzir, nos sertões de Canudos - Bahia*. 2013. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade). Departamento de Educação, Campus I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

NEIVA, Luiz Paulo. Canudos: essa história não pode morrer!. *Revista Pontos de Interrogação*, v.12, n.2, jul-dez, p. 197 – 210, 2022.

NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. A obra manuscrita de Antônio Conselheiro e que pertenceu a Euclides da Cunha. 2ª edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1978.

OLIVEIRA JUNIOR, Israel de. *Da mata branca ao estado de degradação: a desertificação em Canudos-BA* / Israel de Oliveira Junior. -- Salvador, 2019.

OLIVEIRA, Paulo Fernando da Motta de. Os Sertões e o Mito Sebástico. *Revista do Centro de Estudos Literários*. Volume 4, Belo Horizonte, outubro de 1996. p.225-239.

OLIVEIRA, F.; DUARTE, I. M. (Orgs.). *Da Língua e do discurso*. Porto: Campo das Letras, 2004. p. 545-562.

PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine (1975). A propósito da análise automática do discurso:atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise. & HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 4, n. 4, p. 25-30, 2002.

PONCZEK, Roberto Leon. *Deus ou seja a natureza : Spinoza e os novos paradigmas da física* / Roberto Leon Ponczek. - Salvador : EDUFBA, 2009. 352 p. : il

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRETI, Dino. *A Variação Linguística: contribuições da sociolinguística para o ensino da língua*. Sessão 6 - 31 de março Tema: Língua e cultura. Coordenador: Adriano da Gama Kury (LLP / FCRB). 2005.

PROJETO MAPBIOMAS. Coleção 3 da série anual de mapas de cobertura e uso de solo do Brasil. MAPBIOMAS, 2018. Disponível em: < <http://mapbiomas.org/> >. Acesso em: 15 set. 2025.

RAMOS, R. Ecolinguística: um novo paradigma para a reflexão sobre o discurso? In: REALE, G.; ANTISERI, D. *História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média*. Vol. 1. 10. Ed. São Paulo: Paulus, 2007.

REIS, Wagner Alves. As três ecologias de Félix Guattari: filosofia pensando a ecologia. *Revista Filoteológica*, Feira de Santana, v. 01, n. 1, p. 104-123, jan.-jun2021.

RIBEIRO, E. S. *Desordem e retrocesso: os discursos científicos e cientificistas acerca da Guerra de Canudos na imprensa*. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. 350 f.

RIBEIRO, E. S. O poder da imprensa brasileira e sua atuação em movimentos sociais em fins do século XIX e início do XX: os casos da Guerra de Canudos e da Revolta da Vacina.

RIOS, M. *IX Encontro Estadual de História - Seção RS - Vestígios do Passado: a história e suas fontes* - 14 a 18 de julho de 2008 no IFCH da UFRGS - Porto Alegre/RS.

RICHARDS, Greg. *Cultural tourism: global and local perspectives*. Londres: Routledge, 2009.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika; ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Arqueologia e reconstituição monumental do Parque Estadual de Canudos*. Salvador: UNEB, 1997

SANTOS, C. O Cenário da Guerra de Canudos. In: NEIVA, L. P. A. (Org.) *Canudos: desenvolvimento e emancipação*. Salvador: EDUNEB, 2013. p. 57-61.

SANTOS, Gleyce Kelle et al. *O sertão que virou mar: As potencialidades turísticas do Açude de Cocorobó*. UNEB, 2014.

SANTOS, Maria Lúcia. *Inclusão social e políticas públicas no Nordeste brasileiro*. Recife: UFPE, 2019.

SANTOS, Osmar Moreira dos. Objetos, teorias e métodos num programa de crítica cultural. *Revista dos Seminários Avançados em Pós-Crítica*, v. 1, p. 1-10, 2023.

SANTOS, Simão Pedro dos. Sebastianismo e Messianismo em Os Sertões. *Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras - MG, v. 3, n. 1, p. 23 - 34, jan. - jun. 2012.

SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; D’ALBUQUERQUE, Ricardo Wagner. O que é um estudo de caso e quais as suas potencialidades. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 23, 2020.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1981.

SCHNEIDER, Cláercio Ivan. Pelos caminhos da história cultural: geração, intelectual, sociabilidade e circularidade. *Dialogus*, v. 4, n. 1, p. 179-200, 2008.

SEBRAE. *Agricultura familiar e pequenos negócios no Semiárido*. 2021. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SEIDEL, Roberto Henrique. Crítica cultural, crítica social e debate acadêmico e intelectual. *Recorte: Revista de Linguagem, Cultura e Discurso*, v. 5, n. 9, p. 1-17, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Estética e política, memória e esquecimento: novos desafios na era do mal de arquivo. *Remate de Males*, Campinas, v. 29, n. 2, p. 271-290, 2009.

SILVA, E. F. da. *et al.* Topofobia e topofilia em “A Terra”, de “Os Sertões”: uma análise ecocrítico espaço sertanejo euclidiano. *Soc. & Nat.*, Uberlândia, 26 (2): 253-260, mai/ago/2014.

SILVA, G. R. F. *et al.* Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. *Online Braz. J. Nurs.*, v. 5, n. 2, 2006.

SILVA, Glaydson José da. Guerra étnica, guerra cultural, guerra total: a interpretação de dados históricos e arqueológicos sobre a antiguidade pela Revista de extrema direita francesa *Terre et Peuple* (1999-2016). *PHOÏNIX*, Rio de Janeiro, 25-2: 167-189, 2019.

SILVA, J. M. C. *et al.* Biodiversidade e conservação na Caatinga. *Ecology and Evolution*, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 45-67, 2017.

SILVA, José *et al.* *Saúde e desigualdade social no Brasil rural*. São Paulo: HUCITEC, 2021.

SOBREIRA, Mayra Glayce Azevedo *et al.* Parque ambiental João Mendes de Olímpio de Melo: Estrutura, funcionamento e uso como instrumento de educação ambiental na cidade de Teresina, Piauí. *VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental*. Porto Alegre: 2015.

SOMBRA, Daniel; RODRIGUES, Gilberto Pereira; PINHO, Danilo do Rosário. Cartografia Participativa como diálogo entre saberes: ontologia, epistemologia, metodologia e aplicações na construção social do conhecimento. *Revista Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 8, nº 16, pp. 45-74, janeiro-abril de 2022.

- SOUZA, Eneida Maria de. *Tempo de pós-crítica*. Belo Horizonte: Editora Veredas & Cenários, 2007.
- SOUZA, Rafael; LIMA, Pedro. *Educação e desenvolvimento humano: desafios no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2018.
- SPINOZA, Baruch. *Ética*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- STAKE, Robert. *The Art of Case Study Research*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.
- SZYMAŃSKI, H. *A entrevista na educação: a prática reflexiva*. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2011.
- TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. Desafios e perspectivas para a conservação da Caatinga. *Natureza & Conservação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 22-32, 2002.
- TRIVINOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1995.
- TURATO, E. R. A questão da complementaridade e das diferenças entre métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa: uma discussão epistemológica necessária. In: GRUBTS, S.; NORIEGA, J. A. V. (Org.). *Método qualitativo: epistemologia, complementaridades e campos de aplicação*. São Paulo: Vetor, 2004.
- UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND - UNICEF. *Diarrhea: why children are still dying and what*. New York: UNICEF/WHO, 2009.
- UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND - UNICEF. *Progress on Sanitation and Drinking Water: 2010 Update*. New York: UNICEF/WHO, 2010.
- UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND - UNICEF. *Committing to child survival: a promise renewed*. New York: UNICEF/WHO, 2014.
- UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND - UNICEF. *Progress on drinking water, sanitation and hygiene: 2017 update and SDG baselines*. Switzerland: UNICEF, 2017.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA/C.E.E.C. *Arqueologia histórica de Canudos: estudos preliminares*. Salvador: Portfolium, 1996.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA. *Canudos: Parque Estadual*. 2024. <https://www.canudos.uneb.br/index.php/parque-estadual-de-canudos/>. Acesso em: 2 dez 2023.
- VARGAS LLOSA, Mario. Antonio Consejero. Caretas. *Piedra de Toque*, Lima, p. 38-59, set. 1979.
- VELOSO, Tânia Porto Guimarães; CAVALCANTI, José Euclides Alhadadas. O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia*, v.20, p.155-168, 2007.

VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.

WOOD, Denis. *The Power of Maps*. New York: Guilford Press, 1992.

WOOD, Denis. *Rethinking the power of maps*. New York: Guilford Press, 2010.

WOOD, Denis. *Map art*. Londres: Reaktion Books, 2020.

WORSTER, Donald. *Dust Bowl: The Southern Plains in the 1930s*. New York: Oxford University Press, 1985.

WORSTER, Donald. *The Ends of the Earth: Perspectives on Modern Environmental History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

WORSTER, Donald. Transformations of the Earth: Toward an Agroecological Perspective in History. *Journal of American History*, v. 76, n. 4, p. 1087-1106, 1991.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Tra. Daniel Grassi - 2.ed. - Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Por uma arqueologia de Canudos*. Salvador: UNEB, 1996.

APÊNDICE A - Decreto nº 33.333 de 30 de junho de 1986

Portal de Legislação do Estado da Bahia | Casa Civil

<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-33333-de-30-de-junho-de-1986#>



Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

Categoria: Decretos Numerados

Número do Ato: 33333

Data do Ato: segunda-feira, 30 de Junho de 1986

Ementa: Cria o Parque Estadual de Canudos, no Município de Canudos – Estado da Bahia e dá outras providências.

DECRETO Nº 33.333 DE 30 DE JUNHO DE 1986

Cria o Parque Estadual de Canudos, no Município de Canudos – Estado da Bahia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º - Fica criado no Município de Canudos, o Parque Estadual de Canudos, estando a Secretaria de Educação e Cultura da Bahia, por intermédio da Autarquia Universidade do Estado da Bahia - UNEB - autorizada a adotar todas as providências necessárias à construção do Parque, inclusive delimitando a área respectiva, nos termos do Decreto nº 33.193, de 27 de maio de 1986.

Art. 2º - No Parque, deverão funcionar Museu, Laboratório de Arqueologia, Estação Experimental de Agronomia, Estação Experimental da Meteorologia, Escolas Experimentais e outras instituições relacionadas com a preservação da área, envolvendo os aspectos ecológicos, arqueológicos, científicos, históricos e educacionais.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 30 de junho de 1986.

Edivaldo M. Boaventura

Secretário

APÊNDICE B – Decreto N° 20.896 DE 19 de nov. 2021

4 EXECUTIVO



SALVADOR, SÁBADO, 20 DE NOVEMBRO DE 2021 - ANO CVI - Nº 23.194

III - representante da Coordenação de Monitoramento de Prestação de Serviços de Saúde da SESAB;

IV - representante da Superintendência de Atenção Integral à Saúde da SESAB;

V - representante da Superintendência de Assistência Farmacêutica, Ciência e Tecnologia em Saúde da SESAB;

VI - representante da Escola de Saúde Pública da Bahia Professor Jorge Novis - ESPBA;

VII - representante da Secretaria da Educação - SEC;

VIII - representante da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI.

§ 1º - O Comitê Gestor será presidido pelo Secretário da Saúde e, na sua ausência, pelo representante da Assessoria de Planejamento e Gestão da SESAB.

§ 2º - A participação no Comitê Gestor não será remunerada.

§ 3º - O Comitê Gestor poderá convidar para participar de suas reuniões, sem direito a voto, representantes de outros órgãos públicos estaduais, de IES e de instituições de ciência, tecnologia e inovação, assim como especialistas com notória capacidade e adequada qualificação.

Art. 12 - A SESAB prestará apoio administrativo ao funcionamento do Comitê Gestor.

Art. 13 - O Comitê Gestor se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente, e em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu presidente.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 - As IES poderão, mediante a anuência da SESAB, celebrar convênios e contratos, por prazo determinado, com outras entidades públicas e privadas, com o finalidade de dar apoio à implementação do Programa, inclusive na gestão administrativo-financeira dos projetos desenvolvidos em seu âmbito.

Art. 15 - É autorizada às IES públicas a celebração de parceria com fundações de apoio, nos termos do art. 17 da Lei nº 14.315, de 17 de junho de 2021, para a execução de atividades do Programa Estadual de Incentivo à Transferência de Conhecimentos Técnico-assistenciais aos Serviços de Saúde do SUS.

Art. 16 - As despesas decorrentes da execução do Programa de que trata este Decreto ocorrerão à conta de dotações orçamentárias destinadas ao Fundo Estadual de Saúde, consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 17 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 19 de novembro de 2021.

RUI COSTA Governador

Carlos Mello Secretário da Casa Civil em exercício; Tereza Cristina Faim Xavier Carvalho Secretária de Saúde em exercício; Jerônimo Rodrigues Souza Secretário da Educação; Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação

DECRETO N° 20.896 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a definição do Parque Estadual de Canudos, situado no Município de Canudos - Bahia, instituído pelo Decreto nº 33.333, de 30 de junho de 1986, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e vista do disposto no inciso V do art. 165 da Constituição Estadual, e do que consta do Processo SEI nº 077.1647.2020.0006936-98,

considerando que o Decreto nº 2.650, de 08 de agosto de 1980, declarou reservada área de terras devolutas, mediantes, aproximadamente, 1,321ha (um mil trezentos e vinte e um hectares), situada no Município de Canudos - Bahia, em favor da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, para fins de implantação de Parque Histórico e Arqueológico;

considerando que o Decreto nº 33.333, de 30 de junho de 1986, criou o Parque Estadual de Canudos, autorizando a UNEB a adotar as providências necessárias à construção do Parque Estadual de Canudos, inclusive a definição da respectiva área;

DECRETA

Art. 1º - Fica definida a área de terra do Parque Estadual de Canudos, medindo 462,00988ha (quatrocentos e sessenta e dois vírgula zero zero noventa e oito hectares), situada no

Município de Canudos - Bahia, conforme estudos e projetos realizados pela Secretaria da Educação e pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural, e coordenadas constantes no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º - As terras devolutas remanescentes da área reservada poderão ser objeto de regularização fundiária aos ocupantes que atendam aos requisitos previstos na legislação de terra do Estado da Bahia.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 19 de novembro de 2021.

RUI COSTA Governador

Carlos Mello Secretário da Casa Civil em exercício; Jerônimo Rodrigues Souza Secretário da Educação; Jovani Gomes de Silva Secretário de Desenvolvimento Rural

ANEXO ÚNICO

MEMORIAL DESCRITIVO

Imovel: PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS. Comarca: Canudos. Proprietário: PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS - UNEB. Município: Canudos U.F. BA. Matrícula: Código OBT-352494-4 Código INCRA: Área (ha): 462,0098. Perímetro (m): 20035,01.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice CWL-P-0305 de coordenadas 9°54'39,668" S e 39°7'14,262" W, situado nos limites do(s) ACUDE COCOROBÓ deste, segue confrontando com o(s) ACUDE COCOROBÓ, com os seguintes pontos a distância: 1744'158" e 68,28m até o vértice CWL-P-0306 de coordenadas 9°54'41,821" S e 39°7'14,055" W; 108'54'34" e 126,04m até o vértice CWL-P-0307 de coordenadas 9°54'45,702" S e 39°7'13,396" W; 150'9'50" e 144,28m até o vértice CWL-P-0308 de coordenadas 9°54'50,088" S e 39°7'13,704" W; 66'57'22" S e 33,25m até o vértice CWL-P-0309 de coordenadas 9°54'49,665" S e 39°7'12,701" W; 341'22'25" e 115,13m até o vértice CWL-P-0310 de coordenadas 9°54'46,114" S e 39°7'13,908" W; 42'29'16" e 16,50m até o vértice CWL-P-0311 de coordenadas 9°54'45,707" S e 39°7'13,532" W; 70'58'10" e 59,75m até o vértice CWL-P-0312 de coordenadas 9°54'45,335" S e 39°7'11,667" W; 120'48'37" e 45,05m até o vértice CWL-P-0313 de coordenadas 9°54'46,000" S e 39°7'10,337" W; 43'22'11" e 19,70m até o vértice CWL-P-0314 de coordenadas 9°54'45,620" S e 39°7'9,893" W; 332'34'36" e 76,60m até o vértice CWL-P-0315 de coordenadas 9°54'43,407" S e 39°7'11,051" W; 27'33'29" e 40,75m até o vértice CWL-P-0316 de coordenadas 9°54'42,231" S e 39°7'10,432" W; 02'39'36" e 87,08m até o vértice CWL-P-0317 de coordenadas 9°54'42,339" S e 39°7'5,546" W; 44'20'50" e 42,88m até o vértice CWL-P-0318 de coordenadas 9°54'41,341" S e 39°7'6,562" W; 63'31'8" e 19,57m até o vértice CWL-P-0319 de coordenadas 9°54'41,057" S e 39°7'5,947" W; 129'39'17" e 80,05m até o vértice CWL-P-0320 de coordenadas 9°54'42,720" S e 39°7'3,964" W; 225'9'12" e 24,86m até o vértice CWL-P-0321 de coordenadas 9°54'43,291" S e 39°7'4,543" W; 248'59'33" e 27,77m até o vértice CWL-P-0322 de coordenadas 9°54'43,615" S e 39°7'5,394" W; 152'32'55" e 103,56m até o vértice CWL-P-0323 de coordenadas 9°54'46,695" S e 39°7'5,427" W; 178'19'22" e 45,83m até o vértice CWL-P-0324 de coordenadas 9°54'48,097" S e 39°7'3,783" W; 58'24'59" e 28,04m até o vértice CWL-P-0325 de coordenadas 9°54'47,019" S e 39°7'2,999" W; 354'42'5" e 49,49m até o vértice CWL-P-0326 de coordenadas 9°54'46,019" S e 39°7'3,169" W; 4'31'10" e 50,21m até o vértice CWL-P-0327 de coordenadas 9°54'44,109" S e 39°7'2,861" W; 58'26'56" e 11,98m até o vértice CWL-P-0328 de coordenadas 9°54'43,905" S e 39°7'2,526" W; 133'32'57" e 101,72m até o vértice CWL-P-0329 de coordenadas 9°54'46,186" S e 39°7'0,108" W; 141'0'19" e 77,91m até o vértice CWL-P-0330 de coordenadas 9°54'48,166" S e 39°6'58,588" W; 36'27'27" e 41,47m até o vértice CWL-P-0331 de coordenadas 9°54'47,028" S e 39°6'57,660" W; 329'3'27" e 51,37m até o vértice CWL-P-0332 de coordenadas 9°54'45,594" S e 39°6'58,527" W; 28'42'51" e 7,67m até o vértice CWL-P-0333 de coordenadas 9°54'45,175" S e 39°6'58,406" W; 113'47'35" e 39,75m até o vértice CWL-P-0334 de coordenadas 9°54'45,897" S e 39°6'57,212" W; 46'58'48" e 18,35m até o vértice CWL-P-0335 de coordenadas 9°54'45,487" S e 39°6'56,774" W; 324'50'57" e 53,02m até o vértice CWL-P-0336 de coordenadas 9°54'44,076" S e 39°6'57,776" W; 52'14'58" e 27,20m até o vértice CWL-P-0337 de coordenadas 9°54'45,534" S e 39°6'57,070" W; 115'34'11" e 54,81m até o vértice CWL-P-0338 de coordenadas 9°54'44,304" S e 39°6'55,447" W; 35'0'29" e 19,81m até o vértice CWL-P-0339 de coordenadas 9°54'43,776" S e 39°6'55,074" W; 339'2'17" e 43,43m até o vértice CWL-P-0340 de coordenadas 9°54'42,456" S e 39°6'55,584" W; 37'52'12" e 57,56m até o vértice CWL-P-0341 de coordenadas 9°54'40,977" S e 39°6'54,424" W; 136'24'39" e 78,50m até o vértice CWL-P-0342 de coordenadas 9°54'42,829" S e 39°6'52,046" W; 264'3'51" e 46,26m até o vértice CWL-P-0343 de coordenadas 9°54'42,369" S e 39°6'54,188" W; 151'0'31" e 126,43m até o vértice CWL-P-0344 de coordenadas 9°54'46,586" S e 39°6'52,170" W; 114'9'59" e 50,21m até o vértice CWL-P-0345 de coordenadas 9°54'47,272" S e 39°6'50,683" W; 118'20"1" e 65,30m até o vértice CWL-P-0346 de coordenadas 9°54'48,284" S e 39°6'48,798" W; 178'30'32" e 45,67m até o vértice CWL-P-0347 de coordenadas 9°54'49,170" S e 39°6'48,759" W; 216'0'18" e 46,27m até o vértice CWL-P-0348 de coordenadas 9°54'51,120" S e 39°6'49,432" W; 263'27"1" e 32,60m até o vértice CWL-P-0349 de coordenadas 9°54'51,241" S e 39°6'30,495" W; 167'42"44" e 30,06m até o vértice CWL-P-0350 de coordenadas 9°54'52,197" S e 39°6'50,285" W; 287'1'0'32" e 76,37m até o vértice CWL-P-0351 de coordenadas 9°54'51,463" S e



39°52.680' W, 139°14.13' e 81,70m até o vértice CWL-P-0352 de coordenadas 9°54'53.477' S e 39°50.929' W, 169°72' e 67,48m até o vértice CWL-P-0353 de coordenadas 9°54'55.614' S e 39°50.511' W, 212°6'55" e 82,05m até o vértice CWL-P-0354 de coordenadas 9°54'57.806' S e 39°50.943' W, 111°19'24" e 89,90m até o vértice CWL-P-0355 de coordenadas 9°54'58.960' S e 39°50.104' W, 90°51'35" e 85,95m até o vértice CWL-P-0356 de coordenadas 9°54'59.002' S e 39°50.46.373' W, 8°56'21" e 25,88m até o vértice CPM-M-1453 de coordenadas 9°54'58.170' S e 39°50.66.241' W, situado nos limites da) AÇUDE COCOROBO e nos limites da FAZENDA ALTO DO MARIO/PEDRO OLIVEIRA DOS SANTOS, com os seguintes azimutes e distâncias 129°16'55" e 215,75m até o vértice CPM-M-1451 de coordenadas 9°55'2.616' S e 39°50.759' W, 124°54'26" e 209,81m até o vértice CPM-M-1500 de coordenadas 9°55'8.200' S e 39°50.32.688' W, 07°42'54" e 116,20m até o vértice CPM-M-1457 de coordenadas 9°55'8.708' S e 39°50.28.906' W, 127°44'09" e 234,41m até o vértice FQNC-M-0037 de coordenadas 9°55'13.308' S e 39°50.22.767' W, 109°31'24" e 325,07m até o vértice FQNC-M-0038 de coordenadas 9°55'13.366' S e 39°50.19.203' W, 2°52'20" e 65,62m até o vértice FQNC-M-0039 de coordenadas 9°55'13.203' S e 39°50.19.093' W, 12°19'16" e 50,25m até o vértice FQNC-M-0040 de coordenadas 9°54'59.605' S e 39°50.18.741' W, 22°6'22" e 88,08m até o vértice FQNC-M-0041 de coordenadas 9°54'57.552' S e 39°50.17.900' W, 101°25'6" e 79,31m até o vértice CWL-P-0533 de coordenadas 9°54'58.053' S e 39°50.15.348' W, situado nos limites da FAZENDA ALTO DO MARIO/PEDRO OLIVEIRA DOS SANTOS e nos limites do) AÇUDE COCOROBO, com os seguintes azimutes e distâncias 113°50'37" e 18,12m até o vértice FQNC-M-0042 de coordenadas 9°54'58.304' S e 39°50.14.798' W, 115°43'9" e 14,93m até o vértice CWL-P-0534 de coordenadas 9°54'58.510' S e 39°50.14.354' W, 171°22'23" e 44,69m até o vértice CWL-P-0535 de coordenadas 9°54'59.948' S e 39°50.14.134' W, 118°23'52" e 31,72m até o vértice CWL-P-0536 de coordenadas 9°55'0.410' S e 39°50.13.218' W, 179°12'30" e 12,51m até o vértice CWL-P-0537 de coordenadas 9°55'0.846' S e 39°50.13.211' W, 202°13'0" e 120,37m até o vértice CWL-P-0538 de coordenadas 9°55'0.473' S e 39°50.14.705' W, 246°14'34" e 57,04m até o vértice CWL-P-0539 de coordenadas 9°55'5.211' S e 39°50.16.423' W, 272°29'23" e 65,80m até o vértice CWL-P-0540 de coordenadas 9°55'5.118' S e 39°50.18.581' W, 220°28'12" e 46,89m até o vértice CWL-P-0541 de coordenadas 9°55'6.270' S e 39°50.19.580' W, 117°43'50" e 53,32m até o vértice CWL-P-0542 de coordenadas 9°55'7.091' S e 39°50.18.033' W, 229°12'47" e 82,40m até o vértice CWL-P-0543 de coordenadas 9°55'8.842' S e 39°50.20.081' W, 129°50'20" e 28,01m até o vértice CWL-P-0544 de coordenadas 9°55'9.427' S e 39°50.19.375' W, 34°29'50" e 33,40m até o vértice CWL-P-0545 de coordenadas 9°55'8.531' S e 39°50.18.754' W, 75°7'59" e 79,87m até o vértice CWL-P-0546 de coordenadas 9°55'7.864' S e 39°50.16.220' W, 148°4'58" e 106,42m até o vértice CWL-P-0547 de coordenadas 9°55'10.804' S e 39°50.14.373' W, 144°11'43" e 58,27m até o vértice CWL-P-0548 de coordenadas 9°55'12.342' S e 39°50.13.254' W, 211°57'11" e 33,50m até o vértice CWL-P-0549 de coordenadas 9°55'13.267' S e 39°50.13.816' W, 118°29'6" e 10,95m até o vértice CWL-P-0550 de coordenadas 9°55'13.437' S e 39°50.13.520' W, 155°52'56" e 60,46m até o vértice CWL-P-0552 de coordenadas 9°55'15.213' S e 39°50.12.709' W, 102°46'35" e 20,15m até o vértice CWL-P-0551 de coordenadas 9°55'15.378' S e 39°50.12.664' W, 9°6'5" e 38,52m até o vértice CWL-P-0554 de coordenadas 9°55'14.140' S e 39°50.11.804' W, 128°15'33" e 55,24m até o vértice CWL-P-0551 de coordenadas 9°55'12.611' S e 39°50.12.818' W, 18°10'42" e 49,01m até o vértice CWL-P-0555 de coordenadas 9°55'11.077' S e 39°50.12.310' W, 339°29'21" e 175,70m até o vértice CWL-P-0556 de coordenadas 9°55'5.721' S e 39°50.14.331' W, 26°43'58" e 146,45m até o vértice CWL-P-0557 de coordenadas 9°55'1.465' S e 39°50.12.160' W, 118°25'10" e 87,28m até o vértice CWL-P-0558 de coordenadas 9°55'2.817' S e 39°50.06.646' W, situado nos limites do) AÇUDE COCOROBO e nos limites da FAZENDA MONTEIRO/PALLO MONTEIRO DOS SANTOS, com os seguintes azimutes e distâncias 185°19'55" e 27,22m até o vértice CJB-M-9533 de coordenadas 9°55'3.699' S e 39°50.729' W, 125°75'7" e 295,90m até o vértice CJB-M-9532 de coordenadas 9°55'9.241' S e 39°50.785' W, 132°49'20" e 154,05m até o vértice FQNC-M-0043 de coordenadas 9°55'12.669' S e 39°55.8.054' W, situado nos limites da FAZENDA MONTEIRO/PALLO MONTEIRO DOS SANTOS e nos limites da FAZENDA POR DO SOL/GIDIVAN OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO, com os seguintes azimutes e distâncias 250°40'48" e 31,46m até o vértice FQNC-M-0029 de coordenadas 9°55'13.607' S e 39°55.9.026' W, 217°30'10" e 72,71m até o vértice FQNC-M-0030 de coordenadas 9°55'14.876' S e 39°50.449' W, 230°50'30" e 61,24m até o vértice FQNC-M-0031 de coordenadas 9°55'16.132' S e 39°50.2.054' W, 302°37'21" e 83,44m até o vértice FQNC-M-0032 de coordenadas 9°55'14.668' S e 39°50.4.361' W, 304°53'54" e 188,23m até o vértice FQNC-M-0033 de coordenadas 9°55'11.163' S e 39°50.9.429' W, 207°9'7" e 188,25m até o vértice FQNC-M-0034 de coordenadas 9°55'16.615' S e 39°50.12.249' W, 324°40'48" e 288,90m até o vértice FQNC-M-0035 de coordenadas 9°55'8.943' S e 39°50.17.732' W, 218°4'6" e 199,50m até o vértice FQNC-M-0036 de coordenadas 9°55'14.055' S e 39°50.21.770' W, 127°51'2" e 261,73m até o vértice CAC-M-9489 de coordenadas 9°55'19.192' S e 39°50.14.916' W, 153°8'53" e 638,10m até o vértice CAC-M-9488 de coordenadas 9°55'37.721' S e 39°50.454' W, 117°16'16" e 342,40m até o vértice CAC-M-9487 de coordenadas 9°55'42.827' S e 39°55.5.463' W, 124°16'56" e 339,93m até o vértice FQNC-M-0027 de coordenadas 9°55'52.725' S e 39°50.40.817' W, situado nos limites da FAZENDA POR DO SOL/GIDIVAN OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO e nos limites da FAZENDA SOL NASCENTE/IRACI OLIVEIRA DOS SANTOS, com os seguintes azimutes e distâncias 134°19'31" e 1140,98m até o vértice FQNC-M-0019 de coordenadas 9°55'18.669' S e 39°50.14.017' W, situado nos limites da FAZENDA SOL NASCENTE/IRACI OLIVEIRA DOS SANTOS e nos limites da Faixa de Domínio da BR, que liga, deste, segue confrontando com a Faixa de Domínio da BR, com os seguintes azimutes e distâncias 157°47'48" e 2,26m até o vértice CWL-P-0035 de coordenadas 9°56'18.737' S e 39°50.13.980' W, 249°6'22" e 50,12m até o vértice CWL-P-0036 de coordenadas 9°56'19.319' S e 39°50.15.326' W, 257°21'28" e 45,89m até o vértice CWL-P-0037 de coordenadas 9°56'19.646' S e 39°50.16.996' W, 260°38'22" e 118,40m até o vértice CWL-P-0038 de coordenadas 9°56'20.273' S e 39°50.20.831' W, 260°2'13" e 48,70m até o vértice CWL-P-0039 de coordenadas 9°56'20.546' S e 39°50.22.406' W, 270°13'9"

e 8,16m até o vértice CWL-M-0374 de coordenadas 9°56'20.545' S e 39°52.674' W, 261°10'59" e 20,44m até o vértice CWL-M-0375 de coordenadas 9°56'20.647' S e 39°52.337' W, 260°39'12" e 30,07m até o vértice CWL-P-0040 de coordenadas 9°56'20.806' S e 39°52.3411' W, 260°39'50" e 284,99m até o vértice CWL-P-0041 de coordenadas 9°56'22.335' S e 39°53.539' W, 262°6'4" e 276,68m até o vértice CWL-P-0042 de coordenadas 9°56'23.573' S e 39°54.2.536' W, 250°37'40" e 229,87m até o vértice CWL-P-0043 de coordenadas 9°56'24.920' S e 39°54.9.959' W, 261°21'30" e 66,04m até o vértice CWL-P-0044 de coordenadas 9°56'25.246' S e 39°55.122' W, 266°48'6" e 42,93m até o vértice CWL-P-0045 1 de 2 MEMORIAL - CONTINUAÇÃO - limít. PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS - OET: 532490-4 - Cod. INCRA: de coordenadas 9°56'25.324' S e 39°55.529' W, 255°42'8" e 28,98m até o vértice CWL-P-0046 de coordenadas 9°56'25.557' S e 39°55.451' W, 258°27'35" e 136,05m até o vértice CWL-M-0376 de coordenadas 9°56'26.443' S e 39°55.8.827' W, 262°3'37" e 352,62m até o vértice CWL-P-0047 de coordenadas 9°56'28.022' S e 39°56'10.293' W, situado nos limites da Faixa de Domínio da BR, que liga, com os seguintes azimutes e distâncias 322°39'20" e 259,97m até o vértice CJB-M-9541 de coordenadas 9°56'21.303' S e 39°56'15.478' W, situado nos limites da FAZENDA UMBURANA JOSE ANTONIO REGIS DOS SANTOS, segue confrontando com a FAZENDA UMBURANA JOSE ANTONIO REGIS DOS SANTOS, com os seguintes azimutes e distâncias 43°14'11" e 238,80m até o vértice CJB-M-9542 de coordenadas 9°56'15.648' S e 39°56'10.117' W, 66°75" e 120,43m até o vértice CJB-M-9543 de coordenadas 9°56'13.982' S e 39°56.322' W, 70°30'31" e 280,70m até o vértice CJB-M-9544 de coordenadas 9°56'11.902' S e 39°55.7.349' W, 61°29'41" e 215,60m até o vértice CAC-M-2203 de coordenadas 9°56'8.545' S e 39°55.1.132' W, 312°29'55" e 848,02m até o vértice CAC-M-2202 de coordenadas 9°55'49.901' S e 39°56'11.660' W, situado nos limites da FAZENDA UMBURANA JOSE ANTONIO REGIS DOS SANTOS e nos limites da FAZENDA UMBURANA/MARIA ANTONIA DOS SANTOS, segue confrontando com a FAZENDA UMBURANA/MARIA ANTONIA DOS SANTOS, com os seguintes azimutes e distâncias 295°14'33" e 161,25m até o vértice CAC-M-2201 de coordenadas 9°55'47.663' S e 39°56'16.448' W, 299°51'53" e 306,66m até o vértice CAC-M-2200 de coordenadas 9°55'42.093' S e 39°56'25.178' W, 220°50'30" e 941,70m até o vértice CWL-P-0056 de coordenadas 9°56'5.878' S e 39°56'45.998' W, situado nos limites da FAZENDA UMBURANA/MARIA ANTONIA DOS SANTOS, com os seguintes azimutes e distâncias 274°41'40" e 132,10m até o vértice CWL-P-0058 de coordenadas 9°56'5.526' S e 39°56'49.721' W, 251°44'5" e 118,72m até o vértice CWL-P-0059 de coordenadas 9°56'6.737' S e 39°56'51.422' W, 130°18'11" e 40,70m até o vértice CWL-P-0060 de coordenadas 9°56'5.385' S e 39°56'54.086' W, 348°22'29" e 149,00m até o vértice CWL-P-0061 de coordenadas 9°56'0.813' S e 39°56'55.072' W, 262°34'35" e 127,24m até o vértice CWL-P-0062 de coordenadas 9°56'1.368' S e 39°56'59.214' W, 289°50'8" e 61,99m até o vértice CWL-P-0063 de coordenadas 9°56'2.063' S e 39°57.1.123' W, 202°39'17" e 77,23m até o vértice CWL-P-0064 de coordenadas 9°56'3.081' S e 39°57.3.437' W, 333°06" e 43,55m até o vértice CWL-P-0065 de coordenadas 9°56'50.818' S e 39°57.4.106' W, 14°16'19" e 99,66m até o vértice CWL-P-0066 de coordenadas 9°56'56.567' S e 39°57.7.788' W, 291°01'37" e 156,24m até o vértice CWL-P-0067 de coordenadas 9°56'54.131' S e 39°57.1.273' W, 342°49'67" e 111,63m até o vértice CWL-P-0068 de coordenadas 9°56'56.661' S e 39°57.2.363' W, 333°01'6" e 73,70m até o vértice CWL-P-0069 de coordenadas 9°56'58.522' S e 39°57.3.662' W, 337°33'10" e 54,25m até o vértice CWL-P-0070 de coordenadas 9°56'46.758' S e 39°57.3.538' W, 135°61" e 104,80m até o vértice CWL-P-0071 de coordenadas 9°55'41.416' S e 39°57.2.738' W, 133°14'7" e 150,53m até o vértice CWL-P-0072 de coordenadas 9°55'36.774' S e 39°57.1.141' W, 330°18'11" e 18,87m até o vértice CWL-P-0240 de coordenadas 9°55'35.675' S e 39°57.1.733' W, 271°44'55" e 181,09m até o vértice CWL-P-0244 de coordenadas 9°55'38.495' S e 39°57.715' W, 254°3'5" e 114,85m até o vértice CWL-P-0245 de coordenadas 9°55'36.522' S e 39°57.1.340' W, 292°0'44" e 22,87m até o vértice CER-M-8218 de coordenadas 9°55'36.243' S e 39°57.2.066' W, 32°46'7" e 135,74m até o vértice CER-M-8220 de coordenadas 9°55'33.570' S e 39°57.8.488' W, 348°57'30" e 539,58m até o vértice CWL-P-0254 de coordenadas 9°55'16.333' S e 39°57.1.880' W, 332°2'48" e 332,70m até o vértice CWL-P-0265 de coordenadas 9°55'6.359' S e 39°57.16.140' W, 114°56'31" e 175,21m até o vértice CWL-P-0266 de coordenadas 9°55'8.764' S e 39°57.10.925' W, 201°5'28" e 21,03m até o vértice CWL-P-0267 de coordenadas 9°55'8.122' S e 39°57.10.080' W, 307°30'42" e 148,74m até o vértice CWL-P-0268 de coordenadas 9°55'5.174' S e 39°57.14.559' W, 296°19'40" e 81,90m até o vértice CWL-P-0269 de coordenadas 9°55'1.965' S e 39°57.17.145' W, 6°7'52" e 35,07m até o vértice CWL-P-0270 de coordenadas 9°55'2.790' S e 39°57.17.022' W, 306°6'23" e 186,66m até o vértice CER-M-8221 de coordenadas 9°55'2.412' S e 39°57.17.517' W, 346°10'14" e 63,09m até o vértice CAC-M-2168 de coordenadas 9°55'0.418' S e 39°57.18.012' W, situado nos limites da FAZENDA SÍTIO DA FAVELA/LUIZA MARIA DOS SANTOS, segue confrontando com a FAZENDA SÍTIO DA FAVELA/LUIZA MARIA DOS SANTOS, com os seguintes azimutes e distâncias 81°33'24" e 80,85m até o vértice CAC-M-2167 de coordenadas 9°55'0.138' S e 39°57.15.373' W, 92°15'10" e 16,40m até o vértice CAC-M-2166 de coordenadas 9°55'0.156' S e 39°57.14.833' W, 102°7'44" e 11,40m até o vértice CAC-M-2165 de coordenadas 9°55'0.237' S e 39°57.14.469' W, 354°33'9" e 375,52m até o vértice CAC-M-2164 de coordenadas 9°54'54.555' S e 39°57.15.065' W, 335°36'25" e 65,21m até o vértice CWL-P-0297 de coordenadas 9°54'52.622' S e 39°57.15.940' W, 319°28'2" e 256,93m até o vértice CWL-P-0298 de coordenadas 9°54'46.266' S e 39°57.21.430' W, situado nos limites da FAZENDA SÍTIO DA FAVELA/LUIZA MARIA DOS SANTOS e nos limites do) AÇUDE COCOROBO, com os seguintes azimutes e distâncias 16°23'46" e 110,06m até o vértice CWL-P-0299 de coordenadas 9°54'42.810' S e 39°57.20.468' W, 49°42'31" e 58,11m até o vértice CWL-P-0300 de coordenadas 9°54'41.607' S e 39°57.18.953' W, 121°38'53" e 59,55m até o vértice CWL-P-0301 de coordenadas 9°54'42.624' S e 39°57.17.289' W, 39°33'5" e 32,49m até o vértice CWL-P-0302 de coordenadas 9°54'41.803' S e 39°57.16.617' W, 333°13'0" e 70,05m até o vértice CWL-P-0303 de coordenadas 9°54'39.771' S e 39°57.17.660' W, 60°7'51" e 9,87m até o vértice CWL-P-0304 de coordenadas 9°54'39.611' S e 39°57.17.379' W, 89°56'31" e 96,96m até o vértice CWL-P-0305, ponto inicial da descrição deste parâmetro. As coordenadas estão generalizadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Etapa A. Base foi instalada na comunidade Alto do Mario, no quil da residência do requerente Sr. Pedro Oliveira dos Santos, ajustada pela RBMC, base de Iracé e base Ibarubá,



representadas pelas coordenadas Norte: 8903832,720m Este: 483793,277m no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 39° WGr, sendo como o Datum SIRGAS2000, referenciadas ao Datum SIRGAS2000. As distâncias e perímetros foram calculados no sistema cartésiano geocêntrico, a área no sistema geodésico local e os azimutes são geodésicos.

DECRETOS SIMPLES

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e à vista dos elementos constantes do Processo SEI nº 030.0149.2021.0139763-51,

RESOLVE

promover, pelo critério de antiguidade, em caráter provisorio e na condição *in vacante*, com efeito a partir de 08.11.2021, ao posto de 1º Tenente do QETAPM, os **Aspirantes-Oficiais JOSUE COSTA DA SILVA**, matrícula nº 30.249.380; e **ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS**, matrícula nº 30.249.176, com fundamento nos arts. 126, inciso I, § 3º, 135, caput e 137, caput, todos da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001, e diante do Incidente de Uniformização de Orientação Jurídica da Procuradoria Geral do Estado cursado no processo nº PGE20172915294.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 19 de novembro de 2021.

RUI COSTA
Governador

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

colocar à disposição do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para exercer suas funções junto à Secretaria de Operações Integradas - SEOPI, pelo período de 01 (um) ano, à vista do que consta do Processo SEI nº 020.2301.2021.0004816-75, o Investigador da Polícia Civil **LOURIVAL MAMEDE SANTOS JUNIOR**, matrícula nº 20.435.888-5, do Quadro da Polícia Civil da Bahia, vinculada à Secretaria da Segurança Pública.

colocar à disposição do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para exercer suas funções junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com efeito a partir de 08 de setembro de 2021, à vista do que consta do Processo SEI nº 020.2301.2021.0007355-29, o **Sargento PM CLECIO SILVA SANTOS**, matrícula nº 30.268.022, e o **Cabo PM JOSIMAR HENRIQUE SOARES**, matrícula nº 30.388.405, do Quadro da Polícia Militar da Bahia, vinculada à Secretaria da Segurança Pública.

colocar à disposição do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para exercer suas funções junto à Secretaria de Operações Integradas - SEOPI, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, à vista do que consta do Processo SEI nº 020.2301.2021.0008537-26, a **Cabo PM ANAURELIA MACHADO MIRANDA**, matrícula nº 30.318.678-3, do Quadro da Polícia Militar da Bahia, vinculada à Secretaria da Segurança Pública.

considerar colocada à disposição do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para exercer suas funções junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública, com efeito a partir de 24 de julho de 2021, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, à vista do que consta dos Processos SEI nº 020.2296.2021.0007797-37, a servidora **NICOLE PRATA DAMASCENA**, Perita Odontológica - Legal, matrícula nº 20.622.050-3, do Quadro da Polícia Civil da Bahia, da estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

colocar à disposição da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, até 31 de dezembro de 2022, na forma do art. 48 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.10502.2021.0004324-14, o servidor **JOÃO PAULO DE SOUZA**, cadastro nº 19.274.414, lotado na Secretaria da Saúde, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1997, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2017.

considerar colocados à disposição do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para exercerem suas funções junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública, com efeito a partir de 04 de agosto de 2021, pelo período de 04 (quatro) meses, à vista do que consta dos Processos SEI nº 020.2301.2021.0006886-05 e 089.3141.2021.0019776-13, os militares a seguir indicados:

LOTACÃO **MATRÍCULA**

Corpo de Bombeiros da Bahia, vinculada à Secretaria da Segurança Pública

Sgt BM EMERSON PATRÍCIO DOS ANJOS	30.267.699-9
Sgt BM PAULO HENRIQUE FERNANDES DA HORA	30.290.140-9
Sgt BM PEDRO PAULO LIMA FARIAS	30.338.519-1
Cb BM ALIDOMAR DOS SANTOS PINHEIRO	30.482.128-1

considerar colocados à disposição do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para exercerem suas funções junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com efeito a partir de 24 e 23 de outubro de 2021, à vista do que consta dos Processos SEI nº 020.2301.2021.0012856-08 e 020.2301.2021.0010502-10, os militares a seguir indicados:

LOTACÃO **MATRÍCULA**

Polícia Militar da Bahia, vinculada à Secretaria da Segurança Pública

Sgt PM ANDERSON PEREIRA	30.295.504
Sd PM ANDRÉ DOS SANTOS RODRIGUES DA SILVA	30.511.159
Cb PM EDILSON DOS SANTOS MARQUES AMORIM	30.340.590
Cb PM EDUARDO LUIZ BARBOSA DE OLIVEIRA	30.339.815
Sd PM GEIVA DOS REIS DANTAS	30.481.700
Sgt PM JOSÉ DOS SANTOS ARAÚJO	30.294.923
Sgt PM SANDRA PATRÍCIA DE JESUS DOS SANTOS	30.285.837
Cb PM CARLISSON ROCHA NASCIMENTO	30.509.025

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 19 de novembro de 2021.

RUI COSTA
Governador

DESPACHOS

DESPACHOS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

Em 19/11/2021

Processo SEI nº 083.7280.2021.0014004-30
Origem: Secretaria da Administração
Objeto: Resolução COPE nº 323/2021
Interessado: Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB/SEAGRI
Despacho: Automato

Processo SEI nº 009.0178.2021.0037449-63
Origem: Secretaria da Administração
Objeto: Resolução COPE nº 324/2021
Interessado: Secretaria da Administração do Estado da Bahia - SAEB/SUPREV
Despacho: Automato

Processo SEI nº 062.1900.2021.0002147-64
Origem: Secretaria da Administração
Objeto: Resolução COPE nº 325/2021
Interessado: Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC/SECULT
Despacho: Automato

Processo SEI nº 021.2135.2021.0003512-68
Origem: Secretaria da Administração
Objeto: Resolução COPE nº 326/2021
Interessado: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Despacho: Automato

Processo SEI nº 021.2135.2021.0003084-19
Origem: Secretaria da Administração
Objeto: Resolução COPE nº 327/2021
Interessado: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
Despacho: Automato

Processo SEI nº 011.5591.2021.0045338-51
Origem: Secretaria da Administração
Objeto: Resolução COPE nº 328/2021
Interessado: Secretaria da Educação
Despacho: Automato

Processo SEI nº 011.5591.2021.0045441-19
Origem: Secretaria da Administração
Objeto: Resolução COPE nº 329/2021
Interessado: Secretaria da Educação
Despacho: Automato

Processo SEI nº 011.5591.2021.0048300-09
Origem: Secretaria da Administração
Objeto: Resolução COPE nº 330/2021
Interessado: Secretaria da Educação
Despacho: Automato

Processo SEI nº 011.5591.2021.0049319-11
Origem: Secretaria da Administração
Objeto: Resolução COPE nº 331/2021

APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA Autorização Decreto nº 92.937/86, DOU 18/07/1986, Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CRÍTICA CULTURAL DEPARTAMENTO DE LETRAS, LINGUÍSTICA E ARTES</p>	
<h3>TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</h3>	
<p>ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N.º 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.</p>	
<p>I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:</p>	
<p>Nome do Participante: _____</p>	
<p>Documento de Identidade n.º: _____ Sexo: F () M () _____ ()</p>	
<p>Data de Nascimento: ____/____/____ Endereço: _____</p>	
<p>Complemento: _____ Bairro: _____ Cidade: _____</p>	
<p>CEP: _____ Telefone: () _____ / () _____</p>	
<p>Todas as Informações são Obrigatórias</p>	
<p>II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:</p>	
<p>1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: "TURISMO HISTÓRICO-CULTURAL SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA PARA O PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS, BAHIA (BRASIL): SUBSÍDIOS À GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO".</p>	
<p>2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Maria Rosileide Bezerra de Carvalho.</p>	
<p>3. CARGO/FUNÇÃO: Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Departamento de Letras, Linguística e Artes (DELLARTES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)-Campus II/Alagoinhas-(BA) e Prof.ª Assistente do Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET II) da UNEB-Campus II.</p>	
<p>III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:</p>	
<p>O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: "TURISMO HISTÓRICO-CULTURAL SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA PARA O PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS, BAHIA (BRASIL): SUBSÍDIOS À GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO", de responsabilidade da pesquisadora Maria Rosileide Bezerra de Carvalho, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural Departamento de Letras, Linguística e Artes (DELLARTES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)-Campus II/Alagoinhas-(BA), e Prof.ª Assistente do Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET II) da UNEB-Campus II. Esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar a pertinência e relevância do Turismo Cultural Sustentável, enquanto política pública, na mitigação de conflitos ambientais no semiárido nordestino do município de Canudos (Bahia), decorrentes das políticas de proteção ambiental de criação da Unidade de Conservação do Parque Estadual de Canudos. Possuindo ainda como objetivos específicos: 1- Discutir os contextos socioeconômico, político, cultural e ambiental subjacentes à Guerra de Canudos e a influência destes no processo de produção das reportagens e da obra "Os Sertões", de Euclides da Cunha; 2- Caracterizar os aparelhos patrimoniais localizados no Parque Estadual de Canudos; 3- Identificar e caracterizar os conflitos ambientais decorrentes da criação do Parque Estadual de Canudos, e do seu posterior redimensionamento, bem como, as áreas com maior suscetibilidade a esses conflitos e seus usos territoriais; 4- Apresentar e discutir formas de inserção e implementação do Turismo Cultural Sustentável, enquanto política pública, que corrobore com a mitigação dos conflitos ambientais identificados. A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios, pois o Parque integra importantes áreas de terras, palco da Guerra de Canudos (1896-1897), abrigando valiosos sítios históricos e arqueológicos, além de sua importância biológica e prioritária para conservação em virtude da predominância do Bioma Caatinga. Assim, a discussão sobre o Parque Estadual de Canudos e a implementação do Turismo Cultural Sustentável em seu plano de manejo, trará importantes benefícios para a preservação do patrimônio histórico, cultural e natural, além da melhoria dos aspectos socioeconômicos para o município e região. Caso aceite, o Senhor(a) participará de uma pesquisa cuja modalidade de investigação adotada inscreve-se como um estudo de caso, com abordagem quali-quantitativa, na qual, para a produção dos dados, utilizaremos quatro procedimentos: 1- realizaremos a caracterização da área de estudo por meio de dados secundários, além de dados primários, coletados <i>in loco</i>; 2- Realização de três oficinas em campo para coleta de dados, a ocorrerem no mês de agosto de 2025.</p>	
<p>Bahia, aprovado sob número de parecer: 7.335.484, no link : http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil</p>	

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Autorização Decreto nº 92.937/86. DOU 18/07/1986.
 Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CRÍTICA CULTURAL
 DEPARTAMENTO DE LETRAS, LINGUÍSTICA E ARTES



com a participação de moradores adultos da área do Parque Estadual de Canudos e guias locais. Salientamos que por questões éticas, os colaboradores da pesquisa terão nomes fictícios, mantendo o sigilo de suas identidades. Inicialmente, serão apresentadas: a proposta de mapeamento participativo, a estratégia de execução, a necessidade de aprovação prévia das atividades, além do conhecimento e assinatura dos termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE) pelos participantes. Nas outras duas oficinas serão realizados os procedimentos de construção do mapeamento participativo; 3- Os pontos relevantes ou de interesse, apontados pelos participantes, serão fotografados e georreferenciados. 4- Realização de entrevistas semiestruturadas, além de registros fotográficos. Nesta pesquisa, não há **riscos maiores nem danos à saúde do participante**, entretanto, considerando principalmente as Resoluções Nº 510/2016 CNS e a Nº 466/2012 CNS, entre outras, caso ocorra devido à aplicação da entrevista e realização das oficinas, danos como: invasão de privacidade, ocupação do tempo dos sujeitos, desconforto relacionado à divulgação de imagem, estigmatização, interferência na vida e na rotina dos sujeitos, e embaraço ao interagir com estranhos, serão adotadas medidas preventivas e cautelares. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o Senhor(a) não será identificado(a). Caso queira, o (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o

(a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o Senhor(a) caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileiras o Senhor(a) tem direito à indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O(a) senhor(a) receberá uma via deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora, ou a qualquer momento. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo de sua identidade. Serão guardados esses registros e somente os pesquisadores responsáveis terão acesso a essas informações. Nas possíveis publicações que resultarem deste trabalho, a identificação do participante não será revelada e os resultados serão relatados de forma a preservar o anonimato da pessoa.

**INFORMAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS PELO
 ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA**

- * **Pesquisadora Responsável:** Maria Rosileide Bezerra de Carvalho / Endereço: Loteamento Frei Leão Lote 38, Alagoinhas Velha, Alagoinhas (Bahia).
 Telefone: (75)999950050 / E-mail: mrbcarvalho@uneb.br
- * **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNEB):** End: Av. Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras, 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador-BA. CEP: 40460-120. Tel.: (71) 3312-3420; (71) 3312-5057; (71) 3312-3393 Ramal 250, E-mail: cepuneb@uneb.br
- * **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP):** End: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D-Edifício PO 700, 3º andar-Asa Norte, CEP: 70719-040, Brasília-DF.

IV - CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos, benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa "TURISMO HISTÓRICO-CULTURAL SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA PARA O PARQUE ESTADUAL DE CANUDOS, BAHIA (BRASIL): SUBSÍDIOS À GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO", e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar, sob livre e espontânea vontade, como voluntário. Consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada, e, assinarei concordando com este documento e vou receber uma via do mesmo impresso.

_____ de _____

Assinatura do participante da pesquisa

Maria Rosileide Bezerra de Carvalho
 Pesquisadora

Prof. Dr. Luiz Paulo de Almeida Neiva
 Orientador

APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista Semiestruturada: moradores e guias

<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA Autorização Decreto nº 92.937/86, DOU 18/07/1986. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CRÍTICA CULTURAL DEPARTAMENTO DE LETRAS, LINGUÍSTICA E ARTES</p>	
---	--

APÊNDICE – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO DA ENTREVISTA – MORADORES

Primeira etapa: a experiência de responder à entrevista

1. Você já participou de uma pesquisa antes?
2. Como se sentiu ao ser convidado(a) para participar desta pesquisa?
3. O que você acha de uma pesquisa sobre o Parque Estadual de Canudos?

Parte 1- Identificação e características socioculturais associadas à relação com o Parque Estadual de Canudos

1. Nome, idade, escolaridade, local de residência.
2. Qual sua relação com o Parque? Há quanto tempo ocorre esta relação? Outras pessoas de sua família possuem alguma relação com o Parque? Quais?
3. Você realiza alguma atividade no Parque? Quais ? Alguma dessas atividades proporcionam ganho financeiro?
4. Você acha importante a existência do Parque ? Por quê ?
5. Quais ações ou atividades vc identifica como prejudiciais ao Parque?
6. Qual sua opinião sobre o Turismo realizado no Parque? Os equipamentos, rotas e atividades realizadas nas visitas guiadas são suficientes para a atividade turística no Parque?
7. Você identifica riscos ou problemas na atividade turística realizada, para a manutenção e preservação do Parque e Comunidade do entorno?
8. Quais ações ou atividades você indicaria para a resolução dos problemas identificados ou melhoria do Turismo realizado no Parque?
9. Qual seu sentimento com relação ao Parque? Por quê?

Parte 2- Mapeamento Participativo

A) Mapa de Uso Turístico – Forças e Fraquezas

- 1- Identificação da localização dos principais equipamentos e rotas existentes na atividade turística do Parque Estadual de Canudos
- 2- Identificação da localização dos pontos positivos, riscos ou problemas e suas causas, na atividade turística realizada no PEC

B) Mapa de Uso Turístico – Potencialidades/opportunidades e Ameaças

- 3- Indicação de novas rotas, atividades e atrativos que poderiam levar à melhoria do turismo no PEC e indicação de empecilhos

--



APÊNDICE – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO DA ENTREVISTA – GUIAS

Primeira etapa: a experiência de responder à entrevista

1. Você já participou de uma pesquisa antes?
2. Como se sentiu ao ser convidado(a) para participar desta pesquisa?
3. O que você acha de uma pesquisa sobre o Parque Estadual de Canudos?

Parte 1- Identificação e características socioculturais associadas à relação com o Parque Estadual de Canudos

1. Nome, idade, escolaridade, local de residência.
2. Qual sua relação com o Parque? Há quanto tempo ocorre esta relação? Outras pessoas de sua família possuem alguma relação com o Parque? Quais?
3. Você realiza alguma atividade no Parque? Quais? Alguma dessas atividades proporcionam ganho financeiro? Há vínculo empregatício formal?
4. Você realizou curso ou treinamento para exercer a função de guia?
5. Você acha importante a existência do Parque? Por quê?
6. Qual seu sentimento com relação ao Parque? Por quê?
7. Quais ações ou atividades vc identifica como prejudiciais ao Parque e à região de Canudos?
8. Qual sua opinião sobre o Turismo realizado no Parque? Como você o classifica? Os equipamentos, rotas e atividades realizadas nas visitas guiadas são suficientes para a atividade turística no Parque?
9. Você identifica riscos ou problemas na atividade turística realizada, para a manutenção e preservação do Parque e Comunidade do entorno?
10. Quais ações ou atividades você indicaria para a resolução dos problemas identificados ou melhoria do Turismo realizado no Parque?
11. Há uma rotina estabelecida para a visita guiada? Descreva. As trilhas interpretativas ainda são realizadas (loais de trincheiras, antigos povoados etc)? Condições estruturais? Como se processa o controle de visitantes?
12. Há sinalizações que explicam os acontecimentos históricos?
13. Quais os eventos culturais, palestras e atividades pedagógicas no Parque? Qual a frequência e dificuldades para realização?
14. Existem iniciativas para educação patrimonial? Se sim, quais?
15. O processo de redimensionamento do Parque comprometeu a preservação de alguma área histórica ou atividade de turismo realizada no Parque?

Parte 2- Mapeamento Participativo

A- Mapa de Uso Turístico – Forças e Fraquezas

1. Identificação da localização dos principais equipamentos e rotas existentes na atividade turística do Parque Estadual de Canudos
2. Identificação da localização dos pontos positivos, riscos ou problemas na atividade turística realizada e suas causas

3. Mapa de Uso Turístico – Potencialidades/oportunidades e Ameaças

- 4- Indicação de novas rotas, atividades e atrativos que poderiam levar à melhoria do turismo no Parque Estadual de Canudos e indicação de empecilhos

APÊNDICE E - Roteiro de Entrevista Semiestruturada: técnicos SEMA e DNOCS



APÊNDICE – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO DA ENTREVISTA – TÉCNICOS (SEMA E DNOCS)

Primeira etapa: a experiência de responder à entrevista

1. Você já participou de uma pesquisa antes?
 2. Como se sentiu ao ser convidado(a) para participar desta pesquisa?
 3. O que você acha de uma pesquisa sobre o Parque Estadual de Canudos?
-

Parte 1- Identificação e características socioculturais associadas à relação com o Parque Estadual de Canudos

1. Nome, idade, local de residência e escolaridade.
2. O órgão realiza alguma atividade no Parque? Quais ?
3. Você acha importante a existência do Parque ? Por quê ?
4. Quais ações ou atividades vc identifica como prejudiciais ao Parque e à região de Canudos?
5. Qual sua opinião sobre o Turismo realizado no Parque? Como você o define? Os equipamentos, rotas e atividades realizadas nas visitas guiadas são suficientes para a atividade turística no Parque?
6. Você identifica riscos ou problemas na atividade turística realizada, para a manutenção e preservação do Parque e Comunidade do entorno?
7. Quais ações ou atividades você indicaria para a resolução dos problemas identificados ou melhoria do Turismo realizado no Parque?
8. Existem iniciativas ou atividades vinculadas ao órgão para educação patrimonial? Se sim, quais?
9. Como o órgão avalia o processo de redimensionamento do Parque Estadual de Canudos? Houve consulta prévia ao órgão ? Quais iniciativas ou atos administrativos foram realizados em decorrência?
10. Qual seu sentimento com relação ao Parque? Por quê?